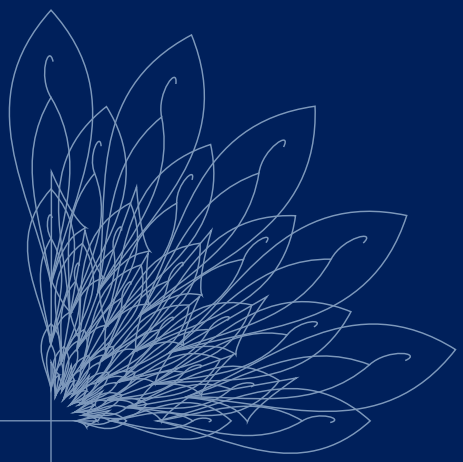
ISSN 0104-3307



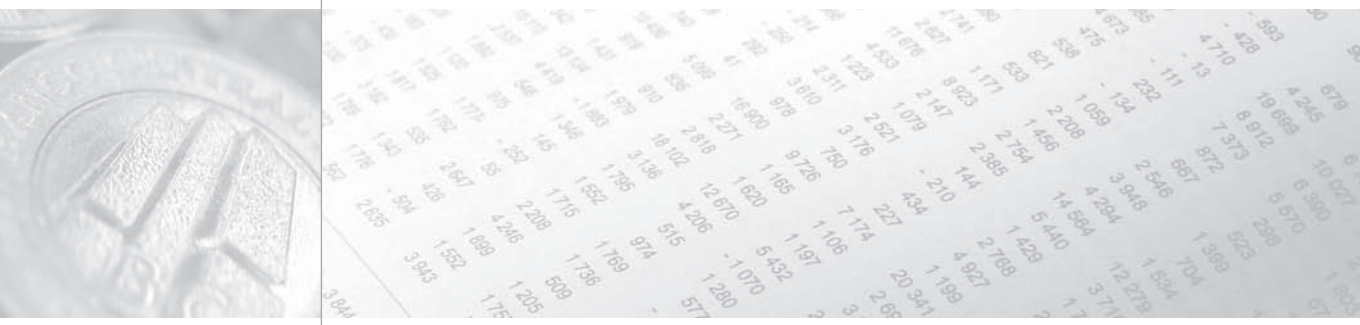
Relatório Anual 2008

Volume 44

BANCO CENTRAL DO BRASIL

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Relatório Anual 2008



Volume 44

ISSN 0104-3307
CGC 00.038.166/0001-05

Boletim do Banco Central do Brasil	Brasília	v. 44	Relatório Anual	2008	p. 1-253

Relatório do Banco Central do Brasil

Publicação anual do **Banco Central do Brasil/Departamento Econômico (Depec)**. Os textos e os correspondentes gráficos e quadros estatísticos são de responsabilidade dos seguintes componentes:

A Economia Brasileira – Consultoria de Conjuntura Econômica (Coace) (***E-mail***: coace.depec@bcb.gov.br);
Moeda e Crédito – Divisão Monetária e Bancária (Dimob) (***E-mail***: dimob.depec@bcb.gov.br);
Mercados Financeiro e de Capitais – Divisão Monetária e Bancária (Dimob) (***E-mail***: dimob.depec@bcb.gov.br);
Finanças Públicas – Divisão de Finanças Públicas (Difin) (***E-mail***: difin.depec@bcb.gov.br);
Relações Econômico-Financeiras com o Exterior – Divisão de Balanço de Pagamentos (Dibap) (***E-mail***: dibap.depec@bcb.gov.br);
A Economia Internacional – Consultoria de Estudos Econômicos e Conjuntura (Copec) (***E-mail***: copec.depec@bcb.gov.br);
Organismos Financeiros Internacionais – Departamento da Dívida Externa e de Relações Internacionais (Derin) (***E-mail***: derin@bcb.gov.br).

Informações sobre o Boletim:

Telefone: (61) 3414-1009
Fax: (61) 3414-2036

Pedidos de assinatura: preencher a ficha que se encontra na internet, no endereço http://www.bcb.gov.br, anexar cheque nominal ao Banco Central do Brasil no valor de R$375,00 (nacional) e US$231,00 (internacional) e remeter ambos para o Controle Geral de Publicações. A assinatura anual inclui doze edições mensais do Boletim, uma edição do Relatório Anual e quatro edições do Relatório de Inflação. O Suplemento Estatístico teve sua última edição impressa em março de 1998. Após esse mês, está disponível apenas via internet.

É permitida a reprodução das matérias, desde que mencionada a fonte: Relatório Anual 2008, Volume 44.

Controle Geral de Publicações

Banco Central do Brasil
Secre/Surel/Cogiv
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 1º andar
Caixa Postal 8.670
70074-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3414-3710 e 3414-3565
Fax: (61) 3414-3626
E-mail: editor@bcb.gov.br

Exemplar avulso: R$31,00
Tiragem: 500 exemplares

Convenções Estatísticas

...	dados desconhecidos.
-	dados nulos ou indicação de que a rubrica assinalada é inexistente.
0 ou **0,0**	menor que a metade do último algarismo, à direita, assinalado.
*****	dados preliminares.

O hífen (-) entre anos (1970-75) indica o total de anos, incluindo o primeiro e o último.
A barra (/) utilizada entre anos (1970/75) indica a média anual dos anos assinalados, incluindo o primeiro e o último, ou ainda, se especificado no texto, ano-safra ou ano-convênio.

Eventuais divergências entre dados e totais ou variações percentuais são provenientes de arredondamentos.

Não são citadas as fontes dos quadros e gráficos de autoria exclusiva do Banco Central do Brasil.

Central de Atendimento ao Público

Banco Central do Brasil
Secre/Surel/Diate
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 2º subsolo
70074-900 Brasília – DF
DDG: 08009792345
Fax:: (61) 3414-2553
Internet: http://www.bcb.gov.br

Sumário

Introdução **11**

I- A Economia Brasileira **15**
Nível de atividade 15
Produto Interno Bruto 16
Investimentos 20
Indicadores da produção industrial 22
Indicadores do comércio 26
Indicadores da produção agropecuária 28
Pecuária 31
Políticaa grícola 31
Produtividade 32
Energia 33
Indicadores de emprego 34
Indicadores de salários e rendimentos 35
Indicadores de preços 36
Índices gerais de preços 37
Índices de preços ao consumidor 38
Preços monitorados 40
Núcleos 41

II- Moeda e Crédito **43**
Políticam onetária 43
Agregadosm onetários 45
Títulos públicos federais e operações do Banco Central no mercado aberto 51
Operações de crédito do sistema financeiro 52
Sistema Financeiro Nacional 59

III- Mercado Financeiro e de Capitais **63**
Taxas de juros reais e expectativas de mercado 63

Mercado de capitais 65
Aplicações financeiras 67

IV- Finanças Públicas 71
Políticas orçamentária, fiscal e tributária 71
Outras medidas de política econômica 72
Necessidades de financiamento do setor público 74
Dívida mobiliária federal 78
Dívida Líquida do Setor Público 80
Arrecadação de impostos e contribuições federais 84
Previdência Social 85
Finanças estaduais e municipais 86

V- Relações Econômico-Financeiras com o Exterior 89
Política de comércio exterior 89
Política cambial 97
Movimento de câmbio 101
Balanço de pagamentos 103
Balança comercial 105
Intercâmbio comercial 126
Serviços 128
Rendas 132
Transferências unilaterais correntes 135
Conta financeira 136
Reservas internacionais 148
Serviço da dívida externa do Tesouro Nacional 149
Dívida externa 151
Indicadores de endividamento 158
Captações externas 159
Títulos da dívida externa brasileira 160
Posição internacional de investimento (PII) 160

VI- A Economia Internacional 167
Atividade econômica 167
Commodities 171
Petróleo 172
Política monetária e inflação 173
Mercado financeiro internacional 179

VII- Organismos Financeiros Internacionais 185
Fundo Monetário Internacional 185
Grupo dos 20 – G-20 187
Banco de Compensações Internacionais 188
Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos 190

VIII- Principais Medidas de Política Econômica 191
Leis 191
Medidas Provisórias 194
Decretos 198
Decreto Legislativo do Senado Federal 204
Resoluções do Conselho Monetário Nacional 204
Resoluções da Câmara de Comércio Exterior 219
Circulares do Banco Central do Brasil 224
Circulares da Secretaria de Comércio Exterior 229
Comunicados do Banco Central do Brasil 231
Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil 233
Portaria do Ministério da Fazenda 234
Portaria Conjunta do Ministério da Fazenda e do Banco Central do Brasil 234
Portarias do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior 234
Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional 234
Portaria Interministerial 236
Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional 236
Cartas-Circulares do Banco Central do Brasil 236
Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional 237
Instruções Normativas da Secretaria da Receita Federal do Brasil 237
Portaria Conjunta da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Secretaria de Comércio Exterior 237
Portaria da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior 238

Apêndice 239

Quadros Estatísticos

Capítulo I

1.1 PIB a preços de mercado 16
1.2 PIB – Variação trimestre/trimestre imediatamente anterior com ajuste sazonal 17
1.3 Taxas reais de variação do PIB – Ótica do produto 17
1.4 Taxas reais de variação do PIB – Ótica da despesa 18
1.5 PIB – Valor corrente, por componente 19
1.6 Formação Bruta de Capital (FBC) 21
1.7 Desembolsos do Sistema BNDES 22
1.8 Produção de bens de capital selecionados 23
1.9 Produçãoi ndustrial 24
1.10 Utilização da capacidade instalada na indústria 25
1.11 Produção agrícola – Principais culturas 29
1.12 Produção agrícola, área colhida e rendimento médio – Principais culturas 29
1.13 Estoque de grãos – Principais culturas 30
1.14 Consumo aparente de derivados de petróleo e álcool carburante 33
1.15 Consumo de energia elétrica 34
1.16 Emprego formal – Admissões líquidas 35
1.17 Rendimento médio habitual das pessoas ocupadas – 2008 36
1.18 Participação de itens do IPCA em 2008 39
1.19 Participação dos grupos no IPCA em 2008 39
1.20 Principais itens na composição do IPCA em 2008 40
1.21 Preços ao consumidor e seus núcleos em 2008 41

Capítulo II

2.1 Alíquotas de recolhimento sobre encaixes obrigatórios 48
2.2 Haveres financeiros 50
2.3 Evolução do crédito 52
2.4 Crédito com recursos livres 55
2.5 Crédito com recursos direcionados 58
2.6 Desembolsos do BNDES 58

Capítulo III

3.1 Rendimentos nominais das aplicações financeiras – 2008 69

Capítulo IV

4.1 Necessidades de financiamento do setor público 74
4.2 Resultado primário do Governo Central 76
4.3 Usos e fontes – Setor público consolidado 77
4.4 Títulos públicos federais – Posição de carteira 78
4.5 Títulos públicos federais – Participação percentual por indexador 80
4.6 Evolução da Dívida Líquida do Setor Público 81
4.7 Dívida Líquida do Setor Público 82

4.8 Dívida líquida e bruta do Governo Geral 83
4.9 Arrecadação bruta de receitas federais 84
4.10 Arrecadação do Imposto de Renda e do IPI por setores 85
4.11 Previdência Social 86
4.12 Arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços(ICMS) 87
4.13 Transferências da União para os estados e municípios 87

Capítulo V
5.1 Movimento de câmbio contratado 102
5.2 Balanço de pagamentos 104
5.3 Balança comercial – FOB 105
5.4 Índices de preço e *quantum* de exportação 106
5.5 Índices de preço e *quantum* de importação 110
5.6 Exportação por fator agregado – FOB 110
5.7 Exportação – FOB – Principais produtos básicos 111
5.8 Exportação por fator agregado e região – FOB 113
5.9 Exportação – FOB – Principais produtos semimanufaturados 114
5.10 Exportação – FOB – Principais produtos manufaturados 115
5.11 Exportação por intensidade tecnológica – FOB 118
5.12 Importação – FOB 119
5.13 Importações – FOB – Principais produtos 121
5.14 Importação por categoria de uso e região – FOB 122
5.15 Importação por intensidade tecnológica – FOB 125
5.16 Balança comercial por países e blocos – FOB 127
5.17 Serviços 129
5.18 Viagensi nternacionais 130
5.19 Transportes 131
5.20 Serviços empresariais, profissionais e técnicos 132
5.21 Rendas 133
5.22 Transferências unilaterais correntes 135
5.23 Saldo de transações correntes e necessidade de financiamento externo 136
5.24 Taxas de rolagem de médio e longo prazo do setor privado 138
5.25 Investimentos estrangeiros diretos 139
5.26 Investimento estrangeiro direto – Participação por país 140
5.27 Investimento estrangeiro direto – Participação por setor 141
5.28 Investimentos estrangeiros em carteira 143
5.29 Outros investimentos estrangeiros 144
5.30 Investimentos brasileiros diretos 145
5.31 Investimentos brasileiros em carteira 146
5.32 Outros investimentos brasileiros 146
5.33 Fluxos financeiros por credor externo – Itens selecionados 147
5.34 Demonstrativo de variação das reservas internacionais 149
5.35 Tesouro Nacional – Serviço da dívida externa 150
5.36 Tesouro Nacional – Operações de recompra de títulos soberanos da dívida externa 150

5.37 Endividamento externo bruto 151
5.38 Dívida externa registrada 152
5.39 Dívida pública externa registrada....154
5.40 Dívida externa registrada – Por devedor 154
5.41 Dívida externa registrada – Por credor....155
5.42 Prazo médio de amortização 156
5.43 Indicadores de sustentabilidade externa 158
5.44 Emissões da República....161
5.45 Dívida externa reestruturada 163
5.46 Posição internacional de investimento 164

Capítulo VI
6.1 Maiores economias desenvolvidas 168
6.2 Economias e mergentes 170

Gráficos

Capítulo I
1.1 Formação Bruta de Capital Fixo 18
1.2 Produçãoi ndustrial....22
1.3 Produção industrial – Dados dessazonalizados 23
1.4 Produção industrial – Por categoria de uso 23
1.5 Utilização da capacidade instalada na indústria 25
1.6 Índice de Volume de Vendas no Comércio – Ampliado 26
1.7 Índice de Confiança do Consumidor 28
1.8 Produção a nimal 31
1.9 Taxa média de desemprego aberto 34
1.10 Nível de emprego formal....35
1.11 Rendimento médio habitual real 36
1.12 Índices de preços ao consumidor 37

Capítulo II
2.1 Meios de pagamentos (M1) – Velocidade-renda 45
2.2 Papel-moeda em poder do público a preço de dezembro de 2008, dessazonalizado 45
2.3 Depósitos à vista a preço de dezembro de 2008, dessazonalizados 45
2.4 Base monetária e meios de pagamento 46
2.5 Haveres financeiros – Em percentual do PIB....49
2.6 Posição líquida de financiamento dos títulos públicos federais – Média diária 51
2.7 Operações compromissadas do Banco Central – Volume por prazo – Média dos saldos diários 51
2.8 Direcionamento do crédito para atividades econômicas – Sistema F inanceiro 53
2.9 Taxas de juros das operações de crédito com recursos livres....56

2.10 Taxas de juros das operações de crédito – Pessoa física 56
2.11 Taxas de juros das operações de crédito – Pessoa jurídica.....56
2.12 *Spread* bancário das operações de crédito com recursos livres.....57
2.13 Inadimplência das operações de crédito com recursos livres.....57
2.14 Sistema bancário – Participação por segmentos 60

Capítulo III
3.1 Taxa *over*/Selic 63
3.2 Taxa *over*/Selic x dólar x *swap* 360 dias 64
3.3 Curva de juros – *Swap* DI x pré 64
3.4 Taxa *over*/Selic acumulada em 12 meses 64
3.5 Mercado primário – Ofertas registradas na CVM 65
3.6 Ibovespa 66
3.7 Ibovespa x *Dow Jones* x Nasdaq.....66
3.8 Volume médio diário negociado na Bovespa – 2008 66
3.9 Valor de mercado – 2008 – Companhias abertas listadas na Bovespa 67
3.10 Aplicações financeiras – Saldos – 2008 68
3.11 Rendimento dos principais ativos financeiros em 2008 68

Capítulo IV
4.1 Necessidades de financiamento do setor público 75
4.2 Títulos públicos federais 79
4.3 Evolução da estrutura da dívida mobiliária.....79
4.4 Previdência Social 86

Capítulo V
5.1 Investimentos estrangeiros diretos e necessidade de financiamento externo 103
5.2 Exportação e importação – FOB 105
5.3 Índice de termos de troca 105
5.4 Índice trimestral de preço e *quantum* das exportações brasileiras ...107
5.5 Índice trimestral de preço e *quantum* das importações brasileiras ...109
5.6 Exportação por fator agregado – FOB 110
5.7 Importação de matérias-primas x produção industrial 119
5.8 Importação por categoria de uso final – FOB 119
5.9 Importação por categoria de uso final – FOB 124
5.10 Taxas de rolagem do setor privado.....139
5.11 Reservas internacionais 148
5.12 Prazo médio da dívida externa registrada 157
5.13 Composição da dívida externa registrada.....157
5.14 Indicadores de sustentabilidade externa.....159
5.15 Cotações de títulos brasileiros no exterior 163
5.16 Índice de risco-Brasil – Embi+ (*Strip spread*) 164

Capítulo VI
6.1 Índice de preço de *commodities* 171
6.2 Petróleo *U.K. Brent* – Mercado à vista....172
6.3 Taxas de juros oficiais 173
6.4 EUA: inflação....174
6.5 Japão: inflação....176
6.6 Área do Euro: inflação....177
6.7 Reino Unido: inflação....178
6.8 China: inflação....179
6.9 Retorno dos títulos do governo 180
6.10 VIX....180
6.11 Bolsas de valores – EUA, Europa e Japão 181
6.12 Bolsas de valores – Mercados emergentes....181
6.13 *Emerging Markets Bond Index Plus* (Embi+)....182
6.14 Moedas dos países desenvolvidos....182
6.15 Moedas dos países emergentes....183

Introdução

A evolução do nível da atividade na economia mundial seguiu, no início de 2008, a trajetória delineada a partir do segundo semestre do ano anterior, quando o desempenho favorável registrado nas principais economias maduras e emergentes passou a ser impactado, de forma mais acentuada, pelos desdobramentos da crise no mercado *subprime* dos Estados Unidos.

A reversão, registrada no decorrer de 2008, do ciclo de expansão econômica iniciado em 2002 – considerado um dos períodos de crescimento mais longo e de maior difusão desde a Segunda Grande Guerra – intensificou-se consideravelmente nos últimos meses daquele ano, traduzindo o impacto das restrições crescentes registradas no mercado de crédito.

Evidenciados os indícios de crise sistêmica e reconhecidas as potenciais implicações depressivas que a obstrução persistente dos canais de crédito poderia exercer sobre a evolução do setor real, os bancos centrais e governos dos Estados Unidos e de países desenvolvidos europeus implantaram, ou aumentaram de forma coordenada, o escopo e a intensidade de ações destinadas a estabilizar seus sistemas financeiros e mitigar os efeitos da intensificação da crise sobre o nível de atividade.

Neste cenário, o Comitê de Política Monetária (Copom) optou por interromper a trajetória restritiva adotada na condução da política monetária desde o início de 2008, quando a evolução do cenário econômico mundial e a aceleração do aquecimento da economia doméstica justificavam a redução dos estímulos monetários introduzidos a partir do início de 2006. Assim, após manter a taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) inalterada nas duas primeiras reuniões do ano e elevá-la em 225 pontos base (p.b.) nas quatro reuniões seguintes, o Copom optou por interromper essa sequência de aumentos e a manteve em 13,75% a.a. nas duas últimas reuniões do ano. Vale mencionar que a condução adequada da política monetária favoreceu que a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), embora se situasse em patamar superior às assinaladas nos dois anos anteriores, permanecesse no intervalo estipulado como meta pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) no âmbito do regime de metas para a inflação.

Refletindo o desenvolvimento da economia mundial e o ajuste da política monetária aos movimentos representados, em um primeiro momento, pela perspectiva de descompasso entre a oferta e a demanda internas e, posteriormente, pelo agravamento da crise nos mercados financeiros, o ritmo da atividade econômica registrou dois períodos distintos no decorrer de 2008. No primeiro, predominante nos três primeiros trimestres do ano, a economia brasileira cresceu a taxas elevadas, sustentada por expansões acentuadas do consumo e do investimento privados, passando a evidenciar, a seguir, os impactos do acirramento da crise financeira internacional tanto sobre os canais de crédito quanto sobre as expectativas dos agentes econômicos. Ressalte-se que, nesse quadro de redução da atividade, o governo e o Banco Central do Brasil (BCB) atuaram com várias medidas anticíclicas, como empréstimos em moeda estrangeira, para garantir as exportações e a liquidez no mercado; flexibilização da política monetária; incentivos fiscais, com redução de impostos e aumento dos gastos, em especial dos investimentos em infraestrutura; liberação de recursos para regularizar a liquidez do sistema financeiro nacional, incentivando o crescimento dos empréstimos.

No âmbito das medidas relacionadas à área fiscal, o governo federal anunciou, em dezembro, três medidas de redução de impostos, com impacto fiscal projetado para 2009 de R$8,4 bilhões. Nesse sentido, foram criadas duas alíquotas intermediárias, de 7,5% e 22,5%, na tabela do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF), representando renúncia fiscal de R$4,9 bilhões e redução de R$2,9 bilhões nas transferências para os estados e municípios, via fundos de participação. Adicionalmente, foram reduzidos o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre carros e caminhões novos, com vigência de 15.12.2008 até 31.1.2009, e a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre empréstimos às pessoas físicas, de 3% para 1,5% a.a.

O Produto Interno Bruto (PIB), mesmo recuando 3,6% no trimestre encerrado em dezembro, em relação ao finalizado em setembro, registrou alta de 5,1% no ano, refletindo o dinamismo experimentado pela economia nos nove primeiros meses. Considerada a ótica da produção, o desempenho anual do PIB traduziu resultados positivos em todos os seus componentes; enquanto sob a ótica da demanda, repetindo o padrão iniciado em 2006, o dinamismo da demanda interna proporcionou impacto mais intenso do que o associado à contribuição negativa exercida pelo setor externo.

A demanda interna seguiu, portanto, sustentando o processo de crescimento da atividade econômica, evolução consistente com a melhora das condições de crédito e com a continuidade da recuperação do emprego e da renda. A contribuição anual de 6,8 p.p. para o aumento do PIB esteve associada, em especial, ao crescimento de 13,8% registrado pela Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – maior taxa desde 1995. No âmbito do setor externo, as exportações recuaram 0,6% no ano e as importações cresceram 18,5%, determinando contribuição negativa de 2,3 p.p. para a variação do PIB no período.

O mercado de trabalho, que reage com defasagem ao ritmo da atividade, seguiu registrando trajetória favorável até o final de 2008, expressa na taxa de desemprego de 6,8% observada em dezembro, menor patamar da série histórica iniciada em 2002. A taxa de desemprego média anual situou-se em 7,8%, ante 8,2% em 2007.

As transações correntes, após apresentarem resultados superavitários por cinco anos consecutivos, voltaram a registrar déficit em 2008. A reversão dos resultados positivos, iniciada em meados de 2007, evidenciou o impacto da trajetória de expansão recente da economia brasileira sobre as taxas de crescimento das importações, que se mantiveram em patamar significativamente superior ao das exportações, e o aumento nas remessas líquidas de serviços e rendas, principalmente as relativas a lucros e dividendos. O desempenho da conta financeira do balanço de pagamentos segue traduzindo os expressivos ingressos líquidos de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED), que atingiram volume recorde em 2008, contrastando com as saídas de capitais externos relacionadas a investimentos em *portfolio*, especialmente em ações; de empréstimos de curto prazo; e a redução na taxa de rolagem da dívida externa de médio e longo prazos, em todos os casos, concentradas no último trimestre do ano.

A reversão do cenário econômico internacional, com desdobramentos sobre o crédito externo, traduziu-se na atuação do Banco Central no mercado de câmbio. Nesse contexto, as intervenções de compras de dólar norte-americano no mercado *spot*, expressas em aquisições de US$78,6 bilhões em 2007 e de US$18,7 bilhões nos nove primeiros meses de 2008, reverteram-se para vendas à vista, que totalizaram US$11,1 bilhões de outubro a dezembro. Já as modalidades de linhas com recompra e de empréstimos em moeda estrangeira resultaram em vendas líquidas da moeda norte-americana de US$13 bilhões nos últimos quatro meses de 2008.

Ressalte-se que, mesmo no cenário de deterioração dos mercados financeiros internacionais, as reservas internacionais atingiram, ao final de 2008, US$193,8 bilhões no conceito caixa, elevando-se US$13,4 bilhões em relação ao ano anterior. Considerado o conceito de liquidez internacional, que inclui o estoque de linhas com recompra e as operações de empréstimo em moedas estrangeiras, as reservas somaram US$206,8 bilhões, elevando-se US$26,5 bilhões no ano. Adicionalmente, os indicadores de endividamento externo, evidenciando a persistente melhora dos fundamentos macroeconômicos e a continuidade da consistência na condução das políticas monetária e fiscal internas, registraram, em dezembro de 2008, evolução favorável em relação a igual período de 2007, movimento consistente com as trajetórias experimentadas pelas reservas internacionais, pelo serviço da dívida externa e pelo valor em dólares das exportações e do PIB.

I

A Economia Brasileira

Nível de atividade

O ritmo da atividade econômica registrou dois períodos distintos no decorrer de 2008. No primeiro, observado nos três primeiros trimestres do ano, a economia brasileira cresceu a taxas elevadas, sustentada por expansões acentuadas no consumo e no investimento privados, passando a evidenciar, a seguir, os impactos do acirramento da crise financeira internacional tanto sobre os canais de crédito quanto sobre as expectativas dos agentes econômicos.

Nesse cenário, o PIB, mesmo recuando 3,6% no trimestre encerrado em dezembro, em relação ao finalizado em setembro, após ajuste sazonal, registrou alta de 5,1% no ano, refletindo o dinamismo experimentado pela economia nos nove primeiros meses do ano. Considerada a ótica da produção, o desempenho anual do PIB em 2008 traduziu resultados positivos em todos os seus componentes; enquanto, sob a ótica da demanda, repetindo o padrão iniciado em 2006, a expansão da demanda interna superou o crescimento do produto, mantida a contribuição negativa exercida pelo setor externo.

A demanda interna seguiu, portanto, sustentando o processo de crescimento da atividade econômica, evolução consistente com a melhora das condições de crédito e com a continuidade da recuperação do emprego e da renda que marcaram o primeiro período de 2008. A contribuição anual de 6,8 p.p. para o aumento do PIB esteve associada, em especial, ao crescimento de 13,8% registrado pela FBCF – maior taxa desde 1994. No âmbito do setor externo, as quantidades exportadas de bens e serviços recuaram 0,6% no ano e as importadas cresceram 18,5%, determinando contribuição negativa de 2,3 p.p. para a variação do PIB no período.

O mercado de trabalho, que reage com defasagem ao ritmo da atividade, seguiu registrando trajetória favorável até o final de 2008, expressa na taxa de desemprego de 6,8% observada em dezembro, menor patamar da série histórica iniciada em 2002. A taxa de desemprego média anual situou-se em 7,9%, ante 9,3% em 2007.

Produto Interno Bruto

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB cresceu 5,1% em 2008, décimo sexto resultado anual positivo em sequência. Esse resultado, que refletiu o dinamismo experimentado pela atividade econômica nos nove primeiros meses do ano, traduziu, mais uma vez, a contribuição positiva da demanda interna, com ênfase na aceleração registrada nos investimentos no período anterior à intensificação da crise nos mercados financeiros internacionais. Em valores correntes, o PIB a preços de mercado atingiu R$2.889,7 bilhões.

Quadro 1.1 – PIB a preços de mercado

Ano	A preços de 2008 (R$ milhões)	Variação real (%)	Deflator implícito (%)	A preços correntes[1/] (US$ milhões)	População (milhões)	PIB *per capita*		
						A preços de 2008 (R$)	Variação real (%)	A preços correntes[1/] (US$)
1980	1 452 633	9,2	92,1	237 772	118,6	12 252	7,0	2 005
1981	1 390 896	-4,3	100,5	258 553	121,2	11 475	-6,3	2 133
1982	1 402 441	0,8	101,0	271 252	123,9	11 321	-1,3	2 190
1983	1 361 349	-2,9	131,5	189 459	126,6	10 755	-5,0	1 497
1984	1 434 862	5,4	201,7	189 744	129,3	11 099	3,2	1 468
1985	1 547 485	7,8	248,5	211 092	132,0	11 725	5,6	1 599
1986	1 663 391	7,5	149,2	257 812	134,7	12 353	5,4	1 915
1987	1 722 109	3,5	206,2	282 357	137,3	12 546	1,6	2 057
1988	1 721 076	-0,1	628,0	305 707	139,8	12 309	-1,9	2 186
1989	1 775 462	3,2	1304,4	415 916	142,3	12 476	1,4	2 923
1990	1 698 229	-4,3	2737,0	469 318	146,6	11 585	-7,1	3 202
1991	1 715 721	1,0	416,7	405 679	149,1	11 508	-0,7	2 721
1992	1 706 394	-0,5	969,0	387 295	151,5	11 260	-2,2	2 556
1993	1 790 430	4,9	1996,1	429 685	154,0	11 627	3,3	2 790
1994	1 895 222	5,9	2240,2	543 087	156,4	12 115	4,2	3 472
1995	1 975 272	4,2	93,9	770 350	158,9	12 433	2,6	4 849
1996	2 017 750	2,2	17,1	840 268	161,3	12 508	0,6	5 209
1997	2 085 856	3,4	7,6	871 274	163,8	12 736	1,8	5 320
1998	2 086 593	0,0	4,2	843 985	166,3	12 551	-1,5	5 077
1999	2 091 894	0,3	8,5	586 777	168,8	12 396	-1,2	3 477
2000	2 181 975	4,3	6,2	644 984	171,3	12 739	2,8	3 766
2001	2 210 627	1,3	9,0	553 771	173,8	12 718	-0,2	3 186
2002	2 269 388	2,7	10,6	504 359	176,4	12 866	1,2	2 859
2003	2 295 409	1,1	13,7	553 603	179,0	12 825	-0,3	3 093
2004	2 426 529	5,7	8,0	663 783	181,6	13 363	4,2	3 655
2005	2 503 200	3,2	7,2	882 439	184,2	13 591	1,7	4 791
2006	2 602 602	4,0	6,1	1 088 911	186,8	13 935	2,5	5 830
2007	2 750 100	5,7	3,7	1 333 818	187,6	14 656	5,2	7 108
2008	2 889 719	5,1	5,9	1 573 321	189,6	15 240	4,0	8 298

Fonte: IBGE

1/ Estimativa do Banco Central do Brasil, obtida pela divisão do PIB a preços correntes pela taxa média anual de câmbio de compra.

O desempenho positivo do PIB decorreu, mais uma vez, de expansões generalizadas em seus componentes. A produção da agropecuária aumentou 5,8%, impulsionada pelo crescimento de 9,6% da safra de grãos, resultado associado, fundamentalmente, a ganhos médios de produtividade da ordem de 5,3%, consistente com a ocorrência de condições climáticas adequadas e com o ambiente de estímulos a investimentos proporcionado pela evolução dos preços de comercialização. A área colhida aumentou 4,1% no ano.

Quadro 1.2 – PIB – Variação trimestre/trimestre imediatamente anterior com ajuste sazonal

Percentual

Discriminação	2008			
	I	II	III	IV
PIB a preço de mercado	1,6	1,6	1,7	-3,6
Agropecuária	-1,3	3,0	1,3	-0,5
Indústria	2,4	-0,2	3,6	-7,4
Serviços	1,4	0,9	0,8	-0,4

Fonte: IBGE

A atividade industrial cresceu 4,3% em 2008, registrando taxas positivas em todos os subsetores. A indústria da construção civil, traduzindo o processo de fortalecimento da renda e os efeitos de medidas de incentivo direcionadas ao setor, aumentou 8%, quinto resultado anual positivo consecutivo. A produção e distribuição de eletricidade, gás e água, refletindo o desempenho da economia no ano, cresceu 4,5%, enquanto o setor

Quadro 1.3 – Taxas reais de variação do PIB – Ótica do produto

Percentual

Discriminação	2006	2007	2008
PIB	4,0	5,7	5,1
Setor agropecuário	4,5	5,9	5,8
Setor industrial	2,3	4,7	4,3
Extrativa mineral	4,4	2,8	4,3
Transformação	1,1	4,7	3,2
Construção	4,7	5,0	8,0
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	3,5	5,9	4,5
Setor serviços	4,2	5,4	4,8
Comércio	5,9	7,1	6,1
Transporte, armazenagem e correio	2,1	5,3	3,2
Serviços de informação	1,6	7,0	8,9
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relativos	8,4	14,5	9,1
Outros serviços	4,0	2,7	4,5
Atividades imobiliárias e aluguel	3,0	4,1	3,0
Administração, saúde e educação pública	3,3	2,4	2,3

Fonte: IBGE

extrativo mineral expandiu 4,3%. A expansão de 3,2% na produção da indústria de transformação refletiu, em especial, os impactos favoráveis do ambiente de estabilidade econômica e das melhores condições nos mercados de crédito e de trabalho sobre a demanda por bens de capital e por bens de consumo duráveis.

O setor de serviços cresceu 4,8% em 2008, registrando-se expansão generalizada em seus subsetores, em especial serviços de intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relativos, 9,1%; serviços de informação, 8,9%; comércio, 6,1%; e transporte, armazenagem e correio, 3,2%, os dois últimos impactados pelo desempenho dos setores primário e secundário. Assinale-se, ainda, o crescimento nos segmentos outros serviços, 4,5%; atividades imobiliárias e aluguel, 3%; e administração, saúde e educação pública, 2,3%.

Quadro 1.4 – Taxas reais de variação do PIB – Ótica da despesa

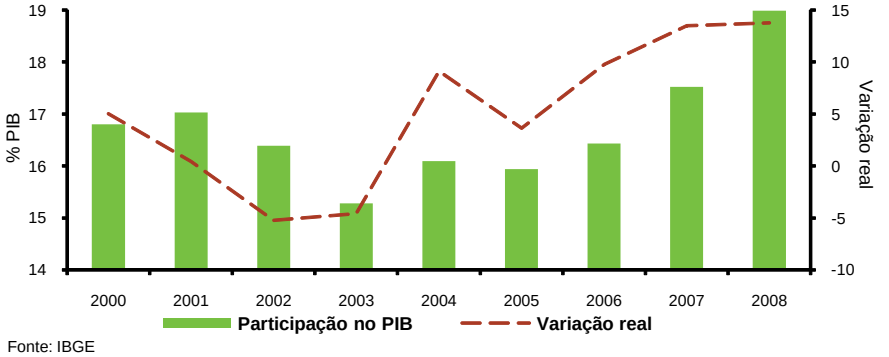
Percentual

Discriminação	2006	2007	2008
PIB	4,0	5,7	5,1
Consumo das famílias	5,2	6,3	5,4
Consumo do governo	2,6	4,7	5,6
Formação Bruta de Capital Fixo	9,8	13,5	13,8
Exportações	5,0	6,7	-0,6
Importações	18,4	20,8	18,5

Fonte: IBGE

A contribuição da demanda interna para o crescimento do PIB alcançou 6,8 p.p. em 2008. A FBCF aumentou 13,8%, seguindo-se as expansões do consumo do governo, 5,6%, e das famílias, 5,4%. Em sentido inverso, o setor externo contribuiu negativamente com 2,3 p.p. para a evolução anual do PIB, resultado compatível com os desdobramentos do vigor da demanda interna soble os fluxos externos de comércio. Nesse sentido, enquanto

Gráfico 1.1
Formação Bruta de Capital Fixo



Fonte: IBGE

as exportações de bens e serviços recuaram 0,6% no ano, as importações, relevantes para o aparelhamento do parque industrial e para o equilíbrio entre a demanda e a oferta de bens de consumo, elevaram-se 18,5%.

Quadro 1.5 – PIB – Valor corrente, por componente

Em R$ milhões

Discriminação	2005	2006	2007	2008
Produto Interno Bruto a preços de mercado	2 147 239	2 369 797	2 597 611	2 889 719
Ótica do produto				
Setor agropecuário	105 163	111 229	133 015	163 536
Setor industrial	539 283	585 602	623 721	682 497
Setor serviços	1 197 807	1 337 903	1 466 783	1 595 021
Ótica da despesa				
Consumo final	1 721 783	1 903 679	2 096 903	2 337 823
Consumo das famílias	1 294 230	1 428 906	1 579 616	1 753 414
Consumo da administração pública	427 553	474 773	517 287	584 408
Formação Bruta de Capital	347 976	397 340	460 672	547 066
Formação Bruta de Capital Fixo	342 237	389 328	455 213	548 757
Variação de estoques	5 739	8 012	5 459	-1 690
Exportação de bens e serviços	324 842	340 457	355 399	414 257
Importação de bens e serviços (-)	247 362	271 679	315 362	409 427

Fonte: IBGE

O desempenho do PIB em 2008 refletiu a evolução favorável da economia nos nove primeiros meses do ano e a trajetória de arrefecimento que se seguiu ao agravamento da crise financeira internacional. Nesse sentido, ratificando, principalmente, o crescimento contínuo da renda real e do emprego, o PIB cresceu 1,6% no primeiro trimestre do ano, em relação ao trimestre anterior, considerados dados dessazonalizados.

Esse resultado refletiu aumentos de 2,4% na indústria e de 1,4% no setor de serviços, contrastando com a evolução negativa de 1,3% na produção agropecuária. Em relação aos componentes da demanda, ressalte-se, no período, o crescimento de 2,8% da FBCF, sétimo resultado trimestral positivo em sequência, e as expansões nos consumos das famílias, 5%, e do governo, 4,1%. As exportações recuaram 6,2% e as importações, em linha com o processo de aceleração do nível da atividade, cresceram 1,3%.

A evolução do PIB apresentou o mesmo dinamismo no segundo trimestre. O aumento de 1,6% do produto no período traduziu as elevações observadas nos segmentos agropecuário, estimulado pelas safras de soja e de milho, 3%; e serviços, 0,9%, em oposição ao recuo de 0,2% assinalado no setor industrial. Em relação aos componentes da demanda, assinale-se, no trimestre, a continuidade do crescimento da FBCF, atingindo 3,4%, enquanto o consumo das famílias aumentou 0,7% e o do governo decresceu 0,2%. As exportações elevaram-se 3,9% e as importações, 8,6% no período.

A expansão trimestral do PIB seguiu em ritmo crescente no terceiro trimestre do ano, quando atingiu 1,7%, constituindo-se no décimo segundo resultado positivo em sequência, nessa base de comparação. A agropecuária cresceu 1,3%, enquanto a indústria e os serviços registraram aumentos respectivos de 3,6% e de 0,8%. Sob o enfoque da demanda, sempre considerando dados dessazonalizados, ressalte-se, nesse trimestre, a expansão de 8,4% dos investimentos, enquanto o consumo das famílias aumentou 2,1% e o do governo, 1,6%. As exportações decresceram 1,4% e as importações elevaram-se 6,4%, ressaltando-se que as compras externas aumentaram, no período, pelo décimo segundo trimestre consecutivo.

Ratificando a evolução de indicadores antecedentes e coincidentes, o PIB recuou 3,6% no último trimestre de 2008, interrompendo doze trimestres consecutivos de elevação, impactado, em especial, pela redução de 7,4% na indústria, que procedeu ajustes importantes como resposta à restrição ao crédito provocada pela crise financeira internacional, à deterioração do sentimento do empresário, à redução da demanda externa e à adequação do nível de estoques. A produção agropecuária recuou 0,5% no trimestre e a relativa ao setor de serviços, 0,4%. Sob a ótica da demanda, a FBCF e o consumo das famílias registraram recuos respectivos de 9,8% e de 2% no trimestre, em oposição à expansão de 0,5% assinalada no consumo do governo. Adicionalmente, a contribuição negativa do setor externo traduziu reduções de 2,9% nas exportações e de 8,2% nas importações, resultado compatível com o novo ambiente econômico.

Nesse quadro de redução da atividade, o governo e o Banco Central do Brasil atuaram com várias medidas anticíclicas que incorporam empréstimos em moeda estrangeira, para financiar as exportações e garantir a liquidez do mercado; incentivos fiscais, com redução de impostos e aumento dos gastos, em especial dos investimentos em infraestrutura; e liberação de recolhimentos compulsórios para aumentar a liquidez do sistema financeiro nacional, incentivando o crescimento dos empréstimos.

Investimentos

Os investimentos, excluídas as variações de estoques, aumentaram 13,8% em 2008, de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do IBGE, configurando a maior taxa anual desde 1994 e o quinto resultado positivo consecutivo. Esse ritmo de expansão, substancialmente superior ao registrado pelo PIB, evidenciou, em especial, as expectativas favoráveis do empresariado na continuidade do ciclo de expansão da economia, predominantes nos nove primeiros meses do ano.

Os insumos da construção civil registraram crescimento anual de 8,5% em 2008, ante 5,1% no ano anterior, evolução impulsionada pelo cenário de ganhos nos mercados de crédito e de trabalho e pelos impactos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) sobre o setor.

Quadro 1.6 – Formação Bruta de Capital (FBC)

Percentual

Ano	Participação na FBC				A preços correntes	
	Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)			Variação de estoques	FBCF/PIB	FBC/PIB
	Construção civil	Máquinas e equipamentos	Outros			
1995	44,5	48,9	8,3	-1,6	18,3	18,0
1996	48,2	43,5	7,3	1,0	16,9	17,0
1997	49,5	43,1	7,0	0,3	17,4	17,4
1998	51,9	40,8	6,9	0,3	17,0	17,0
1999	50,6	37,2	7,8	4,4	15,7	16,4
2000	45,7	39,3	7,1	7,9	16,8	18,3
2001	43,9	43,3	7,3	5,5	17,0	18,0
2002	47,8	44,8	8,5	-1,2	16,4	16,2
2003	42,8	45,3	8,7	3,1	15,3	15,8
2004	41,1	45,0	7,9	6,0	16,1	17,1
2005	41,6	49,0	7,7	1,6	15,9	16,2
2006	39,6	50,6	7,8	2,0	16,4	16,8
2007	...	...	...	...	17,5	17,7
2008	...	...	...	...	19,0	18,9

Fonte: IBGE

A produção de bens de capital apresentou crescimento anual de 14,3% em 2008, ante 19,5% no ano anterior, resultado de aumentos generalizados em seus componentes, com ênfase nos registrados nos segmentos ligados à agropecuária, em especial máquinas e equipamentos agrícolas, 35,1%, e peças agrícolas, 58,8%. Registraram-se, ainda, aumentos importantes nas produções de bens de capital destinados a equipamentos de transporte, 31,3%; e de energia elétrica, 12%. Os bens de capital para construção variaram 4,8% no período. A produção de bens tipicamente industrializados aumentou 4,6% no ano, reflexo de elevações nos segmentos de seriados, 2,7%, e de não seriados, 17,4%.

Os desembolsos do sistema BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame) e BNDES Participações S.A. (BNDESpar) – totalizaram R$90,9 bilhões em 2008, elevando-se 40% em relação ao ano anterior. A análise setorial revela que o desempenho do setor de infraestrutura mostrou-se determinante para essa evolução, registrando elevação anual de 40,6%.

A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), utilizada como indexador de financiamentos contratados junto ao sistema BNDES, permaneceu em 6,25% a.a. ao longo de 2008, patamar mantido desde o segundo trimestre de 2007.

Quadro 1.7 – Desembolsos do Sistema BNDES[1/]

Em R$ milhões

Discriminação	2006	2007	2008
Total	51 318	64 892	90 878
Por setor			
Indústria de transformação	25 734	25 395	35 710
Comércio e serviços	20 704	33 448	46 263
Agropecuária	3 423	4 998	5 595
Indústria extrativa	1 458	1 051	3 311

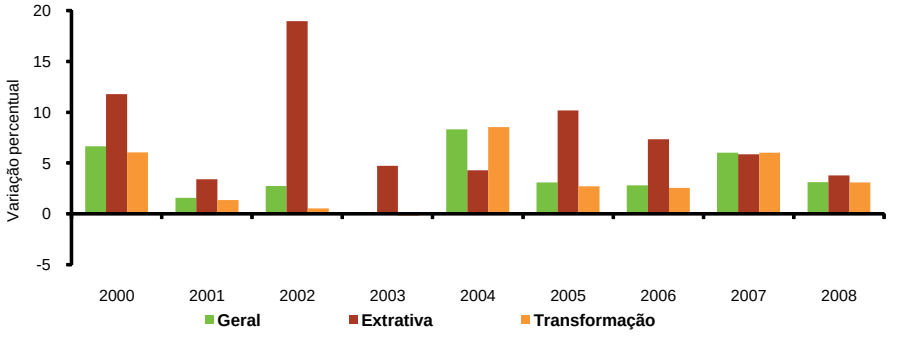
Fonte: BNDES

1/ Compreende o BNDES, a Finame e o BNDESpar.

Indicadores da produção industrial

A produção industrial registrou taxa de crescimento anual de 3,1% em 2008, segundo o índice de produção física da indústria geral da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE, ante expansões de 6% em 2007 e de 3,4% no período de 1999 até 2007, desde a introdução do regime de metas de inflação.

Gráfico 1.2
Produção industrial



Fonte: IBGE

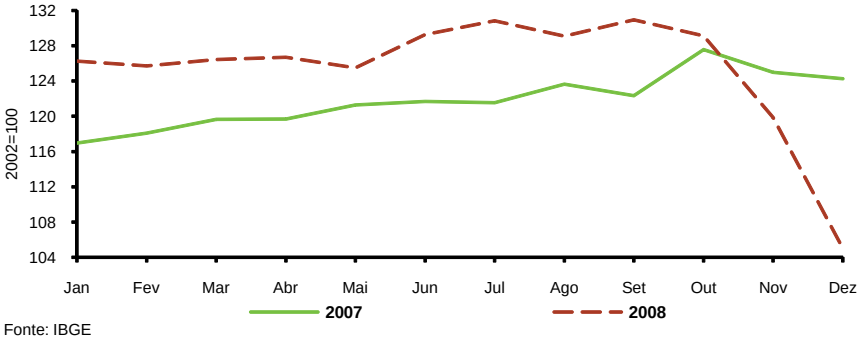
A evolução anual da indústria pode ser claramente posicionada nos períodos pré-crise e pós-crise. Nesse sentido, a taxa de crescimento do índice da produção industrial, após registrar crescimento acumulado de 6,4% até o terceiro trimestre de 2008, em relação a igual período do ano anterior, assinalou redução de 6,2% no último trimestre do ano, ante igual período de 2007. Esse movimento é ratificado pelas variações trimestrais do indicador, que atingiram, em sequência, 0,4%, 0,8%, 2,5% e -9,4% ante os trimestres imediatamente anteriores.

Quadro 1.8 – Produção de bens de capital selecionados

Discriminação	Variação percentual		
	2006	2007	2008
Bens de capital	5,7	19,5	14,4
Industrial	5,5	17,0	4,7
Seriados	5,2	18,5	2,8
Não seriados	6,9	7,4	17,4
Agrícolas	-16,5	48,4	35,1
Peças agrícolas	-38,9	170,8	58,8
Construção	8,2	18,7	5,6
Energia elétrica	22,2	26,0	12,0
Transportes	-1,6	18,0	31,4
Misto	11,6	15,4	2,5

Fonte: IBGE

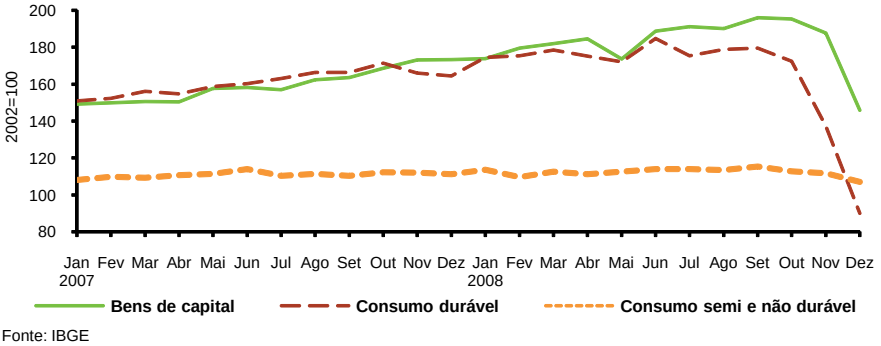
Gráfico 1.3
Produção industrial
Dados dessazonalizados



Fonte: IBGE

As quatro categorias de uso pesquisadas pelo IBGE apresentaram comportamentos diferenciados no decorrer do ano, mas todas foram sensibilizadas pela retração do crescimento observada no quarto trimestre do ano. Impulsionado pelo alongamento do horizonte de planejamento e pela expansão da demanda interna e do crédito, o

Gráfico 1.4
Produção industrial – Por categoria de uso
Dados dessazonalizados



Fonte: IBGE

crescimento interanual da produção de bens de capital alcançava 18% nos três primeiros trimestres do ano, reduzindo-se para 14,4% quando incorporado o resultado do quarto trimestre. Ressalte-se que essa categoria foi a única a apresentar taxa de crescimento positiva nesse trimestre.

A expansão do emprego e da renda e a confiança do consumidor constituíram-se em forte estímulo à demanda por bens de consumo duráveis, atendida, em especial, pela produção interna. Nesse cenário, o crescimento da produção de bens de consumo duráveis, após atingir 12,1% até o terceiro trimestre, situou-se em 3,7% no ano, traduzindo a redução de 19,5% registrada no quarto trimestre, em relação a igual período de 2007.

A produção de bens intermediários aumentou 1,6% no ano, registrando, igualmente, desempenho favorável nos nove primeiros meses do ano e recuo no último trimestre, expressos em variações respectivas de 5,3% e -9,2%, nas mesmas bases comparativas.

A produção de bens de consumo semiduráveis e não duráveis, menos sensível ao estímulo das condições de crédito, após apresentar crescimento acumulado de 2,3% até o terceiro trimestre do ano, inferior ao da indústria geral, registrou recuo de 1,2% no período subsequente, resultando em expansão anual de 1,4%.

Quadro 1.9 – Produção industrial

Discriminação	Variação percentual		
	2006	2007	2008
Total	2,8	6,0	3,1
Por categorias de uso			
Bens de capital	5,7	19,5	14,4
Bens intermediários	2,1	4,9	1,6
Bens de consumo	3,3	4,7	1,9
Duráveis	5,8	9,1	3,7
Semi e não duráveis	2,7	3,4	1,4

Fonte: IBGE

Dentre as atividades pesquisadas pelo IBGE, dezesseis apresentaram taxas positivas de crescimento no ano, e nove, taxas negativas, com ênfase nas relativas aos segmentos outros equipamentos de transporte, 42,2%; equipamentos de instrumentação médico-hospitalar, 15,7%; e farmacêutico, 12,6%. Em sentido inverso, assinalem-se os desempenhos negativos observados nas atividades madeira, 10,2%; máquinas de escritório e equipamentos de informática, 9%; fumo, 7%; e calçados e couro, 6,8%.

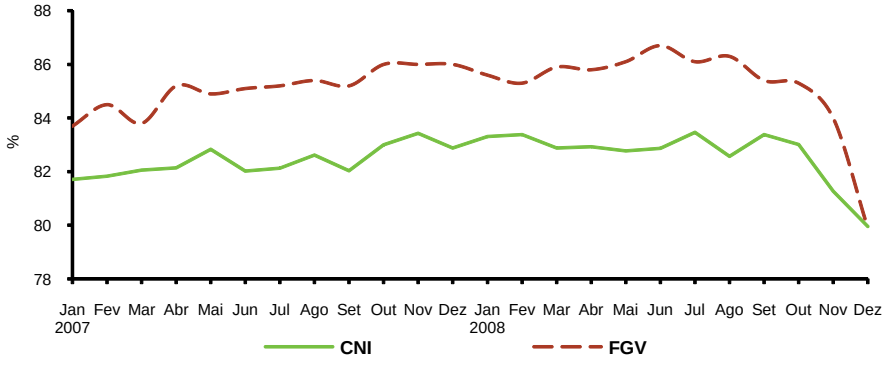
As duas atividades de maior peso na indústria geral – alimentos e veículos automotores – foram significativamente impactadas pela crise econômica, registrando desaceleração dos crescimentos acumulados respectivos de 1,2% e de 17,5% até o terceiro trimestre, para expansões anuais de 0,5% e 8,2%, respectivamente.

A produção industrial registrou, em 2008, expansão generalizada em termos regionais, excetuando-se, entre as treze unidades da Federação pesquisadas, o resultado negativo observado em Santa Catarina, impactado pelos desempenhos desfavoráveis dos segmentos madeira e máquinas e equipamentos. As unidades com maior expansão industrial foram Goiás, 8,1%, com ênfase nas indústrias de alimentos e bebidas e na extrativa, e Paraná, 8,6%, esta traduzindo os impulsos significativos associados às atividades veículos automotores, em especial caminhões, edição e impressão, e celulose e papel.

O nível de emprego na indústria apresentou crescimento de 2,7% em 2008, considerada a média anual do índice de Pessoal Ocupado Assalariado (POA) da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (Pimes) do IBGE. Ressalte-se que, ao final do ano, o nível de emprego situava-se em patamar 1,1% inferior ao de dezembro de 2007.

O nível médio de utilização da capacidade instalada (Nuci) na indústria manteve, em 2008, o patamar elevado observado ao final de 2007, atingindo, de acordo com a Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação (SCIT) da Fundação Getulio Vargas (FGV), 85,2%, ante o recorde de 86,7% assinalado em junho de 2008. Na margem, o Nuci apresentou recuo mensal de 4,6 p.p. em dezembro, situando-se em 80,6%.

Gráfico 1.5
Utilização da capacidade instalada na indústria



Quadro 1.10 – Utilização da capacidade instalada na indústria[1/]

Percentual

Discriminação	2006	2007	2008
Indústria de transformação	83,3	85,1	85,2
Bens de consumo finais	80,1	83,1	84,9
Bens de capital	82,0	85,7	87,9
Materiais de construção	85,1	84,6	88,4
Bens de consumo intermediários	87,3	87,8	86,4

Fonte: FGV

1/ Pesquisa trimestral. Média do ano.

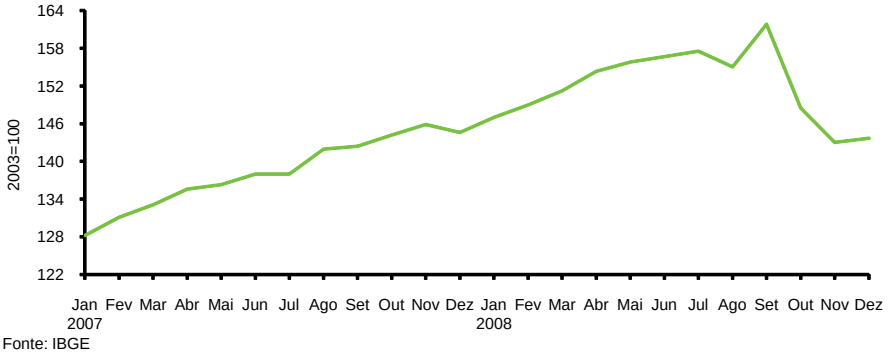
O Índice de Confiança da Indústria (ICI) da SCIT, da FGV, recuou 46,2 pontos no último trimestre do ano, atingindo 71,4 pontos em dezembro, após haver registrado, em agosto, 120,4 pontos, o segundo maior valor da série, iniciada em abril de 1995.

A Sondagem Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI) registrou, igualmente, deterioração das condições da indústria no último trimestre do ano, expressa em nível recorde de acúmulo de estoques indesejados. Em relação ao nível de atividade no trimestre, o índice de volume da produção atingiu 40,8 pontos e o relativo à evolução do número de empregados, 44 pontos, menores níveis desde o primeiro trimestre de 1999, sinalizando redução da produção física e contração do emprego trimestrais.

Indicadores do comércio

Segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada pelo IBGE, o Índice de Volume de Vendas no Comércio Ampliado aumentou 9,9% em 2008, segunda maior taxa anual registrada, superada apenas pela expansão de 13,6% assinalada em 2007. Vale mencionar que de janeiro a setembro, antes do agravamento do quadro econômico mundial, a taxa de crescimento acumulada do comércio ampliado atingia 13,8%, em relação a igual período do ano anterior. As vendas elevaram-se em todos os segmentos que compõem o indicador, com ênfase nas relativas a equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, 33,5%; outros artigos de uso pessoal e doméstico, 15,6%; móveis e eletrodomésticos, 15,1% e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, 13,3%.

Gráfico 1.6
Índice de Volume de Vendas no Comércio – Ampliado
Dados dessazonalizados



Fonte: IBGE

As vendas nos segmentos automóveis, motocicletas, partes e peças, e materiais de construção, mais dependentes das concessões de crédito, apresentaram taxas de crescimento anuais respectivas de 11,9% e 7,8%, após se expandirem, na ordem, 20,7% e 11,5% nos nove primeiros meses do ano.

O aumento das vendas no comércio ampliado, em 2008, ocorreu de forma generalizada nas cinco regiões do país. A taxa mais elevada ocorreu no Centro-Oeste, 11,3%; seguindo-se as relativas às regiões Sudeste, 10,8%; Sul, 10%; Nordeste, 9,2% e Norte, 7,6%. Em relação às unidades da Federação, assinalem-se os aumentos nas vendas varejistas em Rondônia, 19%; Espírito Santo, 17,2%; Mato Grosso, 15,2%; Goiás, 14% e Mato Grosso do Sul, 13,7%, contrastando com os desempenhos mais modestos observados no Distrito Federal, 0,7%; Pará, 3,1% e Amazonas, 5,7%.

A Receita Nominal de Vendas no comércio ampliado apresentou expansão de 15,1% em 2008, resultado de crescimentos de 9,1% no volume de vendas e de 5,5% nos preços. Todos os segmentos apresentaram taxas de crescimento da receita nominal superiores à inflação anual de 5,90% registrada pelo IPCA, do IBGE, no período, com destaque para os relativos aos segmentos outros artigos de uso pessoal e doméstico, 21,7%; material de construção, 18,1% e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, 17,2%.

Indicadores do comércio relativos ao estado de São Paulo ratificam o crescimento generalizado das vendas de bens duráveis, semi e não duráveis em 2008. Nesse sentido, de acordo com a Associação Comercial de São Paulo (ACSP), o número de consultas ao Serviço Central de Proteção ao Crédito (SCPC), indicador de compras a prazo, cresceu 6,4% no ano, enquanto as consultas ao Usecheque, indicador de compras à vista, elevaram-se 4,3% no período.

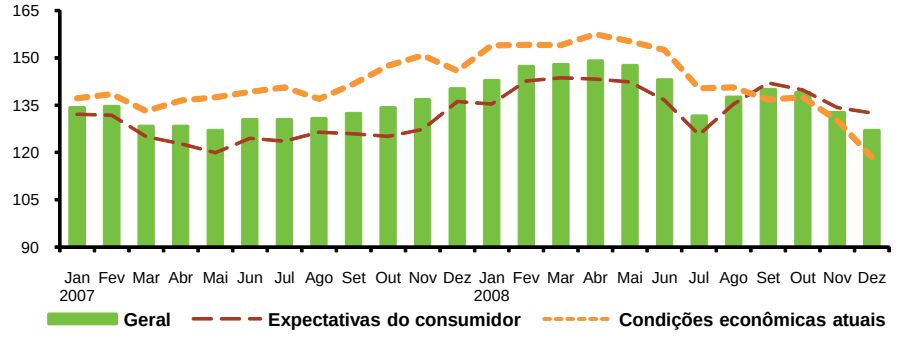
As vendas do setor automobilístico aumentaram 14,6% em 2008, de acordo com a Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), após se elevarem 27,1% nos nove primeiros meses do ano. Na mesma linha, as vendas de autoveículos nacionais no mercado interno, divulgadas pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), registraram elevação anual de 11,9% em 2008, após aumentarem 26,3% até setembro.

Os indicadores de inadimplência seguem em patamar estável nos últimos anos. A relação entre o número de cheques devolvidos por insuficiência de fundos e o total de cheques compensados atingiu, em média, 6,1% em 2008, ante 6,2% em 2007. Por região, as maiores taxas continuaram ocorrendo no Norte e no Nordeste. A inadimplência na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), medida pela ACSP, atingiu, em média, 6,5% em 2008, ante 5,4% no ano anterior.

Pesquisas de âmbito nacional, relacionadas às expectativas dos consumidores, apresentaram inversão da tendência de crescimento ao longo de 2008. Após manutenção em patamar elevado até o fim do terceiro trimestre, a confiança do consumidor foi impactada, no quarto trimestre do ano, pelo acirramento dos efeitos da crise internacional sobre a economia brasileira. Nesse sentido, o Índice de Confiança do Consumidor (ICC), da FGV, recuou 1,6% no ano, resultado de reduções de 5,2% no Índice de Expectativas

(IE) e de elevação de 5,4% no Índice da Situação Atual (ISA). Ressaltem-se os recuos respectivos de 15% e 9,7% registrados por esses componentes no último trimestre de 2008, em relação a igual período de 2007.

Gráfico 1.7
Índice de Confiança do Consumidor



Fonte: Fecomercio SP

No mesmo sentido, o Índice Nacional de Expectativa do Consumidor (Inec), de periodicidade trimestral, divulgado pela CNI, registrou deterioração da confiança do consumidor, recuando 1,6% no último trimestre do ano, em relação a igual período do ano anterior. Os declínios mais acentuados ocorreram nas expectativas dos consumidores em relação ao desemprego, 17,3%, e à inflação, 14,4%. O Inec registrou crescimento anual de 0,4%.

O ICC, divulgado pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio- SP), recuou 3% no quarto trimestre de 2008 em relação ao mesmo período de 2007, resultado de redução de 13% no Índice de Condições Econômicas Atuais (Icea) e de elevação de 4,6% no Índice de Expectativas do Consumidor (IEC), que representa 60% do índice geral. O desempenho do indicador nos três primeiros trimestres de 2008 proporcionou seu crescimento, de 6,2% na comparação interanual.

Indicadores da produção agropecuária

A safra de grãos totalizou 145,8 milhões de toneladas em 2008, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), divulgado pelo IBGE, em colaboração com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O crescimento anual de 9,6% traduziu expansões de 4,1% na área colhida e de 5,3% na produtividade média, com ênfase nas participações das produções das regiões Centro-Oeste, 34,8%, e Sul, 42%, cujas produções elevaram-se, na ordem, 15,5% e 1,9% no ano.

A produção de soja cresceu 3,4% no ano, totalizando 59,9 milhões de toneladas, resultado de expansão da área colhida, dada a estabilidade da produtividade.

Quadro 1.11 – Produção agrícola – Principais culturas

Milhões de toneladas

Produtos	2007	2008
Grãos	133,1	145,8
Caroço de algodão	2,5	2,4
Arroz (em casca)	11,0	12,1
Feijão	3,2	3,4
Milho	51,8	58,7
Soja	58,0	59,9
Trigo	4,1	6,0
Outros	2,4	3,2
Variação da safra de grãos (%)	13,8	9,6
Outras culturas		
Banana	7,1	7,2
Batata-inglesa	3,4	3,7
Cacau (amêndoas)	0,2	0,2
Café (beneficiado)	2,2	2,8
Cana-de-açúcar	548,0	653,2
Fumo (em folhas)	0,9	0,9
Laranja	18,5	18,7
Mandioca	26,9	26,6
Tomate	3,4	3,9

Fonte: IBGE

Registrou-se recuperação nas exportações do grão, que se elevaram 3,3% no ano, após recuarem 4,9% em 2007.

A colheita de milho atingiu 58,7 milhões de toneladas, ressaltando que o aumento anual de 13,3% refletiu crescimentos de 4,1% na área colhida e de 8,9% na produtividade. As condições climáticas adequadas e o nível elevado das cotações da *commodity* foram determinantes para esse desempenho.

Quadro 1.12 – Produção agrícola, área colhida e rendimento médio – Principais culturas

Variação percentual

Produtos	Produção		Área		Rendimento médio	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Grãos	13,8	9,6	-0,4	4,1	14,1	5,3
Algodão (caroço)	37,5	-2,5	23,1	-5,2	5,0	3,0
Arroz (em casca)	-4,0	9,7	-2,5	-1,3	-1,3	11,1
Feijão	-5,6	5,0	-4,7	-1,7	0,4	6,7
Milho	21,6	13,3	9,4	4,1	10,5	8,9
Soja	10,7	3,4	-6,2	3,4	18,5	0,0
Trigo	64,8	47,5	18,0	30,7	37,5	12,6

Fonte: IBGE

Quadro 1.13 – Estoque de grãos – Principais culturas

Mil toneladas

Produtos	2005/2006	2006/2007	2007/2008
Grãos			
Arroz (em casca)			
Início do ano	3 532,1	2 879,3	2 021,7
Final do ano	2 879,3	2 021,7	1 101,3
Feijão			
Início do ano	113,6	176,2	81,4
Final do ano	176,2	81,4	160,7
Milho			
Início do ano	3 135,4	3 268,3	3 300,2
Final do ano	3 268,3	3 300,2	11 871,9
Soja			
Início do ano	2 734,7	2 469,7	3 675,6
Final do ano	2 469,7	3 675,6	4 540,1
Trigo			
Início do ano	1 112,5	1 992,9	1 753,7
Final do ano	1 992,9	1 753,7	1 566,2

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)

A produção de feijão totalizou 3,4 milhões de toneladas. O crescimento anual de 5% refletiu tanto o aumento de 6,7% na produtividade média quanto a redução de 1,7% na área colhida. As condições climáticas favoráveis e o nível de preços praticado na época do cultivo contribuíram para o bom desempenho dessa colheita.

A safra de arroz atingiu 12,1 milhões de toneladas, elevando-se 9,7% no ano, resultado de aumento de 11,1% no rendimento médio e de redução de 1,3% na área colhida. As boas condições climáticas, em especial no estado do Rio Grande do Sul, principal estado produtor, onde ocorreu aumento na área plantada, concorreram para os aumentos da produtividade e da produção.

O volume produzido de trigo atingiu 6 milhões de toneladas, aumentando 47,5% em relação à safra anterior. A área colhida cresceu 30,7% e a produtividade média, 12,6%, refletindo o ambiente de elevadas cotações internacionais do produto em função do aquecimento da demanda externa.

A cultura de algodão herbáceo decresceu 2,5% e totalizou 2,4 milhões de toneladas, com contração de 5,2% na área colhida e aumento de 3% na produtividade média.

A safra de café atingiu 2,8 milhões de toneladas, elevando-se 25% no ano. Esse desempenho é explicado, em parte, pelo ano de alta no ciclo bianual da cultura do grão, expressa em aumento de 27,2% no rendimento médio da cultura. A área colhida recuou 1,8%.

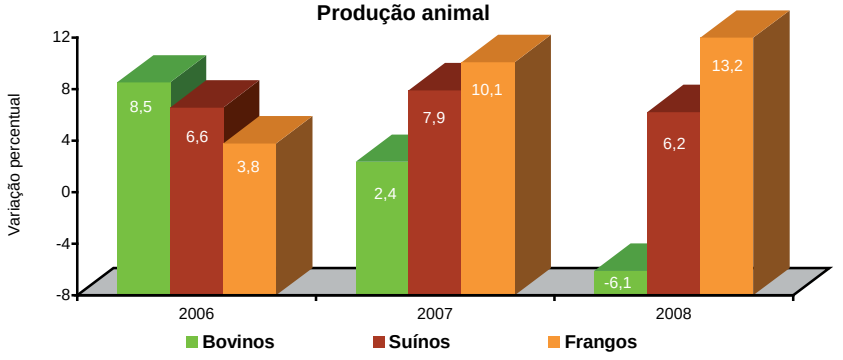
A produção de cana-de-açúcar totalizou 653,2 milhões de toneladas. O aumento anual de 19,2% traduziu as expansões ocorridas na área plantada, 16,5%, e na produtividade média, 2,3%.

Pecuária

De acordo com a Pesquisa Trimestral de Abate de Animais, divulgada pelo IBGE, as produções de carnes bovinas, de aves e suínas atingiram, na ordem, 6.619 milhões, 10.175 milhões e 2.634,3 milhões de toneladas, representando variações anuais respectivas de -6,1%, de 13,2% e de 6,2%.

Gráfico 1.8

Produção animal



Fonte: IBGE

As exportações de carnes bovinas, de aves e suínas totalizaram, na ordem, um milhão, 3,3 milhões e 467,6 mil toneladas, registrando variações anuais respectivas de -20,5%, de 8,7% e de -15,3%.

Política agrícola

O plano agrícola e pecuário 2008/2009, divulgado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), prevê a disponibilidade de R$78 bilhões para o crédito rural, dos quais R$65 bilhões destinados à agricultura empresarial e R$13 bilhões, à agricultura familiar.

Em relação à agricultura empresarial, R$55 bilhões são destinados para créditos de custeio e comercialização, volume 12% superior ao disponibilizado no plano anterior, dos quais 82,5% programados a taxas de juros controladas – crescimento anual de 19,9% – e 17,5% a taxas de juros livres – contração de 14,7%. Para investimento, serão destinados R$10 bilhões, com aumento anual de 12,4%, dos quais R$3,5 bilhões originários dos Fundos Constitucionais.

No âmbito dos programas com financiamento do BNDES, serão destinados R$6,5 bilhões do segmento de créditos para investimento, com acréscimo anual de 0,8%. Em relação ao Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), a principal mudança constituiu-se na eliminação da taxa fixa de juros de 4% a.a. O Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais (Moderagro) registra aumento de R$50 mil, no limite por beneficiário, para R$250 mil, enquanto para o Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural) serão disponibilizados R$500 milhões do programa Moderfrota, a 7,5% a.a., incorporando, ainda, aumento no limite de renda para R$250 mil – para enquadramento no programa – e elevação no limite de financiamento para R$150 mil.

Ressalte-se a criação do Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável (Produsa), com alocação de recursos originários do BNDES prevista em R$1 bilhão, que objetiva incentivar a recuperação de áreas degradadas para retorno ao sistema de produção, além de colaborar com a adoção de sistemas sustentáveis.

Produtividade

A produtividade do trabalho industrial, definida como a razão entre o índice de produção física do setor e o indicador do número de horas pagas ao pessoal ocupado assalariado na produção fabril, ambos divulgados pelo IBGE, aumentou 1,1% em 2008, após alta de 4,1% no ano anterior. Essa elevação refletiu a ocorrência de aumento de 2,2% na produtividade da indústria de transformação, contrastando com o recuo de 1,9% assinalado na indústria extrativa mineral. Dentre os setores pesquisados, as maiores variações aconteceram nas atividades vestuário, 10,1%, e fumo, 7,7%. Houve redução significativa na produtividade dos setores de coque, refino de petróleo e álcool, 10%, e de máquinas e aparelhos elétricos, eletrônicos de precisão e de comunicação, 8,2%.

A produtividade do trabalho industrial registrou acréscimo em oito das dez unidades federativas pesquisadas pelo IBGE, em especial no Paraná, 7,2%, no Espírito Santo, 6,6%, e em Pernambuco, 6,5%, enquanto em Minas Gerais e na Bahia o indicador apresentou quedas respectivas de 3% e 1%.

A produtividade média do setor agrícola, definida como a razão entre a produção de grãos e a área colhida, ampliou-se em 5,3% no ano. A produção de fertilizantes agrícolas, segundo a Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda), apresentou recuo anual de 9,6%, enquanto suas importações recuaram 12,1%, resultando em retração de 8,9% na demanda total. As vendas de máquinas agrícolas expandiram-se 42% no ano, de acordo com a Anfavea, registrando-se aumentos nas vendas de máquinas colheitadeiras, 87,5%; tratores de rodas, 38,7%; e máquinas cultivadoras, 18,3%.

Energia

A produção de petróleo, incluindo líquido de gás natural (LGN), cresceu 3,4% no ano, ante 1,3% em 2007, considerando dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP). A produção média situou-se em 1.896 mil barris/dia ante 1.833 mil barris/dia no ano anterior, registrando o maior patamar em setembro, 1.946 mil barris/dia, e o menor em março, 1.835 mil barris/dia. A produção de gás natural elevou-se 18,6% em 2008, atingindo a média de 371 mil barris/dia.

Quadro 1.14 – Consumo aparente de derivados de petróleo e álcool carburante

Média diária (1.000 b/d)

Discriminação	2006	2007	2008
Petróleo	1 368	1 423	1 485
Óleos combustíveis	88	95	89
Gasolina	326	318	324
Óleo diesel	672	716	769
Gás liquefeito	203	207	211
Demais derivados	79	86	91
Álcool carburante	194	262	336
Anidro	88	101	108
Hidratado	107	161	228

Fonte: ANP

O total de óleo processado nas refinarias permaneceu praticamente estável em relação ao ano anterior, recuo de 0,1%, atingindo 1.742 mil barris/dia. A participação do petróleo nacional manteve-se estável, em 77%, enquanto a importação de petróleo recuou 1,6% no ano, atingindo 394 mil barris/dia. As exportações apresentaram elevação de 2,8%, situando-se em 433 mil barris/dia.

O consumo de derivados de petróleo aumentou 4,4% no mercado interno em 2008, com ênfase nos aumentos registrados nos segmentos gasolina de aviação, 11,1%; óleo diesel, 7,5%; querosene de aviação, 6,6%; e demais derivados de petróleo, 6,5%. A demanda por gasolina automotiva e gás liquefeito de petróleo (GLP) aumentou 1,9% e 1,6%, respectivamente. Houve recuos relativos ao consumo de querosene para iluminação, 21%; e óleos combustíveis, 6,6%. O consumo de álcool aumentou 28,5%, refletindo o crescimento das vendas de automóveis com a tecnologia bicombustível, registrando-se acréscimos nas vendas de álcool hidratado, 41,6%, e de álcool anidro, 7,5%.

O consumo nacional de energia elétrica expandiu 3,6% em 2008, de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), empresa pública federal vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). Ocorreram elevações nos segmentos comercial, 5,5%; residencial, 5% e industrial, 2,3%. O consumo de outros segmentos não listados – entre eles, iluminação pública, serviços e poderes públicos e o setor rural – apresentou aumento anual de 3,1%.

Quadro 1.15 – Consumo de energia elétrica[1/]

GWh

Discriminação	2006	2007	2008
Total	358 095	378 551	392 014
Por setores			
Comercial	55 474	58 739	61 963
Residencial	86 071	90 300	94 856
Industrial	164 775	175 423	179 434
Outros	51 775	54 089	55 761

Fonte: EPE

1/ Não inclui autoprodutores.

A análise por região evidenciou a ocorrência de acréscimos no consumo de energia elétrica nas regiões Centro-Oeste, 5,8%; Sudeste, 4,6%; Sul, 4,4%; Norte, 4,3%; e Nordeste, 3,4%, no período comparativo.

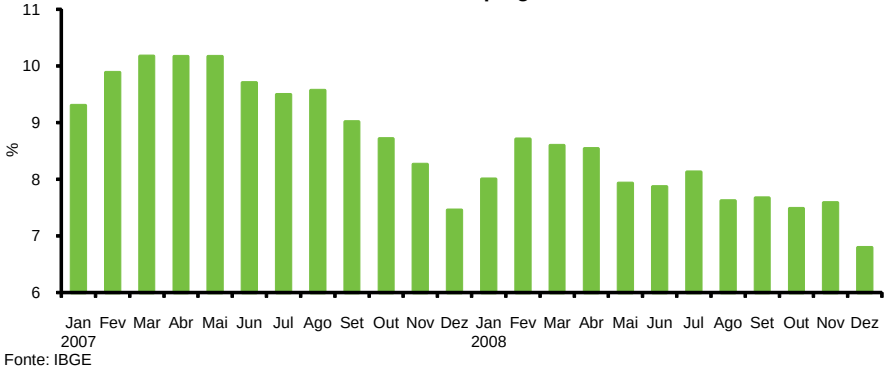
Indicadores de emprego

O desempenho da atividade econômica em 2008 proporcionou desdobramentos positivos, em termos quantitativos e qualitativos, sobre as condições do mercado de trabalho, não obstante os impactos da crise externa observados no último trimestre.

De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, a taxa de desemprego média nas seis principais regiões metropolitanas do país atingiu 7,9% em 2008, representando recuo de 1,4 p.p. em relação a 2007. Esse movimento resultou, em especial, do crescimento de 3,4% observado na ocupação, equivalendo à criação de 625 mil novos postos de trabalho na área de abrangência da pesquisa, 98% dos quais com a carteira assinada. No mesmo período, o número de empregados sem carteira recuou 0,4%, enquanto o contingente de trabalhadores por conta própria cresceu 0,4%.

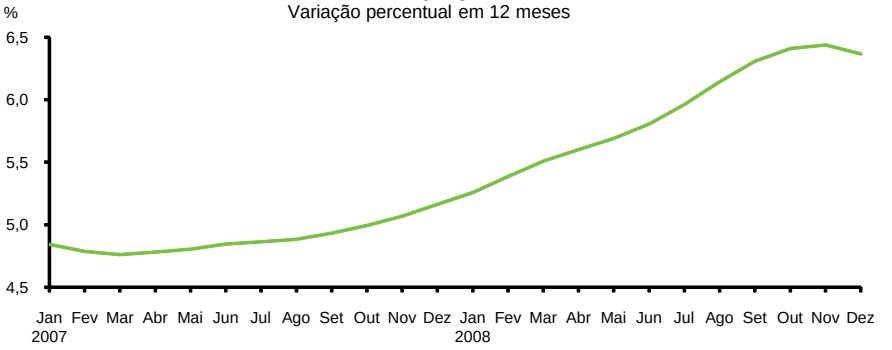
Gráfico 1.9

Taxa média de desemprego aberto



Fonte: IBGE

Gráfico 1.10
Nível de emprego formal
Variação percentual em 12 meses



De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foram criados 1.452,2 mil postos de trabalho com carteira de trabalho assinada em 2008, terceiro melhor resultado desde o início da pesquisa, em janeiro de 1985. O número de trabalhadores com carteira assinada cresceu 6,4% no ano, resultado de expansões generalizadas no nível de emprego dos principais setores da economia, atingindo 6,7% no comércio, 6% nos serviços e 5,6% na indústria de transformação. Ressalte-se o desempenho da construção civil, que pelo terceiro ano consecutivo apresentou taxa de expansão acima da média, registrando crescimento de 17,4% em 2008.

Quadro 1.16 – Emprego formal – Admissões líquidas

Em mil

Discriminação	2006	2007	2008
Total	1 228,7	1 617,4	1 452,2
Por setores			
Indústria de transformação	250,2	394,6	178,7
Comércio	336,8	405,1	382,2
Serviços	521,6	587,1	648,3
Construção civil	85,8	176,8	197,9
Agropecuária	6,6	21,1	18,2
Serviços industriais de utilidade pública	7,4	7,8	8,0
Outros[1/]	20,3	25,0	19,0

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

1/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

Indicadores de salários e rendimentos

A média anual do rendimento médio real habitualmente recebido pelos ocupados nas seis regiões metropolitanas abrangidas pela PME atingiu R$1.260,08, em valores de dezembro de 2008, elevando-se 3,4% em relação ao ano anterior e alcançando o maior patamar desde 2003. Note-se que o ritmo de crescimento dos rendimentos acelerou no

segundo semestre do ano, quando cresceu 4,5% em relação ao mesmo período de 2007, após elevação de 2,3% no semestre anterior, considerado o mesmo tipo de comparação. A massa salarial real, produto do rendimento médio real habitualmente recebido pelo número de ocupados, cresceu 6,9% em 2008.

Quadro 1.17 – Rendimento médio habitual das pessoas ocupadas – 2008

Variação percentual

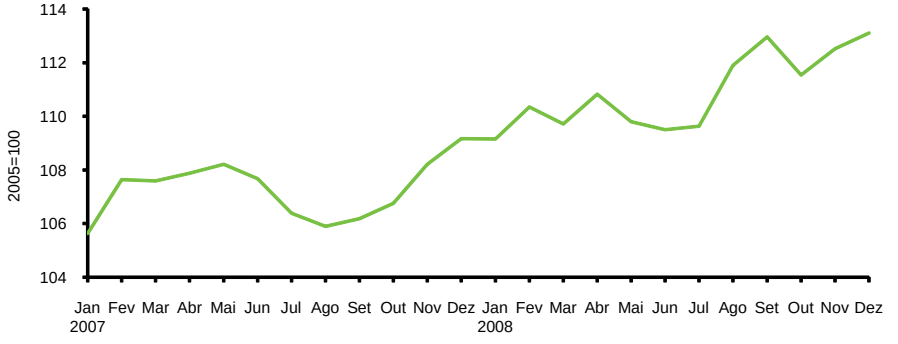
Discriminação	Nominal	Real[1/]
Total	9,9	3,4
Posição na ocupação		
Com carteira	8,5	2,0
Sem carteira	7,6	1,3
Conta própria	10,7	4,1
Por setor		
Setor privado	8,9	2,4
Setor público	10,7	4,1

Fonte: IBGE

1/ Deflacionado pelo INPC. Abrange as regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Gráfico 1.11

Rendimento médio habitual real

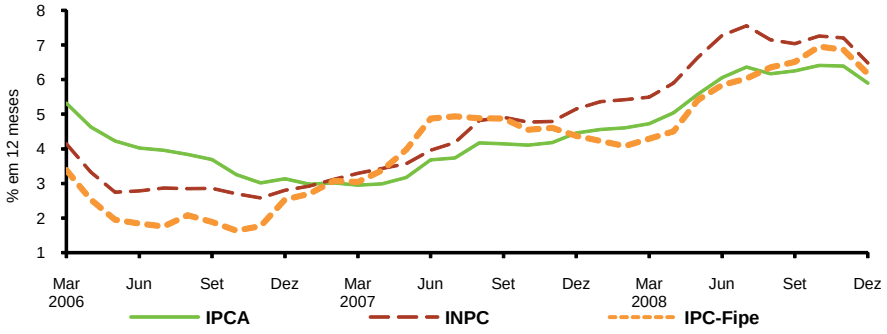


Fonte: IBGE

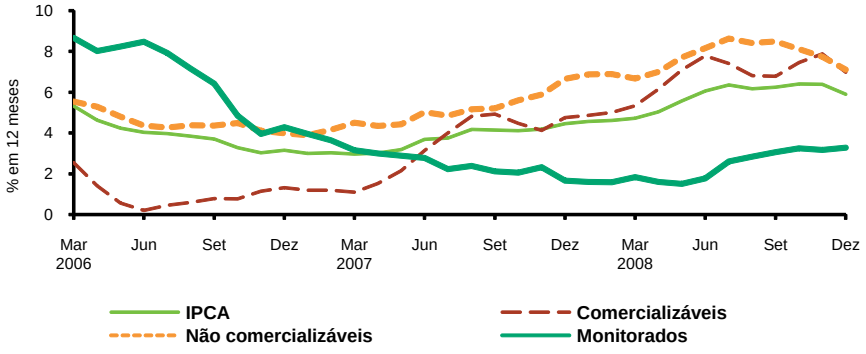
Indicadores de preços

A aceleração registrada nas taxas de inflação em 2008, em relação ao ano anterior, esteve influenciada pelo comportamento dos preços livres, que traduziu a intensificação do ritmo da atividade econômica, o aumento dos preços dos alimentos e a elevação dos preços monitorados. A variação do IPCA, calculado pelo IBGE, atingiu 5,90%, situando-se no intervalo estipulado como meta pelo CMN no âmbito do regime de metas para a inflação.

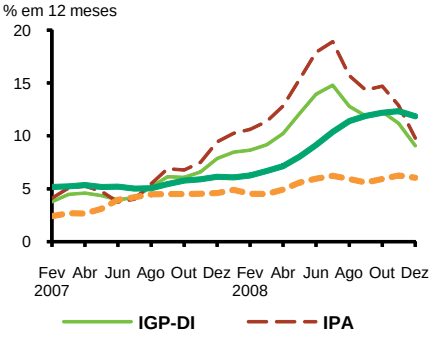
Gráfico 1.12
Índices de preços ao consumidor



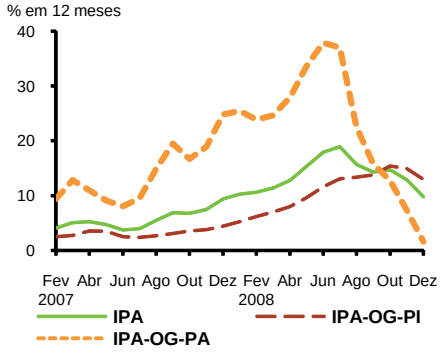
IPCA



IGP-DI e seus componentes



IPA segundo a origem



Fontes: IBGE, Fipe e FGV

Índices gerais de preços

O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pela FGV, que agrega o Índice de Preços por Atacado – Disponibilidade Interna (IPA-DI), o Índice de Preços ao Consumidor – Brasil (IPC-Br) e o Índice Nacional do Custo da Construção

(INCC), com pesos respectivos de 60%, 30% e 10%, registrou variação de 9,10% em 2008, ante 7,89% no ano anterior.

As variações anuais dos três componentes do IGP-DI registraram aceleração em 2008. O IPA-DI, evidenciando o comportamento dos preços no comércio atacadista, em resposta à alta dos preços dos produtos industriais, cresceu 9,80% no ano, ante 9,44% em 2007, com os preços dos produtos industriais elevando-se 12,96% e os relativos aos produtos agrícolas, 1,64%, ante 4,42% e 24,82%, respectivamente, em 2007. O IPC-Br aumentou 6,07% e o INCC, 11,87%, ante, na mesma ordem, 4,60% e 6,15% em 2007.

Índices de preços ao consumidor

O IPCA, divulgado pelo IBGE, aumentou 5,90% em 2008, registrando-se elevação de 3,27% nos preços dos bens e serviços monitorados[1] e de 7,05% nos preços livres, ante 1,65% e 5,73%, respectivamente, no ano anterior. A variação anual do IPCA, indicador que considera a cesta de consumo de famílias com rendimento mensal entre um e quarenta salários mínimos, constituiu-se na sexta menor desde o início de sua divulgação, em 1980.

O desempenho do IPCA no ano refletiu acelerações nos preços monitorados, de 1,65% para 3,27%, evidenciando o final do impacto da redução dos preços de energia elétrica e o aumento da taxa de água e esgoto; e nos preços livres, de 5,73% para 7,05%, resultado associado à intensificação do ritmo da atividade econômica e ao comportamento dos preços dos alimentos, em especial dos itens arroz, feijão-preto, carnes, tubérculos, raízes e legumes, açúcares, pão francês.

A variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado igualmente pelo IBGE, atingiu 6,48% em 2008, ante 5,16% em 2007. Essa variação, superior à assinalada pelo IPCA, evidencia a maior participação, 30,31%, do grupo alimentação e bebidas no INPC, ante 22,76% no IPCA, tendo em vista que o INPC considera a cesta de consumo de famílias com rendimento mensal de um a seis salários mínimos, para as quais o comprometimento da renda com gastos de alimentação é relativamente maior.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe)[2], também refletiu o ritmo da atividade econômica e a alta dos preços dos alimentos, crescendo 6,16% em 2008, ante 4,38% no ano anterior.

1/ Entende-se por preços monitorados aqueles que são direta ou indiretamente determinados pelos governos federal, estadual ou municipal. Em alguns casos, os reajustes são estabelecidos por contratos entre produtores/fornecedores e as agências de regulação correspondentes, como nos casos de energia elétrica e de telefonia fixa.

2/ Para famílias com rendimento entre um e vinte salários mínimos na cidade de São Paulo.

Quadro 1.18 – Participação de itens no IPCA em 2008

Variação percentual

Itens	IPCA				
	Pesos[1/]	Variação acumulada em 2007	Variação acumulada em 2008	Contribuição acumulada em 2008	Participação no índice[2/]
IPCA	100,00	4,46	5,90	5,90	100,00
Refeição	3,97	7,79	14,46	0,57	9,74
Carnes	2,15	22,15	24,01	0,52	8,75
Empregado doméstico	3,13	9,50	11,04	0,35	5,86
Pão francês	1,19	7,92	19,35	0,23	3,89
Arroz	0,61	-1,90	33,94	0,21	3,51
Higiene pessoal	2,31	2,30	7,34	0,17	2,87
Tubérculos, Raízes e Legumes	0,62	25,81	20,27	0,13	2,13
Feijão-preto	0,14	39,02	65,52	0,09	1,61
Artigos de limpeza	0,78	3,00	11,44	0,09	1,51
Açúcar refinado	0,19	-22,73	13,10	0,03	0,43
Açúcar cristal	0,14	-28,69	12,71	0,02	0,29
Aparelhos eletroeletrônicos	1,81	-4,66	-2,82	-0,05	-0,87
Automóvel novo	2,85	1,76	-2,25	-0,06	-1,09
Automóvel usado	1,59	0,09	-4,32	-0,07	-1,17

Fonte: IBGE

1/ Média de 2008.

2/ Corresponde à divisão da contribuição acumulada no ano pela variação anual.

Quadro 1.19 – Participação dos grupos no IPCA em 2008

Variação percentual

Grupos	IPCA				
	Pesos[1/]	Variação acumulada em 2007	Variação acumulada em 2008	Contribuição acumulada em 2008	Participação no índice[2/]
IPCA	100,00	4,46	5,90	5,90	100,00
Alimentação e bebidas	22,40	10,77	11,11	2,42	41,02
Habitação	13,14	1,76	5,08	0,67	11,36
Artigos de residência	4,30	-2,48	1,99	0,09	1,53
Vestuário	6,51	3,78	7,31	0,48	8,14
Transportes	20,05	2,08	2,32	0,47	7,97
Saúde e cuidados pessoais	10,75	4,47	5,73	0,62	10,51
Despesas pessoais	9,74	6,54	7,35	0,72	12,20
Educação	7,06	4,16	4,56	0,32	5,42
Comunicação	6,05	0,69	1,78	0,11	1,86

Fonte: IBGE

1/ Média de 2008.

2/ Corresponde à divisão da contribuição acumulada no ano pela variação anual.

Preços monitorados

Os preços monitorados, ao variarem 3,27%, responderam por 0,98 p.p. da variação total do IPCA no ano. As maiores variações ocorreram nos itens taxa de água e esgoto, 7,11%; gás encanado, 13,96%, ônibus interestadual, 9,38%; passagem aérea, 12,18%; gás veicular, 23,44%, e pedágio, 11,88%; enquanto, em sentido inverso, o preço da gasolina recuou 0,26% e as tarifas de telefone celular, 2,82%. Ressaltem-se, ainda, as elevações nos itens gás de bujão, 2,42%; tarifas de energia elétrica, 1,11%, e de ônibus urbano, 3,08%.

Quadro 1.20 – Principais itens na composição do IPCA em 2008

Variação percentual

Discriminação	IPCA			
	Pesos[1/]	Variação acumulada em 2007	Variação acumulada em 2008	Contribuição acumulada em 2008
Índice (A)	100,00	4,46	5,90	5,90
Preços livres	70,13	5,73	7,05	4,92
Preços monitorados	29,87	1,65	3,27	0,98
Itens monitorados – Selecionados				
Gás veicular	0,11	5,44	23,44	0,03
Gás encanado	0,10	5,75	13,96	0,01
Passagem aérea	0,28	3,12	12,18	0,03
Pedágio	0,13	4,61	11,88	0,02
Ônibus interestadual	0,38	4,63	9,38	0,04
Água e esgoto	1,61	4,82	7,11	0,11
Plano de saúde	3,37	8,13	6,15	0,21
Telefone fixo	3,49	0,34	3,64	0,13
Ônibus urbano	3,73	4,69	3,08	0,12
Gás de bujão	1,13	0,11	2,42	0,03
Energia elétrica	3,33	-6,16	1,11	0,04
Gasolina	4,29	-0,68	-0,26	-0,01
Telefone celular	1,43	2,92	-2,82	-0,04

Fonte: IBGE

1/ Média de 2008.

Os valores dos planos de saúde, que são regulados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), aumentaram 6,15% em 2008, com impacto de 0,21 p.p. sobre o IPCA, variando de 5,91% em São Paulo a 6,52% em Salvador. As tarifas de ônibus urbano aumentaram 3,08% em 2008, exercendo contribuição de 0,11 p.p. no IPCA, com os maiores reajustes ocorrendo em Goiânia, 11,11%; Recife, 9,40%; e Rio de Janeiro, 6,37%. A variação da taxa de água e esgoto representou 0,11 p.p. do aumento do IPCA, registrando-se elevações mais acentuadas no Rio de Janeiro, 12,82%, e em Salvador, 12,07%, ante estabilidade em Curitiba.

Os reajustes das tarifas de telefonia fixa, autorizados anualmente pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a partir da aplicação da variação de uma cesta de índices de preços sobre o conjunto de serviços prestados, atingiram, em média, 3,64% em 2008.

A média dos reajustes das tarifas de energia elétrica, que recuaram em cinco das onze regiões abrangidas pelo IPCA, situou-se em 1,11%, após recuo de 6,2% em 2007. Regionalmente, a variação do preço da energia elétrica apresentou comportamento distinto, recuando 17,22% em Belo Horizonte e expandindo-se 18,92% em Belém. Os preços da gasolina recuaram 0,26% em 2008, ante redução de 0,68% no ano anterior, enquanto os relativos ao gás de bujão cresceram 2,42%. Os preços dos remédios e das tarifas de ônibus intermunicipais aumentaram, na ordem, 3,98% e 5,66%, ante 0,54% e 4,20%, respectivamente, em 2007.

Núcleos

Repetindo o comportamento do índice cheio, os três núcleos de inflação do IPCA calculados pelo Banco Central apresentaram aceleração em 2008, ressaltando-se que os núcleos calculados por médias aparadas registraram variações anuais inferiores à do índice cheio, enquanto o núcleo por exclusão apresentou aumento mais acentuado.

Quadro 1.21 – Preços ao consumidor e seus núcleos em 2008

Variação percentual

Discriminação	2007	2008		
		1º sem	2º sem	No ano
IPCA (cheio)	4,46	3,64	2,18	5,90
Exclusão	4,11	3,26	2,74	6,09
Médias aparadas				
Com suavização	4,04	2,52	2,24	4,82
Sem suavização	3,62	2,64	2,22	4,92
IPC-Br	4,60	3,84	2,15	6,07
Núcleo IPC-Br	3,31	2,10	1,94	4,07

Fontes: IBGE e FGV

O núcleo por médias aparadas com suavização cresceu 4,82% em 2008, ante 4,04% no ano anterior, enquanto o núcleo por médias aparadas sem suavização apresentou variações respectivas de 4,92% e 3,62%. A variação do núcleo por exclusão, que exclui do IPCA o subgrupo alimentação no domicílio e os preços monitorados, atingiu 6,09%, ante 4,11% em 2007.

A variação do núcleo do IPC-Br, calculado pela FGV pelo método de médias aparadas com suavização, passou de 3,31% em 2007 para 4,07% em 2008, situando-se em patamar inferior à elevação de 6,07% do IPC-Br.

II

Moeda e Crédito

Política monetária

A postura mais restritiva do Copom em relação à condução da política monetária seguiu, no início de 2008, o padrão observado nas duas últimas reuniões realizadas no ano anterior, quando foi considerado que a evolução do cenário econômico mundial e a aceleração do aquecimento da economia doméstica justificavam a redução dos estímulos monetários, expressos na redução acumulada de 850 p.b. na taxa Selic, a partir de setembro de 2005.

Nesse cenário, o Copom, após manter a taxa Selic inalterada nas duas primeiras reuniões do ano, elevou-a em 250 p.b. nas quatro reuniões seguintes, alcançando 13,75% a.a. e, no novo ambiente de estresse acentuado nos mercados financeiros, optou por não alterá-la nas duas últimas reuniões do ano.

Nas reuniões de janeiro e de março de 2008, o Copom avaliou que, diante dos sinais de aquecimento da economia e da elevação das expectativas de inflação, haviam se elevado os riscos para a concretização de cenário inflacionário benigno, no qual a inflação seguiria consistente com a trajetória das metas, tal como consubstanciado nas suas projeções. Nesse contexto, mesmo considerando que, naqueles momentos, a manutenção da taxa básica de juros se constituía na decisão mais adequada, o Comitê reiterou que poderia adotar postura diferente, por meio do ajuste dos instrumentos de política monetária, caso se consolidasse um cenário de divergência entre a inflação projetada e a trajetória das metas. Assim, o Copom decidiu manter a taxa Selic em 11,25% a.a., sem viés, e acompanhar a evolução do cenário macroeconômico para definir, em suas próximas reuniões, eventuais alterações na condução da política monetária.

Em abril e em junho, o Copom considerou que a probabilidade de que pressões inflacionárias inicialmente localizadas viessem a apresentar riscos para a trajetória da inflação doméstica havia se tornado mais concreta, uma vez que o aquecimento da demanda e do mercado de fatores, bem como a possibilidade do surgimento de restrições de oferta setoriais, poderiam ensejar aumento no repasse de pressões sobre preços no atacado para os preços ao consumidor. Essa percepção esteve fundamentada, em parte, na aceleração de certos preços no atacado, na trajetória dos núcleos de inflação e na rápida

elevação das expectativas de inflação. Adicionalmente, foi avaliado que, ao longo dos meses seguintes, o crescimento do crédito e a expansão da massa salarial real deveriam continuar impulsionando a atividade econômica, e que a esses fatores de sustentação da demanda deveriam ser acrescidos os efeitos das transferências governamentais e de outros impulsos fiscais. Nesse contexto, avaliando a conjuntura macroeconômica e as perspectivas para a inflação, o Copom optou por proceder, nas duas reuniões, aumentos consecutivos de 50 p.b. na taxa Selic.

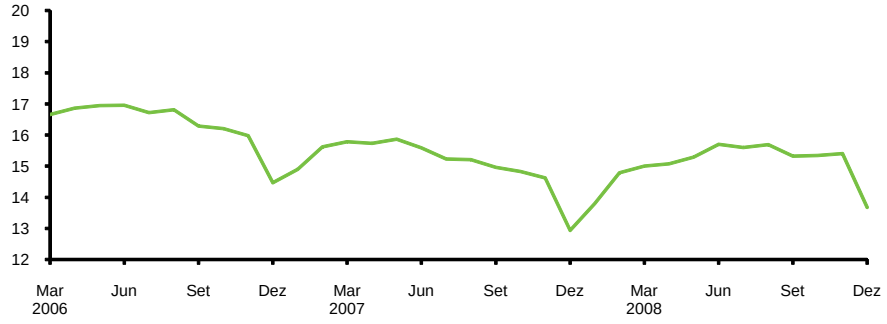
Em julho, o Copom avaliou que, diante dos sinais de aquecimento da economia, como ilustravam a aceleração dos preços no atacado e a trajetória dos núcleos de inflação, e da rápida elevação das expectativas inflacionárias, eram relevantes os riscos para a concretização de cenário inflacionário benigno, no qual o IPCA voltasse a evoluir de forma consistente com a trajetória das metas. O Copom considerou, também, que a persistência de descompasso importante entre o ritmo de expansão da demanda e da oferta agregadas vinham exacerbando o risco para a dinâmica inflacionária. Nessas circunstâncias, em que a política monetária deve atuar vigorosamente, enquanto o balanço dos riscos para a dinâmica inflacionária assim o requerer, por meio do ajuste da taxa básica de juros, o Copom decidiu elevar a taxa Selic para 13,00% ao ano, sem viés. Na reunião de setembro, foi considerado que, mesmo no ambiente de deterioração das perspectivas para o crescimento econômico mundial, os riscos para a materialização de um cenário inflacionário benigno no país não apresentavam ainda melhora suficientemente convincente. Nesse contexto, o Copom decidiu elevar a taxa Selic em 75 p.b., sem viés.

Em outubro e em dezembro, o Copom considerou que as perspectivas em relação à evolução da atividade econômica haviam se tornado mais incertas, em particular no que se refere aos efeitos da crise internacional sobre a contribuição exercida pelo crédito para a sustentação da demanda doméstica. Adicionalmente, foram avaliados os efeitos negativos da intensificação da crise internacional sobre a confiança dos consumidores e empresários. O Comitê assinalou, ainda, que, embora a acomodação dos preços de *commodities* pudesse contribuir para evitar que as pressões inflacionárias se intensificassem ainda mais, o ritmo de expansão da demanda doméstica seguia colocando riscos importantes para a dinâmica inflacionária, aos quais se somavam, particularmente no curto prazo, os riscos derivados da trajetória dos preços de ativos brasileiros, em meio a processo de estreitamento das fontes de financiamento externo. Nesse contexto, entendendo que a consolidação de condições financeiras mais restritivas poderia ampliar os efeitos da política monetária sobre a demanda e, ao longo do tempo, sobre a inflação, o Copom decidiu, por unanimidade, manter a taxa Selic em 13,75% a.a., sem viés, nas duas reuniões.

Agregados monetários

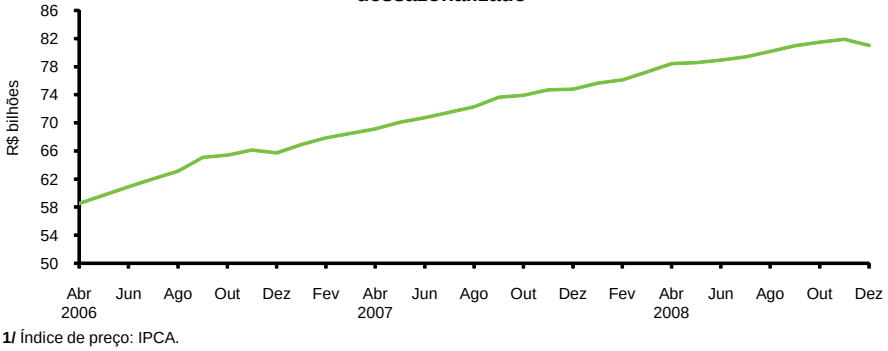
A evolução dos agregados monetários em 2008 traduziu o desempenho da atividade econômica, condicionado pela desaceleração do nível da atividade e pela redução da liquidez nos mercados financeiros observadas no último trimestre do ano. A média dos saldos diários dos meios de pagamento, em seu conceito restrito (M1), atingiu

Gráfico 2.1
Meios de pagamento (M1) – Velocidade-renda[1/]



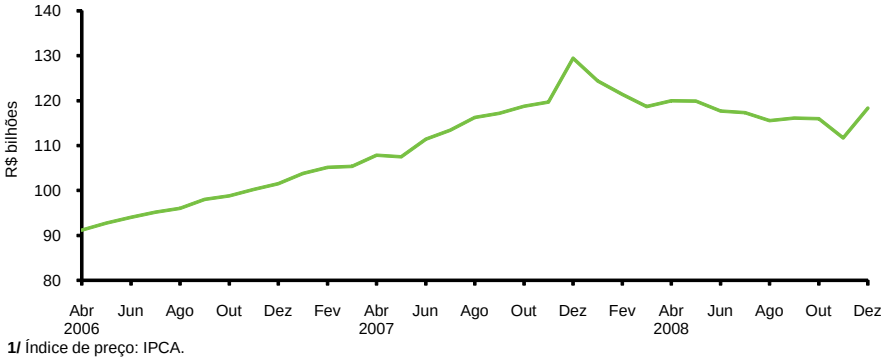
1/ Definida como a razão entre o PIB acumulado de doze meses e valorizado pelo IGP-DI e o saldo médio do agregado monetário.

Gráfico 2.2
Papel-moeda em poder do público a preço de dezembro de 2008, dessazonalizado[1/]



1/ Índice de preço: IPCA.

Gráfico 2.3
Depósitos à vista a preço de dezembro de 2008, dessazonalizados[1/]



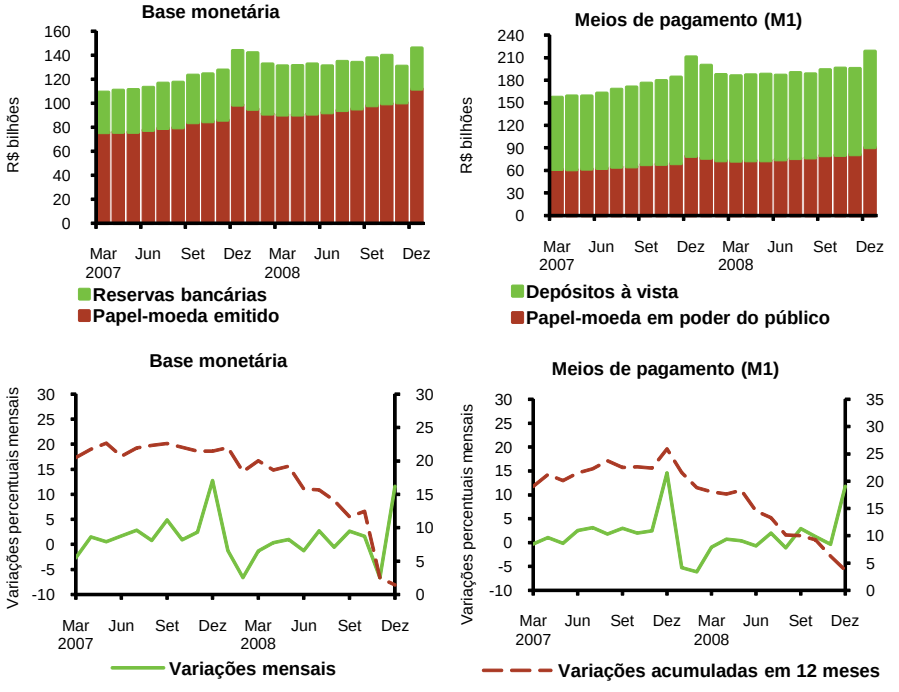
1/ Índice de preço: IPCA.

R$218,3 bilhões em dezembro, registrando crescimento de 3,7% no ano, reflexo de acréscimo de 14,3% no saldo médio do papel-moeda em poder do público e de retração de 2,7% nos depósitos à vista. Considerados dados dessazonalizados e deflacionados pelo IPCA, o agregado registrou recuo anual de 2,3% em 2008. A velocidade renda do M1, definida como a relação entre o PIB valorizado pelo IGP-DI e o saldo médio do agregado, permaneceu relativamente estável ao longo do ano.

Gráfico 2.4

Base monetária e meios de pagamento

Média dos saldos diários



A base monetária, avaliada pela média dos saldos diários, somou R$145,7 bilhões em dezembro, elevando-se 1,5% no ano. Em relação a seus componentes, o saldo médio do papel-moeda emitido registrou crescimento anual de 13,7%, enquanto o relativo às reservas bancárias recuou 25,4%, refletindo, em especial, as liberações dos recolhimentos compulsórios.

Entre as fontes de emissão primária de moeda, contribuíram no sentido expansionista as liberações referentes à exigibilidade adicional sobre depósitos, que totalizaram R$59,7 bilhões em 2008, refletindo a alteração na sua forma de cumprimento, que passou a ser em títulos públicos federais, a partir de dezembro. Somaram-se a essas liberações os resgates líquidos de R$34,1 bilhões em títulos do Tesouro Nacional. Em sentido oposto, os fluxos transitados na conta única do Tesouro Nacional, excluídas as operações com títulos, determinaram efeito contracionista de R$74,3 bilhões, seguindo-se os impactos relacionados às vendas líquidas de divisas pelo Banco Central no mercado interbancário

de câmbio, R$12,1 bilhões; aos ajustes nas operações com derivativos em operações de *swap* cambial, R$4,8 bilhões; e às variações do recolhimento compulsório sobre depósitos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), R$1,1 bilhão, e sobre depósitos a prazo, R$535 milhões. A combinação de todos esses fatores resultou em expansão anual de R$933 milhões na base monetária, considerando-se os saldos em final de período.

Visando assegurar a manutenção das condições adequadas de liquidez no sistema financeiro, o Banco Central promoveu uma série de alterações nas regras dos depósitos compulsórios envolvendo reduções de alíquotas, elevações de valores a deduzir das exigibilidades, mudanças na remuneração dos recolhimentos, além de abatimentos decorrentes da aquisição de ativos de instituições financeiras de pequeno e médio portes. Em conjunto, de 24 de setembro a 19 de janeiro de 2009, essas alterações proporcionaram liberação efetiva de R$99,8 bilhões do saldo de recolhimentos compulsórios.

Esse processo iniciou-se em 24 de setembro, por meio da Circular nº 3.405, de 24 de setembro de 2008, que postergou o cronograma de elevação da alíquota do recolhimento sobre depósitos interfinanceiros captados de sociedades de arrendamento mercantil. A Circular nº 3.412, de 13 de outubro de 2008, possibilitou às instituições financeiras deduzirem, da exigibilidade sobre depósitos interfinanceiros, valores em moeda estrangeira adquiridos do Banco Central com compromisso de revenda.

Com relação ao compulsório sobre as exigibilidades adicionais, o limite de dedução foi elevado de R$100 milhões para R$1 bilhão, por meio das Circulares nº 3.409 e nº 3.410, de 13 de outubro de 2008. A Circular nº 3.408, de 8 de outubro de 2008, reduziu a alíquota adicional sobre recursos à vista e a prazo de 8% para 5%. A partir de primeiro de dezembro, em decorrência da Circular nº 3.419, de 14 de novembro de 2008, os recolhimentos relativos à exigibilidade adicional passaram a ocorrer mediante vinculação de títulos públicos federais no Selic. A alíquota da exigibilidade adicional sobre recursos a prazo sofreu nova redução, de 5% para 4%, pela Circular nº 3.426, de 19 de dezembro de 2008, que produziu efeitos a partir de 19 de janeiro de 2009.

A aquisição de ativos de instituições financeiras pequenas e médias por bancos de grande porte foi estimulada a partir da Circular nº 3.407, de 3 de outubro de 2008, posteriormente alterada pelas Circulares nº 3.411, de 13 de outubro de 2008; nº 3.414, de 13 de outubro de 2008; e nº 3.417, de 30 de outubro de 2008. Esses normativos, posteriormente consolidados na Circular nº 3.427, de 19 de dezembro de 2008, possibilitaram abater, até o limite de 70% dos recolhimentos sobre recursos a prazo, o valor das aquisições de operações de crédito e de depósitos interfinanceiros, entre outros ativos. A Circular nº 3.417, de 2008, determinou ainda que 70% dos recolhimentos relativos a recursos a prazo devem ser mantidos em espécie, sem remuneração – até então, tal exigibilidade era cumprida exclusivamente em títulos.

Quadro 2.1 – Alíquotas de recolhimento sobre encaixes obrigatórios

Em percentual

Período		Recursos à vista[1/]	Depósitos a prazo[1/]	Depósitos de poupança[1/] Rural	Demais modalidades	Operações de crédito	Recursos de Soc. de Arrend. Merc.	DI	FIF curto prazo	FIF 30 dias	FIF 60 dias
Anterior ao Plano Real		50	-	15	15	-	-	-	-	-	-
1994	Jun	100 [2/]	20	20	20	-	-	-	-	-	-
	Ago	" [2/]	30	30	30	-	-	-	-	-	-
	Out	" [2/]	"	"	"	15	-	-	-	-	-
	Dez	90 [2/]	27	"	"	"	-	-	-	-	-
1995	Abr	" [2/]	30	"	"	"	-	-	-	-	-
	Mai	" [2/]	"	"	"	12	-	-	-	-	-
	Jun	" [2/]	"	"	"	10	-	-	-	-	-
	Jul	83	"	"	"	"	-	35	10	5
	Ago	"	20	15	15	8	-	40	5	0
	Set	"	"	"	"	5	-	"	"	"
	Nov	"	"	"	"	0	-	"	"	"
1996	Ago	82	"	"	"	"	-	42	"	"
	Set	81	"	"	"	"	-	44	"	"
	Out	80	"	"	"	"	-	46	"	"
	Nov	79	"	"	"	"	-	48	"	"
	Dez	78	"	"	"	"	-	50	"	"
1997	Jan	75	"	"	"	"	-	"	"	"
1999	Mar	"	30	"	"	"	-	"	"	"
	Mai	"	25	"	"	"	-	"	"	"
	Jul	"	20	"	"	"	-	"	"	"
	Ago	"	"	"	"	"	-	0	0	"
	Set	"	10	"	"	"	-	"	"	"
	Out	65	0	"	"	"	-	"	"	"
2000	Mar	55	"	"	"	"	-	"	"	"
	Jun	45	"	"	"	"	-	"	"	"
2001	Set	"	10	"	"	"	-	"	"	"
2002	Jun	"	15	"	"	"	-	"	"	"
	Jul	"	"	20	20	"	-	"	"	"
2003	Fev	60	"	"	"	"	-	"	"	"
	Ago	45	"	"	"	"	-	"	"	"
2008	Mai	"	"	"	"	"	5 [3/]	"	"	"
	Jul	"	"	"	"	"	10 [3/]	"	"	"
	Set	"	"	"	"	"	15 [3/]	"	"	"
	Out	42	"	"	"	"	"	"	"	"
	Nov	"	"	15	"	"	"	"	"	"

1/ A partir de agosto/2002, começou a vigorar recolhimento adicional sobre os recursos à vista (3%), depósitos a prazo (3%) e depósitos de poupança (5%). A partir de outubro/2002, as alíquotas dos recolhimentos adicionais sobre os recursos à vista, depósitos a prazo e depósitos de poupança passaram para 8%, 8% e 10%, respectivamente. Em outubro de 2008, as alíquotas dos recolhimentos adicionais sobre recursos à vista e depósitos a prazo passaram para 5%.

2/ No período de junho/1994 a junho/1995, as alíquotas de 100% e de 90% referem-se ao acréscimo em relação ao período-base apurado entre 23 e 30 de junho de 1994. A partir de julho de 1995, a incidência do compulsório refere-se exclusivamente à média aritmética dos saldos diários de cada período de cálculo.

3/ Inclui, também, 100% da variação, se positiva, da base de cálculo definida em 31.1.2008.

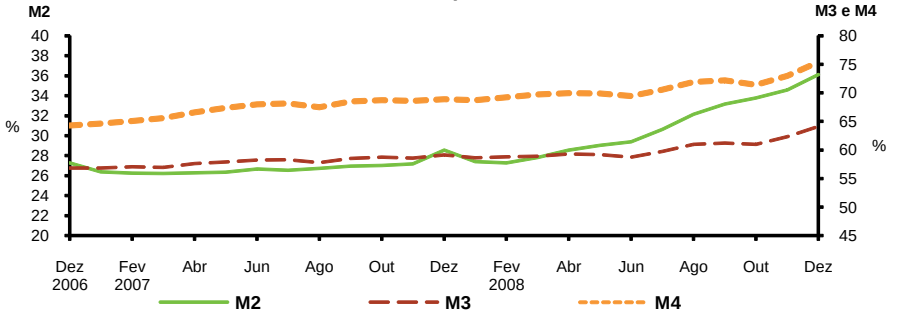
Os recolhimentos relativos a recursos a prazo foram alterados, adicionalmente, pelas Circulares nº 3.408, de 2008, e nº 3.410, de 2008, que elevaram, em duas etapas, o valor a deduzir desses recolhimentos, de R$300 milhões para R$2 bilhões. A Circular nº 3.427, de 2008, reduziu a parcela em espécie dos recolhimentos sobre depósitos a prazo de 70% para 60% e incluiu os depósitos interfinanceiros captados de sociedades de arrendamento mercantil na base de cálculo dos valores sujeitos a recolhimento de recursos a prazo. Adicionalmente, prorrogou o prazo para aquisições de ativos e aplicações em depósitos interfinanceiros entre instituições financeiras, de 31 de dezembro de 2008 para 31 de março de 2009.

A alíquota relativa aos recolhimentos sobre recursos à vista foi reduzida de 45% para 42%, por meio da Circular nº 3.413, de 14 de outubro de 2008. Posteriormente, a Circular nº 3.416, de 27 de outubro de 2008, permitiu o abatimento de contribuições voluntariamente antecipadas ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC). A alíquota referente ao encaixe obrigatório sobre os depósitos de poupança no âmbito do SBPE permaneceu em 20%, enquanto a relativa a depósitos de poupança rural foi reduzida para 15%, pela Resolução nº 3.625, de 30 de outubro de 2008.

Além das alterações nas regras dos recolhimentos compulsórios, foram adotadas medidas visando ao direcionamento do crédito a determinados setores da atividade econômica. Nesse sentido, as destinações ao crédito agrícola dos recursos mantidos em depósitos à vista e em poupança rural foram elevadas, na ordem, de 25% para 30% pela Resolução nº 3.623, de 14 de outubro de 2008, e de 65% para 70% por meio da Resolução nº 3.625, de 2008. As duas alterações permanecerão em vigor de novembro de 2008 a junho de 2009.

Em outra iniciativa visando ampliar o acesso à liquidez por parte do sistema bancário, a Resolução nº 3.622, de 9 de outubro de 2008, estabeleceu critérios e condições especiais de avaliação e de aceitação de ativos, pelo Banco Central, em operações de redesconto em moeda nacional. Essas operações podem ser realizadas sob a forma de venda de ativos com compromisso de recompra pelas instituições financeiras.

Gráfico 2.5
Haveres financeiros – Em percentual do PIB[1/]



1/ PIB dos últimos doze meses, a preços do mês assinalado (deflator: IGP-DI centrado), com base na publicação do IBGE.

No que diz respeito aos agregados monetários mais amplos, o saldo da base ampliada – que agrega à base restrita os depósitos compulsórios em espécie e os títulos públicos federais em poder do público – atingiu R$1,8 trilhão ao final do ano, registrando crescimento anual de 9,4%. Esse comportamento refletiu, principalmente, a atualização da dívida mobiliária federal em poder do público e o efeito contracionista das operações do Tesouro Nacional, exclusive a movimentação com títulos.

Os meios de pagamento ampliados, no conceito M2, apresentaram expansão anual de 37,4%, com ênfase no crescimento de 85% observado no saldo de títulos privados, refletindo a expansão dos depósitos a prazo. Os depósitos de poupança registraram aumento anual de 15,6%, com captações líquidas de R$17,8 bilhões. O agregado M3, mesmo incorporadas as saídas líquidas de R$88,5 bilhões relacionadas a quotas de fundos de investimento, cresceu 17,8% no ano, enquanto no conceito M4, cujo saldo totalizou R$2,2 trilhões no final de 2008, a expansão anual situou-se em 18,8%.

Quadro 2.2 – Haveres financeiros

Saldos em final de período — R$ bilhões

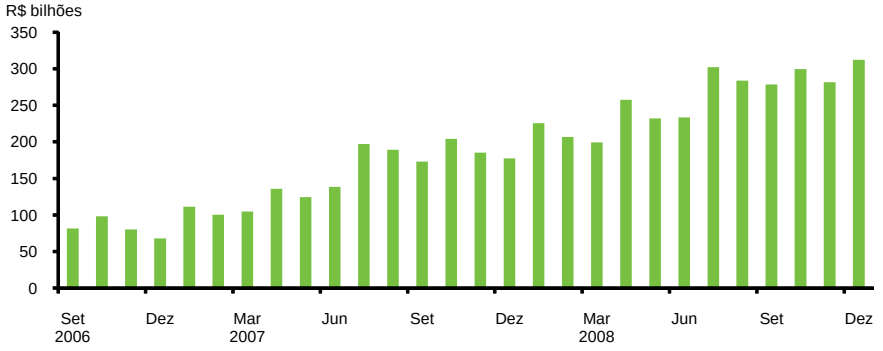
Período		M1	M2	M3	M4
2007	Jan	155,6	645,8	1 391,5	1 582,0
	Fev	153,7	647,0	1 406,5	1 604,2
	Mar	155,6	650,7	1 413,8	1 627,1
	Abr	156,5	657,1	1 441,0	1 664,6
	Mai	157,9	663,9	1 459,0	1 697,7
	Jun	164,2	677,2	1 478,8	1 727,8
	Jul	166,9	682,6	1 499,1	1 752,3
	Ago	170,0	698,1	1 509,4	1 762,1
	Set	174,8	711,7	1 545,2	1 809,0
	Out	178,1	722,4	1 569,7	1 836,6
	Nov	187,8	735,2	1 585,6	1 856,9
	Dez	231,4	781,3	1 617,6	1 884,8
2008	Jan	190,3	756,0	1 617,3	1 895,8
	Fev	184,1	758,4	1 633,8	1 924,3
	Mar	183,8	778,4	1 649,7	1 951,3
	Abr	186,8	812,3	1 687,2	1 989,4
	Mai	183,3	840,7	1 714,7	2 024,1
	Jun	186,2	864,5	1 727,6	2 043,1
	Jul	185,9	905,7	1 766,6	2 086,8
	Ago	186,7	949,8	1 801,3	2 125,5
	Set	194,8	988,6	1 823,3	2 150,5
	Out	189,7	1 013,5	1 829,4	2 141,9
	Nov	198,0	1 034,4	1 863,9	2 182,0
	Dez	223,4	1 073,0	1 905,6	2 239,6

Ressalte-se que as projeções estabelecidas trimestralmente pela programação monetária para os principais agregados monetários foram estritamente cumpridas no decorrer de 2008.

Títulos públicos federais e operações do Banco Central no mercado aberto

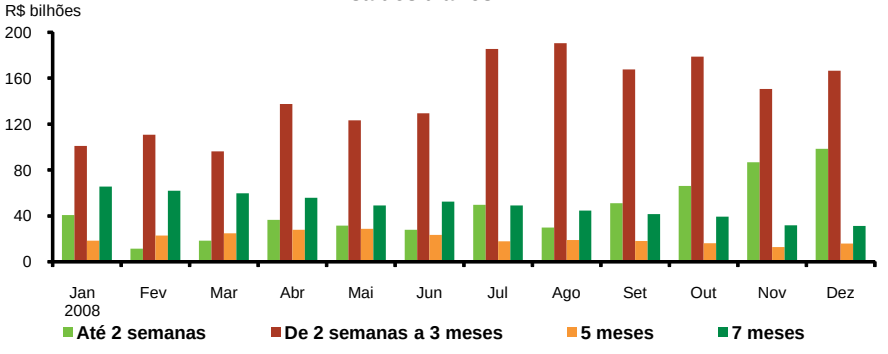
Em 2008, as operações primárias do Tesouro Nacional com títulos públicos federais resultaram em resgate líquido de R$133,7 bilhões, registrando-se vencimentos de R$335,5 bilhões, resgates antecipados de R$15,8 bilhões e colocações de R$296,6 bilhões. As trocas, realizadas com o objetivo de alongar o prazo da dívida vincenda, atingiram R$78,9 bilhões. A intensificação da turbulência financeira internacional a partir de setembro, com desdobramentos sobre a volatilidade no mercado doméstico, afetou as colocações de títulos pelo Tesouro no último quadrimestre do ano, constituindo-se em fator relevante para o impacto expansionista dessas operações.

Gráfico 2.6
Posição líquida de financiamento dos títulos públicos federais – Média diária



As operações de financiamento e de *go around* realizadas pelo Banco Central, objetivando a adequação das condições de liquidez, elevaram-se de R$11,4 bilhões em dezembro de 2007 para R$98,6 bilhões ao final de 2008. O saldo das operações com prazo de duas semanas a três meses aumentou de R$82,4 bilhões para R$166,6 bilhões. Em sentido inverso, até dezembro, os saldos das operações com prazos de cinco meses e de sete meses recuaram, respectivamente, de R$17,2 bilhões para R$15,8 bilhões e de

Gráfico 2.7
Operações compromissadas do Banco Central – Volume por prazo – Média dos saldos diários



R$65,9 bilhões para R$31,2 bilhões. A posição líquida de financiamento no *open market* aumentou 76,1% no ano, alcançando R$312,3 bilhões em dezembro, ante R$177,3 bilhões em dezembro de 2007.

Operações de crédito do sistema financeiro

As operações de crédito do sistema financeiro mantiveram-se na trajetória de crescimento observada nos anos anteriores, a despeito da desaceleração associada aos desdobramentos da crise financeira internacional nos últimos meses do ano. Nesse sentido, o estoque total das operações de crédito, considerados recursos livres e direcionados, atingiu R$1.227 bilhões em dezembro, registrando expansão anual de 31,1%, ante 27,8% em 2007. Esse volume representou 41,3% do PIB, ante 34,2% ao final do ano anterior.

No início de 2008, a evolução do crédito refletiu o desempenho das operações referenciadas em recursos livres, impulsionadas pelas expansões acentuadas observadas nas modalidades *leasing* de veículos para pessoas físicas e capital de giro para as empresas, contrastando com a relativa estabilização do crédito consignado. Ao mesmo tempo, as elevações dos custos de captação, decorrentes das crescentes incertezas nos mercados financeiros, e o aumento da tributação nos empréstimos a pessoas físicas traduziram-se em aumento das taxas de juros pactuadas nas principais modalidades de crédito.

Quadro 2.3 – Evolução do crédito

R$ bilhões

Discriminação	2006	2007	2008	Variação %
Total	732,6	936,0	1 227,3	31,1
Recursos livres	498,3	660,8	871,2	31,8
Direcionados	234,3	275,2	356,1	29,4
Participação %:				
Total/PIB	30,2	34,2	41,3	
Recursos livres/PIB	20,6	24,1	29,3	
Recursos direcionados/PIB	9,7	10,1	12,0	

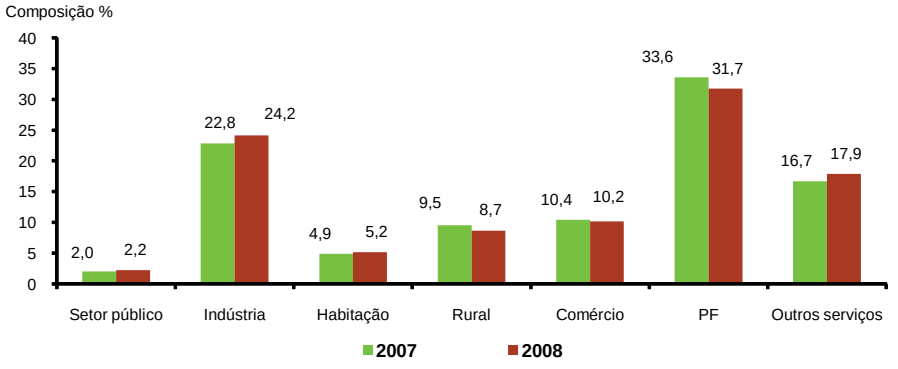
A partir de setembro, quando a retração da liquidez se manifestou de forma mais intensa, constatou-se significativo arrefecimento das contratações por parte das famílias, enquanto os financiamentos para as empresas, evidenciando a obstrução dos canais externos de crédito, mantiveram desempenho robusto até o final do ano. Paralelamente, intensificaram-se o ritmo de crescimento das operações fundamentadas em recursos direcionados e a representatividade dos bancos públicos no mercado de crédito.

A segmentação do crédito sob a ótica do controle de capital revelou que a participação relativa dos bancos públicos no estoque total do sistema financeiro elevou-se de 34,1% em 2007 para 36,3% em 2008, atingindo R$444,9 bilhões. Esse movimento esteve associado à participação desses bancos em aquisições de carteiras de crédito de outras instituições financeiras. Em contrapartida, a representatividade dos créditos concedidos pelos bancos privados nacionais recuou de 43,8% para 42,8%, totalizando R$524,7 bilhões, enquanto a carteira de financiamentos dos bancos estrangeiros declinou 1,1 p.p., para 21%.

Em relação à distribuição dos empréstimos a pessoas físicas por faixa de valor, assinale-se o aumento anual de 25,5% registrado nos contratos situados entre R$5 mil e R$50 mil, que somaram R$264,3 bilhões, traduzindo, principalmente, a contratação de recursos para a aquisição de automóveis. As dívidas contraídas com valores acima de R$50 mil somaram R$116,3 bilhões, elevando-se 39,7% no ano, em linha com a expansão dos financiamentos habitacionais. Relativamente às pessoas jurídicas, os contratos com valores acima de R$10 milhões totalizaram R$307,2 bilhões, ressaltando-se que o acréscimo anual de 59,5% registrado nessas operações se mostrou consistente com o aumento da demanda por recursos, em especial para capital de giro e comércio exterior, por parte das grandes empresas, em resposta à retração de fontes tradicionais de financiamento externo no último trimestre do ano. Os empréstimos classificados na faixa de R$100 mil a R$10 milhões somaram R$275,4 bilhões, aumento anual de 22,8% associado, fundamentalmente, ao desempenho das modalidades capital de giro e aquisição de bens.

Considerados prazos de vencimentos, ressaltem-se, no segmento de pessoas físicas, as expansões anuais respectivas de 21,8% e de 20,4% observadas nos saldos das operações a vencer no médio e curtíssimo prazos, que registraram, na ordem, R$160,5 bilhões e R$167,3 bilhões. No segmento de pessoas jurídicas, ressaltem-se as expansões anuais relacionadas aos financiamentos de médio prazo, 53,6%, e às operações de curtíssimo prazo, 23,5%, que apresentaram saldos respectivos de R$172 bilhões e de R$275,3 bilhões.

Gráfico 2.8
Direcionamento do crédito para atividades econômicas – Sistema Financeiro



O crédito destinado ao setor privado totalizou R$1.200 bilhões em dezembro, registrando elevação anual de 30,8%. Setorialmente, os empréstimos contratados pela indústria cresceram 38,6%, para R$296,4 bilhões, destacando-se as operações destinadas aos ramos de agronegócios, química, energia, além do segmento de siderurgia e metalurgia. Os financiamentos para outros serviços apresentaram expansão anual de 40,6%, totalizando R$219,7 bilhões, com ênfase para os desembolsos aos segmentos de telecomunicações, cartão de crédito, transporte e locação de automóveis.

Os empréstimos a pessoas físicas somaram R$389,5 bilhões, registrando aumento anual de 23,9%, impulsionado pelo desempenho das operações vinculadas à aquisição de veículos, crédito pessoal e compras à vista com cartão de crédito. Os financiamentos ao comércio, que refletiram a demanda das famílias, cresceram 27,8% no ano, totalizando R$124,8 bilhões, impulsionados pelo dinamismo dos segmentos automóveis, supermercados e lojas de departamentos.

O aumento anual de 38% no volume de financiamentos habitacionais, que constituem recursos a pessoas físicas e a cooperativas do setor e somaram R$63,3 bilhões, seguiu evidenciando a continuidade da retomada do segmento, observada nos últimos anos. Os desembolsos com recursos da caderneta de poupança, que proporcionaram o financiamento de 295 mil moradias, ante 194 mil unidades em 2007, totalizaram R$28 bilhões em 2008, registrando elevação anual de 58,7%. Do total desembolsado, 87,7% representaram contratos regulamentados pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e o restante, a taxas de juros livremente pactuadas. Os fluxos concedidos com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), destinados em especial ao financiamento de moradias populares, aumentaram 7,2% no ano, para R$6,3 bilhões.

As operações contratadas com o setor rural, inclusive agroindústria, somaram R$106,4 bilhões em dezembro, elevando-se 19,2% no ano. As operações destinadas ao custeio cresceram 17,9%, as destinadas à comercialização, 62,7%, e as direcionadas a investimento, 9,8%, estas traduzindo o arrefecimento nas vendas de máquinas e implementos agrícolas. Essas modalidades passaram a representar, na ordem, 42,3%, 9,4% e 48,3% das operações de crédito rural, ante 41,9%, 6,8% e 51,3%, respectivamente, no ano anterior.

As operações de crédito ao setor público totalizaram R$27,2 bilhões ao final de 2008, volume 44,5% superior ao observado em dezembro de 2007. Os créditos destinados ao governo federal totalizaram R$9,3 bilhões, assinalando-se que o aumento anual de 160,2% esteve vinculado, principalmente, a contratos com o segmento de gás e petróleo, evolução associada, em parte, à eliminação do limite de concessão de crédito pelo sistema financeiro nacional à Petrobras, anteriormente definido em R$8 bilhões. A dívida bancária dos governos estaduais e municipais atingiu R$17,9 bilhões, aumento anual de 17,3% consistente com a expansão dos financiamentos relacionados a saneamento básico, transporte urbano e energia elétrica, mediante a utilização de fundos e programas oficiais.

Quadro 2.4 – Crédito com recursos livres

R$ bilhões

Discriminação	2006	2007	2008	Variação %
Total	498,3	660,8	871,2	31,8
Pessoa jurídica	260,4	343,2	476,9	38,9
Recursos domésticos	207,8	274,7	386,1	40,5
Referencial[1/]	165,0	214,9	300,7	39,9
Leasing	20,6	34,8	55,3	58,8
Rural	1,4	2,0	3,8	89,8
Outros	20,7	23,0	26,3	14,6
Recursos externos	52,6	68,6	90,8	32,5
Pessoa física	238,0	317,6	394,3	24,2
Referencial[1/]	191,8	240,2	272,5	13,4
Cooperativas	9,8	12,5	16,9	35,8
Leasing	13,9	30,1	56,7	88,2
Outros	22,5	34,7	48,1	38,7

1/ Crédito referencial para taxas de juros, definido pela Circular nº 2.957, de 30.12.1999.

As operações de crédito referenciadas em recursos livres somaram R$871,2 bilhões ao final de 2008, elevando-se 31,8% no ano e correspondendo a 71% da carteira total do sistema financeiro. Os saldos das operações nos segmentos de pessoas jurídicas e de pessoas físicas registraram aumentos anuais respectivos de 38,9% e 24,2%, totalizando, na ordem, R$476,9 bilhões e R$394,3 bilhões.

O saldo das operações de *leasing*, que se constituíram na principal modalidade de financiamento para a aquisição de veículos, atingiu R$112 bilhões. A elevação anual de 72,4% refletiu acréscimos respectivos de 88,2% e 58,8% nas carteiras de pessoas físicas e de pessoas jurídicas.

Em relação ao segmento de pessoas físicas, assinale-se, ainda, a expansão anual de 26,8% registrada na modalidade crédito pessoal. O saldo dos empréstimos consignados em folha de pagamento, cuja participação relativa atingiu 54,9% do total de crédito pessoal, totalizou R$78,9 bilhões em dezembro, elevando-se 22% no ano, enquanto os empréstimos concedidos por cooperativas cresceram 35,8%, totalizando R$16,9 bilhões.

A evolução anual dos empréstimos para pessoas jurídicas traduziu expansões de 40,5% nas operações fundamentadas em recursos domésticos, estimuladas pelo crescimento de 74,6% registrado na modalidade capital de giro, e de 32,5% naquelas lastreadas em recursos externos, que somaram, na ordem, R$386,1 bilhões e R$90,8 bilhões. Vale mencionar que o desempenho das operações fundamentadas em recursos externos, em cenário de obstrução nos canais de crédito nos mercados internacionais no último trimestre do ano, esteve influenciado pelo efeito contábil da depreciação cambial e pelo aporte de moeda estrangeira provido pelo Banco Central visando assegurar a disponibilidade de recursos para a atividade exportadora.

Gráfico 2.9
Taxas de juros das operações de crédito com recursos livres

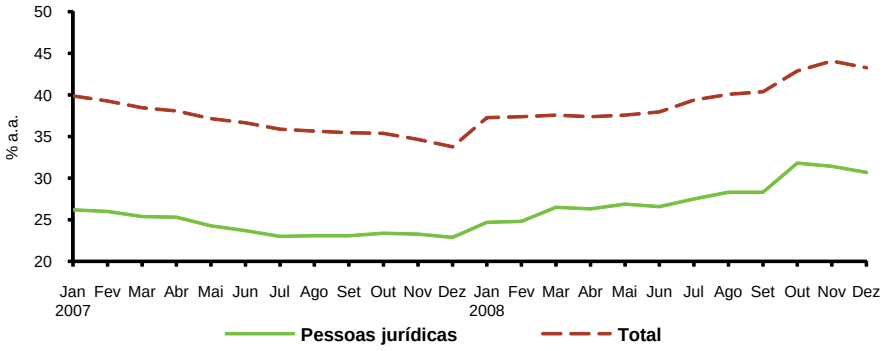


Gráfico 2.10
Taxas de juros das operações de crédito – Pessoa física

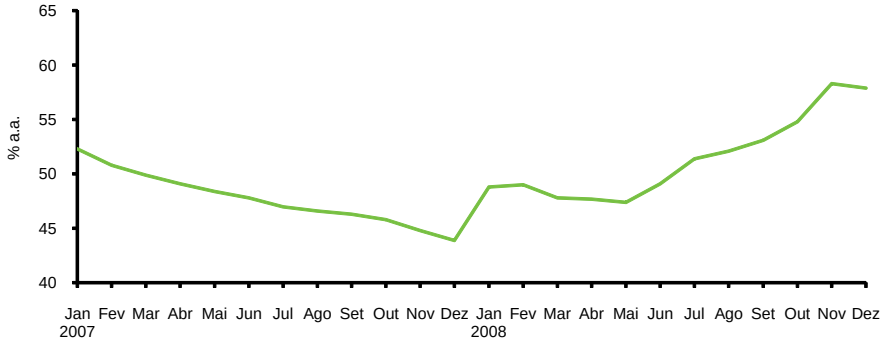


Gráfico 2.11
Taxas de juros das operações de crédito – Pessoa jurídica

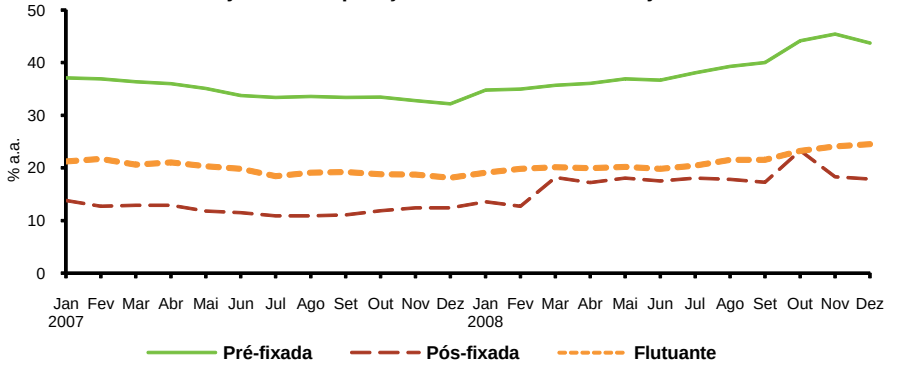
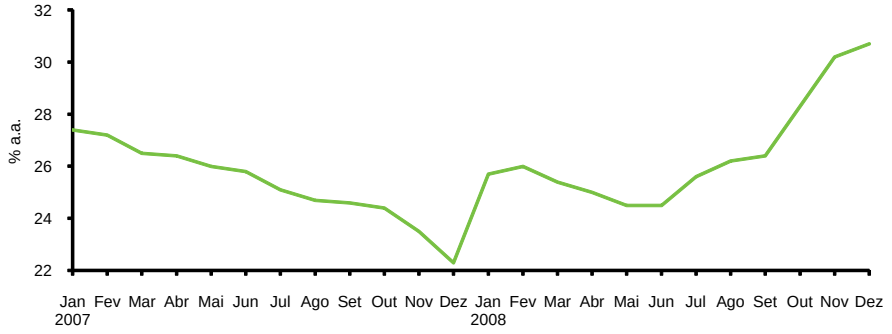


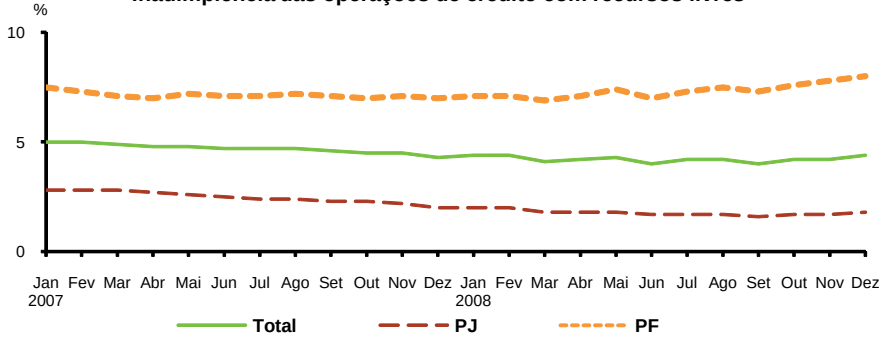
Gráfico 2.12
***Spread* bancário das operações de crédito com recursos livres**



A taxa média de juros das operações de crédito referencial atingiu 43,3% em dezembro de 2008, registrando acréscimo de 9,5 p.p. em relação a igual período do ano anterior, movimento consistente com o aumento do grau de incerteza e da aversão ao risco no cenário de instabilidade dos mercados financeiros. A taxa média dos financiamentos para as famílias situou-se em 57,9%, elevando-se 14 p.p. no ano, com ênfase nos aumentos registrados nas modalidades cheque especial, 36,8 p.p., e crédito pessoal, 14,6 p.p., enquanto a relativa ao segmento de pessoas jurídicas cresceu 7,8 p.p., para 30,7%.

O *spread* bancário atingiu 30,7 p.p. em dezembro, elevando-se 8,4 p.p. no ano, reflexo de crescimentos tanto no segmento de pessoas físicas, 13,1 p.p., quanto no relativo a pessoas jurídicas, 6,5 p.p. O prazo médio da carteira de crédito referencial situou-se em 378 dias em dezembro, registrando alta de 28 dias ao longo de 2008, ante acréscimo de 54 dias no ano anterior, com ênfase no aumento de 93 dias observado nas operações de crédito pessoal.

Gráfico 2.13
Inadimplência das operações de crédito com recursos livres[1/]



1/ Percentual da carteira com atraso superior a 90 dias.

A taxa de inadimplência da carteira de crédito referencial, considerados os atrasos superiores a noventa dias, atingiu 4,4% em dezembro, ante 4,3% ao final de 2007, resultado de aumento de 1 p.p. no segmento de pessoas físicas e de recuo de 0,2 p.p. no relativo a pessoas jurídicas, nos quais as taxas se situaram em 8% e 1,8%, respectivamente.

Quadro 2.5 – Crédito com recursos direcionados

R$ bilhões

Discriminação	2006	2007	2008	Variação % 2007/2006
Total	234,3	275,2	356,1	29,4
BNDES	139,0	160,0	209,3	30,8
Direto	71,7	77,8	107,8	38,5
Repasses	67,3	82,2	101,5	23,5
Rural	54,4	64,3	78,3	21,8
Bancos e agências	51,9	60,7	73,3	20,8
Cooperativas	2,4	3,6	5,0	39,9
Habitação	34,5	43,6	59,7	37,0
Outros	6,4	7,3	8,8	20,5

As operações com recursos direcionados totalizaram R$356,1 bilhões em dezembro, registrando expansão de 29,4% em 2008. Esse resultado esteve associado, principalmente, ao crescimento de 30,8% nos financiamentos efetuados pelo BNDES, que somaram R$209,3 bilhões, reflexo de aumentos respectivos de 38,5% e de 23,5% nas operações diretas e nos repasses por outras instituições financeiras. Os empréstimos aos setores habitacional e rural registraram aumentos anuais de 37% e de 21,8%, respectivamente.

Quadro 2.6 – Desembolsos do BNDES

R$ milhões

Discriminação	2007	2008	Variação (%)
Total	64 891,7	90 877,8	40,0
Indústria	26 445,8	39 020,8	47,6
Produtos alimentícios	4 504,1	9 543,9	111,9
Química	1 882,8	2 176,1	15,6
Veículo, reboque e carroceria	3 065,2	4 603,0	50,2
Outros equip. transporte[1/]	1 699,6	2 942,3	73,1
Refino de petróleo e álcool	1 662,7	3 145,6	89,2
Comércio/Serviços	33 448,1	46 262,5	38,3
Transporte terrestre	11 472,3	17 531,3	52,8
Construção	3 109,0	4 103,1	32,0
Telecomunicações	3 379,2	6 187,8	83,1
Eletricidade e gás	8 056,3	8 923,3	10,8
Agropecuária	4 997,8	5 594,5	11,9

Fonte: BNDES

1/ Inclui indústria de aviação.

Os desembolsos efetuados pelo BNDES atingiram R$90,9 bilhões ao final de 2008, registrando expansão anual de 40%. Os créditos destinados à indústria aumentaram 47,6%, impulsionados pelo desempenho do setor de alimentos e bebidas, enquanto as concessões ao comércio e serviços cresceram 38,3%, estimuladas pelo dinamismo dos investimentos dos ramos de transporte terrestre e telecomunicações. As consultas

formuladas ao BNDES, indicador que sinaliza a demanda potencial de investimentos, totalizaram R$175,8 bilhões em 2008, aumentando 38,6% no ano.

As provisões efetuadas pelo sistema financeiro apresentaram trajetória compatível com o comportamento da carteira de crédito, elevando-se 27,5% no ano e totalizando R$65,2 bilhões em dezembro. A relação entre as provisões totais e a carteira de crédito recuou de 5,5% em 2007 para 5,3% ao final de 2008, enquanto a inadimplência referente ao total das operações de crédito do sistema financeiro, considerados os atrasos superiores a noventa dias, permaneceu estável em 3,2%. A Resolução nº 3.674, de 30 de dezembro de 2008, autorizou as instituições financeiras que mantêm provisões para operações de crédito em valores superiores aos mínimos requeridos a acrescentarem integralmente esses valores ao Nível I do Patrimônio de Referência (PR). A medida estimula a constituição de provisões adicionais, pois a verificação do cumprimento dos limites operacionais a que estão submetidas as instituições financeiras é baseada no PR.

Sistema Financeiro Nacional

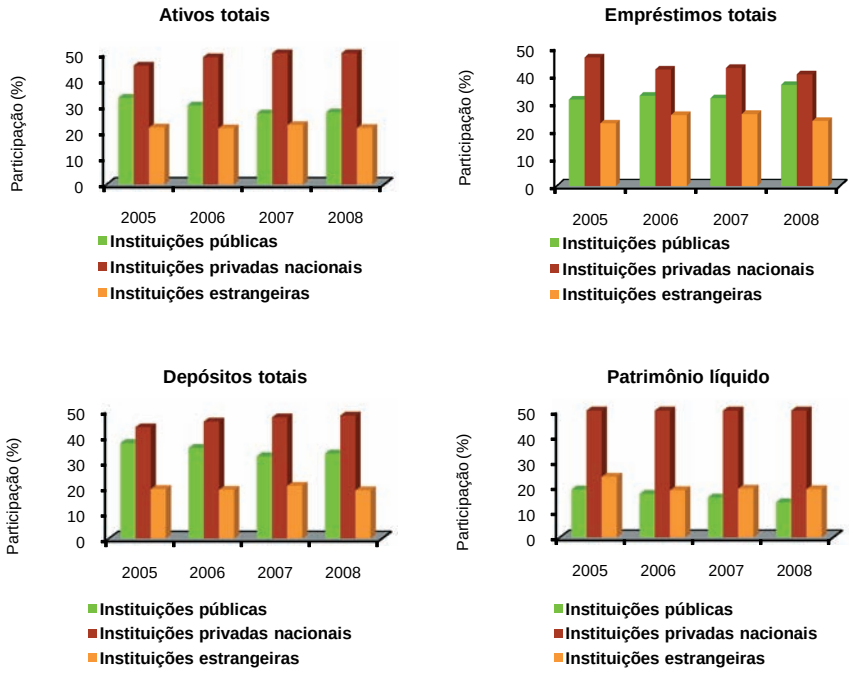
O adequado grau de resistência do Sistema Financeiro Nacional (SFN) diante da instabilidade nos mercados internacionais refletiu os avanços recentes da regulamentação prudencial; os níveis reduzidos de alavancagem, mediante a prática de limites mais restritivos do que os recomendados internacionalmente; os níveis austeros de provisionamento; e a aplicação de procedimentos de supervisão consolidada para conglomerados econômico-financeiros. A solidez patrimonial e financeira possibilitou a adoção de medidas pelo governo federal com o objetivo de estimular o provimento de liquidez dentro do próprio sistema financeiro, sem necessidade de atuação direta da autoridade monetária com dispêndio de recursos para a recuperação de mercados e instituições.

As operações de crédito representavam, em dezembro de 2008, 32,4% do total de ativos do sistema bancário, exclusive intermediação, ante 32,2% ao final de 2007. Seguindo a trajetória observada em 2007, a representatividade da parcela de títulos e valores mobiliários recuou 3.3 p.p. no ano, para 21,5%, enquanto a relacionada a aplicações interfinanceiras de liquidez e operações de câmbio aumentou 1,6 p.p., para 22,2%. A representatividade dos títulos públicos na carteira de títulos e valores mobiliários recuou 5,8 p.p. no ano, para 59,2%.

Em relação ao resultado da intermediação financeira, as posições de final de ano estiveram condicionadas pela crise financeira internacional, observando-se crescimento da parcela de rendas com operações de câmbio, provenientes, sobretudo, de variações e diferenciais de taxas, de 1,5% em 2007 para 5,6% em 2008. Em sentido inverso, as participações das receitas com créditos e títulos apresentaram redução no mesmo período, de 55,1% para 53,7% e de 39,7% para 37,9%, respectivamente.

Gráfico 2.14

Sistema bancário – Participação por segmentos[1/]



1/ Apresenta dados somente das instituições bancárias, sem consolidar, portanto, as posições dos conglomerados financeiros.

Ao contrário do observado em 2007, as captações tradicionais de recursos junto ao público registraram maior dinamismo em 2008, expresso na elevação anual, de 29,6% para 33,3%, na representatividade conjunta dos depósitos à vista, a prazo e de poupança, com ênfase no crescimento, de 12,6% para 18,8%, na relativa aos depósitos a prazo. A participação conjunta das operações cambiais e das captações interfinanceiras de liquidez – operações compromissadas e depósitos interfinanceiros – nos passivos do setor bancário decresceu de 41,7% em 2007 para 37% ao final de 2008, evolução consistente com o cenário de crescimento do custo de captação dos bancos, de perdas dos fundos de investimento e de instituição, pela Circular n° 3.375, de 31 de janeiro de 2008, do recolhimento compulsório sobre as captações de depósitos interfinanceiros pelas sociedades de arrendamento mercantil.

No âmbito institucional, a Resolução nº 3.567, de 29 de maio de 2008, promoveu alterações nas regras referentes à constituição e ao funcionamento das sociedades de crédito ao microempreendedor, com o objetivo de permitir a ampliação de suas atividades, tendo em vista que essas entidades passam a operar também com empresas de pequeno porte. Nesse sentido, foram alterados os limites de exposição por cliente, anteriormente em R$10 mil, para 5% do patrimônio líquido, enquanto o limite de endividamento foi ampliado de cinco para dez vezes o valor do patrimônio líquido. Adicionalmente, os limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido foram elevados de R$100 mil para R$200 mil.

A Circular n° 3.393, de 3 de julho de 2008, estabeleceu a remessa ao Banco Central, a partir de 31 de outubro, de informações mensais das instituições financeiras referentes ao risco de liquidez. Essa modalidade de risco decorre da eventual incompatibilidade entre ativos negociáveis e passivos exigíveis, quanto a moeda, prazo e taxas envolvidos nas operações, que pode acarretar desequilíbrios financeiros às instituições. Dentre os procedimentos estabelecidos para o acompanhamento desse tipo de risco, destacam-se a avaliação prospectiva de diferentes cenários que podem impactar os fluxos de caixa das instituições e a reavaliação periódica dos sistemas de controle implementados, os quais devem permitir, no mínimo, a avaliação diária das operações com prazos de liquidação inferiores a noventa dias.

Com o objetivo de adaptação às regras internacionais que disciplinam a divulgação de informações pelo sistema financeiro, a Resolução nº 3.604, de 29 de agosto de 2008, instituiu a elaboração e publicação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, a partir da data-base de 31 de dezembro de 2008, em substituição à Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos.

No âmbito do monitoramento do risco de crédito, a Resolução nº 3.658, de 17 de dezembro de 2008, alterou a regulamentação relativa ao fornecimento, ao Banco Central, de dados sobre operações registradas no Sistema de Informações de Crédito do Banco Central (SCR). Além de atender às necessidades da supervisão bancária, o SCR tem por finalidade promover o intercâmbio de informações no âmbito do sistema financeiro sobre o montante de débitos e responsabilidades dos clientes, desde que estes autorizem a consulta a seus dados. As principais alterações, que produzirão efeitos a partir de março de 2009, são: i) ampliação do rol de entidades que devem remeter informações, com a inclusão dos bancos de câmbio, das sociedades corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários e das sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte; ii) obrigatoriedade de remessa das informações de créditos negociados sem retenção substancial de riscos com empresas controladas e fundos de investimento administrados pela própria instituição financeira ou empresa controlada; e iii) obrigatoriedade de comunicação prévia ao cliente do registro dos seus dados no SCR, exceto se houver a sua autorização.

Com relação à constituição de provisões, a Circular nº 3.425, de 17 de dezembro de 2008, reduziu a exigência de capital referente aos créditos tributários provenientes de diferenças temporárias, com o correspondente fator de ponderação de risco sendo alterado de 300% para 100%. Esses créditos são gerados no momento da constituição de provisões para possíveis perdas com operações de crédito, conforme a avaliação de risco dos clientes efetuada pelas instituições, o que promove a redução do patrimônio líquido.

Por meio da Resolução n° 3.656, de 17 de dezembro de 2008, foi alterado o estatuto do FGC. Observadas condições preestabelecidas, o FGC pode aplicar recursos, até o

limite global de 50% de seu patrimônio líquido: i) na aquisição de direitos creditórios de instituições financeiras e de sociedades de arrendamento mercantil; ii) na aplicação em depósitos a prazo, em letras de arrendamento mercantil ou em letras de câmbio de aceite de instituições associadas, desde que lastreados em: a) direitos creditórios das respectivas aplicações; b) outros direitos creditórios com garantias reais ou fidejussórias, próprias ou de terceiros, em situações caracterizadas como especiais, hipótese em que pode exigir da instituição emitente ou aceitante medidas que resguardem sua liquidez e equilíbrio patrimonial; iii) nas operações com vinculação entre os recursos captados e a operação ativa correspondente. O FGC poderá alienar os referidos ativos adquiridos. É vedado ao FGC aplicar recursos na aquisição de bens imóveis, exceto quando recebidos em liquidação de créditos de sua titularidade, após o que devem ser alienados.

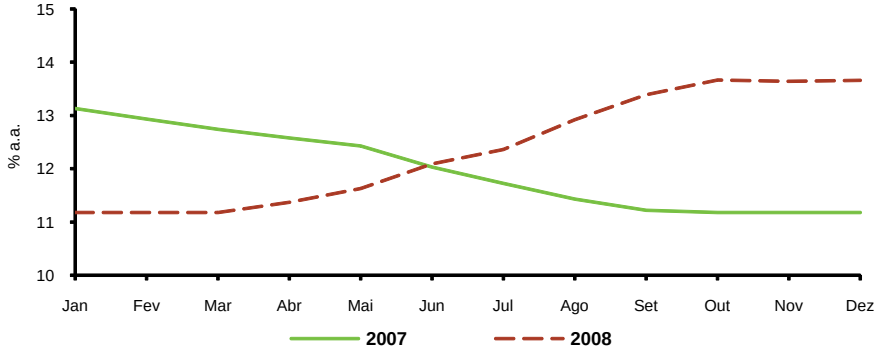
Em relação ao crédito rural, foram elevadas de 25% para 30% e de 65% para 70% as exigibilidades de aplicação em crédito rural com recursos da poupança rural e a parcela dos recursos à vista das instituições financeiras, ambas para o período de cumprimento de 1º de novembro de 2008 a 30 de junho de 2009.

III Mercado Financeiro e de Capitais

Taxas de juros reais e expectativas de mercado

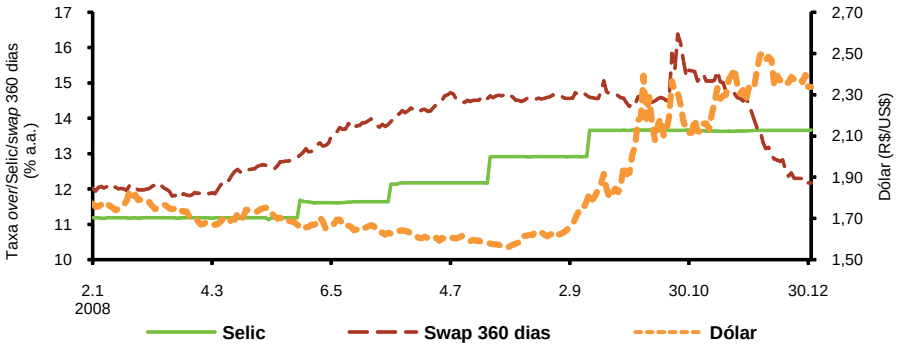
O ciclo de flexibilização monetária iniciado em setembro de 2005 foi interrompido em abril de 2008, quando a meta para a taxa básica de juros, que permanecia em 11,25% desde setembro de 2007, foi aumentada em 50 pontos base, em resposta aos riscos inflacionários associados ao descompasso observado entre as trajetórias da demanda e da oferta agregadas. Ao longo do ano, a meta para a taxa Selic foi elevada em outras três oportunidades, situando-se em 13,75% a.a. em dezembro. A taxa de juros real *ex-ante*, calculada pelo Banco Central para o prazo de um ano, com base em pesquisa junto a analistas do setor privado, apresentou elevação ao longo dos nove primeiros meses de 2008, movimento revertido a partir de outubro, em ambiente de redução mais acentuada das expectativas em relação à trajetória da taxa básica de juros. Ao final do ano, a taxa situava-se em 7,2% a.a., elevando-se 0,7 p.p. em relação a dezembro de 2007.

Gráfico 3.1
Taxa *over*/Selic



Nesse cenário, os contratos de *swap* DI x pré de 360 dias apresentaram taxas crescentes no mercado futuro de juros ao longo dos dez primeiros meses do ano, atingindo a taxa máxima, no ano, de 16,38% ao final de outubro, após a intensificação da crise nos mercados financeiros internacionais. A partir de novembro, influenciadas pelas expectativas em relação à condução da política monetária e pelo fortalecimento da confiança dos investidores quanto à evolução da economia brasileira, as taxas dos

Gráfico 3.2
Taxa *over*/Selic x dólar x *swap* 360 dias



contratos de *swap* reverteram sua trajetória ascendente, sendo negociados a 12,17% a.a. no encerramento do ano, com acréscimo de 12 pontos base em relação à taxa registrada ao final de 2007.

Gráfico 3.3
Curva de juros – *Swap* DI x pré

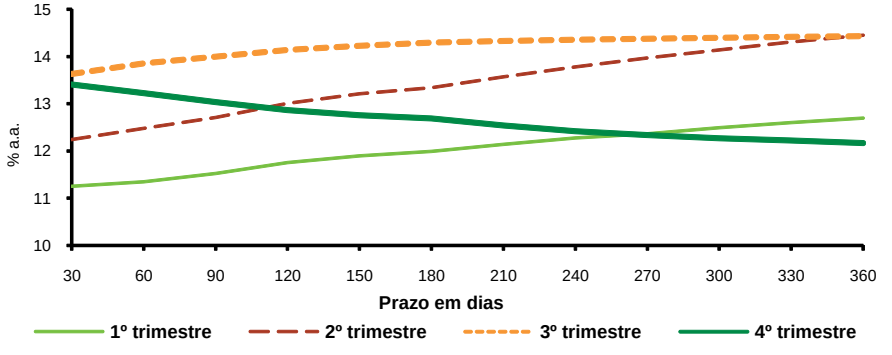
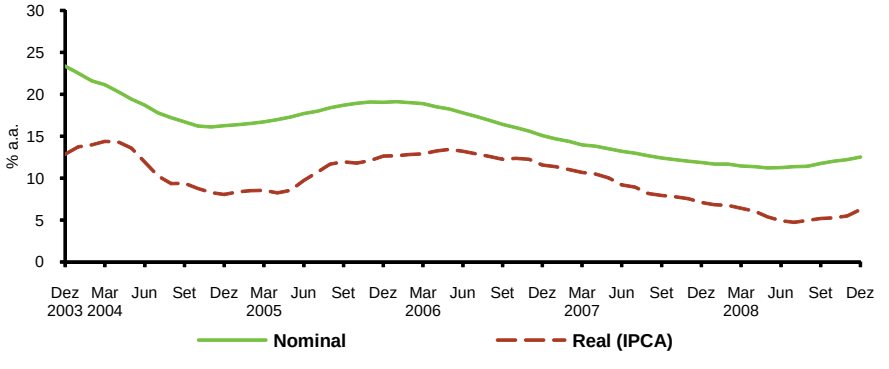


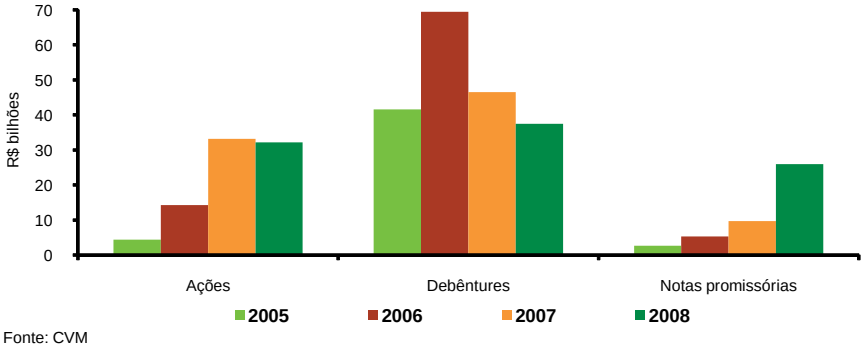
Gráfico 3.4
Taxa *over*/Selic acumulada em 12 meses



Mercado de capitais

O desempenho positivo do mercado de capitais observado nos anos anteriores foi interrompido em 2008, diante do cenário de instabilidade instaurado no sistema financeiro internacional. O volume de ofertas primárias, englobando ações, debêntures e notas promissórias registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), embora alcançasse R$95,5 bilhões em 2008, ante R$89,4 bilhões no ano anterior, esteve concentrado nos oito primeiros meses do ano. Além disso, esse resultado foi condicionado, em parte, tanto pelas emissões de R$32,2 bilhões em debêntures em janeiro e fevereiro, antes da incidência de recolhimentos compulsórios sobre depósitos interfinanceiros captados pelas sociedades de arrendamento mercantil, quanto pela emissão primária de R$19,4 bilhões em ações em operação isolada, em julho. A partir de setembro, no novo cenário de maior rigidez no mercado de crédito e de aversão crescente ao risco, as emissões de ações e debêntures praticamente cessaram. Nesse contexto, as emissões primárias de ações somaram R$32,1 bilhões e as de debêntures, R$37,5 bilhões em 2008, ressaltando-se o crescimento anual de 166,1% nas emissões primárias de notas promissórias, que somaram R$25,9 bilhões, posicionando-se como importante fonte de recursos para as empresas.

Gráfico 3.5
Mercado primário – Ofertas registradas na CVM



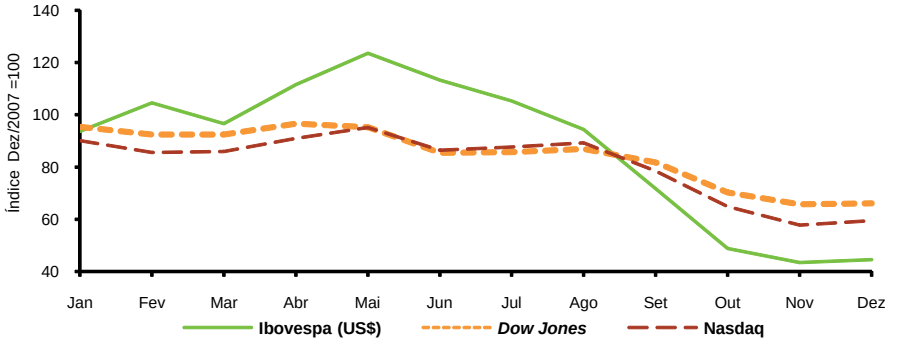
Fonte: CVM

O Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa) apresentou tendências distintas ao longo de 2008. De janeiro até maio, prevaleceu a trajetória de ganhos acentuados, expressos em sucessivos recordes do indicador, até o valor máximo de 73.516 pontos, em 20 de maio, refletindo as expectativas positivas com a obtenção do grau de investimento concedido por duas agências internacionais de classificação de risco, nomeadamente *Standard and Poor's* e *Fitch Ratings*. No restante do ano, traduzindo o cenário de retração generalizada do ritmo da atividade da economia mundial, expresso em redução dos preços das *commodities* e dos fluxos de comércio externo, e, posteriormente, o acirramento da crise nos mercados financeiros, o desempenho do Ibovespa passou a experimentar expressiva volatilidade. No final do ano, o Ibovespa situou-se em 37.550 pontos, acumulando redução de 42,1% em relação ao final de 2007.

Gráfico 3.6
Ibovespa

Fonte: Broadcast

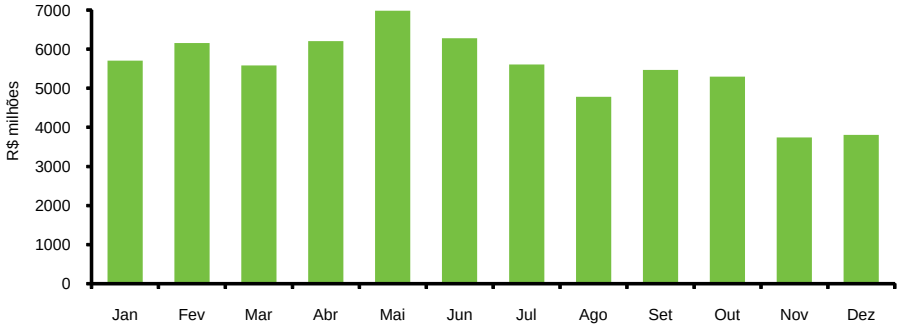
Gráfico 3.7
Ibovespa x *Dow Jones* x Nasdaq – 2008



Fonte: Broadcast

O volume médio diário negociado na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) atingiu R$5,5 bilhões, elevando-se 16,4% no ano. Avaliado em dólares, o Ibovespa recuou 55,5% em 2008, refletindo a retração do índice e a depreciação do real, enquanto os índices *Dow Jones* e Nasdaq registraram perdas respectivas de 34,2% e 42,2%, na mesma base de comparação.

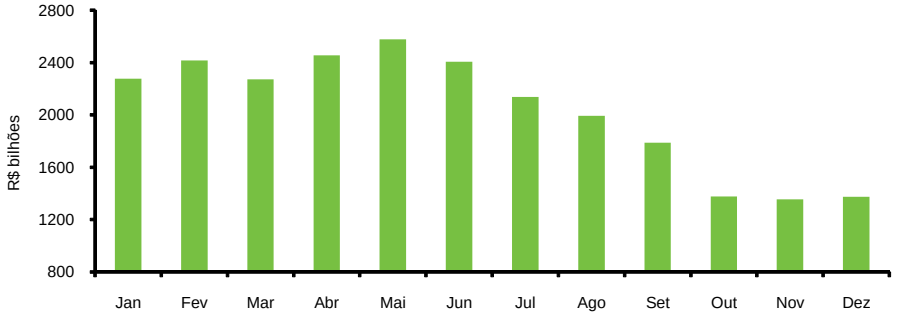
Gráfico 3.8
Volume médio diário negociado na Bovespa – 2008



Fonte: Bovespa

Em linha com o desempenho negativo do mercado de ações, o valor de mercado das empresas listadas na Bovespa recuou 44,5% em 2008, situando-se em R$1,4 trilhão em dezembro de 2008, patamar semelhante ao registrado ao final de 2006.

Gráfico 3.9
Valor de mercado – 2008
Companhias abertas listadas na Bovespa



Fonte: Bovespa

Aplicações financeiras

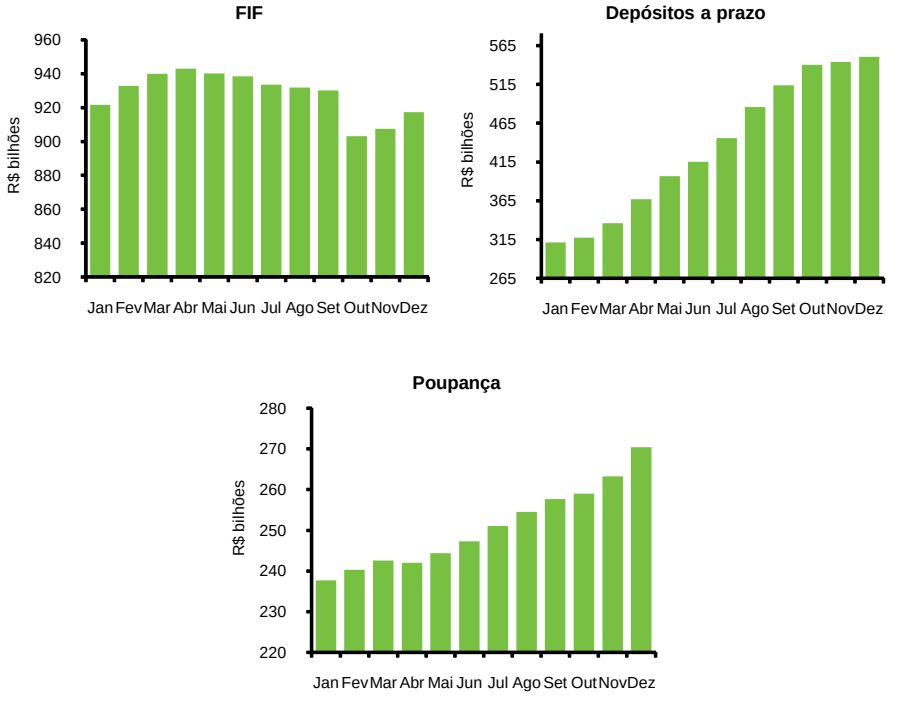
As aplicações financeiras, que incluem fundos de investimento, depósitos a prazo e cadernetas de poupança, totalizaram R$1,7 trilhão em dezembro de 2008, representando aumento de 13,1% em relação a igual período do ano anterior. Após acumular ganhos no primeiro semestre, o saldo consolidado dos fundos de investimento encerrou o ano com retração de 3,7% em relação a dezembro de 2007, atingindo R$1,1 trilhão. O saldo dos fundos de renda fixa, multimercado, referenciado, curto prazo e cambial totalizou R$917,3 bilhões, enquanto os relativos aos fundos de investimento extramercado e aos fundos de renda variável somaram, na ordem, R$33,7 bilhões e R$115,3 bilhões.

A participação dos títulos públicos na carteira consolidada dos fundos de investimento de renda fixa, multimercado, referenciado, curto prazo e cambial refletiu a maior restritividade na condução da política monetária observada a partir de abril. Nesse ambiente, aumentou a demanda por títulos pós-fixados, que representaram, em dezembro, 79,6% dos títulos públicos em carteira, 11,4 p.p. a mais do que em igual período de 2007, enquanto o estoque de títulos públicos pré-fixados reduziu-se para 20,4%.

O patrimônio dos fundos de renda fixa atingiu R$445,6 bilhões em dezembro. A redução anual de 3,4% resultou de resgates líquidos de R$59,8 bilhões, em resposta à menor liquidez temporária do sistema financeiro e às incertezas sobre a evolução das taxas de juros. Ressalte-se que a maior aversão ao risco dos investidores se refletiu em resgates líquidos em quase todas as classes de fundos, em especial nos multimercados, R$28,7 bilhões. Como exceção, os fundos de curto prazo atraíram novos recursos da ordem de R$4,3 bilhões, atingindo saldo de R$37,4 bilhões.

Gráfico 3.10

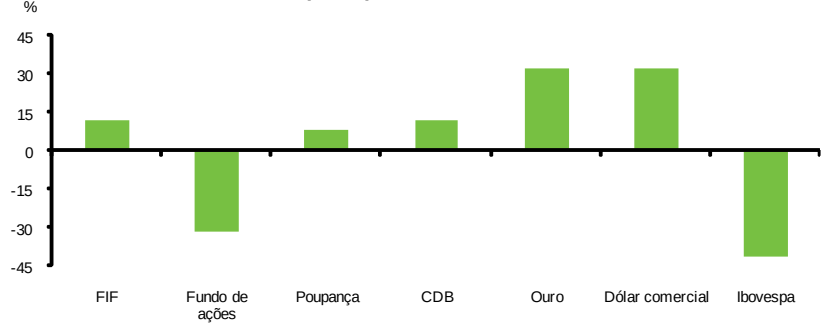
Aplicações financeiras – Saldos – 2008



O patrimônio líquido dos fundos de investimento extramercado, responsáveis pela administração de recursos de propriedade da administração federal indireta, alcançou R$33,7 bilhões, com captação líquida de R$3,2 bilhões no ano.

Gráfico 3.11

Rendimento dos principais ativos financeiros em 2008



Fontes: Banco Central do Brasil e Broadcast

Os fundos de ações, acompanhando o mercado de capitais, acumularam ganhos patrimoniais de 5,8% até o final de junho, com captações líquidas de R$6,4 bilhões. Com a deterioração do cenário financeiro, esses fundos passaram a incorporar perdas expressivas, que resultaram em retração de 27,3% em seu patrimônio líquido, que

atingiu R$106,5 bilhões no final do ano. Os Fundos Mútuos de Privatização – FGTS (FMP-FGTS) e os Fundos Mútuos de Privatização – FGTS – Carteira Livre (FMP-FGTS-CL) registraram redução patrimonial de 53,1% no período analisado.

Quadro 3.1 – Rendimentos nominais das aplicações financeiras – 2008

Discriminação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	2008
FIF	1,15	1,09	0,36	0,84	0,97	0,90	1,04	0,90	1,12	-0,00	1,30	1,58	11,84
Fundo de ações	-6,49	6,40	-4,33	5,77	8,12	-6,40	-8,43	-4,06	-7,23	-15,85	-1,36	-0,44	-31,37
Poupança	0,60	0,52	0,54	0,60	0,57	0,62	0,69	0,66	0,70	0,75	0,66	0,72	7,90
CDB	0,90	0,77	0,82	0,90	0,86	0,94	1,04	0,99	1,08	1,16	0,98	1,09	12,17
Ouro	7,02	1,93	-2,46	-9,71	0,22	0,86	-1,06	-5,38	22,50	-5,38	13,33	10,64	32,13
Dólar comercial	-0,62	-4,37	3,91	-3,54	-3,43	-2,30	-1,59	4,33	17,13	10,50	10,30	0,17	31,94
Ibovespa	-6,88	6,72	-3,97	11,32	6,96	-10,44	-8,48	-6,43	-11,03	-24,80	-1,77	2,61	-41,22

Fontes: Banco Central do Brasil, CVM, Bovespa e BM&F

O saldo das cadernetas de poupança atingiu R$270,4 bilhões, elevando-se 15% em relação ao ano anterior, traduzindo captação líquida de R$17,8 bilhões. Os depósitos a prazo constituíram-se no principal instrumento de captação de recursos pelas instituições financeiras, a despeito do aumento nas taxas de remuneração praticadas. O estoque de Certificados de Depósito Bancário (CDB) somou R$550,1 bilhões ao final do ano, apresentando crescimento anual de 84,5%.

IV Finanças Públicas

Políticas orçamentária, fiscal e tributária

A Lei Orçamentária Anual (LOA), referente ao exercício de 2008, foi sancionada em março (Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008) e o Decreto nº 6.439, de 22 de abril de 2008, que definiu a programação orçamentária e financeira e o cronograma mensal de desembolso para os órgãos do Poder Executivo, foram editados em abril.

Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), após a apuração da execução orçamentária de cada bimestre, deve ser feita a reavaliação da estimativa de receitas e despesas primárias de execução obrigatória, com base nos parâmetros macroeconômicos atualizados. Dessa forma, durante o exercício foram editados outros decretos alterando a programação financeira inicial e, em algumas oportunidades, efetuados contingenciamentos de despesas, gradativamente levantados à medida que as previsões de receitas se confirmavam.

Em janeiro, foram anunciadas duas medidas com o objetivo de neutralizar, em parte, a perda de receita fiscal decorrente da extinção da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), estimada em R$40 bilhões. A Medida Provisória (MP) nº 413, de 3 de janeiro de 2008, convertida na Lei nº 11.727, de 23 de junho de 2008, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a cargo das instituições financeiras, de 9% para 15%, enquanto o Decreto nº 6.339, de 3 de janeiro de 2008, determinou a elevação das alíquotas do IOF incidentes sobre operações de crédito para pessoas físicas, e sobre operações de câmbio e de seguros. Ressalte-se que as novas alíquotas do IOF passaram a vigorar na data de publicação do decreto, enquanto a nova alíquota da CSLL passou a incidir sobre os lucros decorrentes de fatos geradores ocorridos a partir de 1º.5.2008. O acréscimo da arrecadação associado a essas medidas foi estimado em R$10 bilhões.

A MP nº 413, de 2008, dispôs, ainda, sobre medidas tributárias destinadas a estimular os investimentos e a modernização do setor de turismo. Para efeito de apuração da base de cálculo do Imposto de Renda (IR), a pessoa jurídica que explore a atividade hoteleira poderá utilizar depreciação acelerada incentivada de bens móveis integrantes do ativo imobilizado, adquiridos a partir de 4 de janeiro de 2008 até 31 de dezembro

de 2010, possibilitando, assim, o reconhecimento do custo de depreciação de referidos bens em um período de tempo mais curto, o que se traduz em melhor capitalização dos empreendimentos.

Em resposta aos impactos sobre o nível da atividade interna decorrentes do acirramento da crise financeira internacional, o governo federal anunciou, em dezembro, três medidas de redução de impostos, com impacto fiscal, projetado para 2009, de R$8,4 bilhões. Foram criadas duas alíquotas intermediárias, de 7,5% e de 22,5%, na tabela do IRPF, representando renúncia fiscal de R$4,9 bilhões e redução de R$2,9 bilhões nas transferências para os estados e municípios, via fundos de participação. Adicionalmente, foram reduzidos o IPI incidente sobre carros e caminhões novos, com vigência de 15.12.2008 até 31.3.2009, e a alíquota do IOF sobre empréstimos às pessoas físicas, de 3% para 1,5% a.a.

A MP nº 449, de 3 de dezembro de 2008, autorizou o parcelamento de dívidas vencidas até 31.12.2005 cujo valor não seja superior a R$10 mil, para as quais foram oferecidas reduções que chegam a 100% das multas e dos encargos legais e a 30% dos juros. Quanto aos prazos de parcelamento, variam de seis a sessenta meses. Além disso, a medida prevê estímulo ao encerramento de litígios judiciais e administrativos, decorrentes do aproveitamento indevido de créditos do IPI, mediante condições especiais de pagamento de débitos questionados; e perdão de débitos junto à Fazenda Nacional, inclusive aqueles com exigibilidade suspensa que, em 31.12.2007, estavam vencidos há cinco anos ou mais e cujo valor total consolidado, nessa mesma data, fosse igual ou inferior a R$10 mil.

Outras medidas de política econômica

A MP nº 428, de 12 de maio de 2008 (convertida na Lei nº 11.774, de 17 de setembro de 2008), dispôs sobre conjunto de medidas da política de desenvolvimento, visando, em caráter de relevância e urgência, fomentar os investimentos privados, as inversões em pesquisas científica e tecnológica, a produtividade da indústria nacional, a participação das exportações brasileiras no mercado internacional, para expandir a capacidade produtiva e atender a crescente demanda por bens de consumo, e ampliar a competitividade do setor produtivo nacional. O impacto fiscal das medidas, no período de 2008 a 2011, foi estimado em R$21,4 bilhões, dos quais R$3,6 bilhões se referem ao exercício de 2008.

Dentre as providências adotadas, vale mencionar:

a) redução do prazo de aproveitamento dos créditos relativos a bens de capital, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do Programa de Integração Social (PIS)/Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público (Pasep);

b) suspensão da exigência da Cofins e do PIS/Pasep, no caso de venda ou importação de óleo combustível destinado à navegação de cabotagem e de apoio portuário e marítimo;
c) redução a zero das alíquotas da Cofins e PIS/Pasep incidentes sobre a importação e sobre a venda, no mercado interno, de peças e componentes destinados ao emprego na construção, conservação, modernização e conversão de embarcações registradas no Registro Especial Brasileiro;
d) flexibilização nas exigências para adesão ao Regime Especial de Tributação para a Plataforma e Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação (Repes), e para adesão ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (Recap);
e) depreciação imediata para o setor de bens de capital utilizados no desenvolvimento de inovação tecnológica;
f) extensão do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto) à malha logística ferroviária;
g) ampliação do prazo, de decendial para mensal, do recolhimento do IPI a cargo do setor automotivo;
h) redução para zero da alíquota do Imposto de Renda incidente sobre despesas com prestação, no exterior, de serviços de logística de exportações;
i) prorrogação, de 2008 para 2010, do direito de uso do crédito relativo à CSLL, à razão de 25% sobre a depreciação contábil de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos destinados ao ativo imobilizado e empregados em processo industrial do adquirente;
j) permissão para que as empresas de *software* reduzam em dobro, da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e CSLL, as despesas com capacitação de pessoal próprio; e
k) redução, de 20% para 10%, da contribuição patronal incidente sobre a folha de pagamentos, e de 3% para zero, da contribuição do "Sistema – S", por parte das empresas que prestam serviços de Tecnologia da Informação (TI) e de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

A MP nº 450, de 9 de dezembro de 2008, autorizou a União, de forma definitiva, a usar duas fontes de recursos do Tesouro Nacional – o excesso de arrecadação e o superávit financeiro – para amortização da dívida pública federal. Pela legislação vigente até então, o Poder Executivo somente poderia utilizar essas duas fontes de recursos para as despesas que justificaram as respectivas vinculações legais.

O Congresso Nacional aprovou, ainda, projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo que deu origem à Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, criando o Fundo Soberano do Brasil (FSB). O Fundo tem a finalidade de promover investimentos em ativos no Brasil e no exterior, formar poupança pública, reduzir os efeitos dos ciclos econômicos e fomentar projetos de interesse estratégico do país localizados no exterior. Poderão constituir recursos do Fundo os seguintes ativos:

a) recursos do Tesouro Nacional, correspondentes às dotações que lhe forem consignadas no orçamento anual, inclusive os decorrentes da emissão de títulos da dívida pública. A permissão para que títulos da dívida pública mobiliária possam constituir fonte de recursos do FSB foi introduzida pela MP nº 452, de 24 de dezembro de 2008;
b) ações de sociedades de economia mista federal, excedentes à manutenção de seu controle pela União, ou outros direitos com valor patrimonial; e
c) resultados de aplicações financeiras à sua conta.

O Governo Federal aportou, em dezembro, R$14,2 bilhões ao FSB, mediante a emissão de títulos.

Necessidades de financiamento do setor público

O superávit primário do setor público não financeiro totalizou R$118 bilhões em 2008, representando 4,08% do PIB, ante 3,91% do PIB no ano anterior. Essa melhora traduziu o impacto dos aumentos nos superávits do Governo Central, de 2,29% do PIB em 2007 para 2,47% do PIB, e das empresas estatais, de 0,47% do PIB para 0,56% do PIB, nas referidas datas, neutralizado, em parte, pelo recuo, de 1,15% do PIB, para 1,06%, assinalado no resultado dos governos regionais.

Quadro 4.1 – Necessidades de financiamento do setor público

Discriminação	2005		2006	
	R$ milhões	% do PIB[1/]	R$ milhões	% do PIB[1/]
Nominal	63 641	3,0	69 883	2,9
Governo central[2/]	73 284	3,4	74 475	3,1
Governos estaduais	4 755	0,2	13 740	0,6
Governos municipais	661	0,0	2 867	0,1
Empresas estatais	-15 060	-0,7	-21 199	-0,9
Primário	-93 505	-4,4	-90 144	-3,8
Governo central[2/]	-55 741	-2,6	-51 352	-2,2
Governos estaduais	-17 194	-0,8	-16 370	-0,7
Governos municipais	-4 129	-0,2	-3 345	-0,1
Empresas estatais	-16 440	-0,8	-19 077	-0,8
Juros nominais	157 146	7,3	160 027	6,8
Governo central[2/]	129 025	6,0	125 827	5,3
Governos estaduais	21 949	1,0	30 110	1,3
Governos municipais	4 790	0,2	6 212	0,3
Empresas estatais	1 381	0,1	-2 121	-0,1

(continua)

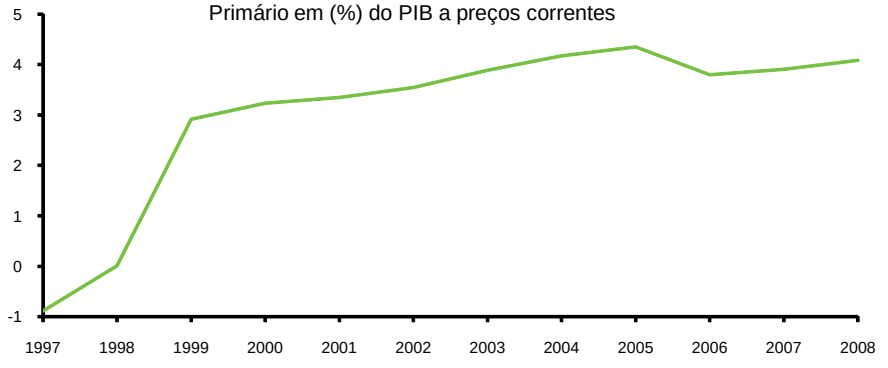
As receitas do Governo Central – Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central – somaram R$716,6 bilhões em 2008, proporcionando que sua participação no PIB aumentasse de 23,82% em 2007 para 24,80%.

Quadro 4.1 – Necessidades de financiamento do setor público (continuação)

Discriminação	2007		2008	
	R$ milhões	% do PIB[1/]	R$ milhões	% do PIB[1/]
Nominal	57 926	2,2	44 307	1,5
Governo central[2/]	59 607	2,3	24 891	0,9
Governos estaduais	10 335	0,4	29 715	1,0
Governos municipais	2 369	0,1	5 494	0,2
Empresas estatais	-14 385	-0,6	-15 793	-0,5
Primário	-101 606	-3,9	-118 037	-4,1
Governo central[2/]	-59 439	-2,3	-71 308	-2,5
Governos estaduais	-25 998	-1,0	-25 931	-0,9
Governos municipais	-3 936	-0,2	-4 644	-0,2
Empresas estatais	-12 234	-0,5	-16 155	-0,6
Juros nominais	159 532	6,1	162 344	5,6
Governo central[2/]	119 046	4,6	96 199	3,3
Governos estaduais	36 333	1,4	55 646	1,9
Governos municipais	6 305	0,2	10 138	0,4
Empresas estatais	-2 152	-0,1	361	0,0

1/ Preços correntes.
2/ Governo Federal, Banco Central e INSS.

Gráfico 4.1
Necessidades de financiamento do setor público
Primário em (%) do PIB a preços correntes



As receitas do Tesouro Nacional aumentaram em 0,47 p.p. do PIB, somando R$551,3 bilhões, dos quais R$133,1 bilhões repassados aos estados e municípios. Essas transferências, em linha com o desempenho das receitas tributárias compartilhadas (Imposto de Renda, IPI e *royalties* petróleo), registraram aumento anual de R$27,5 bilhões, passando a representar 4,61% do PIB, ante 4,07% em 2007.

As despesas do Tesouro Nacional cresceram 10,3% em 2008, totalizando R$295,9 bilhões e representando 10,2% do PIB, ante 10,3% em 2007. Os gastos com pessoal e encargos sociais cresceram 12,4%, para R$ 130,8 bilhões, evolução associada, em parte, aos pagamentos referentes às reestruturações de carreiras no âmbito dos três

Poderes e do Ministério Público da União (MPU). Desde modo, os gastos com a folha do funcionalismo elevaram-se de 4,48% em 2007 para 4,53% do PIB em 2008.

Quadro 4.2 – Resultado primário do Governo Central

R$ milhões

Discriminação	2006	2007	2008	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Receita total	543 505	618 869	716 648	13,9	15,8
Tesouro Nacional	418 412	477 141	551 333	14,0	15,5
Previdência Social	123 522	140 410	163 356	13,7	16,3
Banco Central	1 571	1 318	1 959	-16,1	48,6
Despesa total	494 586	560 901	631 002	13,4	12,5
Tesouro Nacional	327 259	373 645	429 009	14,2	14,8
Transferências a estados e municípios	92 779	105 604	133 075	13,8	26,0
Pessoal e encargos sociais	105 497	116 372	130 829	10,3	12,4
Outras despesas correntes e de capital	128 286	151 148	164 062	17,8	8,5
Fundo de Amparo ao Trabalhador	15 298	18 472	21 026	20,7	13,8
Subsídios e subvenções econômicas	9 553	10 020	6 007	4,9	-40,0
Loas/RMV	11 639	14 192	16 036	21,9	13,0
Investimentos	17 481	22 107	28 269	26,5	27,9
Outras despesas de custeio	74 315	86 357	92 724	16,2	7,4
Transferências do Tesouro ao Banco Central	697	521	1 043	-25,3	100,2
Previdência Social	165 586	185 292	199 562	11,9	7,7
Banco Central	1 741	1 964	2 431	12,8	23,8
Fundo Soberano do Brasil[1/]	-	-	14 244	-	-
Resultado do Governo Central[2/]	48 919	57 968	71 402	18,5	23,2
Tesouro Nacional	91 153	103 496	108 080	13,5	4,4
Previdência Social	-42 064	-44 882	-36 206	6,7	-19,3
Banco Central	-170	-646	-472	280,0	-26,9
Resultado primário/PIB – %	2,1	2,2	2,5	-	-

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional

1/ Constitui déficit do Tesouro Nacional.

2/ (+) = superávit; (-) = déficit.

As despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) atingiram R$21 bilhões, significando aumento anual de 0,02 p.p. do PIB, resultado associado aos impactos exercidos pelos aumentos do salário mínimo e da formalização do mercado de trabalho sobre as despesas com abono salarial e seguro desemprego, ambas sob responsabilidade do FAT.

Os dispêndios com subsídios e subvenções econômicas e reordenamento de passivos totalizaram R$6 bilhões em 2008, representando 0,21% do PIB, ante 0,39% no ano anterior. Esse comportamento refletiu tanto a não correspondência, em 2008, do dispêndio de R$1,4 bilhão relativo à securitização agrícola registrado em 2007, quanto o aumento de R$1,9 bilhão nos recebimentos líquidos no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND).

As despesas amparadas pela Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) aumentaram 13%, para R$16 bilhões, em 2008, expansão associada aos impactos do reajuste do salário mínimo e do aumento de 9% na quantidade de benefícios pagos, dos quais 1,4 milhão relativo a idosos e 1,5 milhão a portadores de necessidades especiais, significando aumentos anuais respectivos de 10% e 9%.

Os gastos com investimentos registraram crescimento anual de 27,9%, totalizando R$28,3 bilhões, 0,98% do PIB, ante 0,85% do PIB em 2007, dos quais R$6 bilhões em ações na esfera do Ministério dos Transportes e R$4,9 bilhões na relativa ao Ministério das Cidades. A execução financeira do Projeto Piloto de Investimento (PPI), inserida no total dos investimentos, atingiu R$7,8 bilhões, ante R$5,1 bilhões em 2007.

Os juros nominais apropriados pelo setor público não financeiro somaram R$162,3 bilhões em 2008, representando 5,62% do PIB, ante 6,14% do PIB no ano anterior, redução associada ao resultado das operações de *swap* cambial realizadas pelo Banco Central, favorável à Instituição em R$4,8 bilhões, contrastando com o resultado desfavorável de R$8,8 bilhões registrado em 2007. O efeito da depreciação cambial observada em 2008 sobre os ativos atrelados ao câmbio favoreceu, adicionalmente, a redução anual dos juros apropriados.

Quadro 4.3 – Usos e fontes – Setor público consolidado

Discriminação	2007		2008	
	R$ milhões	% do PIB	R$ milhões	% do PIB
Usos	71 492	2,8	57 240	2,0
Primário	-89 730	-3,5	-106 420	-3,7
Juros internos	160 628	6,2	166 106	5,7
Juros reais	69 771	2,7	58 460	2,0
Atualização monetária	90 857	3,5	107 647	3,7
Juros externos	594	0,0	-2 446	-0,1
Fontes	71 492	2,8	57 240	2,0
Financiamento interno	263 488	10,1	81 484	2,8
Dívida mobiliária	239 424	9,2	171 111	5,9
Dívida bancária	-4 422	-0,2	-92 922	-3,2
Renegociações	-	-	-	-
Estados	-	-	-	-
Municípios	-	-	-	-
Estatais	-	-	-	-
Demais	28 486	1,1	3 294	0,1
Relacionamento TN/Bacen	-	-	767	-
Financiamento externo	-191 996	-7,4	-25 011	-0,9
PIB em 12 meses[1/]	2 597 611		2 889 719	

1/ PIB a preços correntes.

As necessidades de financiamento do setor público no conceito nominal, incorporando o resultado primário e os juros nominais apropriados, registraram déficit anual de 1,53% do PIB, ante 2,23% do PIB no ano anterior, se constituindo no melhor resultado desde o início da série, em 1991. O déficit do Governo Central recuou 1,43 p.p. do PIB, enquanto os relativos aos governos regionais e às empresas estatais registraram aumentos de 0,73 p.p. do PIB e de 0,01 p.p. do PIB, respectivamente.

Dívida mobiliária federal

Os títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional totalizaram R$1.759,1 bilhões em dezembro de 2008, dos quais R$494,3 bilhões em poder do Banco Central. A dívida mobiliária federal fora do Banco Central, avaliada pela posição de carteira, atingiu R$1.264,8 bilhões, 42,6% do PIB, ao final de 2008, ante R$1.224,9 bilhões, 44,8% do PIB, ao final do ano anterior. A redução de 2,2 p.p. do PIB refletiu a ocorrência de resgates líquidos totais de R$118,6 bilhões, a incorporação de juros de R$155,5 bilhões e o impacto de R$3,1 bilhões decorrente da depreciação do real frente ao dólar.

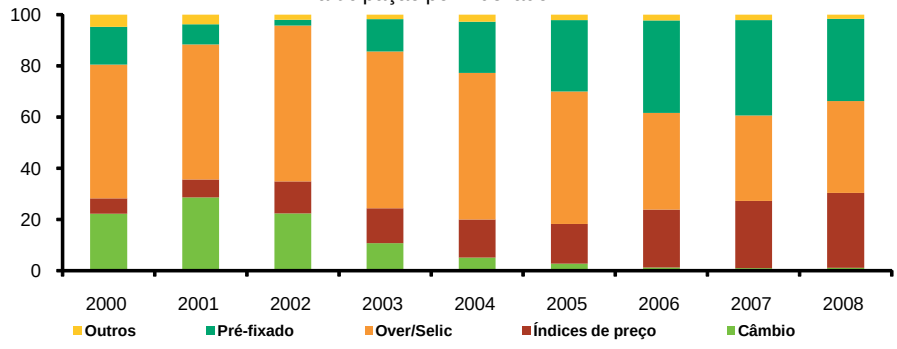
Quadro 4.4 – Títulos públicos federais – Posição de carteira

Saldos em R$ milhões

Discriminação	2004	2005	2006	2007	2008
Responsabilidade do TN	1 099 535	1 252 510	1 390 694	1 583 871	1 759 134
Carteira do Banco Central	302 855	279 663	297 198	359 001	494 311
LTN	126 184	119 323	164 989	158 748	131 149
LFT	117 405	120 270	72 737	78 955	187 346
NTN	57 275	36 823	59 472	121 298	175 817
Créditos securitizados	1 990	3 247	0	0	0
Fora do Banco Central	796 680	972 847	1 093 495	1 224 871	1 264 823
LTN	159 960	263 436	346 984	325 149	239 143
LFT	457 757	504 653	412 034	409 024	453 131
BTN	62	48	39	27	30
NTN	133 700	167 379	296 598	451 132	538 380
CTN/CFT-A/CFT-B/CFT-C/CFT-D/CFT-E	17 343	15 799	14 532	13 903	14 306
Créditos securitizados	21 103	16 555	17 793	20 777	15 089
Dívida agrícola	4 345	1 529	1 302	0	0
TDA	2 411	3 448	4 213	4 859	4 743
CDP	0	0	0	0	0
Responsabilidade do Banco Central	13 584	6 815	0	0	0
LBC	-	-	-	-	-
BBC/BBCA	-	-	-	-	-
NBCE	13 584	6 815	0	0	0
NBCF	-	-	-	-	-
NBCA	-	-	-	-	-
Total fora do Banco Central	810 264	979 662	1 093 495	1 224 871	1 264 823
Em % do PIB	39,8	45,4	45,1	44,8	42,6

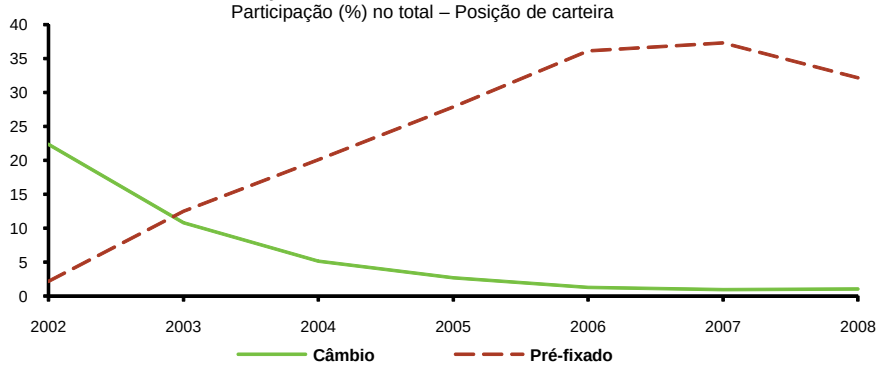
Em relação à distribuição dos títulos por indexador, a participação dos títulos pré-fixados no total da dívida mobiliária atingiu 32,2% em dezembro de 2008, ante 37,3% em igual período do ano anterior, recuo associado, em ambiente de maior demanda por títulos pós-fixados, aos resgates líquidos de Letras do Tesouro Nacional (LTN). A participação dos títulos indexados à taxa Selic, embora incorporasse resgates líquidos de Letras Financeiras do Tesouro Nacional (LFT), elevou-se de 33,4% para 35,8%, refletindo o impacto da incorporação de juros. A parcela dos títulos vinculados à taxa de câmbio aumentou de 0,9% para 1,1%, em razão da depreciação do real em relação ao dólar, enquanto as relativas aos títulos indexados à Taxa Referencial (TR) e àqueles atrelados a índices de preços – esta evidenciando emissões líquidas de Nota do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B) – passaram, na ordem, de 2,1% para 1,6% e de 26,3% para 29,3%.

Gráfico 4.2
Títulos públicos federais
Participação por indexador



Em dezembro de 2008, a participação dos títulos pré-fixados atingiu 32,2%, a dos títulos indexados a índices de preços, 29,3% e a dos títulos indexados ao câmbio, 1,1%, ante 37,3%, 26,3% e 0,9%, respectivamente, em igual período de 2007. Essa evolução segue refletindo a continuidade da estratégia adotada para a melhoria da estrutura da dívida pública, com impactos favoráveis sobre o grau de exposição da dívida aos riscos de mercado, em especial ao risco cambial.

Gráfico 4.3
Evolução da estrutura da dívida mobiliária
Participação (%) no total – Posição de carteira



Quadro 4.5 – Títulos públicos federais

Participação percentual por indexador – Posição de carteira

Índice de correção	2004	2005	2006	2007	2008
Total – R$ milhões	810 264	979 662	1 093 495	1 224 871	1 264 823
Câmbio	5,2	2,7	1,3	0,9	1,1
TR	2,7	2,1	2,2	2,1	1,6
IGP-M	9,9	7,0	6,4	5,8	5,1
Over /Selic	57,1	51,8	37,8	33,4	35,8
Pré-fixado	20,1	27,9	36,1	37,3	32,2
TJLP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IGP-DI	1,8	1,1	0,9	0,7	0,6
INPC	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IPCA	3,1	7,4	15,3	19,8	23,6
Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

As operações de *swap* do Banco Central, após registrarem saldo reverso de R$39,6 bilhões em 2007, apresentaram inversão da exposição ao longo de 2008, atingindo, ao final do ano, R$27,8 bilhões. Considerando o critério de caixa, o resultado acumulado dessas operações em 2008, equivalente à diferença entre a rentabilidade do Depósito Interfinanceiro (DI) e a variação cambial mais cupom, foi favorável ao Banco Central em R$4,8 bilhões.

Dívida Líquida do Setor Público (DLSP)

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) totalizou R$1.069,5 bilhões ao final de 2008, representando 36% do PIB e mantendo-se na trajetória de retração anual desde 2003, quando significava 52,4% do PIB. O recuo anual, equivalente a 6 p.p. do PIB, refletiu os impactos associados ao superávit primário, 4 p.p.; ao ajuste decorrente da depreciação cambial de 32% observada no ano, 3,3 p.p.; ao efeito do crescimento do PIB valorizado, 3,3 p.p.; e ao ajuste de paridade da cesta de moedas que compõem a dívida externa líquida, 0,9 p.p., neutralizados, em parte, pelo efeito inerente à apropriação de juros nominais, 5,5 p.p.

A composição da DLSP passou a incorporar, em 2008, maior participação da parcela credora vinculada ao câmbio, saldo existente desde meados de 2006, quando os ativos do setor público indexados ao câmbio superaram os passivos. A ampliação da parcela credora em 2008 refletiu o aumento das reservas internacionais e a depreciação cambial assinaladas no período. Assinale-se que a ocorrência de saldo credor líquido vinculado em momentos de turbulência no mercado financeiro internacional aumenta a eficácia da administração do endividamento líquido do governo. A evolução da composição da DLSP em 2008 refletiu, ainda, o crescimento da participação de títulos vinculados a índices de preços e à taxa Selic, e a redução da parcela pré-fixada.

Quadro 4.6 – Evolução da Dívida Líquida do Setor Público

Discriminação	2005		2006	
	R$ milhões	% do PIB	R$ milhões	% do PIB
Dívida líquida total – Saldo	1 002 485	46,5	1 067 363	44,0
Dívida líquida – Var. ac. ano	45 488	-0,5	64 879	-2,4
Fatores condicionantes (fluxos ac. ano):[1/]	45 488	2,1	64 879	2,7
Necessidade de financiamento do setor público	63 641	2,9	69 883	2,9
Primário	-93 505	-4,3	-90 144	-3,7
Juros nominais	157 146	7,3	160 027	6,6
Ajuste cambial[2/]	-18 202	-0,8	-4 881	-0,2
Dívida mobiliária interna indexada ao câmbio	-4 554	-0,2	-2 222	-0,1
Dívida externa	-13 648	-0,6	-2 659	-0,1
Dívida externa – Outros ajustes[3/]	-2 258	-0,1	2 302	0,1
Reconhecimento de dívidas	3 262	0,2	-375	-0,0
Privatizações	-954	-0,0	-2 049	-0,1
Efeito crescimento PIB – Dívida[4/]		-2,6		-5,1
PIB em R$ milhões[5/]	2 157 437		2 424 641	

(continua)

Quadro 4.6 – Evolução da Dívida Líquida do Setor Público (continuação)

Discriminação	2007		2008	
	R$ milhões	% do PIB	R$ milhões	% do PIB
Dívida líquida total – Saldo	1 150 357	42,0	1 069 579	36,0
Dívida líquida – Var. ac. ano	82 994	-2,0	-80 778	-6,0
Fatores condicionantes (fluxos ac. ano)[1/]	82 994	3,0	-80 778	-2,7
Necessidade de financiamento do setor público	57 926	2,1	44 307	1,5
Primário	-101 606	-3,7	-118 037	-4,0
Juros nominais	159 532	5,8	162 344	5,5
Ajuste cambial[2/]	29 268	1,1	-98 217	-3,3
Dívida mobiliária interna indexada ao câmbio	-2 432	-0,1	3 180	0,1
Dívida externa	31 701	1,2	-101 397	-3,4
Dívida externa – Outros ajustes[3/]	-2 305	-0,1	-26 236	-0,9
Reconhecimento de dívidas	-630	-0,0	135	0,0
Privatizações	-1 265	-0,0	-767	-0,0
Efeito crescimento PIB – Dívida[4/]		-5,0		-3,3
PIB em R$ milhões[5/]	2 736 836		2 970 978	

1/ Os fatores condicionantes da dívida líquida como percentual do PIB consideram o total dos fatores dividido pelo PIB acumulado nos últimos doze meses valorizado, segundo a fórmula: (∑FatoresCondicionantes/PIB12MesesValorizado)*100. Não reflete a variação da dívida em percentagem do PIB.

2/ Considera a soma dos efeitos mensais até o mês de referência.

3/ Inclui ajuste de paridade da cesta de moedas que integram as reservas internacionais e a dívida externa e demais ajustes da área externa.

4/ Considera a variação da relação dívida/PIB devida ao crescimento verificado no PIB, calculada pela fórmula: Dt-1/(PIBMesAtual/PIBMesBase) – Dt-1.

5/ PIB anual a preços de dezembro ajustado pelo deflator IGP-DI centrado (média geomética das variações do IGP-DI no mês e no mês seguinte).

A dívida bruta do governo geral (Governo Federal, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, governos estaduais e governos municipais) atingiu R$1.740,9 bilhões em dezembro, 58,6% do PIB, ante 56,4% do PIB em 2007.

Quadro 4.7 – Dívida Líquida do Setor Público

Discriminação	2007		2008	
	R$ milhões	% do PIB	R$ milhões	% do PIB
Dívida fiscal líquida (G=E-F)	891 155	32,6	935 462	31,5
Ajuste metodológico s/dívida interna (F)	116 817	4,3	119 997	4,0
Dívida fiscal líquida com câmbio (E=A-B-C-D)	1 007 972	36,8	1 055 459	35,5
Ajuste metodológico s/dívida externa (D)	109 119	4,0	-18 515	-0,6
Ajuste patrimonial (C)	102 016	3,7	102 152	3,4
Ajuste de privatização (B)	-68 750	-2,5	-69 517	-2,3
Dívida líquida total (A)	1 150 357	42,0	1 069 579	36,0
Governo Federal	808 095	29,5	760 249	25,6
Banco Central do Brasil	8 585	0,3	-31 922	-1,1
Governos estaduais	324 107	11,8	359 575	12,1
Governos municipais	49 216	1,8	55 379	1,9
Empresas estatais	-39 647	-1,4	-73 701	-2,5
Dívida interna líquida	1 393 139	50,9	1 488 794	50,1
Governo Federal	703 662	25,7	633 793	21,3
Banco Central do Brasil	327 801	12,0	451 188	15,2
Governos estaduais	313 467	11,5	343 521	11,6
Governos municipais	47 525	1,7	52 879	1,8
Empresas estatais	684	0,0	7 413	0,2
Dívida externa líquida	-242 782	-8,9	-419 214	-14,1
Governo Federal	104 433	3,8	126 456	4,3
Banco Central do Brasil	-319 216	-11,7	-483 110	-16,3
Governos estaduais	10 641	0,4	16 054	0,5
Governos municipais	1 691	0,1	2 500	0,1
Empresas estatais	-40 330	-1,5	-81 115	-2,7
PIB em R$ milhões[1/]	2 736 836		2 970 978	

1/ PIB anual a preços de dezembro ajustado pelo deflator IGP-DI centrado (média geomética das variações do IGP-DI no mês e no mês seguinte).

Quadro 4.8 – Dívida líquida e bruta do Governo Geral[1/]

Discriminação	2007		2008	
	R$ milhões	% do PIB	R$ milhões	% do PIB
Dívida Líquida do Setor Público (A= B+K+L)	1 150 357	42,0	1 069 579	36,0
Dívida líquida do governo geral (B=C+F+I+J)	1 181 418	43,2	1 175 203	39,6
Dívida bruta do governo geral (C=D+E)	1 542 852	56,4	1 740 888	58,6
Dívida interna (D)	1 426 087	52,1	1 595 878	53,7
Dívida externa (E)	116 764	4,3	145 010	4,9
Governo federal	104 433	3,8	126 456	4,3
Governos estaduais	10 641	0,4	16 054	0,5
Governos municipais	1 691	0,1	2 500	0,1
Créditos do governo geral (F=G+H)	-533 018	-19,5	-563 425	-19,0
Créditos internos (G)	-533 018	-19,5	-563 425	-19,0
Disponibilidades do Governo Geral	-305 568	-11,2	-292 507	-9,8
Aplic.da Previdência Social	-284	-0,0	-1 307	-0,0
Arrecadação a recolher	-1 011	-0,0	-1 639	-0,1
Depósitos a vista (inclui ag. descentral.)	-7 072	-0,3	-8 351	-0,3
Disponibilidades do governo federal no Bacen	-275 843	-10,1	-255 217	-8,6
Aplicações na rede bancária (estadual)	-21 358	-0,8	-25 993	-0,9
Créditos concedidos a Inst. Financ. Oficiais	-14 150	-0,5	-43 087	-1,5
Instrumentos híbridos de capital e dívida	-7 504	-0,3	-7 633	-0,3
Créditos junto ao BNDES	-6 645	-0,2	-35 454	-1,2
Aplicações de fundos e programas	-54 790	-2,0	-61 700	-2,1
Créditos junto às estatais	-18 805	-0,7	-18 977	-0,6
Demais créditos do governo federal	-11 289	-0,4	-10 974	-0,4
Recursos do FAT na rede bancária	-128 417	-4,7	-136 181	-4,6
Créditos externos (H)	0	0,0	0	0,0
Governo federal	0	0,0	0	0,0
Governos estaduais	-	-	-	-
Governos municipais	-	-	-	-
Títulos livres na carteira do Bacen (I)	171 585	6,3	169 156	5,7
Equalização Cambial (J)	0	0,0	-171 416	-5,8
Dívida líquida do Banco Central (K)	8 585	0,3	-31 922	-1,1
Dívida líquida das empresas estatais (L)	-39 647	-1,4	-73 701	-2,5
PIB em R$ milhões[2/]	2 736 836		2 970 978	

1/ Inclui as dívidas do governo federal e dos governos estaduais e municipais com os demais agentes econômicos, inclusive as dívidas com o Bacen.

2/ PIB anual a preços de dezembro ajustado pelo deflator IGP-DI centrado (média geomética das variações do IGP-DI no mês e no mês seguinte).

Arrecadação de impostos e contribuições federais

A arrecadação de impostos e contribuições federais, exceto as contribuições previdenciárias a cargo do INSS, alcançou R$505,2 bilhões em 2008, registrando crescimento real de 6,5% no ano, considerando o IPCA como deflator, evolução consistente com o dinamismo apresentado pela economia até o acirramento da crise nos mercados financeiros internacionais e com as ações administrativas empreendidas pela Receita Federal e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com vistas à recuperação de débitos em atraso e à manutenção do fluxo regular de caixa.

Quadro 4.9 – Arrecadação bruta de receitas federais

R$ milhões

Discriminação	2006	2007	2008	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Imposto de Renda (IR)	136 503	160 286	191 755	17,4	19,6
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	28 159	33 853	39 466	20,2	16,6
Imposto sobre a Importação (II)	10 035	12 254	17 235	22,1	40,6
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	6 772	7 834	20 342	15,7	159,7
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)	91 156	102 838	120 800	12,8	17,5
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)	27 968	34 485	43 972	23,3	27,5
Contribuição para o PIS/Pasep	24 045	26 817	31 598	11,5	17,8
Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF)	32 033	36 483	1 150	13,9	-96,8
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide)	7 812	7 937	5 985	1,6	-24,6
Outros tributos	25 804	26 134	32 895	1,3	25,9
Total	390 287	448 921	505 198	15,0	12,5

Fonte: Ministério da Fazenda/Receita Federal do Brasil

O desempenho da arrecadação no ano refletiu, em especial, as expansões assinaladas nos tributos especificados a seguir:

a) Imposto de Importação, 32,9%, e IPI – vinculado à importação, 27,6%, refletindo a elevação anual de 43,9% registrada no valor das importações em dólar, e os aumentos de 4,13% e de 0,75% observados nas respectivas alíquotas médias;
b) IOF, 145,7%, consistente com a elevação nas alíquotas incidentes nas operações de câmbio e de crédito, e com os aumentos observados nos saldos das operações de crédito no segmento de pessoas físicas, 31%, e de pessoas jurídicas, 42,4%;
c) Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas, 14,7%, e CSLL, 20,7%, evidenciando a maior lucratividade das empresas, em especial nos três primeiros trimestres do ano, e as ações fiscais empreendidas pela Receita Federal;
d) Cofins, 11,1%, e Pis/Pasep, 11,4%, em linha com os aumentos das importações e do faturamento das empresas;

e) Imposto de Renda Retido na Fonte, 13,7%, compatível com o cenário de crescimento da massa salarial habitual e de aumentos da distribuição de lucros ou resultados, em ambiente de maior lucratividade de empresas do setor financeiro e dos resgates de aplicações em renda fixa e de *swap*;
f) *royalties* relativos à extração de petróleo, 52%.

Quadro 4.10 – Arrecadação do Imposto de Renda e do IPI por setores

R$ milhões

Discriminação	2006	2007	2008	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Imposto de Renda (IR)	136 491	160 252	191 721	17,4	19,6
Pessoas físicas	8 533	13 654	14 987	60,0	9,8
Pessoas jurídicas	55 849	69 971	84 692	25,3	21,0
Entidades financeiras	9 066	13 573	12 635	49,7	-6,9
Demais empresas	46 782	56 432	72 091	20,6	27,7
Retido na fonte	72 109	76 627	92 042	6,3	20,1
Rendimentos do trabalho	39 082	42 349	51 610	8,4	21,9
Rendimentos do capital	20 890	21 421	24 853	2,5	16,0
Remessas para o exterior	7 393	7 800	9 565	5,5	22,6
Outros rendimentos	4 744	5 057	6 014	6,6	18,9
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	28 159	33 851	39 465	20,2	16,6
Fumo	2 397	2 803	3 210	16,9	14,5
Bebidas	2 610	2 583	2 437	-1,0	-5,7
Automóveis	4 288	5 208	6 001	21,5	15,2
Outros	12 701	15 555	17 415	22,5	12,0
Vinculado à importação	6 163	7 702	10 402	25,0	35,1

Fonte: Ministério da Fazenda/Receita Federal do Brasil

Previdência Social

O déficit primário da Previdência Social atingiu R$36,2 bilhões em 2008, recuando 19,3% em relação ao ano anterior e passando a representar 1,25% do PIB, ante 1,73% em 2007.

A arrecadação líquida cresceu 16,3%, situando-se em R$163,4 bilhões, com ênfase no aumento de 17,5% registrado nas contribuições previdenciárias, que atingiram R$167,8 bilhões, movimento consistente com a maior formalização do mercado de trabalho e com o aumento da massa salarial.

Os gastos com benefícios elevaram-se 7,7% no ano, atingindo R$199,6 bilhões, impactados pelo aumento de 7,1% no valor médio dos benefícios pagos, que refletiu tanto o reajuste de 9,2% do salário mínimo quanto o aumento dos benefícios com valores acima do piso, e pela elevação de 2,7% na quantidade média mensal de benefícios pagos. As despesas com benefícios previdenciários reduziram-se, em percentual do PIB, de 7,13% em 2007 para 6,91%.

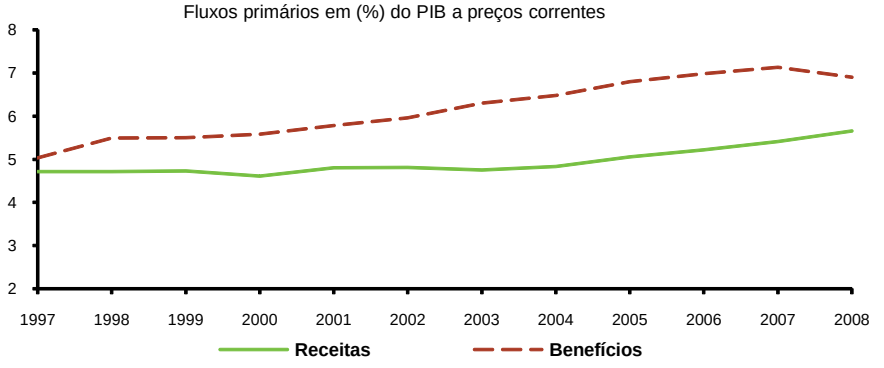
Quadro 4.11 – Previdência Social

R$ milhões

Discriminação	2006	2007	2008	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Arrecadação líquida	123 520	140 412	163 355	13,7	16,3
Arrecadação bruta	133 703	154 589	180 891	15,6	17,0
Contribuição previdenciária	122 919	142 774	167 758	16,2	17,5
Outras receitas	10 784	11 815	13 133	9,6	11,2
Restituição (-)	478	520	545	8,8	4,8
Transferências a terceiros (-)	9 705	13 657	16 991	40,7	24,4
Benefícios previdenciários	165 585	185 293	199 562	11,9	7,7
Resultado primário	-42 065	-44 881	-36 207	...	...

Fonte: Ministério da Previdência e Assistência Social

Gráfico 4.4
Previdência Social
Fluxos primários em (%) do PIB a preços correntes



Finanças estaduais e municipais

O superávit primário dos governos regionais (estados e municípios) totalizou R$30,6 bilhões em 2008, reduzindo sua participação no PIB de 1,15% em 2007 para 1,06%.

A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) somou R$222,2 bilhões, elevando-se 18,6% em relação ao ano anterior e passando a representar 7,68% do PIB, ante 7,22% em 2007. Ressalte-se que, considerado o IGP-DI como deflator, essa arrecadação registrou crescimento real de 6,6% em 2008, refletindo, em especial, as expansões assinaladas em São Paulo, 8,5%; Minas Gerais, 8,2%; e Rio de Janeiro, 2,3%, três principais estados arrecadadores.

Quadro 4.12 – Arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

R$ milhões

Discriminação	2006	2007	2008	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
São Paulo	57 788	63 192	76 322	9,4	20,8
Rio de Janeiro	14 805	15 671	17 836	5,9	13,8
Minas Gerais	17 018	19 317	23 214	13,5	20,2
Rio Grande do Sul	11 813	12 258	14 872	3,8	21,3
Paraná	9 264	10 086	11 767	8,9	16,7
Bahia	8 604	8 941	10 239	3,9	14,5
Santa Catarina	6 169	6 831	7 944	10,7	16,3
Goiás	4 699	5 244	6 143	11,6	17,1
Pernambuco	4 864	5 413	5 988	11,3	10,6
Espírito Santo	5 092	5 878	7 001	15,5	19,1
Demais estados	31 600	34 514	40 913	9,2	18,5
Total	171 715	187 345	222 238	9,1	18,6

Fonte: Ministério da Fazenda/Confaz

As transferências da União para os estados e municípios aumentaram 26% em 2008, situando-se em R$133,1 bilhões, trajetória consistente com os crescimentos assinalados nas arrecadações relativas ao Imposto de Renda, 19,6%, e ao IPI, 16,6%, tributos que servem de base para o cálculo dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios. Adicionalmente, os repasses referentes ao pagamento de *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural aumentaram R$5 bilhões no ano.

Quadro 4.13 – Transferências da União para os estados e municípios

R$ milhões

Discriminação	2006	2007	2008	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Transferências constitucionais (IPI, IR e outras)	70 628	82 239	101 881	16,4	23,9
Fundo de Comp. das Exportações (LC nº 87/1996)	4 343	3 888	5 216	-10,5	34,2
Transferências da Cide (EC nº 42/2003)	1 781	1 850	1 579	3,9	-14,6
Demais[1/]	16 028	17 628	24 400	10,0	38,4
Total	92 780	105 605	133 076	13,8	26,0

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional

1/ Contribuição do Salário-Educação, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), *royalties* petróleo e outras transferências.

V

Relações Econômico-Financeiras com o Exterior

Política de comércio exterior

A atuação governamental na condução da política de comércio exterior em 2008 refletiu a alteração nas condições econômicas registrada no decorrer do ano. Nesse sentido, ressalte-se, no período anterior ao acirramento da crise nos mercados financeiros, a predominância de ações objetivando garantir a manutenção do ciclo de longo prazo de desenvolvimento sustentável da economia brasileira, da renda e do emprego, consubstanciada no lançamento, em maio, da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP). A partir de meados de setembro, em ambiente de expressivas retrações tanto na demanda mundial quanto na oferta de linhas de financiamento ao comércio internacional, as ações do governo brasileiro passaram a incorporar medidas que, garantindo a liquidez em moeda estrangeira, favorecessem as exportações brasileiras.

A PDP constituiu-se em elemento adicional às políticas de longo prazo implementadas nos últimos anos, a exemplo da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), em 2004; do PAC, em 2007; do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); e do Plano de Ação 2007-2010: Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional (PACTI). A estratégia da PDP objetivou assegurar a manutenção da robustez do balanço de pagamentos brasileiro, que, nos últimos anos, contribuiu decisivamente para o fortalecimento da economia, afastando padrões observados no passado, quando o setor externo se constituiu em restrições ao crescimento, compreendendo a ampliação da capacidade de oferta de produtos e serviços, o aumento da capacidade de inovação e o fortalecimento das micro e pequenas empresas.

Em 12 de maio, foram anunciadas as seguintes metas para a PDP: i) aumento da taxa de investimento da economia para 21% do PIB; ii) ampliação dos investimentos privados em Pesquisa e Desenvolvimento para 0,64% do PIB; iii) ampliação das vendas externas brasileiras para 1,25% das exportações mundiais; iv) aumento de 10% no número de micro e pequenas empresas exportadoras.

As ações da PDP, objetivando assegurar as metas mencionadas, foram divididas em três níveis. O primeiro, denominado sistêmico, inclui programas que impactam toda a estrutura produtiva, como ações para melhorar o ambiente jurídico e simplificar operações

de comércio exterior de bens e serviços; e medidas de desoneração de investimentos produtivos, de exportações e de investimentos em tecnologia. As iniciativas afetadas pela desoneração incluem a prorrogação, até 31.12.2011, do Reporto e a sua extensão a outros modais de transporte, como o ferroviário; e a incorporação no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), de parte das propostas de ampliação dos benefícios a vagões, locomotivas e dutovias vinculados a projetos de obras de infraestrutura. Outra ação sistêmica no âmbito da PDP foi a ampliação da capacidade de financiamento do BNDES, tendo sido previsto o aporte, até 2010, de R$210 bilhões em projetos de ampliação de capacidade, modernização e inovação na indústria e nos serviços.

O segundo nível das ações da PDP compõe-se das medidas estruturantes, voltadas para setores e complexos produtivos, a exemplo do Programa de Modernização e Expansão da Frota e de Embarcações de Apoio da Petrobras, lançado em 26 de maio. Nessa ação, previu-se encomenda de 146 novas unidades de apoio às atividades de exploração e produção marítima da Petrobras, com 70% a 80% de conteúdo de nacionalização, ao custo estimado de US$5 bilhões, além da expectativa de contratação de navios-sonda, plataformas de perfuração semi-submersíveis e navios de grande porte. O terceiro nível de ações, o dos destaques estratégicos, compreende temas de políticas públicas com programas específicos, por sua importância para construir bases sólidas para o desenvolvimento, como as exportações.

Para melhorar a competitividade dos produtos brasileiros no mercado externo, foram instituídas medidas de desoneração das exportações e de fortalecimento dos instrumentos de financiamento às exportações, como o Programa de Financiamento às Exportações (Proex) e linhas de financiamento do BNDES. Nesse sentido, a Resolução da Câmara de Comércio Exterior (Camex) nº 27, de 6 de maio de 2008, definiu novas diretrizes do Proex, como a ampliação, de R$60 milhões para R$150 milhões, do faturamento bruto anual das empresas enquadráveis nas operações da modalidade financiamento. Em novembro, em decorrência do quadro de escassez de crédito no mercado mundial, essas regras foram flexibilizadas novamente pela Resolução Camex nº 69, de 4 de novembro de 2008, que determinou a ampliação, de R$150 milhões para R$300 milhões, do referido limite. Quanto à modalidade equalização, ficou estabelecido que o programa apoiará empresa de qualquer porte, tendo sido, adicionalmente, elevado de US$10 milhões para US$20 milhões o valor máximo anual de gasto para operações intercompanhias com recursos dessa linha de financiamento.

Em 2008, as operações do Proex atingiram US$4.937,6 milhões, dos quais US$335 milhões referentes à modalidade financiamento e US$4.602,6 milhões, à equalização das taxas de juros. Os recursos destinados à modalidade financiamento, equivalendo a 6,8% do total do programa, recuaram 10,8% em relação ao ano anterior, contemplando 1.366 operações, ante 1.660 em 2007, no universo de, igualmente, 359 empresas exportadoras. Considerado o porte das empresas, o percentual do valor exportado pelas pequenas e médias empresas aumentou de 28% para 37%, contrastando com os recuos

assinalados no âmbito das microempresas, de 10% para 8%; e das grandes empresas, de 62% para 55%. Os recursos do Proex-Financiamento concentraram-se, em 2008, em operações envolvendo os segmentos agronegócio, 62%; máquinas e equipamentos, 15%; têxtil, couros e calçados, 9%; e serviços, 6%. Cuba constituiu-se no principal país de destino das exportações brasileiras financiadas pelo Proex-Financiamento, 53% do total; seguindo-se os países-membros da União Europeia e da África, com participação de, igualmente, 13%; Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), 7%; e demais países da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), 6%.

As exportações efetivadas na modalidade equalização totalizaram US$4.602,6 milhões, ante US$4.035,6 milhões em 2007, representando 2.900 operações, por 37 exportadores, ante 2.125 operações, por 35 empresas, no ano anterior. A análise setorial evidencia que 68% do valor dessas exportações envolveram o setor de transporte, no qual se incluem as vendas externas da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer), seguindo-se os segmentos máquinas e equipamentos, 26%; e serviços, 6%. Os dois principais destinos das exportações cursadas pelo Proex-Equalização foram os países-membros do Nafta e da União Europeia, com participação equivalente de 23%; os demais países-membros da Aladi e da África, com participação individual de 14%; e o Mercado Comum do Sul (Mercosul), 9%. A exemplo do observado em anos anteriores, as operações concentraram-se em grandes empresas, 81% do total, equivalendo a 89,4% dos recursos inerentes a essa modalidade.

A base de recursos do BNDES, tendo em vista sua atuação no âmbito da PDP, foi ampliada pela MP nº 439, de 29 de agosto de 2008, convertida na Lei nº 11.805, de 7 de novembro de 2008, que autorizou a União a conceder créditos de até R$15 bilhões à instituição. Adicionalmente, o BNDES foi autorizado, pelo Decreto nº 6.526, de 31 de julho de 2008, a constituir subsidiárias no exterior. Ainda relacionado à atuação do BNDES, o CMN, pela Resolução nº 3.651, de 28 de novembro de 2008, aumentou, de R$1 bilhão para R$3 bilhões os recursos direcionados em 2009 ao Programa Revitaliza, que trata de empréstimos e financiamentos passíveis de subvenção econômica pela União a setores que perderam competitividade no comércio exterior, como calçados e têxteis.

O BNDES introduziu em outubro – no cenário de aumento da aversão ao risco e acentuada restrição da liquidez internacional, que restringiu o acesso das empresas exportadoras às linhas privadas para comércio exterior – nova linha de financiamento às exportações. As linhas de pré-embarque especial, no total de R$5 bilhões, têm prazo de dezoito meses e taxa diferenciada, em função do ramo de atividade. Para os setores de equipamentos industriais, infraestrutura e equipamentos aeronáuticos a taxa de juros dessa linha será a TJLP, enquanto para os segmentos bens de capital para o setor automotivo (caminhões e tratores) e bens de consumo existe a opção entre taxa fixa de 15% a.a. acrescida de *spread* dos agentes repassadores e taxa em moeda estrangeira, com custo máximo de 8% a.a. mais *spread*. Além disso, foi ampliado, de US$50 milhões para U$150 milhões, o limite estabelecido para que cada companhia do setor de bens de consumo tenha acesso a essas linhas.

Em 2008, os desembolsos do BNDES direcionados à exportação totalizaram US$6,6 bilhões, elevando-se 57,1% em relação ao ano anterior e passando a representar 3,3% do total das vendas externas do país, ante 2,6% em 2007. Adicionalmente, a participação desses desembolsos no total dos programas do BNDES atingiu 13,2% em 2008, ante 12,4% no ano anterior.

Em relação às ações na esfera da Camex, em janeiro, foi criado o Grupo Técnico de Facilitação de Comércio (GTFAC), de acordo às determinações da Resolução Camex nº 70, de 11 de dezembro de 2007. A Nova Política Industrial também contemplou ações para reduzir a burocracia relacionada às operações comerciais. Dentre as medidas de simplificação, destacou-se a implementação, por Portaria Conjunta da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) nº 1.460, de 18 de setembro de 2008, do Regime Aduaneiro Especial de *Drawback*. O *Drawback* Verde e Amarelo permite que insumos adquiridos no mercado interno e utilizados na produção de bens exportáveis passem a receber o mesmo tratamento tributário já concedido aos insumos importados, beneficiados com o *Drawback* Importação. O regime de *drawback* até então em vigor permitia a suspensão, isenção ou restituição de impostos federais – como Imposto de Importação, IPI, PIS e Cofins – apenas para compra de insumos importados utilizados na fabricação de produtos brasileiros destinados ao mercado internacional. Foi também criado novo sistema eletrônico de *drawback*, modalidade suspensão.

Ainda em relação a medidas de simplificação, implementou-se a integração do Siscomex Carga ao Sistema de Controle de Arrecadação do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), o que permitiu a inserção de informações *on-line*, bem como a troca eletrônica de documentos, proporcionando redução de custos, iniciativa implementada pela Instrução Normativa nº 841, de 29 de abril de 2008, da RFB. Foram eliminadas anuências e exigências de diversos órgãos do Governo Federal; ampliados os limites das operações cursáveis pela declaração simplificada na importação e na exportação, de US$20 mil para US$50 mil, abrangendo seu uso pelas pequenas e microempresas, pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 846, de 12 de maio de 2008; e consolidados normas e regulamentos do comércio exterior brasileiro, pela Portaria Secex nº 25, de 27 de novembro de 2008.

Com relação à Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), a nova tentativa de acordo multilateral em julho, em Genebra, não possibilitou avanços nas negociações. Ainda com relação à OMC, o Congresso Nacional, pelo Decreto Legislativo nº 262, de 19 de setembro de 2008, aprovou o Protocolo de Emenda ao Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Trips) da OMC, adotado pelo Conselho-Geral daquela Organização, em 6.12.2005.

No âmbito do Mercosul, a adesão da Venezuela como sócio permanece pendente de aprovação pelos poderes legislativos de Brasil e Paraguai. Dentre os principais acordos

firmados entre os sócios, destacou-se a renovação do Acordo Automotivo com a Argentina e com o Uruguai, implementados, respectivamente, pelos Decretos nº 6.500, de 2 de julho de 2008, e nº 6.518, de 30 de julho de 2008. O novo Acordo Automotivo Brasil-Uruguai, que passou a vigorar a partir de 1º de julho, terá validade de seis anos, tendo sido prevista cota anual de exportação de 6,5 mil veículos do Brasil para o Uruguai e de 20 mil unidades do Uruguai para o Brasil, sem o pagamento do Imposto de Importação. Essas cotas poderão ser ampliadas gradualmente, se as importações brasileiras aumentarem. A cota de veículos uruguaios blindados, que poderão ser exportados para o Brasil sem o pagamento do imposto, foi mantida em 1,2 mil unidades. Um dos objetivos do Acordo Automotivo é reduzir a assimetria comercial no setor e, gradualmente, no comércio como um todo.

O novo acordo automotivo Brasil-Argentina, também com validade de seis anos, será regido, nos seus primeiros cinco anos, por novos quocientes: 1,95 para o acesso do Brasil à Argentina; e 2,5 para o dos argentinos ao mercado brasileiro, ou seja, para cada US$195 que o Brasil vender para a Argentina, esse país poderá vender US$250 ao Brasil sem que seja cobrado Imposto de Importação sobre seus produtos automotivos. O mercado livre está previsto para ser implantado no último ano, a partir de 1º de julho de 2013. O novo acordo prevê ainda a ampliação das funções do atual Comitê Automotivo. Além de acompanhar o andamento do acordo, o grupo poderá propor medidas corretivas que venham a ser necessárias, dando ênfase ao aumento dos investimentos, do comércio e da produção do segmento.

Dentre as questões relacionadas à Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul, destacou-se a inclusão em sua Lista de Exceções da cota de 1 milhão de toneladas de trigo para importação até 30.6.2008, com isenção total da alíquota do Imposto de Importação, pela Resolução Camex nº 8, de 29 de janeiro de 2008. Adicionalmente, foram criadas, pela Resolução Camex nº 28, de 13 de maio de 2008, duas cotas adicionais de 500 mil toneladas cada e, pela Resolução Camex nº 33, de 9 de junho de 2008, foi estendido, até 31.8.2008, o prazo para a importação de trigo de países não membros do Mercosul dentro da cota de 2 milhões de toneladas isenta do Imposto de Importação.

A Camex aprovou, ainda, pela Resolução nº 46, de 3 de julho de 2008, a ampliação das cotas de importações de pneus remoldados originários e estabelecidos para o Paraguai e Uruguai, para 168 mil e 164 mil unidades, respectivamente. Anteriormente, as cotas haviam sido fixadas em 120 mil e 130 mil, para cada país. Essa decisão poderá ainda ser reavaliada pelo Grupo do Mercosul que trata da matéria e também por laudo da OMC, relativo à controvérsia movida pela União Europeia contra o Brasil a respeito da proibição da importação de pneus reformados.

Com relação ao regime de ex-tarifários do Mercosul, na reunião do Conselho do Mercado Comum do Mercosul (CMC), realizada em 15.12.2008, foi aprovada a Decisão CMC nº 58, de 2008, que novamente prorrogou prazos da revisão tarifária desses dois setores

e dos regimes comuns. Além disso, foi criado o Grupo *Ad Hoc* para os Setores de Bens de Capital e de Bens de Informática e Telecomunicações, que assumirá, entre outras tarefas, as atribuições conferidas ao Grupo de Alto Nível para examinar a Consistência e Dispersão da Tarifa Externa Comum (Gantec) nas duas áreas.

Essa mesma decisão consolidou todas as exceções autorizadas e seus respectivos prazos, conferindo maior transparência às negociações do novo regime comum de bens de capital não produzidos no bloco, cuja vigência, a partir de 1°.1.2009, foi prorrogada. Na prática, o regime valeria somente para Brasil e Argentina, porque Paraguai e Uruguai estavam com exceções autorizadas até 2010/2011. O Mercosul, no entanto, aprovou pedido de *waiver* de bens de capital do governo argentino de nova prorrogação, até 31.12.2010, permitindo à Argentina manter temporariamente reduzidos a 0% cerca de 700 códigos tarifários. Por isso, foi novamente prorrogada, para 1º.1.2011, a vigência do Regime Comum de Bens de Capital, ficando os sócios autorizados a manter os regimes nacionais vigentes, até 31.12.2010. Paraguai e Uruguai foram autorizados a manter suas listas de bens de capital com tarifas reduzidas a 0% ou 6%, até 31.12.2010, e outros, com redução a 2%, até 31.12.2013. Com efeito, o Brasil poderá manter, até 31.12.2010, a mesma metodologia adotada atualmente para a concessão de ex-tarifários, com base na Resolução Camex nº 35, de 22 de novembro de 2006.

Ainda referente a ex-tarifários, a Resolução Camex nº 82, de 19 de dezembro de 2008, prorrogou todos os ex-tarifários de Bens de Capital, incluindo os ex-tarifários especiais e os Sistemas Integrados concedidos ou prorrogados a partir da Resolução Camex nº 22, de 27 de julho de 2007, deferidos com prazos inferiores a dois anos. Com relação aos códigos de Bens de Informática e Telecomunicações (BIT), foi também prorrogada, até 31.12.2010, a autorização da Decisão CMC nº 61, de 2007, de praticar tarifas diferentes da TEC; e, pela Resolução Camex nº 81, de 19 de dezembro de 2008, foram prorrogados todos os ex-tarifários de BIT concedidos ou prorrogados a partir da Resolução Camex nº 21, de 27 de julho de 2007, que concediam prazos inferiores a dois anos. O Brasil também poderá manter, até aquela data, Lista de Exceções de BIT, que conta atualmente com 77 códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), a qual foi ajustada pela Resolução Camex nº 81, de 12 de dezembro de 2008.

O aprofundamento da crise financeira internacional, a partir de setembro de 2008, provocou a implementação de várias ações oficiais voltadas para garantir liquidez em moeda estrangeira. Nesse sentido, o Governo Federal alongou os prazos para recolhimento dos tributos, pela MP nº 447, de 14 de novembro de 2008. A Resolução Camex nº 70, de 4 de novembro de 2008, fixou as diretrizes para a utilização do Seguro de Crédito à Exportação (SCE) nas operações de micro, pequenas e médias empresas, com garantia da União, ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), revogando a Resolução nº 29, de 31 de março de 2008. Da mesma forma, foram regulamentados dispositivos sobre SCE, nos termos do Decreto nº 6.643, de 18 de novembro de 2008. Foi também concedido, pelo Decreto nº 6.701, de 18 de dezembro de 2008, o benefício tributário

da depreciação acelerada, com o intuito de incentivar o investimento produtivo e seu abatimento do resultado operacional da empresa. Por fim, regulamentou-se o artigo 10 da Lei nº 9.493, de 10 de setembro de 1997, sobre a suspensão do IPI na aquisição de materiais e equipamentos, incluindo partes, peças e componentes, destinados ao emprego na construção, conservação, modernização, conversão ou reparo de embarcações pré-registradas ou registradas no Registro Especial Brasileiro (REB), realizada por estaleiros navais brasileiros.

As atividades de promoção comercial assumiram maior relevância em 2008. Dentre as iniciativas da Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), mencione-se o Projeto *Trading*, que visa catalogar prestadoras de serviços de distribuição e comercialização de produtos de pequenas e médias empresas nacionais na China, Angola, Cingapura, Emirados Árabes Unidos e México. Além disso, a Apex-Brasil preparou plano estratégico para ampliar a inserção das empresas brasileiras no mercado chinês, compreendendo a participação em feiras e eventos comerciais na China e abertura de Centro de Negócios em Pequim. Em Havana, foi inaugurado novo Centro de Negócios Brasileiro, dando continuidade à estratégia de internacionalização das empresas brasileiras, auxílio que se inicia na fase de prospecção de mercado até a de distribuição de seus produtos. Além de Cuba, a Apex-Brasil já mantém Centros de Negócios nos Estados Unidos da América (EUA – Miami), na Polônia (Varsóvia) e nos Emirados Árabes Unidos (Dubai). Em relação à promoção comercial de biocombustíveis, a agência firmou com a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) convênio para execução do Projeto de Promoção da Imagem do Etanol Brasileiro no Exterior. O Brasil, os Estados Unidos e a Comissão Europeia divulgaram relatório sobre as especificações do etanol, com o intuito de adotar padrão internacional para a sua comercialização.

Na esfera da defesa comercial, foi antecipado, para 2009, o início das atividades da Coordenação Geral de Defesa da Indústria (CGDI), que passou a integrar a estrutura do Departamento de Defesa Comercial (Decom) da Secex. Em 2008, a Camex aplicou seis direitos *antidumping* permanentes, nos quais se incluiu a conversão de três direitos provisórios para permanente, como os aplicados às importações de índigo *blue* da Alemanha, de resinas de policarbonato dos Estados Unidos e da União Europeia, e de filmes de politereftalato de etileno (PET) originários da Tailândia e da Índia. No caso das empresas desse último país, foram também aplicadas medidas compensatórias sob a forma de alíquotas específicas, cujo objetivo é neutralizar efeitos das importações beneficiadas por subsídios.

A Resolução Camex nº 4, de 24 de janeiro de 2008, suspendeu, pelo período de um ano, o direito *antidumping* definitivo aplicado sobre as importações brasileiras de resinas PET originárias da Argentina, tendo sido essa suspensão prorrogada, pela Resolução Camex nº 80, de 18 de dezembro de 2008, por mais um ano. Além disso, a Camex alterou para 11,7% o direito *antidumping* definitivo incidente nas importações de glifosato originárias da China, percentual posteriormente reduzido para 2,9%. Foram

também mantidos os direitos *antidumping* aplicados nas importações de fenol oriundas dos Estados Unidos e da União Europeia.

Ao final de 2008, a China respondia pela maioria das medidas de defesa comercial aplicadas pelo Brasil, seguida pela Índia e pelos EUA. Ainda em relação à China, registre-se a não renovação do acordo de restrição voluntária das exportações chinesas de têxteis ao Brasil firmado em 2006, que regulou as exportações de setenta produtos, agrupados em oito categorias, correspondendo a 60% do total do comércio têxtil entre os dois países. Foram estabelecidos limites para o crescimento das exportações chinesas, com cotas para cada produto. Outros acordos semelhantes assinados com a União Europeia e os EUA também não foram renovados pelo governo chinês.

Quanto à defesa sanitária, em janeiro, a União Europeia suspendeu por tempo indeterminado toda a importação de carne bovina brasileira, por divergência em relação ao número de fazendas autorizadas a exportar carne ao mercado europeu. Na sequência, a União Europeia decidiu pelo envio de missão veterinária ao país, tendo proibido a importação de carne bovina brasileira até a conclusão do relatório europeu sobre essas vistorias. Em março, o Brasil recebeu missão de técnicos da União Europeia, que detectaram deficiências em procedimentos da cadeia produtiva da carne de bovino, especialmente inadequação do sistema de rastreabilidade do rebanho bovino às exigências europeias. Depois de negociações, as autoridades europeias autorizaram inicialmente exportações de 106 estabelecimentos rurais do Brasil, número posteriormente elevado para cerca de 10% das 4.300 propriedades rurais cadastradas no Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina (Sisbov). No final de maio, a Organização Internacional de Saúde Animal (OIE) concedeu *status* de livre de aftosa com vacinação para dez estados brasileiros e o Distrito Federal, condição essa que havia sido cassada após a ocorrência da febre aftosa no Mato Grosso do Sul e Paraná ao final de 2005. Em 30 de junho, o bloco europeu anunciou a liberação das importações de carne bovina do Paraná e de São Paulo. A Rússia, outro importante mercado de destino das exportações brasileiras de carne, também anunciou o fim do embargo à carne bovina oriunda do Mato Grosso do Sul, em movimento semelhante ao bloco europeu.

Adicionalmente, ressalte-se a nova regulamentação das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE), localidades espacialmente delimitadas, nas quais as indústrias recebem incentivos fiscais, cambiais e tratamento aduaneiro simplificado, destinando sua produção para o mercado internacional. A MP nº 418, de 15 de fevereiro de 2008, convertida na Lei nº 11.732, de 30 de junho de 2008, complementou a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, tendo fixado prazos para conclusão das obras de infraestrutura necessárias ao efetivo funcionamento das ZPEs sob pena de anulação do ato que as estabeleceu. A norma regulamenta a suspensão de tributos na aquisição de equipamentos e insumos para empresas, cuja receita bruta de exportação seja, no mínimo, 80% de sua receita bruta total.

Política cambial

A condução da política cambial pode ser dividida em duas fases durante 2008. Nos três primeiros trimestres do ano, a autoridade monetária manteve a estratégia de aquisição de divisas no mercado à vista, visando ao fortalecimento das reservas internacionais, totalizando liquidações de US$18,6 bilhões. No período, o Banco Central manteve, como no ano anterior, a realização de leilões de *swap* cambial reverso, nos quais assume posição ativa em variação cambial e passiva em taxa de juros doméstica, principalmente com o objetivo de rolagem dos vencimentos. A partir de 6.10.2008, com o aprofundamento da crise financeira e sua transmissão ao mercado de câmbio doméstico, o Banco Central passou a ofertar contratos de *swap* cambial tradicional. Ao final do ano, essas operações resultaram em exposição líquida de US$11,9 bilhões.

O Tesouro Nacional prosseguiu com a estratégia de aquisição de recursos no mercado de câmbio para pagamento de juros e principal da dívida externa da República, tendo sido liquidados US$7,6 bilhões de compras em mercado no ano. Além disso, efetuou, em maio, a única emissão de dívida soberana do ano, de caráter qualitativo, com objetivo de alongar prazos, reduzir custos e aumentar os pontos da curva de juros, mediante a reabertura do *Global* 17, no montante de US$525 milhões.

O governo federal, pelo Decreto nº 6.339, de 3 de janeiro de 2008, estabeleceu alíquota adicional de 0,38% do IOF nas operações de exportação, bem como de amparo à produção ou estímulo à exportação, nos adiantamentos de contrato de câmbio de exportação. Sobre o valor ingressado no país decorrente de ou destinado a empréstimos em moeda com prazos mínimos de até noventa dias, o IOF foi aumentado de 5% para 5,38%; nas operações de câmbio vinculadas à importação de serviços e à exportação de bens e serviços, foi definida a alíquota de 0,38%. Na sequência, pelo Decreto nº 6.345, de 4 de janeiro de 2008, foi aumentada, de 2% para 2,38%, a alíquota do IOF aplicada nas operações destinadas ao cumprimento de obrigações de administradoras de cartão de crédito ou de bancos comerciais ou múltiplos, na qualidade de emissores de cartão de crédito, decorrentes de aquisição de bens e serviços do exterior efetuada por seus usuários. Nas operações de câmbio de natureza interbancária foi definida a alíquota zero; nas demais operações de câmbio, alíquota de 0,38%.

Pelo Decreto nº 6.391, de 12 de março de 2008, alterado pelo Decreto nº 6.453, de 12 de maio de 2008, foi instituída alíquota de 1,5% de IOF nas liquidações de operações de câmbio para ingresso de recursos no país, realizadas por investidor estrangeiro, para aplicações em renda fixa, com vigência a partir de 17.3.2008. Para investimentos em renda variável, foi mantida a alíquota zero do IOF. Além disso, foi reduzida, de 0,38% para zero, a alíquota adicional do IOF nas operações de câmbio relativas ao ingresso, no país, de receitas de exportação de bens e serviços. A adoção dessa medida foi regulamentada pela Resolução CMN nº 3.547, de 12 de março de 2008. Na mesma data, a Resolução CMN nº 3.548, de 12 de março de 20008, alterou a Resolução CMN

nº 3.389, de 4 de agosto de 2006, de modo a permitir que exportadores brasileiros de mercadorias e serviços pudessem manter no exterior a integralidade dos recursos relativos ao recebimento de suas exportações, anteriormente limitado a 70%. Ambas as matérias foram regulamentadas pela Circular nº 3.379, de 13 de março de 2008, do Banco Central do Brasil.

Apesar da deterioração do cenário externo, a evolução dos fluxos do balanço de pagamentos, expressa pelos cinco anos consecutivos de superávits em conta-corrente, de 2003 a 2007, proporcionou modificações relevantes na posição externa do país, como o expressivo crescimento de reservas internacionais e a redução do passivo externo, especialmente do setor público. Essa nova posição externa brasileira contribuiu para a redução da sensibilidade da economia brasileira a choques externos. Conjugada com a manutenção de políticas macroeconômicas responsáveis, essa realidade proporcionou o reconhecimento do Brasil como ambiente seguro e estável para investimentos. Em abril, a agência de avaliação de risco *Standard & Poor's* elevou o país a *investment grade*, movimento que foi posteriormente, em maio, também confirmado pela *Fitch Ratings*.

O agravamento da crise financeira internacional, a partir de meados de setembro, implicou significativas saídas líquidas no mercado cambial brasileiro e depreciação na taxa de câmbio. Diante desse cenário, o Banco Central passou a atuar no mercado de câmbio como fornecedor de liquidez em moeda estrangeira. Em 18 de setembro, foi anunciado que a autoridade monetária passaria a vender dólares no mercado à vista, em leilão com *dealers*, com compromisso de recomprá-los em data predefinida. Nessa modalidade de leilão de linhas com recompra, são celebrados contratos de câmbio de compra e venda, na mesma data e nos mesmos valores, com liquidações para D + 2 (venda) e data estabelecida (compra). A partir da Circular nº 3.412, de 13 de outubro de 2008, o banco comprador de moeda estrangeira passou a ter a liberação de compulsório sobre Depósitos Interfinanceiros *Leasing* no montante do equivalente em reais e pelo prazo da operação, tornando essa operação, quando realizada a partir daquela data, neutra em relação à liquidez em moeda nacional. Ao final de dezembro, essas operações somavam US$8,3 bilhões em termos líquidos.

Os empréstimos em moeda estrangeira, criados pela MP nº 442, de 6 de outubro de 2008, constituem-se em modalidade adicional de fornecimento de liquidez. Essa legislação autorizou o CMN a estabelecer critérios e condições especiais para avaliação e aceitação de ativos recebidos pelo Banco Central como garantia das operações de empréstimo em moeda estrangeira. Ainda de acordo com a referida MP, as garantias deverão ser denominadas ou referenciadas na mesma moeda em que for concedido o empréstimo. Em caso de inadimplemento, essas garantias poderão ser alienadas em oferta pública, com resultado apropriado ao balanço do Banco Central.

A Resolução CMN nº 3.622, de 9 de outubro de 2008, regulamentou os empréstimos em moeda estrangeira, limitados a 360 dias, incluídas as renovações, ao custo de *Libor*

acrescido de percentual fixado pelo Banco Central em função das condições de mercado. Foram definidas duas modalidades de garantias: i) títulos soberanos denominados em dólares emitidos pelo Brasil ou países com *rating* superior a A; ii) Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (ACC), Adiantamentos sobre Cambiais Entregues (ACE); e outros financiamentos externos. Em seguida, a Resolução CMN nº 3.624, de 16 de outubro de 2008, estabeleceu que cabe ao Banco Central a determinação de que os empréstimos sejam direcionados, total ou parcialmente, a operações de comércio exterior.

Os empréstimos em moeda estrangeira foram implementados da seguinte maneira. A partir do resultado do leilão, é feita, inicialmente, operação de linha com recompra, com prazo de aproximadamente trinta dias. Durante esse período, os bancos adquirem *funding* para realizar operações de ACC/ACE e o montante efetivo a ser recebido sob a forma de empréstimo em moeda estrangeira será igual às operações de comércio exterior que o banco realizou e ofereceu como garantias.

Em 2008, foram efetuados um leilão de empréstimos em moeda estrangeira com garantias em títulos soberanos brasileiros (*Globals*) e quatro, com garantias em ACC/ACE, sendo que a liquidação do último leilão do ano foi fixada para janeiro de 2009. As liquidações atingiram US$4,7 bilhões, dos quais US$1,5 bilhão com garantias em *Globals* e US$3,2 bilhões em ACC/ACE.

Adicionalmente, o Banco Central retomou, a partir de 8.10.2008, as intervenções de venda no mercado à vista de câmbio, que totalizaram US$11,1 bilhões até dezembro. Essas operações destinam-se a fornecer liquidez em momentos pontuais nos quais os mercados financeiros domésticos enfrentam significativa escassez de divisas. Permanecem observados os princípios de não influir na trajetória da taxa de câmbio, de não fixar pisos ou tetos para essa taxa e de não adicionar volatilidade ao mercado. Nesse sentido, em 10 de outubro, a autoridade monetária reafirmou, em nota à imprensa, que não há limites fixados para sua atuação nos mercados cambiais.

Ainda em relação às medidas adotadas pelo governo brasileiro diante da crise internacional, a MP nº 443, de 21 de outubro de 2008, autorizou o Banco Central a realizar operações de *swap* de moedas com bancos centrais de outros países, nos limites fixados pelo CMN. Em 30 de outubro, pela Resolução CMN nº 3.631, de 30 de outubro de 2008, foi fixado em até US$30 bilhões o valor máximo dessas operações entre o Banco Central e o *Federal Reserve* (Fed).

Objetivando facilitar o acesso a recursos disponíveis no mercado financeiro internacional, o Decreto nº 6.613, de 22 de outubro de 2008, reduziu de 1,5% para zero a alíquota do IOF nas liquidações de operações de câmbio relativas a transferências do e para o exterior, inclusive por meio de operações simultâneas, realizadas por investidor estrangeiro, para aplicação nos mercados financeiros e de capitais. Essa medida foi regulamentada pela Resolução CMN nº 3.641, de 26 de novembro de 2008.

Outra medida relevante relacionada ao setor externo foi a criação do Fundo Soberano do Brasil. Com o intuito de auxiliar na prevenção de crises inerentes aos ciclos econômicos, o governo enviou o Projeto de Lei nº 3.674, de 23 de maio de 2008, ao Congresso, propondo a criação do FSB com as finalidades de promover investimentos em ativos no Brasil e no exterior, formar poupança pública, mitigar os efeitos dos ciclos econômicos e fomentar projetos de interesse estratégico do país localizados no exterior. Esse projeto foi convertido na Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008. Pela MP nº 452, da mesma data, a lei foi alterada, incluindo previsão de obtenção de recursos para o FSB por meio da emissão de títulos da dívida pública mobiliária federal.

O real encerrou 2008 cotado a R$2,337/US$, representando depreciação nominal de 31,9% em relação à cotação de fechamento do ano anterior. No mesmo sentido, os índices da taxa real efetiva de câmbio, deflacionados pelo IPA-DI e pelo IPCA, evidenciam depreciações respectivas de 15,3% e 21,9% da moeda brasileira ante a norte-americana, no ano. O *spread* soberano medido pelo *Emerging Markets Bond Index Plus* (Embi+), calculado pelo banco J.P. Morgan, atingiu 428 pontos ao final do ano, ante 221 pontos observados em dezembro de 2007, registrando o menor valor, 179 pontos, em 2 de junho, e o maior, 688 pontos, em 23 e 24 de outubro, na sequência do agravamento da crise financeira internacional.

Dentre as medidas voltadas para o aperfeiçoamento do mercado de câmbio, destacaram-se a simplificação e a consolidação de regras e procedimentos cambiais, implementadas pela Resolução CMN nº 3.568, de 29 de maio de 2008. Por essa norma, permitiu-se que instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional autorizadas a operar no mercado de câmbio possam contratar, mediante convênio, pessoas jurídicas em geral para negociar a realização de transferências unilaterais, na forma definida pelo Banco Central. Adicionalmente, pessoas jurídicas listadas no Ministério do Turismo poderão realizar operações com moeda estrangeira em espécie, cheques ou cheques de viagem, ou seja, câmbio manual. As instituições financeiras e demais instituições não autorizadas a operar com câmbio poderão efetuar transferências unilaterais e compra e venda de moeda estrangeira na modalidade câmbio manual. As negociações anteriormente citadas foram limitadas a US$3 mil por operação. Foi dispensada a apresentação de documentação nas operações de compra e venda de moeda estrangeira até o equivalente a US$3 mil, embora tenha sido mantida a necessidade de identificação do cliente.

O Banco Central foi autorizado a estabelecer formas simplificadas de registro para operações até o equivalente a US$3 mil e elevou, em linha com as recentes alterações promovidas pela Instrução Normativa nº 846, de 12 de maio de 2008, da RFB, de US$20 mil para US$50 mil o limite das operações de câmbio simplificado de importação e exportação celebradas por instituições financeiras não bancárias. Essa norma entrou em vigência a partir de 1º.7.2008, quando ficaram revogadas a Resolução nº 3.265, de 4 de março de 2005 e suas alterações posteriores, bem como a Resolução nº 3.452, de 26 de abril de 2007.

Adicionalmente, ressalte-se a implementação do Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) entre o Brasil e a Argentina. Pela MP nº 435, de 26 de junho de 2008, o Banco Central foi autorizado a abrir crédito ao Banco Central da República Argentina, até o limite de US$120 milhões, sob a forma de margem de contingência recíproca no âmbito do SML. A Resolução CMN nº 3.608, de 11 de setembro de 2008, dispôs sobre o funcionamento do SML, com o objetivo de possibilitar a liquidação das operações comerciais entre os dois países nas suas respectivas moedas.

Seguindo essa mesma orientação, a edição da Resolução CMN nº 3.657, de 17 de dezembro de 2008, facultou o recebimento em reais das receitas de exportação, independentemente da moeda constante do respectivo registro de exportação no Siscomex. Anteriormente, a norma só permitia o recebimento em reais de exportações com registro efetuado em reais. Além disso, a norma regulamentou parte da Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008, permitindo aos bancos que operam no mercado de câmbio dar cumprimento a ordens de pagamento em reais recebidas do exterior, mediante a utilização de recursos em moeda nacional mantidos em contas de depósito em nome de instituições bancárias domiciliadas ou com sede no exterior.

Movimento de câmbio

A partir de setembro de 2008, em ambiente de perdas generalizadas nos mercados financeiros, intensificação da aversão ao risco por parte de investidores e necessidade de recomposição de perdas das matrizes no exterior, observou-se expressiva saída líquida de divisas no mercado cambial doméstico, resultando no primeiro déficit global nesse mercado desde 2002.

As remessas líquidas totalizaram US$983 milhões em 2008, ante ingressos líquidos de US$87,5 bilhões, o maior já registrado, no ano anterior. Os ingressos líquidos no segmento comercial atingiram US$47,9 bilhões, ante US$76,7 bilhões em 2007, refletindo elevações de 1,7% nas contratações de câmbio de exportação e de 29,7% nas relativas à importação. No segmento financeiro, registraram-se saídas líquidas de US$48,9 bilhões, ante ingressos líquidos de US$10,7 bilhões, em 2007, resultado de crescimentos de 21% nas compras de moeda estrangeira e de 39,3% nas vendas.

A reversão do cenário econômico internacional, com desdobramentos sobre o crédito externo, refletiu-se na atuação do Banco Central no mercado de câmbio. Nesse contexto, as intervenções de compras de dólar norte-americano no mercado *spot*, expressas em aquisições de US$78,6 bilhões em 2007 e de US$18,7 bilhões nos nove primeiros meses de 2008, reverteram-se para vendas à vista, que totalizaram US$11,1 bilhões de outubro a dezembro. Já as modalidades de linhas com recompra e de empréstimos em moeda estrangeira resultaram em vendas líquidas da moeda norte-americana de US$13 bilhões nos últimos quatro meses de 2008.

Quadro 5.1 – Movimento de câmbio contratado

US$ milhões

Período		Comercial						Financeiro			Saldo
		Exportações				Importações	Saldo	Compras	Vendas	Saldo	
		Total	ACC	PA	Demais						
							(A)			(B)	(C) =(A)+(B)
2006		144 376	38 685	33 182	72 510	86 778	57 598	195 382	215 710	-20 328	37 270
2007	Jan	17 335	2 731	7 551	7 053	7 272	10 063	17 193	23 486	-6 293	3 770
	Fev	12 246	2 850	2 630	6 766	7 547	4 699	19 664	17 386	2 278	6 977
	Mar	13 946	3 839	3 053	7 053	8 070	5 876	26 333	25 561	772	6 647
	Abr	17 081	5 089	3 589	8 404	7 254	9 827	24 043	23 143	900	10 728
	Mai	13 988	3 587	3 773	6 628	7 993	5 995	27 855	26 906	949	6 944
	Jun	17 572	3 660	3 565	10 348	8 116	9 456	36 405	29 299	7 105	16 561
	Jul	15 025	4 376	2 627	8 021	9 531	5 494	33 779	27 684	6 095	11 588
	Ago	17 224	4 319	4 347	8 557	10 343	6 880	28 518	28 557	- 39	6 841
	Set	12 521	2 964	2 841	6 715	10 540	1 980	23 688	25 671	-1 983	- 3
	Out	16 569	4 633	3 615	8 321	10 674	5 895	36 909	36 082	828	6 722
	Nov	17 232	4 334	4 393	8 505	9 927	7 304	32 308	34 331	-2 023	5 281
	Dez	14 025	3 787	3 299	6 939	10 749	3 276	41 588	39 467	2 121	5 397
	Ano	184 764	46 169	45 284	93 310	108 018	76 746	348 281	337 573	10 708	87 454
2008	Jan	15 307	3 341	4 139	7 827	11 134	4 173	32 608	39 138	-6 530	-2 357
	Fev	12 343	2 908	2 943	6 492	9 678	2 665	28 662	28 081	581	3 246
	Mar	16 532	3 868	3 877	8 787	9 869	6 663	40 899	39 511	1 388	8 051
	Abr	19 683	4 076	7 567	8 041	11 256	8 427	30 529	32 233	-1 704	6 723
	Mai	14 674	3 527	4 215	6 932	11 752	2 922	33 894	36 668	-2 774	149
	Jun	17 739	4 015	4 487	9 237	13 039	4 700	49 489	55 067	-5 578	- 877
	Jul	17 090	4 343	3 512	9 235	14 453	2 637	44 683	49 813	-5 130	-2 494
	Ago	16 021	4 322	3 303	8 396	11 927	4 094	47 241	49 390	-2 150	1 944
	Set	19 241	5 254	3 992	9 994	12 251	6 990	30 113	34 299	-4 186	2 803
	Out	14 458	3 695	2 656	8 107	12 848	1 610	29 046	35 295	-6 249	-4 639
	Nov	13 492	3 683	2 384	7 425	10 353	3 139	18 690	28 988	-10 298	-7 159
	Dez	11 405	3 077	2 230	6 098	11 524	- 119	35 386	41 640	-6 254	-6 373
	Ano	187 984	46 110	45 305	96 569	140 084	47 900	421 240	470 123	-48 883	- 983

Em 2008, a demanda por divisas no mercado de câmbio foi satisfeita pela oferta líquida dos bancos comerciais, com redução de US$6,3 bilhões na posição comprada, complementada pelas intervenções do Banco Central, por meio das quais foram vendidos US$5,4 bilhões. Esse cenário contrasta com o de 2007, em que o Banco Central comprou US$78,6 bilhões por meio de intervenções.

Balanço de pagamentos

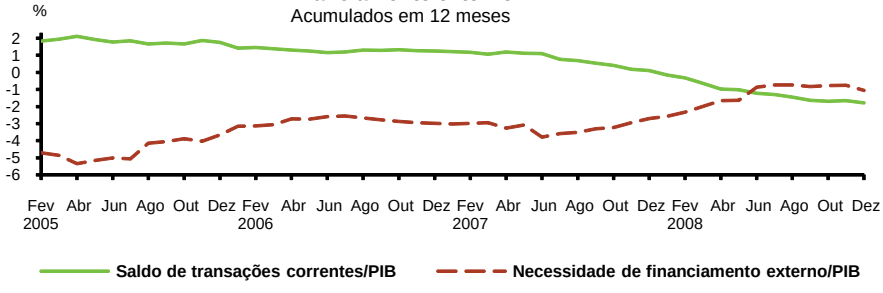
As transações correntes, após apresentarem resultados superavitários por cinco anos consecutivos, voltaram a registrar déficit em 2008. A reversão, iniciada em meados de 2007, evidenciou o impacto da trajetória de expansão recente da economia brasileira sobre as taxas de crescimento das importações, que se mantiveram em patamar significativamente superior ao das exportações, e o aumento nas remessas líquidas de serviços e de lucros e dividendos. O desempenho da conta financeira segue traduzindo os expressivos ingressos líquidos de IED, que atingiram volume recorde em 2008, contrastando com as saídas líquidas de capitais externos relacionadas a investimentos em *portfolio*, especialmente em ações; de empréstimos de curto prazo; e a redução na taxa de rolagem de empréstimos e títulos de médio e longo prazos, concentradas no último trimestre do ano.

Nos três primeiros trimestres de 2008, as reservas internacionais passaram por expressiva elevação, atingindo o nível recorde de US$208,7 bilhões. Durante o ano, a dívida externa pública permaneceu declinante. O acúmulo de reservas internacionais e a melhoria do perfil da dívida pública contribuíram para a continuidade do processo de fortalecimento da posição externa brasileira, reforçando a resistência da economia a choques externos.

Pelo oitavo ano consecutivo, o resultado do balanço de pagamentos foi positivo, registrando excedentes de financiamento externo, definidos como o somatório do resultado em transações correntes e dos fluxos líquidos de IED, de US$16,8 bilhões no ano, 1,06% do PIB, ante US$36,1 bilhões em 2007, equivalentes a 2,71% do PIB.

Em 2008, a conta-corrente acumulou saldo negativo de US$28,3 bilhões, equivalentes a -1,78% do PIB, ante superávit de US$1,6 bilhão, 0,12% do PIB, em 2007, reversão associada à redução do superávit comercial e ao aumento no déficit nas contas de serviços e rendas, resultante do crescimento das remessas líquidas de lucros e dividendos. As contas capital e financeira foram positivas em US$33 bilhões no ano. O superávit do balanço de pagamentos atingiu US$3 bilhões.

Gráfico 5.1
Investimentos estrangeiros diretos e necessidade de financiamento externo
Acumulados em 12 meses



Obs.: necessidade de financiamento externo = déficit de trans. correntes - invest. estrangeiro direto líq.

Quadro 5.2 – Balanço de pagamentos

US$ milhões

Discriminação	2007			2008		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Balança comercial (FOB)	20 584	19 447	40 032	11 293	13 453	24 746
Exportações	73 214	87 435	160 649	90 645	107 298	197 942
Importações	52 630	67 988	120 617	79 351	93 845	173 197
Serviços	-6 019	-7 200	-13 219	-8 143	-8 529	-16 672
Receitas	11 065	12 890	23 954	14 176	16 269	30 445
Despesas	17 083	20 090	37 173	22 319	24 798	47 117
Rendas	-14 088	-15 203	-29 291	-21 917	-18 645	-40 562
Receitas	5 002	6 491	11 493	6 329	6 182	12 511
Despesas	19 090	21 694	40 784	28 246	24 826	53 072
Transferências unilat. correntes	1 944	2 085	4 029	1 854	2 334	4 188
Receitas	2 358	2 613	4 972	2 531	2 823	5 354
Despesas	-415	-528	-943	-677	-489	-1 166
Transações correntes	2 421	-870	1 551	-16 912	-11 387	-28 300
Conta capital e financeira	60 679	28 407	89 086	40 255	-7 269	32 986
Conta capital[1/]	342	414	756	421	670	1 091
Conta financeira	60 337	27 993	88 330	39 834	-7 939	31 895
Investimento direto (líquido)	24 278	3 240	27 518	8 131	16 472	24 603
No exterior	3 426	-10 493	-7 067	-8 579	-11 878	-20 457
Participação no capital	-4 620	-5 471	-10 091	-6 261	-7 599	-13 859
Empréstimos intercompanhias	8 046	-5 022	3 025	-2 318	-4 280	-6 598
No país	20 852	13 733	34 585	16 710	28 351	45 060
Participação no capital	15 168	10 907	26 074	10 713	19 351	30 064
Empréstimos intercompanhias	5 684	2 826	8 510	5 997	9 000	14 996
Investimentos em carteira	24 128	24 263	48 390	13 292	-12 159	1 133
Ativos	-52	338	286	10	1 891	1 900
Ações	-686	-727	-1 413	-52	309	257
Títulos de renda fixa	634	1 065	1 699	61	1 582	1 643
Passivos	24 179	23 925	48 104	13 283	-14 050	-767
Ações	7 584	18 634	26 217	4 828	-12 393	-7 565
Títulos de renda fixa	16 595	5 291	21 887	8 455	-1 656	6 798
Derivativos	-248	-462	-710	-380	68	-312
Ativos	88	0	88	-15	313	298
Passivos	-336	-463	-799	-365	-245	-610
Outros investimentos[2/]	12 179	952	13 131	18 791	-12 319	6 471
Ativos	-19 260	709	-18 552	-1 577	-2 589	-4 167
Passivos	31 440	243	31 683	20 368	-9 730	10 638
Erros e omissões	-1 489	-1 663	-3 152	-4 105	2 387	-1 718
Resultado do balanço	61 610	25 874	87 484	19 238	-16 269	2 969
Memo:						
Transações correntes/PIB (%)	0,37	-0,13	0,12	-2,18	-1,40	-1,78
Amort. médio e longo prazos[3/]	23 257	14 941	38 198	10 471	11 894	22 366

1/ Inclui transferências de patrimônio.

2/ Registra créditos comerciais, empréstimos, moeda e depósitos, outros ativos e passivos e operações de regularização.

3/ Registra amortizações de crédito de fornecedores, empréstimos de longo prazo e de papéis de longo prazo colocados no exterior.
Exclui amortizações de empréstimos pelo Banco Central e amortizações de empréstimos intercompanhias.

Balança comercial

A balança comercial registrou superávit de US$24,7 bilhões em 2008, oitavo resultado positivo consecutivo, mas 38,2% inferior ao assinalado no ano anterior. As exportações elevaram-se 23,2%, situando-se em US$198 bilhões, e as importações cresceram 43,6%, para US$173 bilhões, elevando a corrente de comércio em 32%.

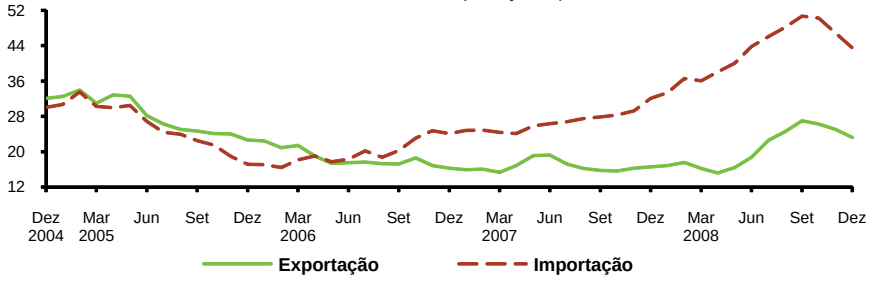
Quadro 5.3 – Balança comercial – FOB

US$ milhões

Ano	Exportação	Importação	Saldo	Fluxo de comércio
2007	160 649	120 617	40 032	281 267
2008	197 942	173 197	24 746	371 139
Variação %	23,2	43,6	-38,2	32,0

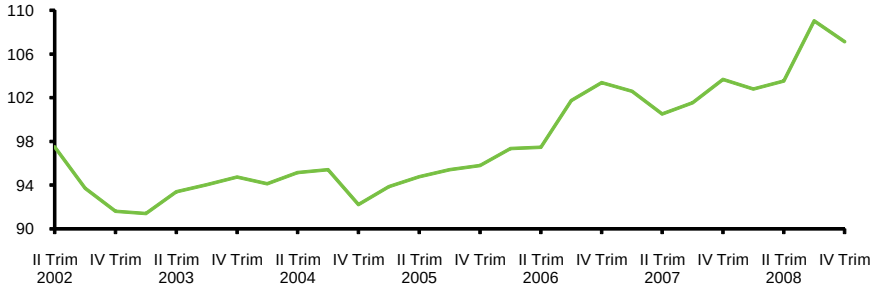
Fonte: MDIC/Secex

Gráfico 5.2
Exportação e importação – FOB
Últimos 12 meses (variação %)**1/**



Fonte: MDIC/Secex
1/ Sobre igual período do ano anterior.

Gráfico 5.3
Índice de termos de troca
2006 = 100



Fonte: Funcex

Ressalte-se que os valores acumulados em doze meses relativos tanto às exportações quanto às importações apresentaram trajetória de crescimento acentuado nos três

primeiros trimestres do ano, em relação a períodos correspondentes de 2007, desempenho revertido no último trimestre. Esse movimento também ocorreu nos termos de troca, que atingiram, em outubro, o maior valor desde a introdução do regime de flutuação cambial, constituindo-se em fator importante para compensar o menor crescimento da quantidade exportada *vis-à-vis* a importada nos últimos anos.

O aumento anual do valor das exportações em 2008 refletiu a elevação média de 26,3% nesses preços, em oposição ao recuo de 2,5% observado na quantidade exportada. O comportamento dos preços traduziu as expansões registradas nas categorias de produtos básicos, 41,2%; semimanufaturados, 25,3%; e manufaturados, 16,2%, enquanto as quantidades exportadas registraram variações anuais respectivas de 0,2%, -0,9% e -5%.

Quadro 5.4 – Índices de preço e *quantum* de exportação

Variação % sobre o ano anterior

Discriminação	2007		2008	
	Preço	*Quantum*	Preço	*Quantum*
Total	10,5	5,5	26,3	-2,5
Básicos	14,5	11,8	41,2	0,2
Semimanufaturados	10,9	0,7	25,3	-0,9
Manufaturados	8,4	3,2	16,2	-5,0

Fonte: Funcex

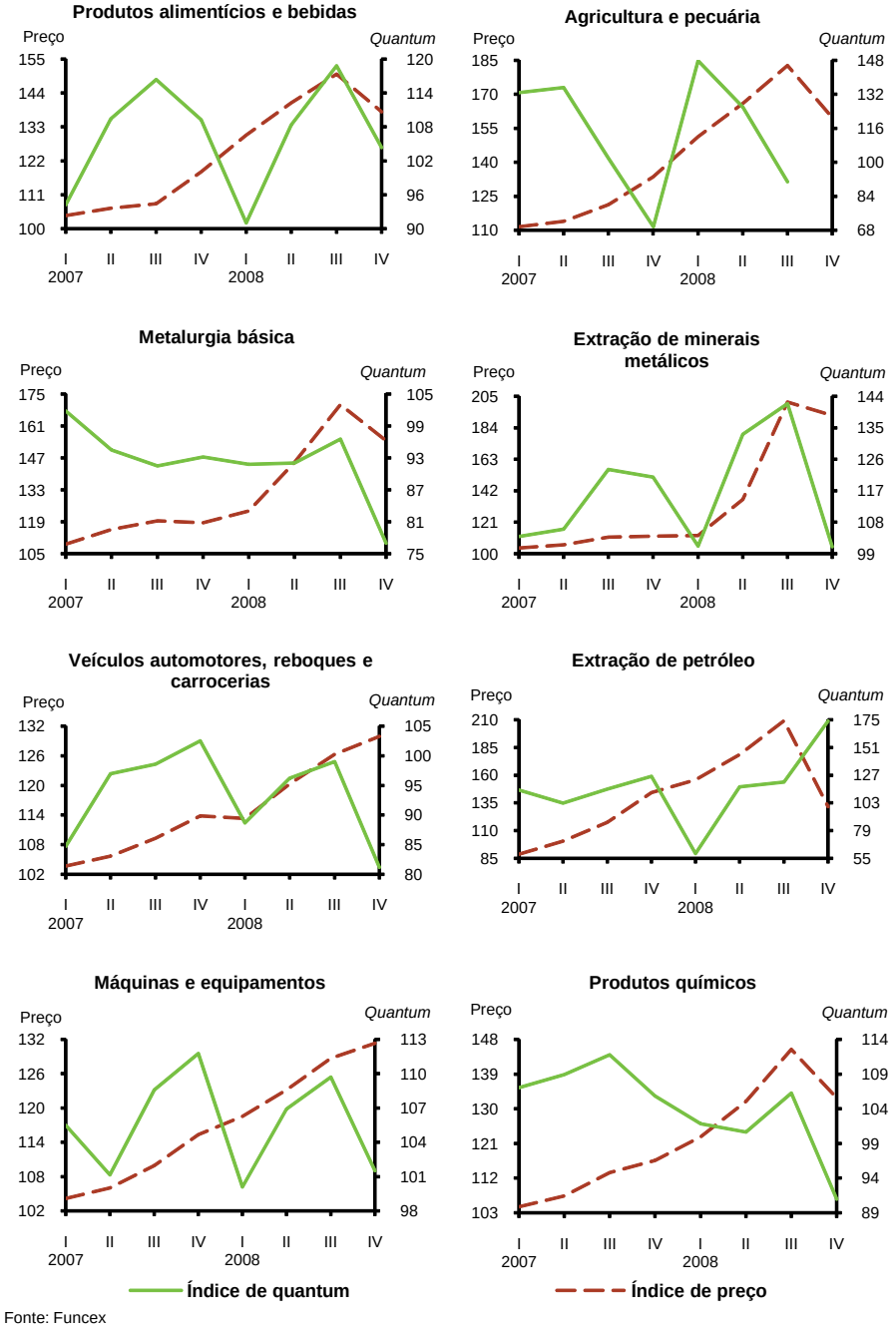
Os principais produtos básicos apresentaram significativos aumentos de preços em 2008, com ênfase nos relativos a soja, minério de ferro, farelo de soja, petróleo e carne bovina, todos superiores a 40%. Em relação à categoria de semimanufaturados, as maiores taxas de crescimento ocorreram nos itens ferro fundido bruto e *spiegel*, óleo de soja em bruto, produtos semimanufaturados de ferro ou aços e ferro-ligas, atingindo taxas ao redor de 50%. Os produtos manufaturados, que experimentam maior concorrência no mercado mundial, apresentaram, em geral, expansão mais moderada de preços, exceção feita aos óleos combustíveis e aparelhos transmissores ou receptores e seus componentes, com taxas superiores a 40%. Essa categoria, embora registrasse o maior número de itens com redução anual na quantidade exportada, incorporou o aumento de 43,3% observado nas vendas de álcool etílico.

O comportamento dos preços nos oito principais setores de exportação revela a trajetória crescente dos associados às principais *commodities* básicas, mesmo no cenário de reduções importantes nos últimos meses do ano. A elevação mais significativa ocorreu no setor de extração de petróleo, 49,5%; seguindo-se minerais metálicos, sobretudo ferro, 48,3%; agricultura e pecuária, com ênfase nos relativos a soja e carnes, 37,3%; metalurgia básica, influenciada pela elevação na cotação do minério de ferro, 28,3%; e produtos alimentícios e bebidas, 27,9%. A alta de preços foi acompanhada, na maioria dos setores, por retração no *quantum*, atingindo 7,8% em produtos químicos; 6,2% em

Gráfico 5.4

Índice trimestral de preço e *quantum* das exportações brasileiras

2006 = 100



Fonte: Funcex

metalurgia básica; e 4,6% em veículos automotores, reboques e chassis. Em sentido inverso, as quantidades exportadas de minerais metálicos e petróleo registraram aumentos anuais respectivos de 5,1% e 2,8%.

A evolução do valor das importações refletiu aumentos de 22% nos preços, 13,8 p.p. superior à assinalada em 2007, e de 17,7% na quantidade importada, 4,3 p.p. inferior à registrada no ano anterior.

Os preços de combustíveis e lubrificantes elevaram-se com maior intensidade, 46,5%, evolução consistente com a trajetória dos preços do petróleo, enquanto a quantidade importada dessa categoria elevou-se 2%, evidenciando o aumento da produção doméstica de petróleo. Destacaram-se as compras de petróleo e de óleos combustíveis, ambas registrando elevações de preços em torno de 48%, e variações respectivas na quantidade importada de -8,5% e 14,1%.

A evolução das aquisições na categoria de uso matérias-primas e produtos intermediários traduziu a ocorrência de elevações tanto nos preços, 20,3%, quanto na quantidade importada, 17,9%. Dentre os principais itens importados nessa categoria, assinalem-se os aumentos nos preços relativos a matérias-primas para agricultura, 116%, sobretudo cloreto de potássio e adubos e fertilizantes; e a produtos minerais, 24,4%, dentre os quais naftas e laminados de aço. O item que revelou expansão de quantidade adquirida mais relevante foi acessórios de equipamentos de transporte, 18,8%, em especial autopeças. Assinalem-se, ainda, as reduções anuais relacionadas às quantidades importadas de circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos, 15,9%; adubos e fertilizantes, 14,6%; e naftas, 11,1%.

As aquisições externas de bens de capital registraram elevações de 34,5% na quantidade importada, resultado importante para a ampliação da capacidade produtiva doméstica, e de 10,1% nos preços. Considerando os itens mais significativos dessa categoria de uso final, ressaltem-se os aumentos no *quantum* relacionado a equipamento móvel de transporte, 51,4%, em especial aviões e veículos de carga; e maquinaria industrial, 43,3%, com destaque para máquinas e aparelhos de terraplanagem, de elevação de carga, descarga e motores, geradores e transformadores elétricos. Os itens que registraram elevações de preços mais representativas foram equipamentos móveis de transporte, 21%; e máquinas e aparelhos de escritório, serviço científico, 12,9%.

O desempenho das compras de bens de consumo duráveis esteve associado, fundamentalmente, ao aumento de 42,9% registrado na quantidade adquirida ao exterior, ante elevação de 8,8% nos preços. Os automóveis de passageiros, representando 42% das importações da categoria, experimentaram aumentos de 57,4% no *quantum* e de 7,5% nos preços, seguindo-se as variações respectivas associadas a máquinas e aparelhos de uso doméstico, 18,9% e 31,1% em preços; e a objetos de adorno, de uso pessoal e outros, 19,2% e 8,7%.

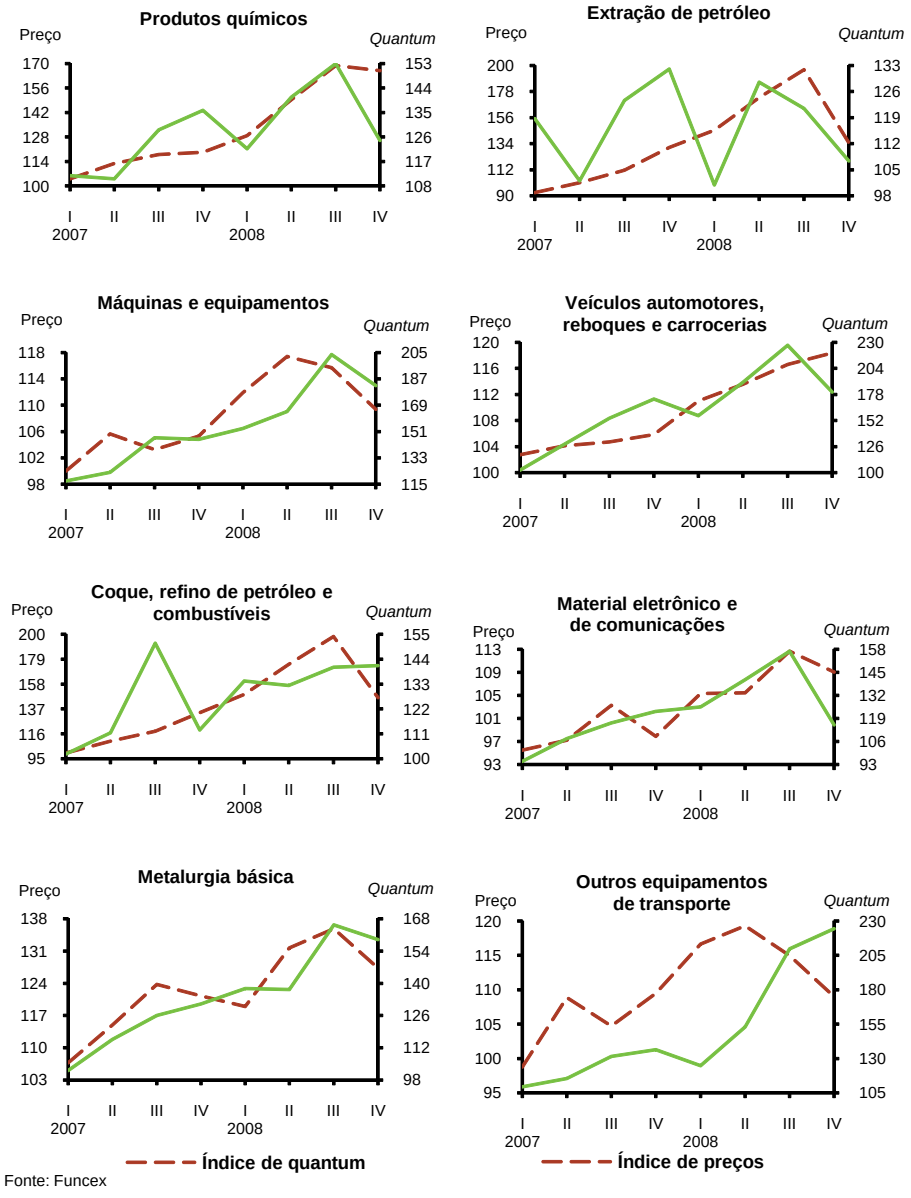
A quantidade importada e os preços dos bens de consumo não duráveis elevaram-se, na ordem, 11,1% e 14,2% no ano. Produtos farmacêuticos, principal item nessa categoria em 2008, registrou aumento de 36,2% na quantidade importada e recuo de 12,9% nos

preços. Adicionalmente, assinalem-se as variações respectivas relativas aos itens vestuário e outras confecções têxteis, -2,8% e 31,9%; e produtos alimentícios, 14,6% e 16,4%.

Gráfico 5.5

Índice trimestral de preço e *quantum* das importações brasileiras

2006 = 100



Fonte: Funcex

As exportações médias diárias de produtos básicos apresentaram crescimento anual de 39,9% em 2008, seguindo-se os aumentos relacionados às categorias de produtos semimanufaturados, 22,7%, e manufaturados, 9,1%, esta registrando o menor crescimento dos últimos quatro anos.

Quadro 5.5 – Índices de preço e *quantum* de importação

Variação % sobre o ano anterior

Discriminação	2007		2008	
	Preço	*Quantum*	Preço	*Quantum*
Total	8,2	22,0	22,0	17,7
Bens de capital	2,9	32,1	10,1	34,5
Bens intermediários	8,5	19,6	20,3	17,9
Bens de consumo duráveis	0,4	50,6	8,8	42,9
Bens de consumo não duráveis	14,9	14,1	14,2	11,1
Combustíveis e lubrificantes	11,0	19,9	46,5	2,0

Fonte: Funcex

Quadro 5.6 – Exportação por fator agregado – FOB

US$ milhões

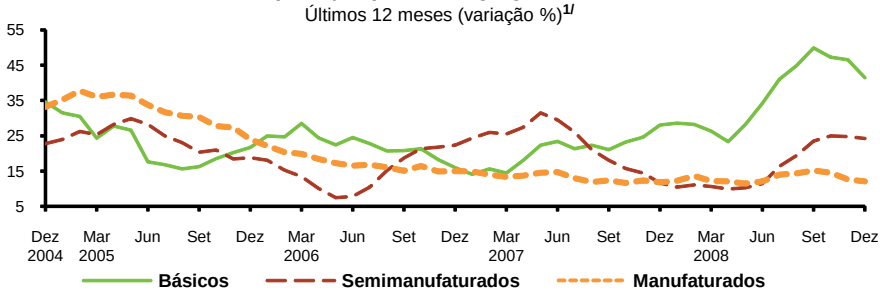
Discriminação	2004	2005	2006	2007	2008
Total	96 678	118 529	137 807	160 649	197 942
Produtos básicos	28 529	34 732	40 285	51 596	73 028
Produtos industrializados	66 571	81 315	94 541	105 743	119 756
Semimanufaturados	13 433	15 963	19 523	21 800	27 073
Manufaturados	53 137	65 353	75 018	83 943	92 683
Operações especiais	1 579	2 482	2 981	3 311	5 159

Fonte: MDIC/Secex

Gráfico 5.6

Exportação por fator agregado – FOB

Últimos 12 meses (variação %)[1/]



Fonte: MDIC/Secex

1/ Sobre igual período do ano anterior.

As vendas externas médias diárias de produtos básicos somaram US$289 milhões em 2008, ressaltando-se que os cinco principais produtos da pauta responderam por 70,2% desse total. As exportações médias diárias de soja elevaram-se 61,3% no ano, seguindo-se as expansões relativas a minérios de ferro, 54,8%; petróleo, 50,4%; farelo de soja, 45,8%; e carne de frango, 36,4%, aumentos associados em especial ao comportamento dos respectivos preços, tendo em vista que as quantidades exportadas dos itens mencionados se elevaram, no máximo, 7,4%.

Os países asiáticos foram o principal destino das exportações de produtos básicos, US$93,7 milhões, equivalendo a 32,4% dos embarques da categoria e a 63,3% do total das exportações médias diárias destinadas à região, e registrando crescimento anual de 57%. Os principais produtos básicos exportados para a Ásia foram minério de ferro, 37% do total das vendas à região; soja, 27,1%; carne de frango, 8,4%; petróleo, 7,2%; e fumo em folhas, 3,1%. A China foi o destino de 53,6% dos produtos básicos exportados para a região, seguindo-se Japão, 16,7%; Coreia do Sul, 6,9%; e Hong Kong, 5,8%.

Quadro 5.7 – Exportação – FOB – Principais produtos básicos

Variação % de 2008 sobre 2007 – Média diária

Produto	Valor	Preço[1/]	Quantidade[2/]	Participação %[3/]
Minérios de ferro e seus concentrados	54,8	49,8	3,3	22,6
Óleos brutos de petróleo	50,4	49,5	0,6	18,6
Soja mesmo triturada	61,3	58,1	2,0	15,0
Carne e miúdos de frango	36,4	27,0	7,4	8,0
Farelo e resíduos da extração de óleo de soja	45,8	49,8	-2,7	6,0
Café cru em grãos	20,9	16,2	4,0	5,7
Carne de bovino	13,6	44,5	-21,4	5,5
Fumo em folhas e desperdícios	20,8	25,3	-3,5	3,7
Milho em grãos	-27,6	24,5	-41,9	1,9
Carne de suíno	16,0	38,7	-16,3	1,9
Minérios de cobre e seus concentrados	14,5	4,1	10,0	1,6
Algodão em bruto	35,7	8,1	25,6	1,0
Carnes salgadas, incluídas as de frango	54,1	-3,5	59,6	0,9
Minérios de manganês e seus concentrados	446,3	250,2	56,0	0,8
Bovino vivo	45,2	50,4	-3,4	0,5
Caulim e outras argilas caulínicas	15,0	-0,1	15,1	0,5
Arroz em grãos, inclusive quebrado	477,1	127,1	154,1	0,4
Tripas e buchos de animais	46,2	56,0	-6,2	0,4
Minérios de alumínio e seus concentrados	21,5	14,4	6,3	0,4
Miudezas de animais, comestíveis	45,1	39,5	4,0	0,3
Demais produtos básicos	11,0	-	-	4,3

Fonte: MDIC/Secex

1/ Variação percentual do valor unitário em US$/kg.

2/ Variação percentual da quantidade medida em quilogramas.

3/ Participação percentual no total da categoria de produtos básicos.

As exportações médias diárias de produtos básicos à União Europeia (UE) somaram US$85,8 milhões, representando 29,7% dos embarques da categoria e 46,8% das exportações destinadas ao bloco, e elevando-se 17,9% em relação a 2007. Os principais produtos adquiridos pela UE foram minério de ferro, 20,8% do total; soja, 18%; farelo de soja, 15%; café cru em grão, 11,7%; e petróleo, 8,4%, cujas vendas médias diárias recuaram 2,7% no ano, contrastando com o aumento de 42,7% registrado pelas vendas em conjunto dos demais itens considerados. Os principais países de destino de produtos básicos no âmbito da UE foram Países Baixos, 20,2%; Alemanha, 19,8%; Espanha, 11,3%; França, 10,7%; e Itália, 9,8%.

As vendas médias diárias de produtos básicos a América Latina e Caribe somaram US$36,9 milhões, significando 12,8% dos embarques da categoria e 18,2% das exportações brasileiras à região, e elevando-se 82,7% no ano, com ênfase na expansão de 89,2% assinalada nos embarques de petróleo. Ilha de Santa Lúcia constituiu-se no principal importador de produtos básicos da região, adquirindo 38,3% do total, seguindo-se Chile, 16,8%; e Venezuela, 14,9%.

As aquisições médias diárias de produtos básicos brasileiros efetuadas pelos EUA somaram US$24,8 milhões, representando 8,6% dos embarques da categoria e 22,6% das exportações a esse país, e registrando aumento anual de 27,1%. Os dois principais produtos destinados aos EUA foram petróleo, 69,5% do total, e café cru em grãos, 11,3%.

As vendas médias diárias de produtos básicos aos demais países somaram US$47,6 milhões, representando 16,5% dos embarques da categoria e 34,2% das exportações brasileiras a esses países, e registrando aumento anual de 38,8%. Os principais produtos básicos demandados por esses países foram carnes de bovino, 24,6% do total; frango, 23,5%; minério de ferro, 16,8%; e carne de suíno, 8,5%. As vendas a esse grupo de países concentraram-se na Rússia, 23,6% do total; Arábia Saudita, 13,6%; Egito, 5,3%; e Irã, 5,1%.

As exportações médias diárias de bens semimanufaturados totalizaram US$107 milhões em 2008, elevando-se 22,7% no ano. Dentre os itens da categoria, ressaltem-se os embarques de produtos semimanufaturados de ferro ou aço, 14,8% do total; celulose, 14,4%; açúcar em bruto, 13,5%; ferro fundido bruto e *spiegel*, 11,6%; ferro-ligas, 8,5%; e óleo de soja em bruto, 7,3%. Esses produtos foram responsáveis por 70,1% das vendas da categoria.

A Ásia constituiu-se na principal região de destino dos produtos semimanufaturados brasileiros no ano, atingindo US$33 milhões diários, e representando 30,9% dos embarques da categoria e 22,3% das exportações totais dirigidas à região. Essas vendas, que aumentaram 38,1% no ano, concentraram-se em produtos semimanufaturados de ferro ou aço, 24,4% do total; óleo de soja em bruto, 13,1%; celulose, 12,3%; ferro-ligas, 12,1%; couros e peles, 10,3%; e ferro fundido e *spiegel*, 9,4%; perfazendo 81,6% do total, com crescimento médio diário anual de 64,1%. A China foi o principal destino na região, 30,9% do total, seguindo-se Japão, 16,1%; Coreia do Sul, 14,3%; Formosa, 9,9%; Tailândia, 6,1%; e Indonésia, 4,9%.

As vendas médias diárias de produtos semimanufaturados à UE somaram US$27 milhões, representando 25,3% dos embarques da categoria e 14,7% das exportações brasileiras ao bloco, e assinalando elevação anual de 15,4%. Os principais itens direcionados ao bloco foram celulose, 28,5% do total; ferro-ligas, 11%; couros e peles, 10%; catodos de cobre, 8,7%; produtos semimanufaturados de ferro ou aço, 5,7%; e óleo de soja em bruto, 5%. Ressalte-se, considerando médias diárias, o crescimento de 172% nas vendas

de óleo de soja em bruto e os recuos nas relativas a semimanufaturas de ferro ou aço, 18,6%, e couros e peles, 15,8%. Os principais destinos no bloco foram Países Baixos, 34% do total; Itália, 19,9%; Bélgica, 12,6%; Alemanha, 8%; e Reino Unido, 7,1%.

Quadro 5.8 – Exportação por fator agregado e região – FOB

Média diária – US$ milhões

Produto	2007	2008			
	Valor	Valor	Variação % sobre 2007	Participação % No total	Participação % No bloco
Total	643	782	21,8	100,0	-
Básicos	206	289	39,9	36,9	-
Semimanufaturados	87	107	22,7	13,7	-
Manufaturados	336	366	9,1	46,8	-
Operações especiais	13	20	54,0	2,6	-
América Latina e Caribe	167	202	21,0	25,9	100,0
Básicos	20	37	82,7	4,7	18,2
Semimanufaturados	6	7	14,4	0,9	3,6
Manufaturados	140	158	12,9	20,2	78,1
Operações especiais	1	0	-61,6	0,0	0,2
Mercosul	69	86	23,8	11,0	100,0
Básicos	3	4	49,4	0,5	4,9
Semimanufaturados	2	3	27,6	0,3	3,0
Manufaturados	64	79	22,6	10,1	92,0
Operações especiais	0	0	-39,0	0,0	0,1
EUA[1/]	101	109	7,9	14,0	100,0
Básicos	19	25	27,1	3,2	22,6
Semimanufaturados	17	19	14,0	2,5	17,8
Manufaturados	64	65	0,5	8,2	59,0
Operações especiais	0	1	15,9	0,1	0,5
União Européia	162	183	13,4	23,4	100,0
Básicos	73	86	17,9	11,0	46,8
Semimanufaturados	23	27	15,4	3,5	14,7
Manufaturados	65	70	6,8	8,9	38,0
Operações especiais	0	1	215,4	0,1	0,5
Ásia	100	148	47,5	18,9	100,0
Básicos	60	94	57,0	12,0	63,3
Semimanufaturados	24	33	38,1	4,2	22,3
Manufaturados	17	21	26,9	2,7	14,2
Operações especiais	0	0	47,5	0,0	0,2
Demais	112	139	24,4	17,8	100,0
Básicos	34	48	38,8	6,1	34,2
Semimanufaturados	16	20	23,0	2,6	14,5
Manufaturados	50	53	6,6	6,8	38,1
Operações especiais	12	18	60,2	2,4	13,2

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui Porto Rico.

Quadro 5.9 – Exportação – FOB – Principais produtos semimanufaturados

Variação % de 2008 sobre 2007 – Média diária

Produto	Valor	Preço[1/]	Quantidade[2/]	Participação %[3/]
Produtos semimanufaturados, de ferro/aço	69,0	53,9	9,8	14,8
Pastas químicas de madeira	28,0	18,2	8,3	14,4
Açúcar de cana em bruto	15,2	6,5	8,2	13,5
Ferro fundido bruto e ferro "spiegel"	66,5	59,2	4,6	11,6
Ferro-ligas	55,6	49,9	3,8	8,5
Óleo de soja em bruto	60,5	57,8	1,7	7,3
Couros e peles, depilados, exceto em bruto	-15,6	14,7	-26,4	6,9
Alumínio em bruto	-7,7	-0,7	-7,0	5,2
Ouro em formas semimanuf., uso não monetário	29,0	26,4	2,0	3,8
Madeira serrada/fendida longitud. >6mm	-27,5	12,4	-35,5	2,5
Catodos de cobre	-1,2	9,5	-9,8	2,5
Ligas de alumínio, em bruto	-17,0	1,2	-18,0	2,1
Borracha sintética e borracha artificial	6,6	39,3	-23,5	1,2
Catodos de níquel	-46,2	-29,9	-23,3	0,8
Manteiga, gordura e óleo, de cacau	11,7	42,4	-21,5	0,6
Madeira em estilhas ou em partículas	21,1	22,9	-1,5	0,5
Mates de níquel	-38,1	-40,2	3,5	0,4
Estanho em bruto	30,2	24,2	4,8	0,4
Zinco em bruto	-45,2	-28,7	-23,1	0,3
Ceras vegetais	23,7	27,4	-2,9	0,3
Demais produtos semimanufaturados	5,5	-	-	2,3

Fonte: MDIC/Secex

1/ Variação percentual do valor unitário em US$/kg.

2/ Variação percentual da quantidade medida em quilogramas.

3/ Participação percentual no total da categoria de produtos semimanufaturados.

As exportações médias diárias de produtos semimanufaturados aos EUA somaram US$19,5 milhões em 2008, significando 18,2% dos embarques da categoria e 17,8% das exportações brasileiras a esse país, e registrando crescimento de 14% sobre 2007. As vendas de ferro fundido e ferro *spiegel* representaram 38% do total; seguindo-se as relativas a celulose, 15,9%; produtos semimanufaturados de ferro ou aço, 11,1%; e ouro em formas semimanufaturadas, 10,9%.

As exportações médias diárias de semimanufaturados à América Latina e Caribe atingiram US$7,2 milhões, com participação de 6,7% dos embarques da categoria e de 3,6% das exportações brasileiras a esses países, e registrando aumento anual de 14,4%. Destacaram-se as vendas de produtos semimanufaturados de ferro ou aço, 28,5% do total; ferro-ligas, 11%; açúcar em bruto, 7,5%; alumínio em bruto, 6,7%; ferro fundido e *spiegel*, 5,1%; e ligas de alumínio em bruto, 5%. Os principais destinos na região foram Argentina, 31,3% do total; México, 26,4%; Venezuela, 8,9%; e Colômbia, 8,3%.

Os embarques médios diários de semimanufaturados direcionados aos demais países somaram US$20,3 milhões, representando 18,9% das exportações da categoria e 14,5% das vendas brasileiras a esses países, e assinalando aumento anual de 23%. Entre os

Quadro 5.10 – Exportação – FOB – Principais produtos manufaturados

Variação % de 2008 sobre 2007 – Média diária

Produto	Valor	Preço[1/]	Quantidade[2/]	Participação %[3/]
Aviões	15,1	5,7	8,8	5,9
Automóveis de passageiros	4,4	15,7	-9,7	5,3
Partes e peças p/veículos automóveis e tratores	8,9	19,6	-9,0	3,8
Óleos combustíveis (diesel, fuel-oil etc.)	27,8	42,4	-10,2	3,2
Aparelhos transm. ou receptores e componentes	7,1	40,7	-23,9	2,8
Álcool etílico	59,8	11,6	43,3	2,6
Veículos de carga	4,7	15,1	-9,1	2,3
Motores/geradores/transform. elétricos e partes	25,4	22,3	2,6	2,3
Tratores	22,8	11,8	9,8	2,1
Produtos laminados planos de ferro/aço	-25,0	31,0	-42,8	2,1
Calçados, suas partes e componentes	-2,8	10,6	-12,0	2,0
Açúcar refinado	-8,1	10,0	-16,4	2,0
Máq. e apar. p/ terraplanagem, perfuração etc.	13,8	17,5	-3,1	1,9
Partes de motores p/veículos automóveis	1,6	12,9	-10,0	1,8
Bombas, compressores, ventiladores etc.	4,2	23,9	-15,9	1,8
Gasolina	-11,1	28,3	-30,7	1,8
Óxidos e hidróxidos de alumínio	18,1	0,3	17,7	1,7
Pneumáticos	6,7	16,3	-8,2	1,6
Plataformas de perfuração/exploração, dragas etc	115,1	447,0	-60,7	1,6
Chassis c/motor e carroçarias p/veíc. automóveis	18,1	10,3	7,0	1,4
Polímeros de etileno, propileno e estireno	-16,3	17,8	-28,9	1,4
Fio-máquina e barras de ferro ou aço	12,9	54,3	-26,9	1,2
Suco de laranja congelado	-26,7	-7,0	-21,2	1,2
Motores para veículos automóveis	7,4	9,1	-1,5	1,1
Papel e cartão para fins gráficos	14,9	11,6	2,9	1,1
Móveis e suas partes	-3,0	11,3	-12,8	1,0
Tubos de ferro fundido, ferro ou aço	31,6	30,9	0,6	0,9
Preparações e conservas, de carne bovina	21,5	28,6	-5,5	0,9
Suco de laranja não congelado	18,7	2,7	15,6	0,9
Máquinas e apar.p/uso agrícola (exceto tratores)	42,9	16,3	22,8	0,9
Demais produtos manufaturados	8,9	-	-	39,2

Fonte: MDIC/Secex

1/ Variação percentual do valor unitário em US$/kg.

2/ Variação percentual da quantidade medida em quilogramas.

3/ Participação percentual no total da categoria de produtos manufaturados.

produtos destinados a esses países, ressaltem-se as participações relativas às vendas de açúcar em bruto, 56,8% do total; produtos semimanufaturados de ferro ou aço, 9,8%; óleo de soja em bruto, 9,2%; e alumínio em bruto, 8,9%. Os principais países de destino no âmbito desse grupo de países foram Rússia, 23% do total; Suíça, 13,9%; Egito, 6,9%; Irã, 6,4%; Canadá, 6%; e Nigéria, 5,4%.

As exportações médias diárias de produtos manufaturados somaram US$366 milhões em 2008, reduzindo – embora apresentassem aumento anual médio diário de 9,1% – sua

participação no total das vendas externas do país de 52,3% em 2007 para 46,8%. Dentre os trinta itens mais expressivos na categoria, 29 apresentaram crescimento nos preços, registrando-se redução de 7% no item suco de laranja. Os principais itens exportados em 2008 foram aviões, 5,9% do total; automóveis de passageiros, 5,3%; autopeças, 3,8%; óleos combustíveis, 3,2%; aparelhos transmissores e receptores, 2,8%; álcool etílico, 2,6%; veículos de carga, 2,3%; motores, geradores, transformadores elétricos, 2,3%; tratores, 2,1%; e laminados planos, 2,1%. Os produtos laminados planos de ferro ou aço foram os únicos com redução no valor, 25% frente a 2007, contrastando com o aumento de 59,8% nas vendas de álcool etílico, o maior crescimento dentre os dez principais itens citados.

As vendas médias diárias de manufaturados à América Latina e Caribe totalizaram US$158 milhões, representando 43,1% dos embarques da categoria e 78,1% das exportações brasileiras ao bloco, e assinalando expansão anual de 12,9%. Dentre os principais itens exportados para a região, situam-se os relativos à indústria automobilística, a exemplo de automóveis de passageiros, autopeças, veículos de carga, chassis com motor e carrocerias, e motores para automóveis, esses representando 22,5% do total; aparelhos transmissores ou receptores, 5,3%; óleos combustíveis, 2,9%; laminados planos, 2,8%; tratores, 2,8%; e pneumáticos, 2,2%. A Argentina foi o principal destino dos manufaturados brasileiros na região, 40,4% do total, seguindo-se México, 9%; Venezuela, 8,9%; Chile, 7,8%; Paraguai, 5,9%; e Colômbia, 5,1%.

Os embarques médios diários de manufaturas brasileiras à UE somaram US$69,7 milhões, significando 19% das exportações da categoria e 38% das vendas ao bloco, e registrando aumento anual de 6,8%. Os principais produtos embarcados foram automóveis de passageiros, 6,2% do total; aviões, 4,4%; suco de laranja não congelado, 4,2%; álcool etílico, 3,9%; autopeças, 3,9%; e óleos combustíveis, 3,8%. Os principais países de destino dos manufaturados no âmbito desse bloco foram Alemanha, 22,6%; Países Baixos, 21,4%, Bélgica, 11,1%; Reino Unido, 10,9%; França, 8,4%; e Itália, 7,2%.

As exportações médias diárias de manufaturados aos EUA somaram US$64,5 milhões, representando 17,6% dos embarques da categoria e 59% das vendas ao país, e registrando elevação anual de 0,5%. Destacaram-se, no ano, as vendas de aviões, 14,2% do total; de uma plataforma de perfuração/exploração no valor de US$862 milhões, 5,3%; seguindo-se as relativas a motores, geradores e transformadores elétricos, 5,2%; álcool etílico, 4,7%, representando o dobro do valor exportado em 2007; partes de motores de automóveis, 3,5%; e autopeças, 3,2%.

Os produtos manufaturados destinados à Ásia totalizaram média diária de US$21,1 milhões, com participações de 5,8% nos embarques da categoria e de 14,2% das exportações brasileiras ao bloco, e assinalando crescimento anual de 26,9%. Os principais produtos exportados para a região foram óleos combustíveis, 12,7% do total; uma plataforma de perfuração/exploração para Cingapura, no valor de US$623 milhões, 11,7% do total; aviões,

9,1%; álcool etílico, 4,4%; suco de laranja congelado, 3,3%; e bombas, compressores, ventiladores etc., 2,6%. Os principais destinos na região foram Cingapura, 29,3% do total; China, 20,5%; Japão, 14,5%; Índia, 7,9%; e Coreia do Sul, 5,3%.

As exportações médias de manufaturados aos demais países somaram US$53,1 milhões, representando 14,5% das vendas da categoria e 38,1% dos embarques ao bloco, e registrando aumento de 6,6%. Os principais produtos exportados foram açúcar refinado, 11,8% do total; aviões, 8,3%; óxidos e hidróxidos de alumínio, 8,3%; gasolina, 6,6%; e tratores, 4,9%. Os principais destinos constituíram-se em Angola, 13% do total; África do Sul, 10,8%; Canadá, 9,7%; Nigéria, 9,1%; Austrália, 6,5%; e Arábia Saudita, 4,8%.

As operações especiais – transações especiais, consumo de bordo e reexportações – somaram média diária de US$20,4 milhões em 2008, elevando-se 54% no ano. Desse total, 89,8% referiram-se a provisões de navios e aeronaves e 6,5% a reexportações, registrando, na ordem aumentos anuais de 60,9% e 4,8%.

As exportações médias diárias de produtos industriais atingiram US$561 milhões em 2008, registrando aumento anual de 15%. Essas vendas, representando 71,7% das exportações brasileiras, distribuíram-se nas indústrias de baixa tecnologia, 26%; média-alta tecnologia, 20,3%; média-baixa tecnologia, 19,6%; e alta tecnologia, 5,8%.

As vendas relativas ao segmento de baixa tecnologia totalizaram média diária de US$203 milhões, registrando aumento anual de 16,6%, impulsionadas pelos desempenhos das exportações de alimentos, bebidas e tabaco, farelo e óleo de soja, açúcar, álcool etílico e suco de laranja, que representaram 68,8% dos embarques. Os principais destinos foram UE, 37,7% do total; Ásia, 20,9%; Aladi, 16,4%; EUA, 13,5%; e Europa Oriental, 11,5%.

As exportações médias diárias de produtos industrializados de média-alta tecnologia somaram US$159 milhões, apresentando aumento anual de 8,6%, com ênfase nas relativas a automóveis, máquinas e equipamentos mecânicos, e produtos químicos não farmacêuticos. Os principais destinos desse grupo de produtos foram os países do Mercosul, 34,8% do total; demais países pertencentes a Aladi, 24,4%; UE, 19,3%; e EUA 15,3%.

Os embarques de produtos de média-baixa tecnologia totalizaram média diária de US$154 milhões, registrando crescimento anual de 21,6%. Ressaltem-se, no segmento, as vendas de produtos de petróleo refinado e de produtos metálicos, estes direcionados, em especial, a Ásia, UE, EUA e Aladi.

As exportações de produtos de alta tecnologia somaram média diária de US$45,5 milhões, elevando-se 11% no ano e concentrando-se em produtos da indústria aeronáutica, 52,7% do total, e da indústria de equipamentos de rádio, TV e comunicação, 25%, dos quais 73,2% relativos a telefones celulares.

Quadro 5.11 – Exportação por intensidade tecnológica – FOB

US$ milhões – Média diária

Discriminação	2007	2008		
		Valor	Var.%	Part.%
Total	643	782	21,8	100,0
Produtos industriais	488	561	15,0	71,7
Alta tecnologia	41	45	11,0	5,8
Aeronáutica e aeroespacial	21	24	15,2	3,1
Equipamentos de rádio, TV e comunicação	11	11	-0,9	1,5
Outros	9	10	16,9	1,3
Média-alta tecnologia	146	159	8,6	20,3
Veículos automotores, reboques e semi-reboques	60	64	7,3	8,2
Máquinas e equipamentos mecânicos n. e.	38	43	11,6	5,4
Produtos químicos, exclusive farmacêuticos	33	35	5,9	4,4
Outros	15	17	11,7	2,2
Indústria de média-baixa tecnologia	126	154	21,6	19,6
Produtos metálicos	76	90	19,8	11,6
Produtos de petróleo refinado e outros combustíveis	29	38	31,4	4,8
Outros	22	26	14,9	3,3
Indústria de baixa tecnologia	174	203	16,6	26,0
Alimentos, bebidas e tabaco	111	140	26,3	17,9
Madeira e seus produtos, papel e celulose	33	34	5,2	4,4
Têxteis, couro e calçados	24	22	-8,3	2,8
Produtos manufaturados n.e. e bens reciclados	7	7	1,2	0,9

Fonte: MDIC/Secex

Nota: 2007, 250 dias úteis; 2008, 253 dias úteis.

A média diária das importações de todas as categorias de uso registrou aumento generalizado em 2008, repetindo o padrão observado nos últimos cinco anos. As aquisições médias diárias de combustíveis e lubrificantes elevaram-se 54,8%, seguindo-se as relativas a bens de consumo duráveis, 52,2%; bens de capital, 41,3%; matérias-primas e produtos intermediários, 38,6%; e a bens de consumo não duráveis, 24,7%.

As importações diárias de matérias-primas e produtos intermediários representaram 48,1% das compras totais em 2008 e atingiram US$328 milhões diários, com ênfase nas aquisições de produtos químicos e farmacêuticos, produtos minerais, acessórios de equipamento de transporte e produtos intermediários – partes e peças, que somaram 71,6% do total das importações da categoria. As elevações de preços contribuíram mais intensamente para o crescimento do valor das compras dos principais produtos da categoria, excetuando-se o relativo a acessórios de equipamento de transporte, impacto, em especial, pela variação na quantidade importada.

Quadro 5.12 – Importação – FOB

US$ milhões

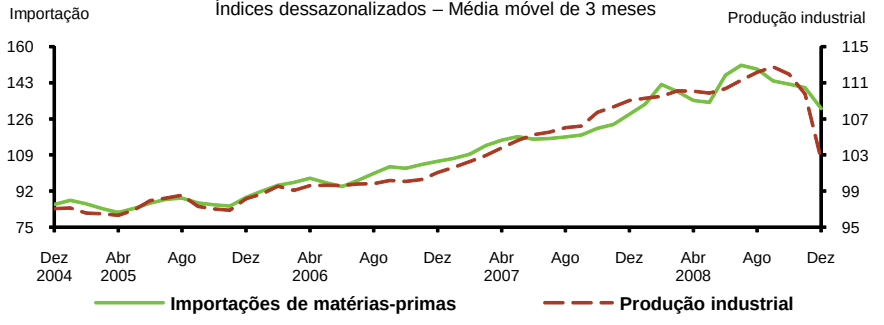
Discriminação	2004	2005	2006	2007	2008
Total	62 836	73 600	91 351	120 617	173 107
Bens de capital	12 149	15 392	18 924	25 125	35 929
Matérias-primas e produtos intermediários	33 520	37 817	45 274	59 381	83 189
Bens de consumo	6 852	8 466	11 955	16 027	22 525
Duráveis	3 189	3 926	6 076	8 251	12 709
Não duráveis	3 663	4 540	5 879	7 776	9 816
Combustíveis e lubrificantes	10 315	11 925	15 197	20 085	31 463

Fonte: MDIC/Secex

Gráfico 5.7

Importação de matérias-primas x produção industrial

Índices dessazonalizados – Média móvel de 3 meses

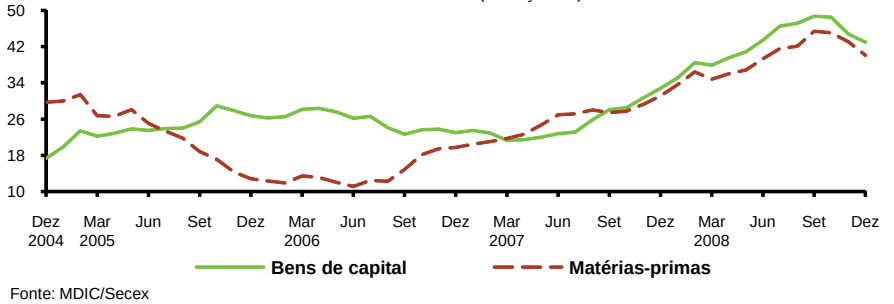


Fonte: IBGE e Funcex

Gráfico 5.8

Importação por categoria de uso final – FOB

Últimos 12 meses (variação %)1/



Fonte: MDIC/Secex

1/ Sobre igual período do ano anterior.

A média diária das aquisições de matérias-primas e produtos intermediários originários da Ásia atingiu US$81 milhões, apresentando crescimento anual de 43,9%, com participações de 24,7% nas compras da categoria e de 43,5% no total importado da região. Os principais itens adquiridos na Ásia foram circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos, 14,1% do total; partes e acessórios para computadores, 7,8%; autopeças, 5,2%; laminados planos, 4,2%; e fios de fibras têxteis sintéticas ou artificiais, 4%. Os

principais países fornecedores foram China, 39,6% do total; Japão, 16,4%; Coreia do Sul, 9,2%; e Taiwan, 7,7%.

As compras de matérias-primas e produtos intermediários provenientes da UE totalizaram média diária de US$78 milhões, elevando-se 36% no ano e respondendo por 23,7% das importações da categoria e por 54,4% do total importado do bloco. Os produtos com participação mais representativa nessa pauta foram autopeças, 13,3% do total; compostos heterocíclicos, 5,3%; partes e peças para aviões, 4,3%; e rolamentos e engrenagens, 4,3%; enquanto os países com maior participação foram Alemanha, 33,6%; França, 13,9%; Itália, 10,5%; Espanha, 7,7%; e Reino Unido, 7,5%. As compras advindas da Espanha e Alemanha apresentaram maior dinamismo e registraram crescimentos anuais médios diários de 45,2% e 41%.

As importações de matérias-primas e produtos intermediários originárias da América Latina e Caribe somaram US$63 milhões diários, apresentando aumento anual de 22,2% e representando 19,2% das compras da categoria e 55,5% do total importado da região. Os principais produtos adquiridos ao bloco foram cátodos de cobre, 12,1% do total; naftas, 9,6%; trigo, 9,1%; minérios de cobre, 6,2%; e autopeças, 5,4%. As importações foram provenientes, em especial, da Argentina, 46,1%; Chile, 23,5%; México, 8,2%; Peru, 5,7%; e Uruguai, 4,1%.

As compras externas médias de matérias-primas e produtos intermediários procedentes dos EUA somaram US$57 milhões, elevando-se 28,9% no ano, com participações de 55,4% nas compras ao país e de 17,3% nas relativas à categoria. Os principais itens importados foram motores e turbinas para aviação, 13,2% do total; partes e peças para aviões, 4,4%; adubos ou fertilizantes, 3,4%; hidrocarbonetos, 3,4%; e rolamentos e engrenagens, 3,1%.

A média diária das importações de matérias-primas e bens intermediários provenientes dos demais países aumentaram 72,9% no ano, para US$50 milhões, significando 15,1% das compras da categoria e 36,2% do total importado desse grupo de países. Os principais produtos importados foram cloreto de potássio, 25,1% do total; adubos ou fertilizantes, 9,9%; ureia, 8,5%; naftas, 6%; e enxofre, 5,9%. As matérias-primas e bens intermediários desse grupo de países foram provenientes, em especial, do Canadá, 19%; Rússia, 18,6%; Belarus, 9,5%; e Marrocos, 8,7%.

As importações de bens de capital atingiram US$141 milhões diários em 2008, representando 20,7% das compras externas brasileiras e concentrando-se em maquinaria industrial, 35,7% do total; máquinas e aparelhos de escritório e serviço científico, 23%; partes e peças para bens de capital para a indústria, 17,6%; e equipamento móvel de transporte, 11,3%. Os principais produtos apresentaram aumentos tanto nos preços quanto, em especial, nas quantidades importadas.

Quadro 5.13 – Importações – FOB – Principais produtos

Variação % de 2008 sobre 2007 – Média diária

Produto	Valor	Preço[1/]	Quantidade[2/]	Participação[3/]
Bens de capital	40,9			100,0
Maquinaria industrial	47,6	3,0	43,3	35,7
Máq. e aparelhos de escritório, serviço científico	27,3	12,9	12,7	23,0
Partes e peças para bens de capital para indústria	27,9	6,1	20,5	17,6
Equipamento móvel de transporte	83,1	21,0	51,4	11,3
Acessórios de maquinaria industrial	30,9	11,6	17,3	7,9
Demais bens de capital	62,1	2,9	57,5	4,5
Matérias-primas e produtos intermediários	38,6			100,0
Produtos químicos e farmacêuticos	33,6	18,3	12,9	25,4
Produtos minerais	33,1	24,4	7,0	18,8
Acessórios de equipamento de transporte	36,2	14,7	18,8	14,0
Produtos intermediários – Partes e peças	24,4	12,2	10,9	13,4
Outras matérias-primas para agricultura	95,8	115,8	-9,3	13,2
Demais matérias-primas e produtos intermediários	35,4	38,4	-2,2	15,2
Bens de consumo não duráveis	24,7			100,0
Produtos farmacêuticos	18,7	-12,9	36,2	35,6
Produtos alimentícios	33,5	16,4	14,6	28,6
Vestuário e outras confecções têxteis	28,2	31,9	-2,8	9,0
Produtos de toucador	23,3	9,8	12,3	5,5
Bebidas e tabacos	6,6	-5,3	12,5	3,9
Demais bens de consumo não duráveis	27,8	23,9	3,1	17,3
Bens de consumo duráveis	52,2			100,0
Automóveis de passageiros	69,8	11,6	52,1	47,6
Máquinas e aparelhos de uso doméstico	55,8	31,1	18,9	19,6
Objetos de adorno ou de uso pessoal	29,6	8,7	19,2	19,0
Partes e peças para bens de consumo duráveis	24,7	11,7	11,7	6,4
Móveis e outros equipamentos para casa	41,4	18,6	19,2	4,5
Demais bens de consumo duráveis	36,8	23,6	10,7	3,0
Combustíveis e lubrificantes	54,8			100,0
Combustíveis	54,4	47,7	4,6	97,6
Lubrificantes e eletricidade	74,0	37,1	26,9	2,3

Fonte: MDIC/Secex

1/ Variação percentual do valor unitário em US$/kg.

2/ Variação percentual da quantidade medida em quilogramas.

3/ Participação percentual em cada categoria de uso final.

Quadro 5.14 – Importações por categoria de uso e região – FOB

Média diária – US$ milhões

Produto	2007	2008			
	Valor	Valor	Variação % sobre 2007	Participação % No total	Participação % No bloco
Total	482	682	41,3	100,0	-
Bens de capital	101	141	40,7	20,7	-
Bens de consumo duráveis	33	50	51,6	7,3	-
Bens de consumo não duráveis	31	39	24,2	5,7	-
Combustíveis e lubrificantes	80	124	54,2	18,2	-
Matérias-primas e produtos intermediários	238	328	38,0	48,1	-
América Latina e Caribe	85	113	32,5	16,6	100,0
Bens de capital	6	9	55,4	1,3	8,0
Bens de consumo duráveis	10	15	52,0	2,2	13,4
Bens de consumo não duráveis	7	9	28,4	1,3	7,9
Combustíveis e lubrificantes	11	17	53,0	2,5	15,1
Matérias-primas e produtos intermediários	51	63	22,2	9,2	55,5
Mercosul	46	59	26,9	8,7	100,0
Bens de capital	4	6	49,1	0,9	10,7
Bens de consumo duráveis	8	11	39,9	1,5	17,8
Bens de consumo não duráveis	5	7	27,4	1,0	11,2
Combustíveis e lubrificantes	2	2	-5,1	0,3	3,0
Matérias-primas e produtos intermediários	28	34	22,1	5,0	57,2
EUA[1/]	76	102	35,0	15,0	100,0
Bens de capital	19	28	51,0	4,1	27,5
Bens de consumo duráveis	3	3	28,6	0,5	3,4
Bens de consumo não duráveis	4	5	9,4	0,7	4,7
Combustíveis e lubrificantes	6	9	51,9	1,3	8,9
Matérias-primas e produtos intermediários	44	57	28,9	8,3	55,4
União Europeia	107	143	33,8	21,0	100,0
Bens de capital	32	41	27,3	6,0	28,8
Bens de consumo duráveis	6	8	45,1	1,2	5,8
Bens de consumo não duráveis	9	11	29,7	1,6	7,8
Combustíveis e lubrificantes	3	5	51,4	0,7	3,2
Matérias-primas e produtos intermediários	57	78	36,0	11,4	54,4
Ásia	123	186	51,6	27,3	100,0
Bens de capital	39	57	46,3	8,4	30,6
Bens de consumo duráveis	14	22	60,4	3,3	12,0
Bens de consumo não duráveis	7	10	37,2	1,4	5,2
Combustíveis e lubrificantes	7	16	143,2	2,4	8,8
Matérias-primas e produtos intermediários	56	81	43,9	11,9	43,5
Demais	92	137	49,9	20,1	100,0
Bens de capital	5	6	28,5	0,9	4,3
Bens de consumo duráveis	1	1	15,1	0,1	0,6
Bens de consumo não duráveis	4	4	0,1	0,6	3,0
Combustíveis e lubrificantes	53	77	43,7	11,2	55,8
Matérias-primas e produtos intermediários	29	50	72,9	7,3	36,2

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclusive Porto Rico.

As aquisições de bens de capital originários da Ásia totalizaram média diária de R$57 milhões, crescimento anual de 46,3%, com participações de 30,6% nas compras à região e de 40,3% na pauta da categoria. Os produtos com importações mais representativas foram circuitos impressos, 12,5% do total; dispositivos de cristais líquidos, 10,5%; computadores e partes, 9%; motores, geradores e transformadores elétricos, 5,8%; e aparelhos transmissores e receptores, 4,7%. Os principais países fornecedores foram China, 50,2% do total; Japão, 16,1%; Coreia do Sul, 13,2%; e Taiwan, 7,2%.

A média diária das importações de bens de capital provenientes da UE cresceu 27,3% em 2008, para US$41 milhões, equivalentes a 29,2% das compras da categoria e a 28,8% do total importado do bloco. Destacaram-se as aquisições de instrumentos e aparelhos de medida e verificação, 8,9% do total; bombas, compressores e ventiladores, 6,7%; motores, geradores e transformadores elétricos, 4,2%; e aparelhos para interrupção e proteção de energia, 3,9%. As compras originaram-se, em especial, da Alemanha, 38% do total; Itália, 17,8%; França, 11%; Suécia, 5,7%; e Espanha, 4,9%.

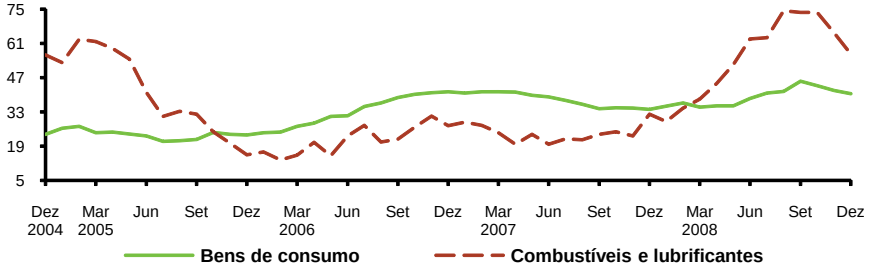
Os bens de capital procedentes dos EUA atingiram média diária de US$28 milhões, aumentando 51% em relação a 2007, com participação de 19,8% nas aquisições da categoria e de 27,5% nas compras originárias do país. As importações concentraram-se em aviões, 12,3% do total; instrumentos e aparelhos de medida e verificação, 9,4%; máquinas e aparelhos de terraplanagem e perfuração, 6,3%; veículos e materiais para vias férreas, 5,5%; e bombas, compressores e ventiladores, 4,9%. Assinale-se que as compras de aviões e de veículos e materiais para vias férreas foram, na ordem, três e seis vezes maiores do que as registradas em 2007.

As importações médias diárias de bens de capital procedentes da América Latina e Caribe aumentaram 55,4% no ano, para US$9 milhões diários, respondendo por 10,7% do total importado da região e por 6,4% das compras da categoria, dos quais 39,7% em veículos de carga; seguindo-se tratores, 6,5%; ônibus e outros veículos para mais de dez pessoas, 4,3%; instrumentos e aparelhos de medida, 4,1%; e aparelhos transmissores e receptores de telefonia celular, 3,8%. Os principais países de origem foram Argentina, 67,2% do total; México, 25,4%; Chile, 3%; e Paraguai, 1,9%. O valor das importações ao Paraguai decuplicou em 2008.

As compras externas de bens de capital provenientes do grupo demais países totalizaram média diária de US$6 milhões, 28,5% superior à observada em 2007, com participação de 4,2% nas aquisições da categoria e de 4,3% no total importado do grupo. As importações, concentradas em instrumentos e aparelhos de medida e verificação, 8,9% do total; máquinas e aparelho de terraplanagem e perfuração, 6,1%; bombas, compressores e ventiladores, 4,3%; máquinas e ferramentas a *laser*, 4%; e motores, geradores e transformadores, 3,9%, originaram-se, em especial, da Suíça, 31,8% do total; Canadá, 24,2%; Israel, 8,5%; Noruega, 7,7%; e Austrália, 4,4%.

As aquisições médias diárias de combustíveis e lubrificantes somaram US$124 milhões em 2008, representando 18,2% do total importado, dos quais 21% se originaram da Nigéria, seguindo-se Bolívia, 8,8%; Arábia Saudita, 8,5%; EUA, 7,3%; e Angola, 7,1%. Os principais produtos adquiridos foram petróleo em bruto, 52,1% do total da categoria; óleos combustíveis, 16,6%; hulhas, 8,8%; gás natural, 8,6%; e querosene de aviação, 4%. As aquisições procedentes da Nigéria, Arábia Saudita, Angola e Argélia responderam por 78,9% das importações de petróleo em bruto, enquanto a Bolívia forneceu 98,6% do total importado de gás natural.

Gráfico 5.9
Importação por categoria de uso final – FOB
Últimos 12 meses (variação %)[1/]



Fonte: MDIC/Secex
1/ Sobre igual período do ano anterior.

As importações diárias de bens de consumo duráveis cresceram 51,6% em 2008, atingindo US$50 milhões e correspondendo a 7,3% das compras externas do país. Os principais produtos importados foram automóveis de passageiros, 42% do total; partes de aparelhos transmissores e receptores, 13,6%; e partes e acessórios de motocicletas e bicicletas, 4,3%. As aquisições originaram-se, em sua maior parte, da Ásia, 44,6% do total; da América Latina e Caribe, 30,3%; e UE, 16,5%; sendo os principais países fornecedores a China, 20,7% do total; Argentina, 20%; Coreia do Sul, 11%; México, 8,9%; Japão, 6,9%; e EUA, 6,8%.

A média diária das aquisições de bens de consumo não duráveis somou US$39 milhões em 2008, correspondendo a 5,7% do total das compras externas no ano. As importações originaram-se especialmente da UE, 28,8% do total; Ásia, 24,8%; América Latina e Caribe, 23,1%; enquanto os principais países fornecedores foram China e Argentina, ambos com o mesmo *market-share*, 14,3%; seguidos pelos EUA, 11,5%; Alemanha, 6,4%; e Suíça, 6,1%. As compras dos produtos dessa categoria concentraram-se em medicamentos, inclusive veterinários, 35,4% do total; brinquedos e jogos, 3,3%; produtos de perfumaria e toucador, 3,2%; e calçados e partes, 3,1%.

As aquisições médias diárias de produtos industriais cresceram 41,5% em 2008, para US$143,2 bilhões, equivalendo a 82,7% das importações brasileiras totais. A segmentação das compras industriais segundo a complexidade tecnológica demonstra que as aquisições de itens de média-alta tecnologia foram as mais representativas, respondendo por 40%

Quadro 5.15 – Importação por intensidade tecnológica – FOB

US$ milhões – Média diária

Discriminação	2007	2008		
		Valor	Var.%	Part.%
Total	482	685	41,9	100,0
Produtos industriais	400	566	41,5	82,7
Alta tecnologia	101	132	30,7	19,3
Equipamentos de rádio, TV e comunicação	38	50	31,8	7,3
Instrumentos médicos de ótica e precisão	19	25	30,6	3,7
Outros	44	57	29,9	8,3
Média-alta tecnologia	187	274	46,8	40,0
Produtos químicos,excl. farmacêuticos	76	114	49,9	16,7
Máquinas e equipamentos mecânicos n. e.	53	75	41,5	10,9
Veículos automotores, reboques e semi-reboques	37	56	50,2	8,1
Outros	20	29	42,6	4,3
Indústria de média-baixa tecnologia	79	115	46,9	16,9
Produtos de petróleo refinado e outros combustíveis	29	48	66,1	7,0
Produtos metálicos	34	46	35,2	6,8
Outros	15	21	37,1	3,1
Indústria de baixa tecnologia	33	44	32,5	6,5
Alimentos, bebidas e tabaco	12	16	33,5	2,4
Têxteis, couro e calçados	11	15	34,6	2,2
Outros	10	13	29,1	1,9

Fonte: MDIC/Secex

Nota: 2007, 250 dias úteis; 2008, 253 dias úteis.

das importações totais, seguindo-se os produtos de alta tecnologia, 19,3%; média-baixa tecnologia, 16,9%; e baixa tecnologia, 6,5%.

As importações médias diárias de produtos de média-alta tecnologia aumentaram 46,8% no ano, atingindo US$274 milhões, com ênfase nas compras de produtos químicos não farmacêuticos; máquinas e equipamentos mecânicos, tais como rolamentos e engrenagens, bombas, compressores, ventiladores etc., e máquinas e aparelhos de terraplanagem; e automóveis, que, em conjunto, responderam por 89,4% do total da indústria. Os principais fornecedores desses produtos foram a UE, 28,9% do total; Ásia, 25%; e EUA, 17,4%.

As aquisições médias diárias do segmento de alta tecnologia elevaram-se 30,7% no ano, totalizando US$132 milhões em 2008, com destaque para as compras de equipamentos de rádio, TV e comunicação, 7,3% do total, e de instrumentos médicos de ótica e precisão, 3,7%. As origens desses produtos concentraram-se, em grande parte, na Ásia, 47,5% do total; UE, 22,3%; e EUA, 21,8%.

As importações de produtos de média-baixa tecnologia apresentaram expansão média diária de 46,9%, alcançando US$115 milhões no ano. As compras concentraram-se em produtos de petróleo refinado e outros combustíveis, com destaque para óleos combustíveis, naftas e querosenes de aviação; e produtos metálicos que, em conjunto, responderam por 81,9% dessas compras. As importações do segmento procederam, especialmente, da Ásia, 29,3% do total; da Aladi, 21,7%; e da UE, 19,9%.

As importações médias diárias de produtos da indústria de baixa tecnologia somaram US$44,4 milhões em 2008, elevando-se 32,5% em relação ao ano anterior. As aquisições de alimentos, bebidas e tabaco, e de têxteis, couros e calçados foram responsáveis, em conjunto, por 70% das compras externas da indústria. Os principais blocos de origem desse grupo de produtos foram Ásia, 38,4% do total; Aladi, 26,2%; e UE, 20,8%.

Intercâmbio comercial

O fluxo de comércio externo brasileiro vem registrando taxas de crescimento significativas desde 2004. A média diária desses fluxos atingiu US$1,5 bilhão em 2008, elevando-se 30,4% em relação ao anterior, resultado de expansões generalizadas nas correntes de comércio relativas aos principais parceiros do país, com ênfase no crescimento de 49,7% na relativa à Ásia. Ressalte-se que o aumento do intercâmbio comercial do país traduziu, em especial, o desempenho das importações, movimento consistente com o ciclo expansionista experimentado pela economia brasileira até o acirramento da crise financeira internacional.

O intercâmbio médio diário com os países asiáticos atingiu US$334 milhões, elevando-se 49,7% no ano. As exportações somaram US$148 milhões e as importações, US$186 milhões, registrando aumentos anuais respectivos de 47,5% e 51,6%, aprofundando o déficit comercial com a região. Os principais parceiros comerciais na região, considerando o intercâmbio bilateral em relação ao total regional, foram China, 43,1%; Japão 15,3%; e Coreia do Sul 10,1%.

A média diária do intercâmbio com a UE atingiu US$326 milhões, 21,5% superior ao registrado em 2007, resultado de expansões de 13,4% nas exportações e de 33,8% nas importações, que somaram US$183 milhões e US$143 milhões, respectivamente. O comércio mais intenso no âmbito da UE ocorreu com a Alemanha, 25,3% do total; Países Baixos, 14,5%; Itália, 11,4%; França 10,7%; e Espanha 7,9%.

O fluxo comercial médio com os países da América Latina e do Caribe atingiu US$316 milhões, elevando-se 24,9% no ano, registrando aumentos de 21% e de 32,5% nas exportações, que somaram, na ordem, U$202 milhões e US$113 milhões. A Argentina foi responsável por 38,6% do fluxo na região, seguindo-se o Chile, 11,2%; e o México, 9,3%.

Quadro 5.16 – Balança comercial por países e blocos – FOB

Média diária – US$ milhões

Discriminação	2007			2008		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Total	643	482	160	782	684	98
Aelc[1/]	7	11	-4	9	11	-2
América Latina e Caribe	167	85	82	202	113	89
Mercosul	69	46	23	86	59	27
Argentina	58	42	16	70	52	17
Paraguai	7	2	5	10	3	7
Uruguai	5	3	2	6	4	2
Chile	17	14	3	19	16	3
México	17	8	9	17	12	5
Demais	64	17	46	81	25	55
Canadá	9	7	3	7	13	-5
União Europeia	162	107	55	183	143	40
Alemanha	29	35	-6	35	48	-13
Bélgica/Luxemburgo	16	5	11	18	7	11
Espanha	14	7	6	16	10	6
França	14	14	-0	16	18	-2
Itália	18	13	4	19	18	1
Países Baixos	35	4	31	41	6	36
Reino Unido	13	8	5	15	10	5
Demais	23	20	3	23	26	-3
Europa Oriental	17	11	6	22	21	1
Ásia[2/]	100	123	-23	148	186	-38
Japão	17	18	-1	24	27	-3
China	43	50	-7	65	79	-14
Coréia, República da	8	14	-5	12	21	-9
Demais	32	40	-9	47	59	-12
EUA[3/]	101	76	26	109	102	7
Outros	78	63	15	101	95	6
Memo:						
Nafta	128	90	37	134	127	7
Opep	58	53	5	70	77	-7

Fonte: MDIC/Secex

1/ Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça.

2/ Exclui o Oriente Médio.

3/ Inclui Porto Rico.

O intercâmbio comercial médio diário com os EUA somou US$211 milhões em 2008, elevando-se 19,5% em relação ao ano anterior e mantendo esse país como o principal parceiro comercial do Brasil. As exportações atingiram US$109 milhões e as importações, US$102 milhões, assinalando elevações respectivas anuais de 7,9%

e 35%. O superávit médio diário com os EUA reduziu-se de US$26 milhões em 2007 para US$7 milhões em 2008.

Serviços

A conta de serviços apresentou gastos líquidos de US$16,7 bilhões em 2008. A elevação de US$3,5 bilhões registrada em relação ao ano anterior esteve associada, em especial, aos desempenhos das contas aluguel de equipamentos, viagens internacionais, transportes, computação e informação, e *royalties* e licenças.

A rubrica aluguel de equipamentos registrou remessas líquidas de US$7,8 bilhões em 2008, ante US$5,8 bilhões no ano anterior. A ampliação dessas remessas refletiu o processo de maior utilização, no país, de bens de capital de propriedade de não residentes, com desdobramentos favoráveis sobre o nível da capacidade produtiva da economia. As receitas, de valor pouco significativo no resultado da conta, apresentaram crescimento de 74,8%, atingindo US$54,6 milhões em 2008.

A conta viagens internacionais apresentou saídas líquidas de US$5,2 bilhões em 2008, resultado 58,9% superior ao registrado no ano anterior. Esse movimento traduziu, fundamentalmente, o crescimento de 33,5% nas despesas efetuadas por brasileiros em viagem ao exterior, que, em elevação desde 2004, atingiram US$11 bilhões, evolução consistente com o aumento experimentado pela renda disponível e com a trajetória de depreciação da taxa de câmbio até o agravamento da crise internacional, no último trimestre do ano. Os dispêndios de estrangeiros no país, em expansão desde 2002, elevaram-se 16,8%, para US$5,8 bilhões. Todos os fluxos mencionados constituíram-se em recordes da série iniciada em 1947.

A conta de transportes registrou saídas líquidas de US$4,9 bilhões, resultado 12,8% superior ao assinalado em 2007, consistente com os comportamentos da balança comercial e da conta viagens internacionais. O desempenho da corrente de comércio refletiu-se em elevação de 68% nas despesas líquidas com fretes em 2008. As receitas e despesas de fretes marítimos registraram, respectivamente, aumentos de 13,6% e 41,5%.

Os gastos líquidos com passagens totalizaram US$2 bilhões, aumentando 4,8% no ano. As despesas elevaram-se 3,8%, para US$2,3 bilhões, enquanto as receitas recuaram 1,9%, para US$323 milhões, evidenciando a continuidade de utilização mais intensa de companhias aéreas estrangeiras por parte dos turistas residentes no país com destinos internacionais. Outros itens de transporte, que incluem o afretamento e serviços aeroportuários, somaram despesas líquidas de US$354 milhões, retraindo 62,3% no ano.

Quadro 5.17 – Serviços

US$ milhões

Discriminação	2007			2008		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-6 019	-7 200	-13 219	-8 143	-8 529	-16 672
Receitas	11 065	12 890	23 954	14 176	16 269	30 445
Despesas	17 083	20 090	37 173	22 319	24 798	47 117
Transportes	-2 191	-2 194	-4 384	-2 680	-2 263	-4 944
Receitas	1 912	2 207	4 119	2 287	3 118	5 405
Despesas	4 103	4 400	8 503	4 968	5 381	10 349
Viagens	-1 060	-2 198	-3 258	-2 635	-2 542	-5 177
Receitas	2 436	2 517	4 953	2 899	2 886	5 785
Despesas	3 496	4 716	8 211	5 534	5 428	10 962
Seguros	- 368	- 397	- 766	- 516	- 321	- 837
Receitas	193	349	543	284	544	828
Despesas	562	747	1 308	801	864	1 665
Financeiros	108	175	283	181	- 88	93
Receitas	496	594	1 090	682	556	1 238
Despesas	388	419	807	500	644	1 145
Computação e informações	-1 066	-1 045	-2 112	-1 414	-1 184	-2 598
Receitas	86	75	161	87	102	189
Despesas	1 153	1 120	2 273	1 501	1 286	2 787
Royalties e licenças	- 830	-1 110	-1 940	-1 145	-1 087	-2 232
Receitas	176	143	319	204	262	465
Despesas	1 006	1 253	2 259	1 349	1 348	2 697
Aluguel de equipamentos	-2 741	-3 030	-5 771	-3 052	-4 756	-7 808
Receitas	13	18	31	20	35	55
Despesas	2 754	3 048	5 802	3 072	4 790	7 863
Serviços governamentais	- 390	- 744	-1 134	- 528	- 588	-1 116
Receitas	617	722	1 340	810	818	1 628
Despesas	1 007	1 466	2 473	1 338	1 406	2 744
Comunicações	40	139	180	112	55	167
Receitas	87	188	276	304	162	466
Despesas	47	49	96	192	107	299
Construção	5	7	12	7	7	14
Receitas	6	11	17	10	13	23
Despesas	1	4	4	3	6	9
Relativos a comércio	26	- 7	18	151	288	440
Receitas	471	485	956	532	829	1 361
Despesas	445	493	938	381	541	921
Pessoais, culturais e recreação	- 272	- 306	- 578	- 358	- 425	- 783
Receitas	34	39	73	42	45	86
Despesas	306	345	651	400	469	869
Empresariais, profissionais e técnicos	2 720	3 510	6 230	3 736	4 374	8 110
Receitas	4 536	5 540	10 076	6 015	6 900	12 915
Despesas	1 816	2 030	3 846	2 279	2 526	4 805

Quadro 5.18 – Viagens internacionais

US$ milhões

Discriminação	2007			2008		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-1 060	-2 198	-3 258	-2 635	-2 542	-5 177
Receita	2 436	2 517	4 953	2 899	2 886	5 785
Despesa	3 496	4 716	8 211	5 534	5 428	10 962
Cartões de crédito	- 797	-1 415	-2 213	-1 762	-1 933	-3 695
Receita	1 234	1 261	2 495	1 486	1 313	2 799
Despesa	2 031	2 676	4 707	3 247	3 246	6 493
Serviços turísticos	- 140	- 255	- 395	- 343	- 342	- 685
Receita	178	166	343	203	191	395
Despesa	318	420	738	546	534	1 080
Outros	- 122	- 528	- 651	- 531	- 267	- 798
Receita	1 024	1 091	2 115	1 210	1 382	2 592
Despesa	1 146	1 619	2 766	1 741	1 648	3 390

As despesas líquidas com serviços de computação e informação somaram US$2,6 bilhões, ante US$2,1 bilhões em 2007. As receitas alcançaram US$189 milhões e as despesas, US$2,8 bilhões.

Os pagamentos líquidos ao exterior de *royalties* e licenças, rubrica que inclui transferência de tecnologia, direitos autorais, licenças e registros para uso de marcas e de exploração de patentes, franquias, entre outros, atingiram US$2,2 bilhões em 2008, aumentando 15% em relação ao ano anterior, reflexo de expansões nas remessas, 19,4%, e nas receitas, 45,7%.

As receitas líquidas com serviços financeiros, que incluem serviços bancários, comissões, garantias e corretagens, somaram US$93 milhões, ante despesas líquidas de US$283 milhões em 2007. Esse resultado traduziu aumentos de 13,5% nas receitas, que atingiram US$1,2 bilhão, e de 41,9% nas despesas, totalizando US$1,1 bilhão.

Serviços governamentais registraram despesas líquidas de US$1,1 bilhão em 2008. A redução anual de 1,6% refletiu os aumentos de 11% nos gastos do governo brasileiro no exterior, que atingiram US$2,7 bilhões, e de 21,6% nas receitas, que se situaram em US$1,6 bilhão.

Os serviços de seguros registraram saídas líquidas de US$837 milhões, ante US$766 milhões em 2007. As receitas, evidenciando a ampliação de operações de seguros diretos e de seguros de fretes, elevaram-se 52,6% no ano, atingindo US$828 milhões, enquanto as despesas aumentaram 27,3%, totalizando US$1,7 bilhão.

Quadro 5.19 – Transportes

US$ milhões

Discriminação	2007			2008		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-2 191	-2 194	-4 384	-2 680	-2 263	-4 943
Receitas	1 912	2 207	4 119	2 287	3 118	5 405
Despesas	4 103	4 400	8 503	4 967	5 381	10 349
Transporte marítimo	-1 201	- 981	-2 182	-1 580	-1 178	-2 758
Receitas	1 523	1 825	3 347	1 887	2 684	4 571
Despesas	2 724	2 805	5 529	3 467	3 862	7 329
Passagens	...	...	...	...	...	...
Receitas	...	...	...	...	...	...
Despesas	...	...	...	...	...	...
Fretes	- 639	- 955	-1 594	-1 165	-1 416	-2 581
Receitas	546	616	1 161	619	700	1 319
Despesas	1 184	1 571	2 755	1 785	2 115	3 900
Outros	- 563	- 26	- 588	- 415	238	- 178
Receitas	977	1 209	2 186	1 267	1 984	3 251
Despesas	1 539	1 235	2 774	1 683	1 746	3 429
Transporte aéreo	- 979	-1 197	-2 177	-1 072	-1 060	-2 131
Receitas	334	315	648	331	344	675
Despesas	1 313	1 512	2 825	1 403	1 404	2 807
Passagens	- 875	-1 017	-1 892	-1 016	- 965	-1 982
Receitas	174	156	330	155	169	323
Despesas	1 048	1 173	2 222	1 171	1 134	2 305
Fretes	55	26	81	22	26	47
Receitas	122	125	247	137	145	282
Despesas	67	99	166	116	119	234
Outros	- 160	- 206	- 366	- 77	- 120	- 197
Receitas	38	34	72	39	31	70
Despesas	198	239	437	116	151	267
Outras vias de transporte[1/]	- 10	- 16	- 25	- 28	- 26	- 54
Receitas	56	67	123	69	91	160
Despesas	66	83	149	97	116	213
Passagens	...	...	...	...	...	...
Receitas	...	...	...	...	...	...
Despesas	...	...	...	...	...	...
Fretes	- 15	- 23	- 38	- 36	- 37	- 74
Receitas	49	59	108	60	78	137
Despesas	64	82	146	96	115	211
Outros	5	8	13	8	12	20
Receitas	7	8	15	9	13	22
Despesas	2	1	3	1	1	2

1/ Inclui transporte terrestre.

Quadro 5.20 – Serviços empresariais, profissionais e técnicos

US$ milhões

Discriminação	2007			2008		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	2 720	3 510	6 230	3 736	4 374	8 110
Crédito	4 536	5 540	10 076	6 015	6 900	12 915
Encomendas postais	2	1	3	0	0	1
Honorário de profissional liberal	877	1 013	1 890	1 266	1 418	2 684
Serviços administrativos e aluguel imóveis	1 339	1 547	2 887	1 798	2 100	3 898
Participação em feiras e exposições	10	10	20	13	15	27
Passe de atleta profissional	50	170	219	104	131	235
Publicidade	107	94	202	143	163	307
Serviços de arquitetura, engenharia e outros técnicos	2 120	2 660	4 780	2 638	3 012	5 650
Serviços de projeto técnico-econômico	30	44	74	53	62	114
Despesa	1 816	2 030	3 846	2 279	2 526	4 805
Encomendas postais	19	17	36	7	7	15
Honorário de profissional liberal	241	227	468	276	241	517
Serviços administrativos e aluguel imóveis	296	336	632	443	534	977
Participação em feiras e exposições	24	34	57	36	34	70
Passe de atleta profissional	7	9	16	24	19	43
Publicidade	58	61	119	120	101	221
Serviços de arquitetura, engenharia e outros técnicos	1 171	1 342	2 513	1 372	1 587	2 959
Serviços de projeto técnico-econômico	0	5	5	1	2	3

Os outros serviços somaram receitas líquidas de US$7,9 bilhões, representando expansão anual de 35,6%. Nesse grupo, os serviços empresariais, profissionais e técnicos registraram receitas líquidas de US$8,1 bilhões, ante US$6,2 bilhões no ano anterior, enquanto os serviços pessoais, culturais e de recreação somaram despesas líquidas de US$783 milhões, aumento de 35,4%. Os serviços de comunicações geraram receitas líquidas de US$167 milhões, 7,1% inferiores às assinaladas em 2007, reflexo, em especial, da elevação de US$96 milhões para US$299 milhões nas despesas, influenciada pelo desempenho do segmento de serviços de telecomunicações.

Rendas

O déficit da conta de rendas, evidenciando a evolução das remessas líquidas de lucros e dividendos e os pagamentos líquidos de juros, registrou aumento anual de 38,5% em 2008, atingindo US$40,6 bilhões. Pelo terceiro ano consecutivo, em termos agregados, as remessas líquidas de lucros e dividendos superaram as despesas líquidas com juros, refletindo a predominância, na composição do passivo externo, dos estoques de investimentos estrangeiros diretos e ações sobre o estoque do endividamento externo.

Quadro 5.21 – Rendas

US$ milhões

Discriminação	2007			2008		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total de rendas	-14 088	-15 203	-29 291	-21 917	-18 645	-40 562
Receitas	5 002	6 491	11 493	6 329	6 182	12 511
Despesas	19 090	21 694	40 784	28 246	24 826	53 072
Salários e ordenados	233	215	448	258	287	545
Receitas	257	240	497	313	417	730
Despesas	24	25	49	55	130	185
Renda de investimentos	-14 321	-15 418	-29 740	-22 175	-18 931	-41 107
Receitas	4 745	6 251	10 996	6 016	5 765	11 781
Despesas	19 066	21 669	40 735	28 191	24 696	52 887
Renda de investimento direto	-7 123	-10 367	-17 489	-13 810	-12 965	-26 775
Receitas	1 210	993	2 202	897	1 101	1 997
Despesas	8 332	11 359	19 692	14 706	14 066	28 772
Lucros e dividendos	-6 540	-10 206	-16 745	-13 446	-11 902	-25 348
Receitas	995	157	1 152	570	956	1 526
Despesas	7 535	10 363	17 898	14 016	12 858	26 874
Juros de empréstimos intercompanhias	- 583	- 161	- 744	- 364	-1 063	-1 427
Receitas	215	836	1 050	326	145	472
Despesas	798	996	1 794	690	1 208	1 898
Renda de investimento em carteira	-4 709	-2 356	-7 065	-5 307	-3 130	-8 436
Receitas	2 563	4 392	6 955	4 267	4 023	8 290
Despesas	7 272	6 748	14 020	9 573	7 153	16 726
Lucros e dividendos	-3 268	-2 422	-5 689	-5 546	-2 980	-8 527
Receitas	5	8	13	13	2	15
Despesas	3 272	2 430	5 702	5 559	2 982	8 542
Juros de títulos de dívida (renda fixa)	-1 441	65	-1 376	240	- 150	90
Receitas	2 558	4 384	6 942	4 254	4 021	8 275
Despesas	3 999	4 319	8 318	4 014	4 170	8 185
Renda de outros investimentos[1/]	-2 490	-2 695	-5 185	-3 059	-2 837	-5 895
Receitas	973	866	1 839	853	641	1 493
Despesas	3 462	3 561	7 024	3 911	3 477	7 389
Memo:						
Juros	-4 514	-2 790	-7 305	-3 183	-4 049	-7 232
Receitas	3 745	6 086	9 831	5 433	4 807	10 240
Despesas	8 259	8 876	17 136	8 616	8 856	17 472
Lucros e dividendos	-9 807	-12 628	-22 435	-18 993	-14 882	-33 875
Receitas	1 000	165	1 165	583	958	1 541
Despesas	10 807	12 793	23 600	19 576	15 840	35 416

1/ Inclui juros de crédito de fornecedores, empréstimos, depósitos e outros ativos e passivos.

As remessas líquidas de lucros e dividendos totalizaram US$33,9 bilhões em 2008, elevando-se 51% em relação ao ano anterior, com ênfase na expansão anual de 50,1% nas despesas brutas, que atingiram US$35,4 bilhões. A conta de juros, em sentido inverso, apresentou redução nas despesas líquidas pelo terceiro ano consecutivo. As despesas líquidas com juros, consistentes com a trajetória do endividamento externo e com a

elevação do nível de reservas internacionais do país e sua remuneração, totalizaram US$7,2 bilhões, recuando 1% no ano e registrando o menor valor desde 1994. O expressivo crescimento das receitas de juros, que atingiram US$10,2 bilhões, refletiu a elevação de ativos externos de brasileiros, especialmente reservas internacionais, cujas receitas de juros somaram US$7,2 bilhões em 2008.

A conta de salários e ordenados proporcionou recebimentos líquidos de US$545 milhões, resultado 21,6% superior ao assinalado em 2007. A renda paga a trabalhadores domiciliados no país somou US$730 milhões e os pagamentos a não residentes, US$185 milhões, representando aumentos respectivos anuais de 46,9% e 281%.

De 1995 a 2005, a maior contribuição para as despesas líquidas da conta de rendas originou-se no desempenho dos fluxos de investimentos em carteira. Em 2008, a exemplo do padrão observado a partir de 2006, as remessas líquidas de renda para o exterior estiveram fortemente influenciadas pelas despesas líquidas de rendas de investimento direto, impactadas, em especial, pelo crescimento do estoque de IED no Brasil, pela maior lucratividade das empresas e pelo processo de apreciação cambial registrado até meados de setembro. Esse fluxo traduz, ainda, a nova composição do passivo externo brasileiro, que incorpora menor participação relativa da dívida externa em relação às relativas aos investimentos estrangeiros direto e em carteira.

Consideradas de forma desagregada, as remessas líquidas de renda de investimento direto, que somaram US$26,8 bilhões, elevando-se 53,1% em relação a 2007, refletiram despesas líquidas de lucros e dividendos de US$25,3 bilhões, representando crescimento anual de 51,4%. As remessas líquidas relativas a juros de empréstimos intercompanhias aumentaram 91,8%, para US$1,4 bilhão, influenciadas pela redução nas receitas, de US$1,1 bilhão para US$472 milhões, em 2008.

As remessas líquidas em renda de investimento em carteira totalizaram US$8,4 bilhões, elevando-se 19,4% em relação a 2007. Esse resultado refletiu, principalmente, a elevação de 49,9% nas remessas líquidas de lucros e dividendos referentes aos recursos aplicados em carteiras de investimento, de maior relevância para o resultado da rubrica, que totalizaram US$8,5 bilhões. A distribuição de lucros e dividendos referentes a ações de companhias brasileiras é significativa, principalmente no que se refere às empresas cujas receitas de exportação têm peso relativamente maior na receita total. Ressalte-se o comportamento da conta de juros de títulos de renda fixa, que registrou ingressos líquidos de US$90 milhões, ante despesas líquidas de US$1,4 bilhão no ano anterior.

A renda de outros investimentos, que inclui juros de créditos de fornecedores, empréstimos, depósitos e outros ativos e passivos, totalizou remessas líquidas de US$5,9 bilhões, crescimento de 13,7% em 2008, refletindo a redução de 18,9% nas receitas em relação a 2007, que totalizaram US$1,5 bilhão, e a elevação de 5,2% nas despesas, que somaram US$7,4 bilhões em 2008.

As remessas brutas de lucros e dividendos somaram US$35,4 bilhões, com ênfase nos crescimentos respectivos de 51,4% e 49,9% nas despesas brutas referentes a investimentos estrangeiros diretos e em carteira. As saídas brutas relativas ao IED atingiram US$26,9 bilhões, impulsionadas pelas remessas de segmentos cujas matrizes foram diretamente afetadas por períodos de baixa rentabilidade no exterior ou pelas turbulências observadas no mercado financeiro internacional. As empresas do setor industrial e do setor de serviços foram responsáveis, na ordem, pelo envio de 66,2% e de 31,5% das remessas brutas de lucros e dividendos. Observou-se considerável dispersão entre as remessas relativas aos diversos setores, com destaque para as associadas ao segmento fabricação e montagem de veículos automotores, 21,6%; seguindo-se as relativas aos setores metalurgia, 14,7%; e intermediação financeira, 11,8%. As remessas relacionadas aos três segmentos mencionados somaram US$12,5 bilhões, representando 48,2% das despesas brutas de lucros e dividendos de IED em 2008.

Transferências unilaterais correntes

As transferências unilaterais líquidas cresceram 4% em 2008, restabelecendo a tendência de crescimento iniciada em 2000 e interrompida em 2007. Os ingressos líquidos acumularam US$4,2 bilhões, ante US$4 bilhões do ano anterior. Parcela relevante desse fluxo refere-se às remessas para manutenção de residentes, cujos ingressos registraram

Quadro 5.22 – Transferências unilaterais correntes

US$ milhões

Discriminação	2007			2008		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	1 944	2 085	4 029	1 854	2 334	4 188
Receitas	2 358	2 613	4 972	2 531	2 823	5 354
Despesas	415	528	943	677	489	1 166
Transferências correntes governamentais	12	- 3	10	10	27	37
Receitas	66	73	139	66	80	146
Despesas	54	75	129	56	54	109
Transferências correntes privadas	1 931	2 088	4 019	1 844	2 307	4 152
Receitas	2 292	2 541	4 833	2 465	2 742	5 208
Despesas	361	452	813	621	435	1 056
Manutenção de residentes	1 197	1 097	2 295	1 027	1 257	2 284
Receitas	1 404	1 405	2 809	1 376	1 537	2 913
Estados Unidos	676	679	1 355	626	663	1 289
Japão	324	323	647	335	382	717
Demais países	404	402	806	414	492	906
Despesas	207	307	514	348	280	628
Outras transferências	734	991	1 725	817	1 050	1 867
Receitas	888	1 136	2 024	1 090	1 205	2 295
Despesas	154	145	299	273	155	428

Quadro 5.23 – Saldo de transações correntes e necessidade de financiamento externo[1/]

US$ milhões

Período		Saldo de transações correntes			Investimentos estrangeiros diretos			Necessidade de financiamento externo		
		Valor		% PIB	Valor		% PIB	Valor		% PIB
		Mensal	Últimos 12 meses	Últimos 12 meses	Mensal	Últimos 12 meses	Últimos 12 meses	Mensal	Últimos 12 meses	Últimos 12 meses
2003	Dez	343	4 177	0,75	1 409	10 144	1,83	-1 752	-14 321	-2,59
2004	Dez	1 202	11 679	1,76	3 150	18 146	2,73	-4 352	-29 825	-4,49
2005	Dez	530	13 985	1,58	1 406	15 066	1,71	-1 936	-29 051	-3,29
2006	Dez	438	13 643	1,27	2 457	18 822	1,76	-2 896	-32 465	-3,03
2007	Jan	- 370	13 587	1,23	2 422	19 770	1,78	-2 052	-33 357	-3,01
	Fev	378	13 337	1,19	1 378	20 293	1,80	-1 755	-33 631	-2,99
	Mar	233	12 259	1,07	2 766	21 401	1,87	-2 998	-33 660	-2,94
	Abr	1 799	13 924	1,19	3 471	24 087	2,07	-5 270	-38 012	-3,26
	Mai	- 160	13 381	1,13	497	23 007	1,94	- 337	-36 388	-3,07
	Jun	542	13 291	1,10	10 318	32 293	2,68	-10 861	-45 584	-3,78
	Jul	- 746	9 476	0,77	3 613	34 321	2,80	-2 868	-43 797	-3,57
	Ago	1 323	8 615	0,69	1 979	35 044	2,81	-3 302	-43 659	-3,50
	Set	548	6 914	0,55	1 537	34 828	2,75	-2 085	-41 743	-3,30
	Out	- 148	5 230	0,40	3 188	36 294	2,81	-3 040	-41 524	-3,22
	Nov	-1 350	2 487	0,19	2 530	36 156	2,75	-1 180	-38 643	-2,94
	Dez	- 498	1 551	0,12	886	34 585	2,59	- 388	-36 136	-2,71
2008	Jan	-4 028	-2 108	-0,16	4 826	36 989	2,73	- 798	-34 881	-2,57
	Fev	-1 882	-4 367	-0,32	890	36 501	2,65	992	-32 134	-2,33
	Mar	-4 345	-8 945	-0,64	3 083	36 819	2,64	1 262	-27 874	-2,00
	Abr	-3 083	-13 826	-0,97	3 872	37 219	2,62	- 789	-23 393	-1,65
	Mai	- 789	-14 455	-1,01	1 313	38 035	2,64	- 524	-23 580	-1,64
	Jun	-2 786	-17 783	-1,22	2 726	30 442	2,08	60	-12 660	-0,87
	Jul	-2 168	-19 205	-1,29	3 266	30 095	2,03	-1 098	-10 890	-0,73
	Ago	-1 099	-21 627	-1,44	4 638	32 754	2,18	-3 539	-11 127	-0,74
	Set	-2 767	-24 942	-1,63	6 241	37 458	2,45	-3 474	-12 516	-0,82
	Out	-1 455	-26 249	-1,69	3 913	38 184	2,46	-2 459	-11 935	-0,77
	Nov	- 976	-25 876	-1,65	2 175	37 829	2,41	-1 198	-11 953	-0,76
	Dez	-2 922	-28 300	-1,78	8 117	45 060	2,84	-5 195	-16 761	-1,06

1/ Necessidade de financiamento externo = déficit de transações correntes - investimentos estrangeiros diretos líquidos (inclui empréstimos intercompanhias).

elevação anual de 3,7%, somando US$2,9 bilhões. Os principais países de origem desses recursos foram EUA, 44,3%, e Japão, 24,6%.

Conta financeira

A conta financeira do balanço de pagamentos apresentou ingressos líquidos de US$31,9 bilhões em 2008, ante o recorde de US$88,3 bilhões registrado no ano anterior. A alta

rentabilidade dos investimentos, aliada ao risco país em declínio, favoreceu a entrada líquida de capitais de US$39,8 bilhões no primeiro semestre, contrastando com as saídas líquidas de US$7,9 bilhões observadas na segunda metade do ano, em ambiente de estresse nos mercados financeiros.

A taxa de rolagem da dívida externa do setor privado de médio e longo prazos, que reflete a relação entre novos desembolsos e amortizações ocorridas, situou-se em 111% em 2008. As taxas relativas às rolagens de bônus e de empréstimos diretos de médio e longo prazos atingiram, respectivamente, 85% e 188% no ano, após se situarem, na ordem, em 136% e 228% nos três primeiros trimestres do ano, quando as condições dos mercados financeiros se mostravam mais favoráveis. No último trimestre do ano, essas taxas atingiram 28% e 113%, respectivamente.

Os investimentos diretos registraram ingressos líquidos de US$24,6 bilhões, e os investimentos em carteira e os outros investimentos, desembolsos líquidos respectivos de US$1,1 bilhão e US$6,5 bilhões.

De acordo com estimativas preliminares da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), após registrarem quatro aumentos anuais consecutivos, os fluxos mundiais de IED recuaram 21% em 2008, para US$1,4 trilhão, movimento consistente com o novo ambiente econômico mundial.

Os fluxos destinados aos países desenvolvidos retraíram 32,7%, impactados pela redução nos lucros das empresas transnacionais desses países, pela retração nos empréstimos bancários e pela insolvência de importantes instituições financeiras. Nesse cenário, as operações de aquisições e fusões apresentaram redução de 32,5%. Os fluxos de IED direcionados a economias em desenvolvimento e em transição aumentaram 3,6% em 2008.

Os países desenvolvidos seguem como principais receptores de IED, mas reduzindo sua participação no total desses fluxos de 68,1%, em 2007, para 58%, enquanto a parcela destinada aos países em desenvolvimento aumentou 8,4 p.p., para 35,7%.

Os fluxos de IED para a América Latina e Caribe atingiram o recorde de US$142,3 bilhões. Principal responsável por esse movimento, os fluxos líquidos de IED para o Brasil somaram US$45,1 bilhões em 2008, representando elevação anual de 30,3% e acumulando estoque de US$301,9 bilhões, de acordo com a posição relativa a dezembro de 2008. Dos ingressos relativos a 2008, a participação no capital de empresas no país somou US$30,1 bilhões, dos quais US$5,6 bilhões referentes a operações de conversões de dívida externa em investimentos. Ressalte-se que, dessas conversões, US$3,8 bilhões originaram-se de amortizações de empréstimos intercompanhias, com impacto nulo em termos de IED líquido. Os empréstimos intercompanhias registraram ingressos líquidos de US$15 bilhões, ante US$8,5 bilhões em 2007.

Quadro 5.24 – Taxas de rolagem de médio e longo prazos do setor privado[1/]

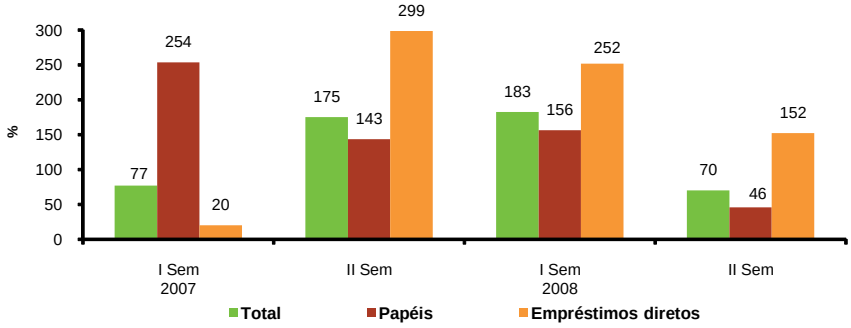
US$ milhões

Discriminação	2007			2008		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	76%	147%	101%	174%	70%	109%
Desembolsos	10 381	11 072	21 452	7 789	5 195	12 984
Amortizações	14 282	7 702	21 984	4 489	7 453	11 942
Remetidas	13 741	7 538	21 279	4 488	7 433	11 922
Convertidos em IED	541	164	704	1	19	20
Setor privado	77%	175%	109%	183%	70%	111%
Desembolsos	9 970	10 921	20 891	7 638	5 160	12 798
Amortizações	13 473	6 396	19 869	4 182	7 368	11 550
Remetidas	12 933	6 232	19 165	4 181	7 349	11 530
Convertidos em IED	541	164	704	1	19	20
Setor privado – bônus, *notes* e *commercial papers*	254%	143%	186%	156%	46%	85%
Desembolsos	7 979	7 104	15 083	4 731	2 563	7 294
Amortizações	3 680	5 117	8 798	3 027	5 596	8 624
Remetidas	3 145	4 954	8 099	3 027	5 580	8 607
Convertidos em IED	536	164	699	1	16	17
Setor privado – Empréstimos diretos	20%	299%	52%	252%	147%	188%
Desembolsos	1 991	3 817	5 809	2 907	2 597	5 504
Amortizações	9 793	1 279	11 071	1 155	1 771	2 926
Remetidas	9 788	1 279	11 066	1 155	1 769	2 923
Convertidos em IED	5	0	5	0	3	3
Setor público[2/]	51%	12%	27%	49%	41%	47%
Desembolsos	411	150	561	151	35	186
Amortizações	808	1 306	2 114	307	85	392
Setor público – bônus, *notes* e *commercial papers*	95%	0%	32%	0%	0%	0%
Desembolsos	352	0	352	0	0	0
Amortizações	370	736	1 106	211	0	211
Setor público – Empréstimos diretos	13%	26%	21%	157%	41%	103%
Desembolsos	59	150	209	151	35	186
Amortizações	438	570	1 009	96	85	181
Memo:						
Bônus, *notes e commercial papers*	237%	125%	168%	146%	46%	83%
Desembolsos	8 330	7 104	15 434	4 731	2 563	7 294
Amortizações	4 050	5 853	9 904	3 239	5 596	8 835
Remetidas	3 515	5 689	9 204	3 238	5 580	8 818
Convertidos em IED	536	164	699	1	16	17
Empréstimos diretos	20%	215%	50%	245%	142%	183%
Desembolsos	2 050	3 968	6 018	3 058	2 632	5 690
Amortizações	10 231	1 849	12 080	1 251	1 856	3 107
Remetidas	10 226	1 849	12 075	1 251	1 853	3 104
Convertidos em IED	5	0	5	0	3	3

1/ Exclui financiamentos e bônus da República.

2/ Inclui setor público financeiro e outros do setor público.

Gráfico 5.10
Taxas de rolagem do setor privado



Nota: exclui conversões de dívidas em investimentos diretos.

Quadro 5.25 – Investimentos estrangeiros diretos

US$ milhões

Discriminação	2007			2008		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	20 852	13 733	34 585	16 710	28 351	45 060
Ingressos	27 124	23 108	50 233	27 639	44 197	71 836
Saídas	6 272	9 376	15 648	10 929	15 846	26 775
Participação no capital	15 168	10 907	26 074	10 713	19 351	30 064
Ingressos	18 615	15 719	34 335	16 765	27 692	44 457
Moeda	17 340	14 367	31 707	15 188	23 679	38 867
Autônomos	17 340	14 367	31 707	15 188	23 679	38 867
Conversões	1 263	1 339	2 602	1 553	4 008	5 561
Mercadoria	12	14	26	23	6	29
Saídas	3 448	4 813	8 260	6 052	8 341	14 393
Empréstimos intercompanhias	5 684	2 826	8 510	5 997	9 000	14 996
Ingressos	8 509	7 389	15 898	10 874	16 504	27 379
Saídas	2 824	4 563	7 387	4 877	7 505	12 382
Das quais conversões	529	890	1 419	1 239	2 553	3 792
Memo:						
Contribuição líquida das conversões para IED	733	450	1 183	315	1 455	1 769
Desembolsos totais por meio de conversões	1 263	1 339	2 602	1 553	4 008	5 561
Saídas de conversões de empr. intercompanhias	529	890	1 419	1 239	2 553	3 792

Na modalidade participação no capital, os fluxos de IED provenientes dos EUA, principal investidor estrangeiro no país, somaram US$7 bilhões em 2008, representando 15,9% do total, seguindo-se os originários de Luxemburgo, 13,4%; Países Baixos, 10,4%; Japão, 9,2%; Espanha, 8,7%; e França, 6,5%.

O setor de serviços manteve-se como o maior receptor de IED-participação no capital, 39,2% do total de 2008, representando acréscimo anual de 8,4%, com ênfase nos ingressos destinados aos segmentos serviços financeiros, comércio, atividades imobiliárias, e construção de edifícios. Ressalte-se que as atividades do setor de serviços cujos

Quadro 5.26 – Investimento estrangeiro direto – Participação por país

US$ milhões

Discriminação	2007			2008		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	18 615	15 719	34 335	16 765	27 692	44 457
Bermudas	299	1 199	1 497	263	775	1 038
Estados Unidos	3 262	2 811	6 073	3 734	3 314	7 047
Países Baixos	6 576	1 553	8 129	1 949	2 690	4 639
França	271	962	1 233	1 266	1 614	2 880
Ilhas Cayman	1 228	376	1 604	348	1 208	1 556
Espanha	1 406	796	2 202	2 016	1 834	3 851
Alemanha	1 226	575	1 801	720	366	1 086
Japão	191	310	501	357	3 742	4 099
Itália	193	119	313	153	232	385
Suíça	287	618	905	443	359	803
Ilhas Virgens Britânicas	143	228	371	214	834	1 048
Luxemburgo	650	2 207	2 857	483	5 454	5 937
Portugal	201	316	517	843	208	1 051
Uruguai	77	135	212	92	332	424
Reino Unido	371	682	1 053	560	134	693
Canadá	380	439	819	856	586	1 442
Panamá	54	88	141	53	44	96
Noruega	200	84	284	89	118	207
Dinamarca	72	50	122	81	90	171
Bahamas	211	391	603	560	541	1 101
Bélgica	72	19	91	49	29	78
Áustria	18	98	116	84	9	93
Suécia	56	8	64	10	45	55
México	340	69	409	158	63	220
Cingapura	5	19	24	72	19	91
Antilhas Holandesas	21	9	29	1	476	477
Chile	8	709	717	97	167	264
Irlanda	6	58	64	22	53	75
Argentina	31	39	70	55	72	127
Coréia do Sul	145	120	265	64	564	628
Austrália	227	267	494	614	540	1 154
Hong Kong	8	6	13	14	21	35
Colômbia	162	6	167	34	20	54
Costa Rica	0	0	0	3	0	3
Finlândia	6	82	88	64	121	185
Peru	0	0	1	1	429	429
Hungria	0	0	0	0	106	106
Demais países	214	273	487	344	484	828

Quadro 5.27 – Investimento estrangeiro direto – Participação por setor

US$ milhões

Discriminação	2006			2007		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	18 617	15 720	34 337	16 765	27 691	44 456
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	1 107	3 644	4 751	2 073	10 920	12 993
Extração de minerais metálicos	592	2 481	3 073	925	9 719	10 644
Extração de petróleo e gás natural	336	461	797	709	630	1 339
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	117	185	302	229	269	498
Extração de minerais não metálicos	9	32	41	4	158	162
Produção florestal	7	254	261	44	74	118
Atividades de apoio à extração de minerais	46	226	272	163	68	231
Demais	1	5	6	1	1	2
Indústria	7 517	5 963	13 480	6 526	7 490	14 016
Veículos automotores, reboques e carrocerias	436	425	861	870	94	964
Produtos químicos	1 242	136	1 378	498	361	859
Metalurgia	3 479	1 220	4 699	2 717	2 267	4 984
Produtos alimentícios	341	1 411	1 752	782	1 444	2 226
Bebidas	67	2	69	1	11	12
Celulose, papel e produtos do papel	337	140	477	103	97	200
Máquinas e equipamentos	136	293	429	110	396	506
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	237	148	385	28	307	335
Produtos de borracha e de material plástico	225	269	494	429	242	671
Produtos de metal	13	38	51	55	89	144
Produtos minerais não metálicos	161	294	455	68	583	651
Edição e edição integrada à impressão	36	22	58	1	3	4
Produtos têxteis	64	26	90	18	33	51
Produtos diversos	35	88	123	31	77	108
Equipamentos de inf., produtos eletrônicos e ópticos	80	79	159	27	117	144
Outros equipamentos de transportes	6	11	17	24	33	57
Coque, derivados de petróleo e biocombustíveis	494	1 149	1 643	455	1 113	1 568
Produtos do fumo	3	3	6	5	2	7
Reparação e manutenção de equip. de informática	0	5	5	2	1	3
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	48	112	160	84	206	290
Produtos de madeira	14	25	39	103	0	103
Outras indústrias	65	67	132	115	12	127
Serviços	9 993	6 113	16 106	8 166	9 281	17 447
Telecomunicações	444	108	552	109	338	447
Comércio, exceto veículos	1 669	1 091	2 760	968	1 596	2 564
Serviços de escrit. e outros serv. prestados a empresas	57	107	164	249	124	373
Serviços financeiros e atividades auxiliares	3 073	1 451	4 524	2 821	2 288	5 109
Eletricidade, gás e outras utilidades	574	482	1 056	343	566	909
Alojamento	53	55	108	40	73	113
Construção de edifícios	621	619	1 240	667	719	1 386
Serviços de tecnologia da informação	106	85	191	159	230	389
Atividades imobiliárias	361	461	822	526	1 195	1 721
Seguros, resseguros, previdência complementar e planos de saúde	180	336	516	224	250	474
Transporte	270	117	387	255	397	652
Alimentação	5	71	76	8	46	54
Aluguéis não imobiliários e gestão de ativos intangíveis	28	50	78	63	16	79
Publicidade e pesquisa de mercado	73	21	94	46	50	96
Armazenamento e atividades auxiliares de transportes	86	35	121	225	188	413
Atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão de empresas	1 471	136	1 607	98	77	175
Agências de viagens, operadores turísticos e serviços correlatos	20	7	27	4	3	7
Serviços de arquitetura e engenharia	85	46	131	66	120	186
Serviços financeiros – *Holdings* não financeiras	250	126	376	316	324	640
Obras de infraestrutura	32	89	121	189	148	337
Comércio e reparação de veículos	23	57	80	56	40	96
Captação, tratamento e distribuição de água	3	0	3	100	23	123
Outros serviços	509	563	1 072	632	470	1 102

ingressos registraram expansão mais intensa foram armazenamento, 240,1%; obras de infraestrutura, 179,2%; serviços de escritório, 127,4%; atividades imobiliárias, 109,4%; e tecnologia da informação, 103,7%, contrastando com os recuos nos fluxos direcionados ao comércio, 7,1%; eletricidade e gás, 13,8%; seguros, 8,1%; e telecomunicações, 19%.

Os fluxos de IED-participação no capital destinados ao setor industrial representaram 31,5% do total do fluxo, somando US$14 bilhões e registrando aumento anual de 3,9%. Entre os segmentos mais representativos, assinalem-se as participações dos fluxos direcionados a metalurgia, 11,2%; produtos alimentícios, 5%; coque, derivados de petróleo e biocombustíveis, 3,5%. As expansões mais acentuadas ocorreram nos recursos direcionados aos segmentos de produtos farmoquímicos e farmacêuticos, 80,8%; de produtos minerais não metálicos, 43,2%; e de borracha e material plástico, 35,7%; em oposição aos recuos assinalados nos setores de celulose e papel, 58%, e de produtos químicos, 37,7%.

Os fluxos de IED-participação no capital direcionados à agropecuária e à indústria extrativa mineral apresentaram aumento anual de 173,5%, totalizando US$13 bilhões e passando a representar 29,2% do total. Essa expansão concentrou-se nas atividades extração de minerais metálicos, principal segmento receptor de IED na modalidade participação no capital, responsável por 23,9% do total dos fluxos no ano.

Os investimentos estrangeiros em carteira registraram saídas líquidas de US$767 milhões, ante ingressos líquidos de US$48,1 bilhões em 2007, resultado de aumentos de 26,9% nos ingressos e de 65,1% nas remessas. O comportamento dos fluxos distribuídos por instrumento financeiro foi diferenciado ao longo dos doze meses.

Em recuperação desde meados de 2003, os ingressos de investimentos estrangeiros em ações de companhias brasileiras registraram fluxos negativos. Impactados pela restrição de liquidez nos mercados financeiros, esses fluxos registraram saídas líquidas de US$7,6 bilhões em 2008, ante ingressos líquidos de US$26,2 bilhões no ano anterior. As receitas e despesas na rubrica, ambas recordes, totalizaram, na ordem, US$217,6 bilhões e US$225,2 bilhões, representando elevações anuais respectivas de 82,2% e 141,6%.

Dentre seus componentes, os investimentos estrangeiros em ações negociadas no país registraram saídas líquidas de US$10,9 bilhões, ante ingressos líquidos de US$24,6 bilhões em 2007. As colocações de ADR, que refletem investimentos estrangeiros em ações de companhias brasileiras negociadas no exterior, somaram ingressos líquidos de US$3,3 bilhões, comparativamente a US$1,6 bilhão em 2007.

Os investimentos estrangeiros em títulos de renda fixa, com fluxos mais expressivos no primeiro semestre do ano, registraram desembolsos líquidos de US$6,8 bilhões, recuando 68,9% no ano. O desembolso líquido de investimentos estrangeiros em títulos de renda fixa negociados no país registrou redução anual de 25,4%, para US$15,3 bilhões. Nessa

Quadro 5.28 – Investimentos estrangeiros em carteira

US$ milhões

Discriminação	2007			2008		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	24 179	23 925	48 104	13 283	-14 050	-767
Receitas	87 058	122 869	209 927	150 209	116 251	266 460
Despesas	62 879	98 944	161 823	136 926	130 301	267 227
Investimentos em ações	7 584	18 634	26 217	4 828	-12 393	-7 565
Receitas	46 348	73 075	119 424	118 602	99 000	217 602
Despesas	38 765	54 442	93 206	113 774	111 393	225 167
Negociadas no país	6 239	18 374	24 613	5 167	-16 017	-10 850
Receitas	44 545	72 036	116 581	117 996	94 764	212 759
Despesas	38 307	53 662	91 968	112 829	110 780	223 609
Negociadas no exterior (ADR)	1 345	259	1 604	-339	3 623	3 285
Receitas	1 803	1 040	2 842	606	4 236	4 842
Despesas	458	780	1 238	945	613	1 558
Títulos de renda fixa	16 595	5 291	21 887	8 455	-1 656	6 798
Receitas	40 710	49 793	90 503	31 607	17 251	48 859
Despesas	24 114	44 502	68 616	23 152	18 908	42 060
Negociados no país	12 512	7 970	20 482	10 171	5 118	15 289
Médio e longo prazos	8 232	5 317	13 548	8 289	5 529	13 818
Receitas	15 961	25 026	40 987	19 916	10 608	30 524
Despesas	7 729	19 709	27 439	11 627	5 080	16 707
Curto prazo	4 280	2 653	6 933	1 882	-410	1 471
Receitas	8 299	12 038	20 337	5 231	1 726	6 958
Despesas	4 018	9 385	13 403	3 350	2 137	5 486
Negociados no exterior	4 083	-2 678	1 405	-1 716	-6 775	-8 491
Bônus	-3 435	-4 445	-7 880	-2 431	-572	-3 003
Privados	-100	-3	-103	0	11	11
Desembolsos	0	0	0	0	11	11
Amortizações	100	3	103	0	0	0
Públicos	-3 335	-4 442	-7 777	-2 431	-584	-3 015
Desembolsos	2 883	0	2 883	525	0	525
Amortizações	6 218	4 442	10 660	2 956	584	3 540
Valor de face	5 179	3 970	9 149	2 754	486	3 241
Descontos	-1 039	-472	-1 512	-202	-97	-299
Notes e *commercial papers*	4 380	1 254	5 633	1 493	-3 045	-1 552
Desembolsos	8 330	7 104	15 434	4 731	2 552	7 283
Amortizações	3 950	5 850	9 801	3 239	5 596	8 835
Títulos de curto prazo	3 138	513	3 651	-777	-3 158	-3 935
Desembolsos	5 237	5 625	10 862	1 204	2 354	3 558
Amortizações	2 099	5 112	7 211	1 981	5 511	7 493

modalidade, os investimentos estrangeiros em títulos de renda fixa de médio e longo prazos, negociados no país, apresentaram ingressos líquidos de US$13,8 bilhões.

O fluxo de capitais referente a bônus soberanos resultou em amortizações líquidas de US$3 bilhões em 2008, como consequência do cronograma original de vencimentos e dos resgates antecipados de dívida. Entre as novas emissões, destaquem-se os desembolsos totais, US$525 bilhões, associados à reabertura dos bônus *Global 17*.

Quadro 5.29 – Outros investimentos estrangeiros

US$ milhões

Discriminação	2007			2008		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	31 440	243	31 683	20 368	-9 730	10 638
Crédito comercial (de fornecedores)	17 204	167	17 371	9 654	-5 130	4 525
Longo prazo	-323	456	133	532	-36	496
Desembolsos	434	1 184	1 618	1 345	888	2 233
Amortizações	756	728	1 484	813	924	1 737
Curto prazo (líquido)	17 527	-289	17 238	9 122	-5 094	4 029
Empréstimos	13 594	100	13 694	11 005	-3 671	7 334
Autoridade monetária	-69	-69	-138	-	-	-
Operações de regularização	-	-	-	-	-	-
Outros empréstimos de longo prazo	-69	-69	-138	-	-	-
Desembolsos	-	-	-	-	-	-
Amortizações	69	69	138	-	-	-
Demais setores	13 663	169	13 832	11 005	-3 671	7 334
Longo prazo	-8 115	8 180	64	7 394	5 925	13 319
Desembolsos	4 048	12 028	16 076	10 858	10 716	21 573
Organismos[1/]	957	1 998	2 955	1 816	3 045	4 861
Agências	266	553	819	980	902	1 882
Compradores	774	5 510	6 284	5 003	4 137	9 140
Empréstimos diretos	2 050	3 968	6 018	3 058	2 632	5 690
Amortizações	12 163	3 849	16 012	3 464	4 791	8 254
Organismos[1/]	998	955	1 953	896	910	1 806
Agências	276	252	527	316	388	704
Compradores	659	793	1 452	1 001	1 637	2 638
Empréstimos diretos	10 231	1 849	12 080	1 251	1 856	3 107
Curto prazo	21 778	-8 011	13 768	3 611	-9 596	-5 985
Moeda e depósitos	629	-22	607	-294	-931	-1 225
Outros passivos	13	-1	11	3	2	5
Longo prazo	-	-	-	-	-	-
Curto prazo	13	-1	11	3	2	5

1/ Inclui Corporação Financeira Internacional (CFI).

As operações de *notes* e *commercial papers* apresentaram amortizações líquidas de US$1,6 bilhão, ante ingressos líquidos de US$5,6 bilhões em 2007. Observe-se que os desembolsos recuaram 52,8% e as saídas, 9,9%. Os títulos de curto prazo registraram amortizações líquidas de US$3,9 bilhões, ante ingressos líquidos de US$3,7 bilhões em 2007. Nessa modalidade, os desembolsos retraíram 67,3%.

Outros investimentos estrangeiros no país apresentaram ingressos líquidos de US$10,6 bilhões, resultado 66,4% inferior ao referente a 2007, com ênfase nas reduções provenientes de créditos comerciais, empréstimos e operações de curto prazo. O crédito

comercial de fornecedores somou desembolsos de US$4,5 bilhões, ante US$17,4 bilhões em 2007. Nessa conta, os créditos de longo prazo registraram ingressos líquidos de US$496 milhões e os de curto prazo, líquidos de US$4 bilhões, 76,6% inferiores ao resultado do ano anterior.

Quadro 5.30 – Investimentos brasileiros diretos

US$ milhões

Discriminação	2007			2008		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	3 425	-10 492	-7 067	-8 577	-11 879	-20 456
Retornos	10 442	12 056	22 498	5 696	7 939	13 635
Saídas	7 017	22 548	29 565	14 273	19 818	34 091
Participação no capital	-4 621	-5 471	-10 092	-6 260	-7 599	-13 859
Retornos	658	1 386	2 044	1 097	3 071	4 168
Saídas	5 279	6 857	12 136	7 357	10 670	18 027
Empréstimos intercompanhias	8 046	-5 021	3 025	-2 317	-4 280	-6 597
Ingressos	9 784	10 670	20 454	4 599	4 868	9 467
Saídas	1 738	15 691	17 429	6 916	9 148	16 064

Os demais empréstimos de médio e longo prazos totalizaram ingressos líquidos de US$13,3 bilhões, compostos por crédito comercial de compradores (*buyers*), US$6,5 bilhões; financiamento de organismos, US$3,1 bilhões; empréstimos diretos, US$2,6 bilhões; e agências, US$1,2 bilhão. Os empréstimos de curto prazo registraram amortizações líquidas de US$6 bilhões, ante desembolsos líquidos de US$13,8 bilhões no ano anterior. As saídas líquidas de recursos de não residentes mantidos no país sob a forma de moeda e depósitos somaram US$1,2 bilhão, ante ingressos líquidos de US$607 milhões em 2007.

As condições favoráveis ao financiamento das contas externas preexistentes à crise podem ser entendidas como requisitos para a internacionalização das empresas brasileiras, que ampliaram escala e passaram a ter participação relevante no mercado mundial, com mudança significativa nos montantes da conta investimentos brasileiros no exterior. Essa evolução fica evidenciada pelo aumento no estoque dos investimentos brasileiros diretos no exterior, que totalizavam US$162,2 bilhões, em dezembro de 2008.

Os investimentos brasileiros diretos no exterior, traduzindo a continuidade do processo de internacionalização das empresas brasileiras, apresentaram aplicações líquidas de US$20,5 bilhões em 2008, ante US$7,1 bilhões no ano anterior. Do total das aplicações líquidas, US$13,9 bilhões referiram-se a aumento de participações, ante US$10,1 bilhões, em 2007. Os empréstimos de empresas brasileiras a coligadas no exterior representaram aplicações líquidas de US$6,6 bilhões, ante retornos líquidos de US$3 bilhões em 2007.

Quadro 5.31 – Investimentos brasileiros em carteira

US$ milhões

Discriminação	2007			2008		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	- 52	338	286	10	1 891	1 900
Receitas	2 328	3 408	5 736	2 220	3 189	5 408
Despesas	2 380	3 070	5 449	2 210	1 298	3 508
Investimentos em ações	- 686	- 727	-1 413	- 52	309	257
Receitas	163	399	562	1 090	446	1 536
Despesas	849	1 127	1 976	1 142	137	1 279
Brazilian Depositary Receipts (BDR)	- 452	- 784	-1 235	- 291	- 7	- 297
Receitas	10	1	12	16	5	21
Despesas	462	785	1 247	307	12	318
Demais	- 234	56	- 178	239	316	554
Receitas	152	398	550	1 074	441	1 515
Despesas	387	342	728	835	126	961
Títulos de renda fixa	634	1 065	1 699	61	1 582	1 643
Receitas	2 165	3 008	5 173	1 129	2 743	3 872
Despesas	1 531	1 943	3 474	1 068	1 161	2 229

Quadro 5.32 – Outros investimentos brasileiros

US$ milhões

Discriminação	2007			2008		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-19 260	709	-18 552	-1 577	-2 589	-4 167
Empréstimos	-15	-1 759	-1 773	-2 149	-2 662	-4 811
Longo prazo	74	-1 665	-1 590	-2 043	-2 994	-5 037
Receitas	2 109	789	2 898	647	506	1 153
Despesas	2 035	2 453	4 489	2 689	3 500	6 190
Curto prazo (líq.)	-89	-94	-183	-106	332	226
Moeda e depósitos	-18 821	2 709	-16 112	330	-1 467	-1 137
Bancos	-9 974	-717	-10 691	1 161	4 124	5 285
Demais setores	-8 847	3 426	-5 421	-831	-5 591	-6 422
Demais	-8 847	3 426	-5 421	-831	-5 591	-6 422
Outros ativos	-425	-241	-666	241	1 540	1 781
Longo prazo	-205	-54	-260	14	20	34
Receitas	236	86	322	140	107	247
Despesas	441	140	581	126	87	213
Curto prazo	-219	-187	-406	227	1 520	1 747

Os investimentos brasileiros em carteira no exterior totalizaram retornos líquidos de US$1,9 bilhão, ante US$286 milhões em 2007, registrando-se ingressos líquidos de US$257 milhões em investimentos em ações de companhias estrangeiras, comparados a aplicações líquidas de US$1,4 bilhão em 2007. Os investimentos em títulos de renda fixa apresentaram retornos líquidos de US$1,6 bilhão, 3,3% inferiores ao ano anterior.

Quadro 5.33 – Fluxos financeiros por credor externo – Itens selecionados[1/]

US$ milhões

Discriminação	2005	2006	2007	2008
Bird[2/3/]	-120	1 230	-533	1 874
Desembolsos	1 645	2 712	938	3 281
Amortizações	1 424	1 066	947	930
Juros	341	416	524	477
BID[3/]	-576	710	352	25
Desembolsos	1 073	2 388	2 017	1 580
Amortizações	1 106	1 084	1 006	876
Juros	543	594	659	679
FMI	-24 370	-125	-23	-18
Desembolsos	-	-	-	-
Amortizações	23 271	-	-	-
Juros	1 099	125	23	18
Agências governamentais				
Agências	-1 765	-2 278	37	1 178
Desembolsos	1 219	1 469	819	1 882
Amortizações	2 624	3 470	527	704
Juros	360	277	255	
Memo:				
Clube de Paris	-1 090	-2 667	-	-
Amortizações	985	2 584	-	-
Juros	105	83	-	-
Bônus	-3 437	-18 726	-12 718	-7 369
Desembolsos	12 490	5 575	2 883	536
Novos ingressos	7 981	4 877	2 883	536
Refinanciamentos	4 509	698	-	-
Amortizações	10 282	18 797	10 763	3 540
Pagas	5 773	16 694	9 251	3 241
Refinanciadas	4 509	2 103	1 512	299
Juros	5 645	5 504	4 838	4 365
Notes e *commercial papers*	-6 391	-74	2 290	-5 148
Desembolsos	7 337	10 244	15 434	7 283
Amortizações	10 463	6 794	9 801	8 835
Juros	3 265	3 524	3 343	3 596
Intercompanhias – IED	-1 232	1 925	6 717	13 099
Desembolsos	8 018	9 631	15 898	27 379
Amortizações	7 997	6 181	7 387	12 382
Juros	1 253	1 525	1 794	1 898
Bancos[4/]	-2 404	7 732	-3 271	6 811
Desembolsos	4 039	20 681	12 302	14 830
Amortizações	5 114	11 125	13 532	5 745
Juros	1 329	1 824	2 041	2 274
De empréstimos	992	1 481	1 701	1 637
De financiamentos	337	343	340	637

1/ Não inclui fornecedores.

2/ Inclui CFI.

3/ Inclui empréstimos e financiamentos.

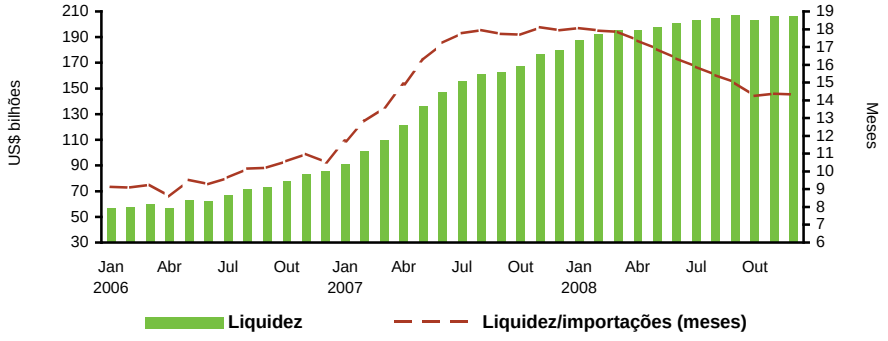
4/ Inclui empréstimos de bancos e créditos de compradores.

Outros investimentos brasileiros no exterior somaram desembolsos líquidos de US$4,2 bilhões, ante US$18,6 bilhões em 2007. As saídas líquidas de US$1,1 bilhão na forma de moeda e depósitos refletiram o retorno líquido das operações de bancos, US$5,3 bilhões, e as aplicações líquidas dos demais setores, US$6,4 bilhões. Os empréstimos de longo prazo ao exterior somaram desembolsos líquidos de US$5 bilhões, ante US$1,6 bilhão em 2007. Os outros ativos totalizaram retornos líquidos de US$1,8 bilhão, dos quais US$1,7 bilhão de curto prazo.

Reservas internacionais

Ao final de 2008, as reservas internacionais atingiram US$193,8 bilhões no conceito caixa, elevando-se US$13,5 bilhões em relação ao ano anterior. Considerado o conceito liquidez internacional, que inclui o estoque de linhas com recompra e as operações de empréstimo em moedas estrangeiras, as reservas somaram US$206,8 bilhões, elevando-se US$26,5 bilhões no ano.

Gráfico 5.11
Reservas internacionais



As operações de linhas com recompra, que se caracterizam por vendas no mercado interno à vista, com o compromisso de recompra futura, somaram US$8,3 bilhões em 2008, enquanto os empréstimos em moedas estrangeiras com garantias em operações de exportação ou títulos soberanos do país totalizaram US$4,7 bilhões, destinados ao financiamento das exportações.

As operações externas do Banco Central somaram receitas líquidas de US$18,9 bilhões. Destacaram-se os desembolsos de US$1,3 bilhão, que incluíram US$525 milhões da reabertura do *Global 17* e US$766 milhões efetuados junto a organismos, dos quais US$616 relativos a desembolso na esfera estadual, além da receita de juros de US$7,2 bilhões com a remuneração das reservas. As demais operações elevaram o estoque em US$10,4 bilhões, registrando-se redução de US$852 milhões em paridade e ganho de US$11,3 bilhões em preços de títulos.

Quadro 5.34 – Demonstrativo de variação das reservas internacionais

US$ milhões

Discriminação	2006	2007	2008
I – Posição das reservas (final do ano anterior)	53 799	85 839	180 334
1. Compras (+)/vendas (-) do Banco Central (intervenções)	34 336	78 589	-5 438
Pronto	34 336	78 589	7 585
Linhas com recompra	-	-	-8 338
Empréstimos em moeda estrangeira	-	-	-4 685
2. Operações externas do Banco Central	-2 297	15 905	18 887
Desembolsos	6 605	2 883	1 291
Bônus	5 450	2 883	525
Organismos	1 155	-	766
Amortizações	-12 856	-140	-
Bônus e MYDFA	-12 854	-138	-
Organismos	-2	-2	-
Clube de Paris	-	-	-
Juros	2 417	6 300	7 176
Bônus e MYDFA	-273	-7	-
Organismos	-125	-24	-18
Clube de Paris	-	-	-
Remuneração das reservas	2 815	6 330	7 193
Demais[1/]	1 537	6 863	10 421
II – Total das operações do Banco Central (1+2)	32 040	94 495	13 450
III – Posição das reservas – conceito caixa	85 839	180 334	193 783
IV – Saldo de linhas com recompra	-	-	8 338
V – Operações de empréstimo em moeda estrangeira	-	-	4 685
VI – Posição das reservas – Conceito liquidez[2/]	-	-	206 806
Memo:			
Mercado de câmbio liquidado:	34 336	78 589	2 900
Operações com clientes no país (líquido)	36 428	87 940	-3 419
Fluxo de operações interbancárias com o exterior (líquido)	-	-	-
Variação da posição dos bancos (líquido)[3/]	-2 092	-9 351	6 319

1/ Compreende recebimento/pagamento de CCR, flutuação nos preços dos papéis, variação na paridade das moedas e preço do ouro, recebimento/pagamento de ágio/deságio, pagamento de comissões, liberação de garantias colaterais e variação de derivativos financeiros (*forwards*).

2/ Inclui o saldo de linhas com recompra e operações de empréstimo em moedas estrangeiras.

3/ A variação de posição dos bancos não é afetada pelas intervenções de linhas com recompra. Assim, o resultado do mercado de câmbio consolidado coincide apenas com as intervenções do Banco Central nas modalidades "pronto" e "linhas para exportação".

Serviço da dívida externa do Tesouro Nacional

Em 2008, o Tesouro Nacional manteve a política, iniciada em 2003, de contratar divisas no mercado de câmbio para pagamento do serviço da dívida relativo a bônus. Ao longo do ano, tais liquidações em mercado somaram US$7,6 bilhões, dos quais US$3,2 bilhões referentes a principal e US$4,4 bilhões, a juros. Dentre os pagamentos de principal, destacaram-se aqueles relativos aos bônus *Global 08-N*, US$582 milhões; *Global 08*, US$974 milhões; e *Euromarco 08*, US$502 milhões.

Quadro 5.35 – Tesouro Nacional – Serviço da dívida externa[1/]

US$ milhões

Período	Perfil de vencimentos			Liquidação de vencimentos		
	Principal	Juros	Total	Mercado	Reservas	Total
2008						
Jan	192	1 000	1 193	1 193	-	1 193
Fev	167	485	652	652	-	652
Mar	712	169	881	881	-	881
Abr	1 526	434	1 960	1 960	-	1 960
Mai	136	143	279	279	-	279
Jun	21	127	148	148	-	148
Jul	179	914	1 093	1 093	-	1 093
Ago	10	325	335	335	-	335
Set	132	263	395	395	-	395
Out	108	309	417	417	-	417
Nov	10	136	146	146	-	146
Dez	48	59	107	107	-	107
Ano	3 241	4 365	7 606	7 606	-	7 606

1/ Inclui vencimentos de principal e juros relativos a bônus.

Quadro 5.36 – Tesouro Nacional – Operações de recompra de títulos soberanos da dívida externa

Pela data de liquidação

US$ milhões

Período	Principal	Juros	Ágio/Deságio	Total
2008				
Jan	192	6	60	258
Fev	167	4	49	220
Mar	114	2	31	147
Abr	50	2	12	64
Mai	136	3	42	182
Jun	21	1	7	29
Jul	179	6	50	235
Ago	10	0	2	12
Set	116	3	28	147
Out	108	3	6	117
Nov	10	0	1	11
Dez	48	1	9	58
Ano	1 151	31	297	1 479

Em 2008, o programa de recompra de títulos da dívida externa brasileira, cuja principal diretriz é promover a melhora do perfil da curva de juros brasileira no exterior, manteve a política de abranger todos os títulos, independentemente de seu vencimento. Em sua execução, foram contratados cerca de US$1,5 bilhão no mercado interno, dos quais US$1,2 bilhão gastos com pagamento de principal, US$31 milhões em juros decorridos e US$297 milhões em despesas de ágio.

Dívida externa

A dívida externa total atingiu US$198,4 bilhões ao final de 2008, elevando-se US$5,1 bilhões em relação ao estoque de dezembro do ano anterior. A dívida de médio e longo prazos aumentou US$7,6 bilhões, para US$161,9 bilhões, enquanto a de curto prazo somou US$36,5 bilhões, reduzindo-se US$2,4 bilhões. O estoque de empréstimos intercompanhias cresceu US$17,3 bilhões, para US$64,6 bilhões, dos quais US$59,1 bilhões de médio e longo prazos.

Quadro 5.37 – Endividamento externo bruto[1/]

US$ milhões

Discriminação	2004	2005	2006	2007	2008
A. Dívida total (B+C)	201 374	169 450	172 589	193 219	198 365
B. Dívida de médio e longo prazos[2/]	182 630	150 674	152 266	154 318	161 896
Programa de assistência financeira	24 946	-	-	-	-
FMI	24 946	-	-	-	-
BIS	-	-	-	-	-
BoJ	-	-	-	-	-
Demais empréstimos do FMI	-	-	-	-	-
Bônus de dívida reestruturada (*Bradies*)	14 174	6 948	0	0	0
Demais bônus[3/]	48 059	55 842	51 968	47 195	42 687
Financiamentos de importações	42 609	38 877	39 983	46 758	58 977
Organismos internacionais	22 241	21 779	25 148	26 981	30 023
Agências governamentais	10 970	8 614	6 259	6 482	6 854
Outros financiadores	9 398	8 483	8 575	13 295	22 100
Empréstimos em moeda	52 842	49 007	60 315	60 365	60 232
Notes[4/]	42 037	38 257	40 151	45 884	42 420
Empréstimos diretos	10 805	10 750	20 164	14 481	17 812
Empréstimos diversos	-	-	-	-	-
C. Dívida de curto prazo	18 744	18 776	20 323	38 901	36 469
Linhas de crédito de importação de petróleo	0	0	0	0	0
Bancos comerciais	15 991	15 701	16 527	27 613	28 245
Financiamento rural (Resolução 2.483)	-	-	-	-	-
Outras operações	2 753	3 075	3 796	11 288	8 224
Financiamentos	782	602	530	305	802
Empréstimos	1 971	2 473	3 266	10 983	7 421
D. Empréstimos intercompanhias	18 808	18 537	26 783	47 276	64 570
E. Dívida total+empréstimos intercompanhias (A+D)	220 182	187 987	199 372	240 495	262 934

1/ A partir de 2001, contempla a revisão na posição de endividamento, que aparta as vencidas há mais de 120 dias, e exclui estoque de principal relativo a intercompanhias. Para os anos anteriores, os estoques de empréstimos intercompanhias também passaram a ser apresentados separadamente.

2/ As posições referem-se a dados de registro de capitais efetuados no Banco Central. As variações de posição podem não coincidir com os fluxos do balanço de pagamentos, os quais especificam ingressos e saídas efetivamente ocorridos no exercício.

3/ Inclui pré-*bradies* (BIB).

4/ Inclui *commercial papers* e *securities*.

A composição da dívida externa de médio e longo prazos, em dezembro de 2008, revelava que 37,2% do total se referiam a créditos relativos a empréstimos em moeda; 26,4%, a bônus; e 36,4%, a financiamentos de comércio. O estoque de empréstimos em moeda registrou relativa estabilidade no ano, reflexo de redução de US$3,5 bilhões em *notes* e de elevação de US$3,3 bilhões em empréstimos diretos. O estoque dos financiamentos externos para o comércio exterior cresceu US$12,2 bilhões.

O estoque de bônus da dívida externa recuou US$4,5 bilhões, ressaltando-se que, desse total, 97,4% se referiram a bônus do setor público.

A dívida de curto prazo reduziu-se US$2,4 bilhões, movimento associado, em especial, ao recuo de US$3,6 bilhões observado nas operações de empréstimos.

Em dezembro de 2008, 85,8% da dívida externa total eram relativos à dívida externa registrada. Dessa parcela, 53,1% eram de responsabilidade do setor privado, dos quais

Quadro 5.38 – Dívida externa registrada

US$ milhões

Devedor	Credor			
	Bônus	Organismos[1/]	Bancos[2/]	*Notes*[3/]
A. Total	42 687	30 113	35 786	45 949
B. Médio e longo prazos	42 687	30 023	32 299	42 420
Setor público	41 562	24 116	6 828	2 679
Setor público não financeiro	41 562	20 000	1 984	1 164
Tesouro Nacional	41 562	11 000	964	-
Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Estatais	-	1 706	625	1 164
Estados e municípios	-	7 294	395	-
Setor financeiro	-	4 116	4 844	1 515
Setor privado	1 125	5 906	25 471	39 741
Não financeiro	1 000	3 397	19 403	21 664
Financeiro	125	2 510	6 068	18 077
C. Curto prazo	-	91	3 487	3 529
Empréstimos	-	78	3 032	-
Não financeiro	-	3	484	-
Financeiro	-	75	2 548	-
Financiamento de importações	-	13	455	3 529
Não financeiro	-	-	205	381
Financeiro	-	13	250	3 148
D. Empréstimos intercompanhias	254	-	-	3 047
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	42 941	30 113	35 786	48 996

(continua)

Quadro 5.38 – Dívida externa registrada (continuação)

US$ milhões — Posição: 31.12.2008

Devedor	Credor			
	Agências	Fornecedores	Outros	Total
A. Total	6 863	6 241	2 480	170 120
B. Médio e longo prazos	6 854	5 906	1 708	161 896
Setor público	3 280	260	0	78 726
Setor público não financeiro	2 364	260	0	67 335
Tesouro Nacional	672	175	-	54 373
Banco Central do Brasil	10	-	-	10
Estatais	1 213	78	0	4 786
Estados e municípios	469	7	-	8 165
Setor financeiro	916	-	-	11 391
Setor privado	3 574	5 646	1 707	83 170
Não financeiro	3 425	5 640	739	55 268
Financeiro	148	6	968	27 903
C. Curto prazo	10	335	773	8 224
Empréstimos	10	-	773	3 892
Não financeiro	10	-	84	581
Financeiro	-	-	689	3 311
Financiamento de importações	-	335	-	4 331
Não financeiro	-	334	-	920
Financeiro	-	1	-	3 412
D. Empréstimos intercompanhias	-	-	61 268	64 570
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	6 863	6 241	63 749	234 690

1/ Inclui FMI.

2/ Inclui créditos de compradores.

3/ Inclui *commercial papers* e empréstimos securitizados.

US$83,2 bilhões em dívidas de médio e longo prazos e US$7,2 bilhões em passivos de curto prazo. O endividamento de médio e longo prazos concentrava-se nas modalidades *notes*, 47,8% do total; e bancos, 30,6%.

A dívida externa registrada de responsabilidade do setor público, representando 46,9% do total, era composta por US$78,7 bilhões de médio e longo prazos e por US$994 milhões de curto prazo. A dívida de médio e longo prazos desse setor concentrava-se no Tesouro Nacional, 80,8% do total, dos quais US$41,6 bilhões na modalidade bônus. A dívida dos governos estaduais e municipais representava 12,1% do total, concentrada em créditos de organismos internacionais, e a das estatais, 7,1%, distribuindo-se, em especial, entre créditos de organismos internacionais, *notes* e agências.

A dívida contratada com aval do setor público atingiu US$14,8 bilhões ao final de 2008, dos quais US$450 milhões constituídos por dívida do setor privado.

Quadro 5.39 – Dívida pública externa registrada

Composição do principal por devedor e avalista

US$ milhões

Discriminação	2004	2005	2006	2007	2008
Governo federal (contratada diretamente)	75 345	75 161	63 942	58 991	54 373
Estados e municípios	6 904	6 474	6 815	7 055	8 199
Direta	-	0	-	41	27
Com aval	6 904	6 474	6 815	7 013	8 172
Autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista	43 041	14 953	14 777	14 700	17 147
Direta	12 280	9 447	9 041	8 619	10 946
Com aval	30 761	5 505	5 735	6 081	6 201
Setor privado (com aval do setor público)	128	98	89	436	450
Total geral	125 418	96 686	85 622	81 182	80 169
Direta	87 625	84 608	72 983	67 652	65 346
Com aval	37 793	12 078	12 640	13 530	14 823
Pelo governo federal	37 604	12 034	12 597	13 454	14 688
Pelos estados e municípios	-	4	3	8	7
Pelas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista	188	40	40	67	127

Quadro 5.40 – Dívida externa registrada – Por devedor

Esquema de amortização[1/]

US$ milhões

Discriminação	Estoque	2009	2010	2011	2012	2013
A. Dívida total (B+C)	170 120	30 902	19 958	16 812	13 949	12 560
B. Dívida de médio e longo prazos	161 896	22 678	19 958	16 812	13 949	12 560
Setor público não financeiro	67 335	4 484	4 675	5 286	6 293	3 929
Governo central	54 383	3 241	3 603	4 046	5 120	2 686
Demais	12 952	1 243	1 072	1 240	1 173	1 243
Setor público financeiro	11 391	1 000	951	2 710	597	1 317
Setor privado	83 170	17 193	14 333	8 816	7 059	7 314
C. Dívida de curto prazo	8 224	8 224	-	-	-	-
Setor público não financeiro	17	17	-	-	-	-
Setor público financeiro	977	977	-	-	-	-
Setor privado	7 230	7 230	-	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	64 570	14 882	7 040	6 708	5 496	5 014
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	234 690	45 783	26 998	23 519	19 445	17 574

(continua)

Quadro 5.40 – Dívida externa registrada – Por devedor (continuação)

Esquema de amortização[1/]

US$ milhões — Posição: 31.12.2008

Discriminação	2014	2015	2016	2017	2018	Posteriores e vencidos
A. Dívida total (B+C)	7 177	11 773	8 212	8 121	3 874	36 783
B. Dívida de médio e longo prazos	7 177	11 773	8 212	8 121	3 874	36 783
Setor público não financeiro	2 933	5 506	3 322	4 607	1 113	25 186
Governo central	1 970	3 960	2 453	3 968	610	22 726
Demais	963	1 545	869	639	504	2 461
Setor público financeiro	522	481	433	389	1379	1 611
Setor privado	3 722	5 787	4 456	3 124	1 381	9 986
C. Dívida de curto prazo	-	-	-	-	-	-
Setor público não financeiro	-	-	-	-	-	-
Setor público financeiro	-	-	-	-	-	-
Setor privado	-	-	-	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	3 182	3 445	2 522	3 635	2 548	10 098
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	10 359	15 219	10 734	11 756	6 422	46 881

1/ Inclui operações de regularização.

Quadro 5.41 – Dívida externa registrada – Por credor

Esquema de amortização[1/]

US$ milhões

Discriminação	Estoque	2009	2010	2011	2012	2013
A. Dívida total (B+C)	170 120	30 902	19 958	16 812	13 949	12 560
B. Dívida de médio e longo prazos	161 896	22 678	19 958	16 812	13 949	12 560
Organismos internacionais	30 023	2 699	3 378	3 313	4 047	2 682
Agências governamentais	6854	1046	1038	884	818	682
Compradores	16194	3109	3419	2942	2876	2146
Fornecedores	5906	975	526	395	250	406
Empréstimos em moeda	60 232	12 972	9 365	6 301	3 261	4 707
Notes [2/]	42 420	7 759	6 736	2 444	2 009	3 356
Empréstimo diretos	17812	5 214	2629	3858	1252	1350
Bônus	42 687	1 842	2 221	2 966	2689	1 929
C. Dívida de curto prazo	8224	8224	-	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	64 570	14 882	7 040	6 708	5 496	5 014
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	234 690	45 783	26 998	23 519	19 445	17 574

(continua)

Quadro 5.41 – Dívida externa registrada – Por credor (continuação)

Esquema de amortização[1/]

US$ milhões — Posição: 31.12.2008

Discriminação	2014	2015	2016	2017	2018	Posteriores e vencidos
A. Dívida total (B+C)	7 177	11 773	8 212	8 121	3 874	36 783
B. Dívida de médio e longo prazos	7 177	11 773	8 212	8 121	3 874	36 783
Organismos internacionais	2 116	2 087	1 711	1 435	1 187	5 369
Agências governamentais	554	492	413	306	221	401
Compradores	858	407	70	47	12	307
Fornecedores	106	132	99	101	81	2 835
Empréstimos em moeda	2 393	5 417	3 949	2 801	2 177	6 888
Notes[2/]	1 813	4 323	3 466	2 528	1 979	6 008
Empréstimo diretos	580	1 094	483	273	198	881
Bônus	1 143	3 232	1 963	3 425	192	21 085
C. Dívida de curto prazo	-	-	-	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	3 182	3 445	2 522	3 635	2 548	10 098
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	10 359	15 219	10 734	11 756	6 422	46 881

1/ Inclui operações de regularização.

2/ Inclui *commercial papers* e *securities.*

Quadro 5.42 – Prazo médio de amortização

Dívida externa registrada[1/]

US$ milhões

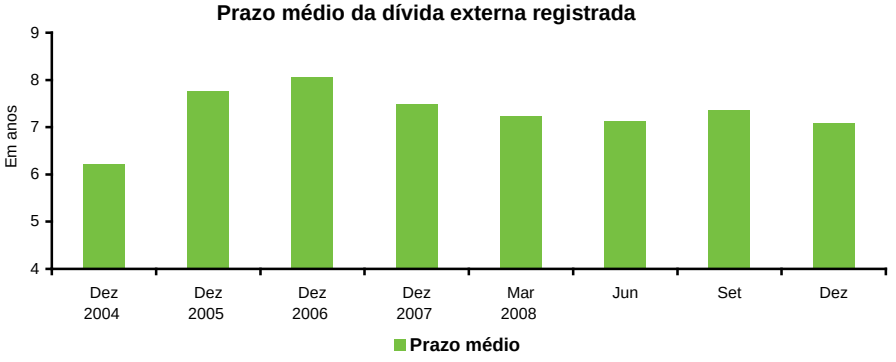
Discriminação	2008	Prazo médio (anos)
A. Total	165 733	7,10
Organismos internacionais	30 006	6,31
Agências governamentais	6 846	4,76
Fornecedores/compradores	19 210	3,31
Empréstimos em moeda + curto prazo	66 984	4,85
Bônus	42 687	13,25
Bradies	155	3,00
Global/Euro	41 408	13,53
Outros	1 125	4,44
B. Empréstimos intercompanhias	60 573	5,46
C. Total + intercompanhia	226 306	6,66

1/ Exclui vencidos.

O esquema de amortização da dívida externa bruta registrada de médio e longo prazos, de acordo com a posição de dezembro de 2008, revelava concentração de 53,1% do total de vencimentos nos próximos cinco anos. Considerando a dívida de médio e longo prazos com vencimentos até 2013, a participação do setor privado e público financeiro atingia 71,3%. Em relação ao esquema de amortização da dívida externa registrada por credor, os empréstimos em moeda e os bônus correspondiam a 42,6% e a 13,6% dos

Gráfico 5.12

Prazo médio da dívida externa registrada



vencimentos de médio e longo prazos nesse mesmo período, respectivamente, enquanto organismos internacionais correspondiam a outros 18,8%.

O prazo médio da dívida externa registrada reduziu-se de 7,5 anos, na posição de dezembro de 2007, para 7,1 anos ao final de 2008. A modalidade referente a fornecedores/compradores apresentava o menor prazo médio, 3,3 anos; e a referente a bônus, o maior, 13,3 anos.

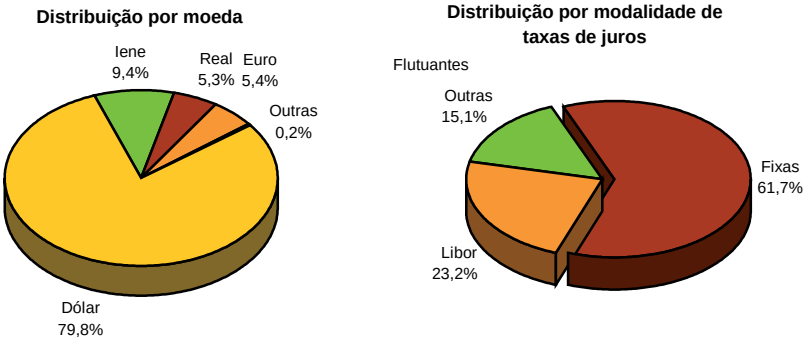
A composição da dívida externa registrada por moeda revela que a participação do dólar norte-americano passou de 74,7% do total ao final de 2007 para 79,8% em dezembro de 2008, enquanto as relativas ao euro e ao iene assinalaram recuos respectivos de 6,3% para 5,4%, e de 10,9% para 9,4%. A participação da dívida denominada em real retraiu de 7,9% para 5,3%.

O estoque da dívida remunerada por taxas flutuantes ampliou-se de 35,8% do total ao final de 2007 para 38,3% em dezembro de 2008. Do total da dívida contratada sob taxas flutuantes, a *Libor* semestral permaneceu como principal indexador, aumentando sua participação nesse segmento de 56,9% para 60,5%.

Gráfico 5.13

Composição da dívida externa registrada

Dezembro de 2008



Indicadores de endividamento

Os indicadores de endividamento externo registraram, em dezembro de 2008, evolução favorável em relação a igual período de 2007, movimento consistente com as trajetórias experimentadas pelas reservas internacionais, pelo serviço da dívida externa e pelo valor em dólares das exportações e do PIB.

No período analisado, o serviço da dívida diminuiu 27,7% e as exportações elevaram-se 23,2%, resultando em redução, de 32,4% para 19%, na relação entre as duas variáveis. O crescimento de 18% do PIB em dólares, ante elevação de 2,7% da dívida externa total, traduziu-se em recuo, de 14,5% para 12,6%, da participação da dívida externa total no PIB. Adicionalmente, a relação entre o serviço da dívida e o PIB passou de 3,9% para 2,4%, enquanto o indicador dívida externa total/exportações recuou de 120,3% para 100,2%.

A dívida total líquida de ativos permaneceu negativa em dezembro de 2008, tendo em vista que o total de ativos financeiros brasileiros contra não residentes superou o valor da dívida externa total. Assim, a razão entre a dívida externa líquida e o valor

Quadro 5.43 – Indicadores de sustentabilidade externa[1/]

US$ milhões

Discriminação	2004	2005	2006	2007	2008
Serviço da dívida	51 800	66 048	56 902	52 028	37 638
Amortizações[2/]	37 561	51 587	42 024	36 687	22 065
Juros brutos	14 239	14 460	14 878	15 342	15 573
Dívida de médio e longo prazos (A)	182 630	150 674	152 266	154 318	161 896
Dívida de curto prazo (B)	18 744	18 776	20 323	38 901	36 465
Dívida total (C)=(A+B)	201 374	169 450	172 589	193 219	198 362
Reservas internacionais (D)	52 935	53 799	85 839	180 334	193 783
Créditos brasileiros no exterior (E)[3/]	2 597	2 778	2 939	2 894	2 657
Haveres de bancos comerciais (F)	10 140	11 790	8 990	21 938	16 521
Dívida total líquida (G)=(C-D-E-F)	135 702	101 082	74 821	-11 948	-27 623
Exportações	96 475	118 308	137 807	160 649	197 942
PIB	663 783	882 439	1 088 911	1 333 818	1 573 321
Indicadores (em percentagem)					
Serviço da dívida/exportações	53,7	55,8	41,3	32,4	19,0
Serviço da dívida/PIB	7,8	7,5	5,2	3,9	2,4
Dívida total/exportações	208,7	143,2	125,2	120,3	100,2
Dívida total/PIB	30,3	19,2	15,8	14,5	12,6
Dívida total líquida/exportações	140,7	85,4	54,3	-7,4	-14,0
Dívida total líquida/PIB	20,4	11,5	6,9	-0,9	-1,8

1/ Exclui estoque de principal, amortizações e juros relativos a intercompanhias. Contempla revisão na posição do endividamento de médio e longo prazos do setor privado.

2/ Inclui pagamentos de programa de assistência financeira. Exclui amortizações refinanciadas.

3/ Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

da receita de exportações dos últimos doze meses passou de -7,4% em dezembro de 2007 para -14% em dezembro de 2008, enquanto, em percentagem do PIB, recuou de -0,9% para -1,8%.

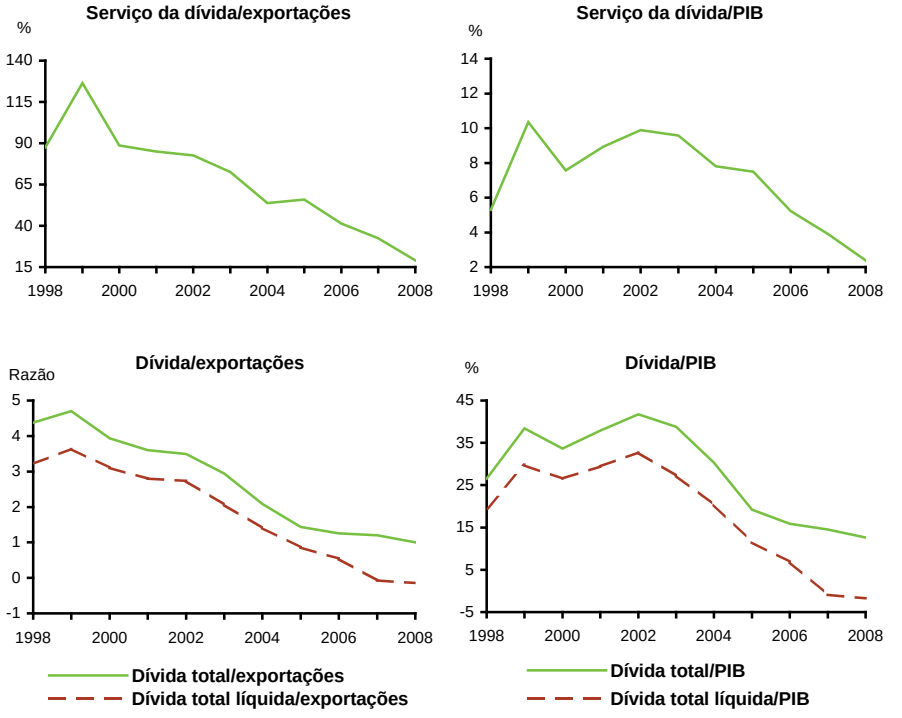
Captações externas

O país realizou uma captação no mercado externo em 2008. A reabertura do *Global 17* ocorreu em maio e o valor de face emitido atingiu US$525 milhões. O prêmio de risco, definido como a diferença entre a taxa de retorno oferecida por títulos brasileiros e a dos títulos do Tesouro Americano (*spread*), alcançou 140 p.b. nessa operação.

A dívida externa reestruturada totalizou US$155 milhões em dezembro de 2008, apresentando redução de US$31 milhões em relação ao saldo de dezembro de 2007. O saldo remanescente da dívida externa reestruturada refere-se exclusivamente ao *Exit Bond* (BIB).

Gráfico 5.14

Indicadores de sustentabilidade externa



Títulos da dívida externa brasileira

Em 2008, o desempenho dos principais papéis da dívida externa brasileira foi relativamente estável no primeiro semestre e, evidenciando os impactos do acirramento da crise financeira internacional, instável na segunda metade do ano. De maneira geral, ocorreram reduções nas cotações a partir de setembro e recuperação ao final do ano.

A cesta de títulos da dívida externa brasileira, ponderada por liquidez, apresentou, ao longo de 2008, diferencial médio de remuneração de 302 p.b. em relação a títulos do Tesouro Americano, ante 181 p.b. em 2007 e 235 p.b. em 2006.

Posição internacional de investimento

A evolução da posição internacional de investimento (PII) em 2008 refletiu a redução de US$275 bilhões no passivo externo líquido, ou 48,3%, resultado de recuo de US$233 bilhões no passivo externo bruto e de crescimento de US$41,8 bilhões no ativo externo.

Em relação ao ativo externo, destacaram-se os aumentos de US$13,4 bilhões das reservas internacionais e de US$26,1 bilhões nos investimentos diretos brasileiros no exterior, além do crescimento de US$4,8 bilhões na rubrica empréstimos. Em sentido inverso, a posição relativa aos títulos de renda fixa adquiridos no exterior por brasileiros registrou retração anual de US$1,6 bilhão.

A evolução do passivo externo incorporou redução de US$222 bilhões no estoque de investimento estrangeiro em carteira, dos quais US$214 bilhões em investimentos em ações e US$7,7 bilhões em títulos de renda fixa, além de recuo de US$26,5 bilhões no estoque do IED, traduzindo decréscimo de US$43,8 bilhões da participação no capital, superior à elevação de US$17,3 bilhões ocorrida nos empréstimos intercompanhia. O estoque de outros investimentos aumentou US$14,7 bilhões, concentrado em empréstimos, cuja elevação atingiu US$14,5 bilhões.

Ressalte-se que os estoques de IED-participação no capital e de investimentos em ações e em títulos de renda fixa, apesar de publicados em dólares norte-americanos, são apurados em reais. Como efeito, tais rubricas foram diretamente influenciadas pela depreciação cambial de 31,9% registrada no ano. Adicionalmente, os investimentos em ações evidenciaram as reduções nas cotações desses ativos, que, considerado o índice Ibovespa como referência, recuaram, em média, 41,2% no ano. Nesse cenário, a redução de 58,9% observada no estoque de investimento estrangeiro em ações reflete, em grande parte, as variações de preço e câmbio verificadas no ano.

Quadro 5.44 – Emissões da República

Discriminação	Data de Ingresso	Data de vencimento	Prazo anos	Valor US$ milhões	Cupom % a.a.	Taxa de retorno no lançamento % a.a.	*Spread* sobre *US Treasury*[1/] (p.b.)
Euromarco 07	26.2.1997	26.2.2007	10	592	8,000		242
Global 27[2/]	9.6.1997	9.6.2027	30	3 500	10,125	10,90	395
Eurolira[3/]	26.6.1997	26.6.2017	20	443	11,000		348
Eurolibra	30.7.1997	30.7.2007	10	244	10,000	8,73	268
Global 08	7.4.1998	7.4.2008	10	1 250	9,375	10,29	375
Euromarco 08[4/]	23.4.1998	23.4.2008	10	410	10 a 7	8,97	328
Global 09	25.10.1999	15.10.2009	10	2 000	14,500	14,01	850
Euro 06	17.11.1999	17.11.2006	7	723	12,000	12,02	743
Global 20	26.1.2000	15.1.2020	20	1 000	12,750	13,27	650
Euro 10	4.2.2000	4.2.2010	10	737	11,000	12,52	652
Global 30[5/]	6.3.2000	6.3.2030	30	1 600	12,250	12,90	663
Global 07[6/]	26.7.2000	26.7.2007	7	1 500	11,250	12,00	612
Global 40	17.8.2000	17.8.2040	40	5 157	11,000	13,73	788
Euro 07[7/]	5.10.2000	5.10.2007	7	656	9,500	11,01	508
Samurai 06	22.12.2000	22.3.2006	5	531	4,750	10,92	531
Global 06	11.1.2001	11.1.2006	5	1 500	10,250	10,54	570
Euro 11	24.1.2001	24.1.2011	10	938	9,500	10,60	560
Global 24	22.3.2001	15.4.2024	23	2 150	8,875	12,91	773
Samurai 07	10.4.2001	10.4.2007	6	638	4,750	10,24	572
Global 12	11.1.2002	11.1.2012	10	1 250	11,000	12,60	754
Global 08N	12.3.2002	12.3.2008	6	1 250	11,500	11,74	738
Euro 09	2.4.2002	2.4.2009	7	440	11,500	12,12	646
Global 10	16.4.2002	15.4.2010	8	1 000	12,000	12,38	719
Global 07N	6.5.2003	16.1.2007	4	1 000	10,000	10,70	783
Global 13	17.6.2003	17.6.2013	10	1 250	10,250	10,58	738
Global 11[8/]	7.8.2003	7.8.2011	8	1 250	10,000	11,15	701
Global 24B	7.8.2003	15.4.2024	21	825	8,875	12,59	764
Global 10N	22.10.2003	22.10.2010	7	1 500	9,250	9,45	561
Global 34	20.1.2004	20.1.2034	30	1 500	8,250	8,75	377
Global 09 N	28.6.2004	29.6.2009	5	750	Libor 3m +5,76	Libor 3m + 5,94	359
Global 14[9/]	14.7.2004	14.7.2014	10	1 250	10,500	10,80	538
Euro 12[10/]	24.9.2004	24.9.2012	8	1 228	8,500	8,57	474
Global 19	14.10.2004	14.10.2019	15	1 000	8,875	9,15	492
Euro 15	3.2.2005	3.2.2015	10	652	7,375	7,55	399
Global 25	4.2.2005	4.2.2025	20	1 250	8,750	8,90	431
Global 15	7.3.2005	7.3.2015	10	1 000	7,875	7,90	353
Global 19 (Reabertura)	17.5.2005	14.10.2019	14	500	8,875	8,83	458
Global 34 (Reabertura)	2.6.2005	20.1.2034	29	500	8,250	8,81	440
Global 15 (Reabertura)	27.6.2005	7.3.2015	10	600	7,875	7,73	363
A-Bond 18 (Troca C Bond)	1.8.2005	15.1.2018	13	4 509	8,000	7,58	336
Global 25 (Reabertura)	13.9.2005	4.2.2025	20	1 000	8,750	8,52	417

(continua)

Quadro 5.44 – Emissões da República (continuação)

Discriminação	Data de Ingresso	Data de vencimento	Prazo anos	Valor US$ milhões	Cupom % a.a.	Taxa de retorno no lançamento % a.a.	*Spread* sobre *US Treasury* 1/ (p.b.)
Global BRL 16	26.9.2005	5.1.2016	10	1 479	12,500	12,75	-
Global 15 (Reabertura)	17.11.2005	7.3.2015	9	500	7,875	7,77	312
Global 34 (Reabertura)	6.12.2005	20.1.2034	28	500	8,250	8,31	363
Global 37	18.1.2006	20.1.2037	31	1 000	7,125	7,56	295
Euro 15 (Reabertura)	3.2.2006	3.2.2015	9	362	7,375	5,45	185
Global 37 (Reabertura)	23.3.2006	20.1.2037	31	500	7,125	6,83	204
Global 34 (Reabertura)	2.6.2006	20.1.2034	28	198	8,250	8,24	-
Global 37 (Reabertura)	15.8.2006	20.1.2037	30	500	7,125	7,15	205
Global BRL 22	13.9.2006	5.1.2022	15	743	12,500	12,88	-
Global BRL 22 (Reabertura)	13.10.2006	5.1.2022	15	301	12,500	12,47	-
Global 17	14.11.2006	17.01.2017	10	1 500	6,000	6,25	159
Global BRL 22 (Reabertura)	11.12.2006	5.1.2022	15	346	12,500	11,66	-
Global 37 (Reabertura)	30.1.2007	20.1.2037	30	500	7,125	6,64	173
Global BRL 28	14.2.2007	10.1.2028	21	715	10,250	10,68	-
Global BRL 28 (Reabertura)	27.3.2007	10.1.2028	21	361	10,250	10,28	-
Global 17 (Reabertura)	11.4.2007	17.1.2017	10	525	6,000	5,89	122
Global BRL 28 (Reabertura)	17.5.2007	10.1.2028	21	389	10,250	8,94	-
Global BRL 28 (Reabertura)	26.6.2007	10.1.2028	21	393	10,250	8,63	-
Global 17 (Reabertura)	14.5.2008	17.1.2017	10	525	6,000	5,30	140

1/ Sobre *US Treasury*, no lançamento. Para títulos emitidos em mais de uma *tranche, spread* ponderado pelo valor de cada *tranche.*

2/ Os recursos ingressaram em dois momentos: US$3 bilhões em 9.6.1997 e US$500 milhões em 27.3.1998.

3/ Os recursos ingressaram em dois momentos: ITL500 bilhões em 26.6.1997 e ITL250 bilhões em 10.7.1997.

4/ *Step-down* – 10% nos dois primeiros anos e 7% nos anos subsequentes.

5/ Os recursos ingressaram em dois momentos: US$1 bilhão em 6.3.2000, com *spread* de 679 bps, e US$0,6 bilhão em 29.3.2000, com *spread* de 635 bps.

6/ A emissão do Global-07 ocorreu em duas *tranches*: US$1 bilhão, com *spread* de 610 bps, em 26.7.2000, e US$500 milhões, com *spread* de 615 bps, em 17.4.2001.

7/ A emissão do Euro-07 ocorreu em duas *tranches*: EUR500 milhões, com *spread* de 512 bps, em 19.9.2000, e EUR250 milhões, com *spread* de 499 bps, em 2.10.2000.

8/ A emissão do Global-11 ocorreu em duas *tranches*: US$500 milhões, com *spread* de 757 bps, em 7.8.2003, e US$750 milhões, com *spread* de 633 bps, em 18.9.2003.

9/ A emissão do Global-14 ocorreu em duas tranches: US$ 750 milhões, com *spread* de 632 bps, em 7.7.2004, e US$ 500 milhões, com *spread* de 398 bps, em 6.12.2004.

10/ A emissão do Euro-12 ocorreu em duas tranches: EUR 750 milhões, com *spread* de 482 bps, em 8.9.2004, e EUR 250 milhões, com *spread* de 448 bps, em 22.9.2004.

Quadro 5.45 – Dívida externa reestruturada – *Bradies*, Pré-*Bradies* e MYDFA

Discriminação	Saldo em 31.12.2008 US$ milhões	Data de vencimento
Capitalization Bonds (C Bonds)	-	-
Debt Conversion Bonds (DCB)	-	-
Discount Bonds	-	-
Eligible Interest Bonds (EI)	-	-
Front Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	-	-
New Money Bond 1994 (NMB)	-	-
Par Bonds	-	-
Exit Bond (BIB) – (Pré-*Bradies*)	155	15.9.2013
Multiyear Deposit Facility Agreement (MYDFA)	-	-
Total	155	-

Gráfico 5.15

Cotações de títulos brasileiros no exterior

Mercado secundário – Cotação de compra, final de período – 2008

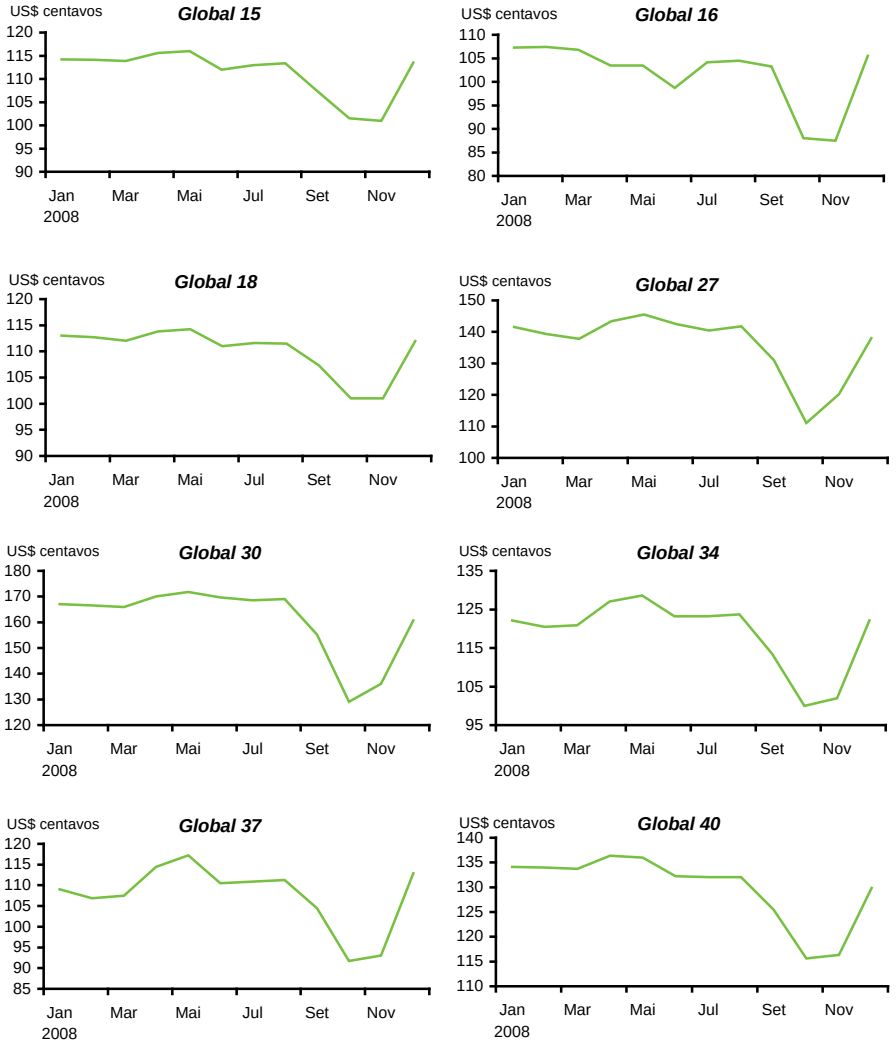
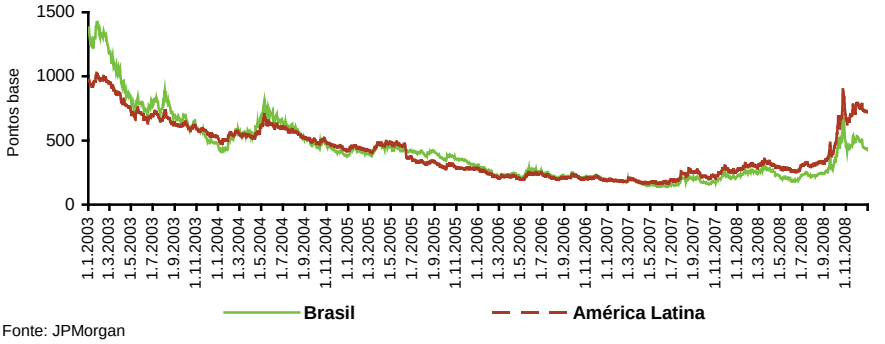


Gráfico 5.16

Índice de risco-Brasil – Embi+ (*Strip spread*)



Fonte: JPMorgan

Quadro 5.46 – Posição internacional de investimento

US$ milhões

Discriminação	2006	2007	2008[1/]
Posição internacional de investimento (A-B)	-384 377	-569 195	-294 151
Ativo (A)	238 924	369 876	411 687
Investimento direto brasileiro no exterior	113 925	136 103	162 218
Participação no capital[2/]	97 465	107 556	121 415
Empréstimos intercompanhia	16 460	28 547	40 803
Investimentos em carteira[3/]	14 429	23 178	21 307
Investimentos em ações	3 754	6 644	6 387
Títulos de renda fixa	10 675	16 534	14 920
Bônus e notas	6 185	7 846	6 352
Dos quais títulos colaterais (principal)	0	-	-
Títulos de curto prazo	4 490	8 688	8 568
Derivativos	113	142	- 156
Outros investimentos	24 617	30 119	34 534
Crédito comercial (de fornecedores)	70	99	99
Empréstimos	562	785	5 595
Moeda e depósitos	17 200	22 543	23 680
Outros ativos	6 785	6 692	5 160
Dos quais títulos colaterais (juros) e cotas em organismos internacionais	1 121	1 076	1 326
Ativos de reservas	85 839	180 334	193 783

(continua)

Quadro 5.46 – Posição internacional de investimento (continuação)

US$ milhões

Discriminação	2006	2007	2008[1/]
Passivo (B)	623 300	939 071	705 838
Investimento estrangeiro direto	236 186	328 455	301 937
Participação no capital[1/]	209 403	281 179	237 367
Empréstimos intercompanhia	26 783	47 276	64 570
Investimentos em carteira	303 583	509 648	287 533
Investimentos em ações	191 513	363 999	149 608
No país	82 994	165 708	71 350
No exterior	108 520	198 291	78 258
Títulos de renda fixa	112 070	145 650	137 925
Bônus e notas	112 070	145 650	137 925
No país	18 163	46 631	49 289
No exterior	93 907	99 018	88 636
Médio e longo prazos	92 119	93 079	85 107
Curto prazo	1 788	5 939	3 529
Derivativos	445	1 771	2 450
Outros investimentos	83 087	99 197	113 919
Crédito comercial (de fornecedores)	5 216	5 197	6 241
Médio e longo prazos	4 869	5 063	5 906
Curto prazo	347	134	335
Empréstimos	73 466	89 003	103 485
Autoridade monetária	157	14	10
FMI	-	-	-
Outros empréstimos de longo prazo	157	14	10
Curto prazo	-	-	-
Demais setores	73 309	88 989	103 475
Médio e longo prazos	55 121	56 162	70 873
Organismos	25 148	26 981	30 023
Agências	6 259	6 482	6 854
Crédito de compradores	3 707	8 232	16 194
Empréstimos diretos	20 007	14 467	17 802
Curto prazo	18 188	32 827	32 602
Moeda e depósitos	4 405	4 996	4 193
Autoridade monetária	83	73	104
Bancos	4 321	4 923	4 090
Outros passivos	-	-	-

1/ Dados preliminares.

2/ Inclui lucros reinvestidos.

3/ Contempla títulos de emissão de residentes.

VI A Economia Internacional

A evolução do nível da atividade da economia mundial seguiu, no início de 2008, a trajetória delineada a partir do segundo semestre do ano anterior, quando o desempenho das principais economias maduras e emergentes passou a ser impactado, de forma mais acentuada, pelos desdobramentos da crise no mercado *subprime* dos Estados Unidos.

A reversão, registrada no decorrer de 2008, do ciclo de expansão econômica iniciado em 2002 – considerado um dos períodos de crescimento mais longo e de maior difusão desde a Segunda Guerra Mundial – intensificou-se nos últimos meses do ano, evidenciando o impacto sobre o mercado de crédito associado ao pedido de concordata do banco de investimentos *Lehman Brothers*, nos EUA.

Evidenciados os indícios de crise sistêmica e reconhecidas as potenciais implicações depressivas que a obstrução persistente dos canais de crédito poderia exercer sobre a evolução do setor real, os bancos centrais e governos dos EUA e de países europeus implantaram, ou aumentaram de forma coordenada, o escopo e a intensidade de ações destinadas a estabilizar seus sistemas financeiros e mitigar os efeitos da intensificação da crise sobre o nível de atividade.

Embora no âmbito das principais economias desenvolvidas e emergentes, somente no Japão, Itália e Suécia tenham ocorrido contrações do PIB em 2008, a mudança cíclica da atividade econômica mundial traduziu-se em expressiva e generalizada desaceleração do crescimento do PIB anual na maior parte dos países, com desdobramentos importantes sobre o aumento do nível do desemprego, em especial nas economias desenvolvidas.

Atividade econômica

O processo de desaceleração da atividade econômica, presente na segunda metade de 2007, transformou-se, em especial a partir do segundo trimestre de 2008, em tendência de contração de componentes importantes do PIB. Nesse sentido, o desempenho do consumo das famílias e dos investimentos privados contribuiu para que os PIB trimestrais da Área do Euro e do Reino Unido passassem a registrar evolução negativa.

Quadro 6.1 – Maiores economias desenvolvidas

Componentes do PIB e outros indicadores

Taxa % anualilzada

	2007			2008			
	II	III	IV	I	II	III	IV
PIB							
Estados Unidos	4,8	4,8	-0,2	0,9	2,8	-0,5	-6,2
Área do Euro	1,8	2,4	1,7	2,8	-1,0	-1,0	-5,8
Reino Unido	3,5	3,2	2,2	1,6	-0,1	-2,8	-6,0
Japão	-0,5	0,9	4,5	0,6	-3,6	-2,3	-12,7
Consumo das famílias							
Estados Unidos	2,0	2,0	1,0	0,9	1,2	-3,8	-4,3
Área do Euro	2,6	2,0	1,1	0,7	-0,5	0,6	-3,4
Reino Unido	4,3	5,6	0,9	3,8	-1,0	-0,8	-2,8
Japão	1,6	-0,4	1,2	2,8	-2,8	1,2	-1,6
Investimento empresarial privado							
Estados Unidos	10,3	8,7	3,4	2,4	2,5	-1,7	-21,1
Área do Euro[1/]	0,7	3,8	4,0	5,0	-4,5	-2,4	-10,4
Reino Unido[1/]	-2,1	7,8	5,6	-11,0	-5,0	-13,8	-8,9
Japão	-13,6	5,7	9,1	-2,4	-8,9	-12,9	-19,6
Investimento residencial							
Estados Unidos	-11,5	-20,6	-27,0	-25,1	-13,3	-16,0	-22,2
Área do Euro[2/]	-3,9	-0,4	3,6	10,8	-7,3	-5,4	-6,9
Reino Unido	4,6	1,9	4,1	4,1	-2,5	-1,4	-4,3
Japão	-11,1	-29,3	-36,4	19,7	-7,4	17,0	24,8
Exportações							
Estados Unidos	8,8	23,0	4,4	5,1	12,3	3,0	-23,6
Área do Euro	4,3	8,1	3,0	7,6	-0,2	0,1	-26,0
Reino Unido	3,4	9,5	-1,0	2,9	-4,2	2,1	-20,2
Japão	8,7	10,0	12,6	12,6	-8,9	2,4	-45,0
Importações							
Estados Unidos	-3,7	3,0	-2,3	-0,8	-7,3	-3,5	-16,0
Área do Euro	3,2	8,6	0,5	5,7	-1,3	5,6	-20,3
Reino Unido	-1,9	20,9	-0,7	-1,5	-4,4	1,1	-21,6
Japão	4,5	-1,2	1,6	6,1	-11,8	7,0	12,1
Taxa de desenprego[3/]							
Estados Unidos	4,6	4,7	4,9	5,1	5,6	6,2	7,2
Área do Euro	7,5	7,4	7,3	7,3	7,5	7,6	8,1
Reino Unido	5,4	5,3	5,2	5,2	5,4	5,8	6,3
Japão	3,7	4,0	3,7	3,8	4,1	4,0	4,3

Fontes: BEA, Cabinet Office, Eurostat

1/ Inclui investimentos com construções residenciais e investimentos públicos.

2/ Gastos totais com contruções.

3/ Taxa ao final do período.

No Japão, a deterioração das expectativas empresariais quanto ao crescimento das exportações contribuiu para a consolidação do processo de retração crescente no nível de investimentos privados iniciado no primeiro trimestre de 2008, movimento que, ao lado do arrefecimento registrado pelas exportações a partir do segundo trimestre do ano, se traduziu em recuos sucessivos do PIB trimestral.

Nos EUA, a acentuação da crise suscitou, ainda no primeiro trimestre de 2008, a aprovação do *Economic Stimulus Act*, pacote fiscal de incentivo ao consumo e ao investimento privado equivalente a 1% do PIB, com efeitos transitórios e concentrados no segundo trimestre de 2008. Ressalte-se que, embora o *National Bureau of Economic Research* tenha reconhecido que a economia do país entrara em recessão no mês de dezembro de 2007, somente a partir do terceiro trimestre de 2008 a evolução do PIB norte-americano tornou-se negativa.

Vale mencionar que a desaceleração no ritmo de atividade nas principais economias favoreceu a deterioração dos preços de importantes *commodities*, que haviam experimentado crescimento acentuado nos últimos anos e se mantinham em patamar historicamente elevado. Esse movimento, observado em especial a partir do início de julho, constituiu-se em importante choque negativo nos termos de troca e nas condições subjacentes à expansão econômica dos países exportadores líquidos desses produtos, atuando como vetor relevante à dispersão das pressões inflacionárias e à recuperação de renda real nos países importadores líquidos.

Nesse ambiente de contínua desaceleração de suas exportações para as maiores economias desenvolvidas, em especial para os EUA e Área do Euro, as economias emergentes com maior abertura ao comércio exterior, a exemplo de China, Taiwan e Coreia do Sul, passaram a apresentar, ao longo de 2008, desaceleração mais pronunciada no crescimento do PIB.

Na China, embora a emergência dos efeitos das políticas monetárias mais restritivas, implantadas desde o ano anterior até meados de 2008, contribuísse adicionalmente para a desaceleração do crescimento da formação bruta de capital fixo registrada até o terceiro trimestre de 2008, a reversão da mencionada política monetária restritiva e a implantação de um plano de antecipação e elevação de investimentos públicos favoreceram a aceleração da expansão do crédito bancário ainda no quarto trimestre do ano.

Os setores produtores de bens duráveis, mais dependentes das condições de crédito e do ciclo econômico, foram, em geral, afetados mais intensamente pelo aprofundamento da crise financeira no último trimestre de 2008. Nesse cenário, países cujo crescimento vinha sendo caracterizado pela forte expansão da produção desses bens, sustentada pela demanda doméstica ou externa, foram mais sensibilizados pelo novo ambiente da economia mundial.

Quadro 6.2 – Economias emergentes

Componentes do PIB e outros indicadores

taxa % [T/(T-4)]

	2007			2008			
	II	III	IV	I	II	III	IV
PIB							
Coreia do Sul[1/]	7,1	6,0	6,4	3,3	3,4	2,1	-20,8
China	14,0	13,0	12,0	10,6	10,1	9,0	6,8
Índia	9,1	8,9	9,1	8,8	8,1	7,7	4,5
Taiwan	5,5	7,0	6,4	6,2	4,6	-1,0	-8,4
Consumo das famílias							
Coreia do Sul[1/]	3,7	5,1	3,2	1,8	-0,6	0,2	-21,3
China[2/]	24,3	19,1	16,8	14,7	16,6	22,1	23,8
Índia	8,4	7,5	8,9	8,3	7,7	6,9	5,4
Taiwan	2,2	3,1	1,6	2,1	0,5	-2,1	-1,7
Formação Bruta de Capital Fixo							
Coreia do Sul[1/]	0,2	-1,8	6,5	-3,5	0,2	3,0	-40,0
China	26,6	31,8	25,8	19,5	16,3	16,7	22,5
Índia	12,9	16,2	13,7	11,2	10,1	15,1	5,3
Taiwan	4,7	3,8	-0,8	3,7	-8,0	-11,8	-23,2
Exportações							
Coreia do Sul[1/]	16,2	5,2	30,9	-2,8	17,6	-4,7	-42,0
China	23,8	24,8	18,3	17,2	17,1	18,3	4,4
Índia	-4,0	-4,8	6,1	10,1	23,2	10,6	11,4
Taiwan	5,2	11,6	12,9	12,7	9,9	-0,6	-19,8
Importações							
Coreia do Sul[1/]	19,7	-7,5	40,4	-9,3	18,2	-7,0	-61,9
China	11,8	21,2	22,1	15,6	17,1	10,6	-2,1
Índia	-0,7	-3,6	6,7	9,6	30,3	26,0	20,6
Taiwan	2,6	7,3	5,8	9,6	0,2	-2,6	-22,6
Taxa de desenprego[3/]							
Coreia do Sul1/	3,3	3,2	3,1	3,1	3,2	3,2	3,3
China[4/]	4,1	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	n.d.
Índia	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Taiwan	3,9	4,0	3,9	3,9	3,9	4,3	5,0

Fonte: Thomson Financial

1/ Taxa de crescimento anualizada frente ao trimestre anterior.

2/ Crescimento das vendas no varejo.

3/ Taxa ao final do período.

4/ Desemprego urbano.

A economia dos EUA registrou crescimento de 1,1% no ano, ante 2% em 2007, enquanto a taxa de desemprego no país aumentou 2,3 p.p., para 7,2%. Tanto na Área do Euro quanto no Reino Unido, a expansão do PIB desacelerou para 0,7%, respectivamente,

dos 2,6% e de 3% obtidos em 2007, enquanto as taxas de desemprego registraram aumentos respectivos de 0,8 p.p. e de 1,1 p.p, situando-se, na ordem, em 8,1% e 6,3% ao final de 2008. No Japão, o PIB contraiu 0,7% em 2008, em oposição à elevação de 2,4% registrada em 2007, e a taxa de desemprego cresceu 0,6 p.p., atingindo 4,3% ao final de 2008.

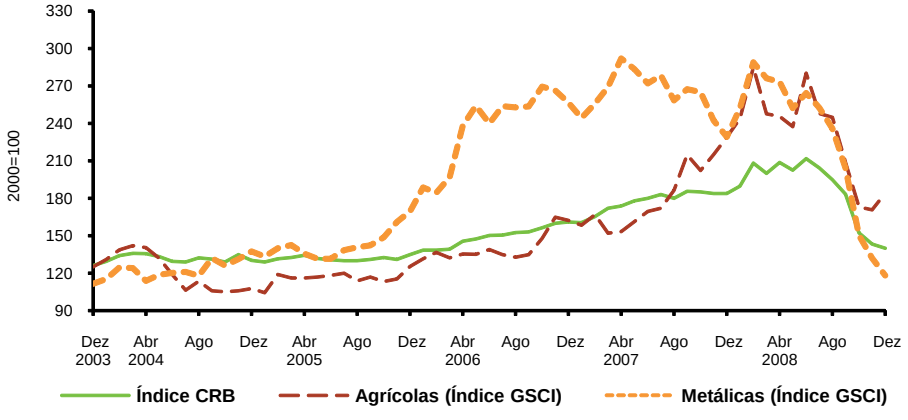
Entre as maiores economias emergentes, o crescimento econômico da China recuou de 13% em 2007 para 9% no ano, enquanto os relativos à Rússia e à Índia atingiram 5,6% e 7,1%, respectivamente, em 2008, ante, na ordem, 8,1% e 9% em 2007.

Commodities

Em cenário de continuidade da expansão da demanda mundial e de persistência de restrições de oferta, as cotações internacionais das principais *commodities* mantiveram-se, no primeiro semestre de 2008, no ciclo de alta iniciado em meados de 2004, conforme evidenciado pelo índice do *Commodity Research Bureau* (CRB), que cresceu 16,4% no ano, até 2 de julho. A partir dessa data, refletindo a desaceleração da demanda e, posteriormente, o acirramento da crise internacional, os preços das *commodities* seguiram trajetória oposta, expressa na redução de 34,5% experimentada pelo CRB até o final do ano.

Considerado o índice de *commodities* S&P GSCI da *Standard & Poor's* em conjunto com o *Goldman Sachs*, os preços médios das *commodities* reduziram-se 42,8% no decorrer de 2008, refletindo reduções respectivas de 48,5% e de 19,7% nos preços dos segmentos de *commodities* metálicas e agrícolas.

Gráfico 6.1
Índices de preços de *commodities*



Fonte: Bloomberg

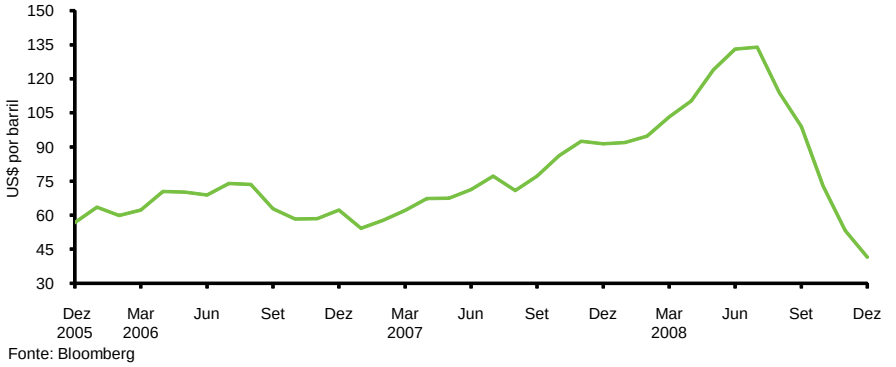
Ressalte-se a importância da atuação de grandes investidores internacionais nas recentes oscilações dos preços de *commodities*. Até o primeiro semestre de 2008, a ação especulativa e a busca por proteção, tanto contra a inflação quanto contra desvalorizações do dólar, pressionaram as cotações desses produtos, representando componente adicional no processo de elevação dos preços. A partir de julho, o movimento de desalavancagem de instituições financeiras e a contração nos canais de crédito observada nas principais economias desenvolvidas potencializaram o movimento de redução nos preços das *commodities*, ao pressionar grandes investidores a liquidar em suas posições nos mercados futuros. A melhora, ainda que moderada, das condições de liquidez observada nos mercados financeiros, a partir da segunda quinzena de novembro, favoreceu a redução dessa pressão, contribuindo para a estabilização desses preços já em dezembro.

Petróleo

A cotação do petróleo apresentou forte volatilidade em 2008, expressa na trajetória do preço médio do barril tipo Brent, que recuou 55,5% no ano, cotado a US$41,76, após atingir o valor máximo histórico de U$145,66 em 3 de julho, quando registrava expansão de 55% em relação ao encerramento de 2007.

Ao longo do primeiro semestre, diversos fatores contribuíram para pressionar os preços da *commodity*, ressaltando-se os conflitos geopolíticos no Oriente Médio, a reduzida expansão da produção fora da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), a relutância da própria Opep em elevar a produção de seus partícipes, a pressão especulativa de fundos de investimentos no mercado futuro de petróleo, o enfraquecimento da moeda norte-americana frente às principais moedas e o recuo dos estoques norte-americanos, cuja média passou de 321 milhões de barris/dia (mbd) no segundo semestre de 2007 para 310 mbd na primeira metade de 2008.

Gráfico 6.2
Petróleo *U.K. Brent* – Mercado à vista



Fonte: Bloomberg

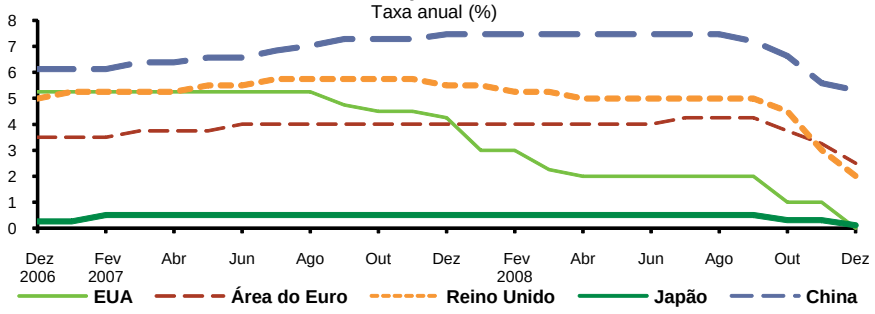
O movimento de redução de preços observado ao longo do segundo semestre do ano refletiu o impacto do arrefecimento da economia mundial sobre a demanda do produto, movimento não acompanhado por cortes de produção correspondentes. Adicionalmente, movimentos especulativos que haviam pressionado esses preços no primeiro semestre do ano passaram a atuar em sentido oposto, estimulando investidores a reverterem suas posições compradas nos mercados futuros.

Política monetária e inflação

Os riscos inflacionários predominantes na primeira metade de 2008, quando a evolução das cotações das *commodities*, em especial do petróleo, exercia pressão importante sobre o comportamento dos preços na economia mundial, passaram a um plano secundário a partir do agravamento, em setembro, da crise nos mercados financeiros que, sensibilizando os canais de crédito, o dinamismo econômico global, o vigor do comércio internacional e os investimentos, se expressou em pronunciada inflexão no comportamento dos preços.

Nesse novo ambiente, em que os riscos associados à recessão tornaram-se mais relevantes do que os relativos a pressões inflacionárias, os bancos centrais das principais economias reverteram o ciclo de restrição monetária inerente ao enfrentamento do processo inflacionário vigente até meados do terceiro trimestre de 2008, utilizando-se de volumosas injeções de liquidez e de cortes nas respectivas taxas básicas de juros.

Gráfico 6.3
Taxas de juros oficiais[1/]
Taxa anual (%)

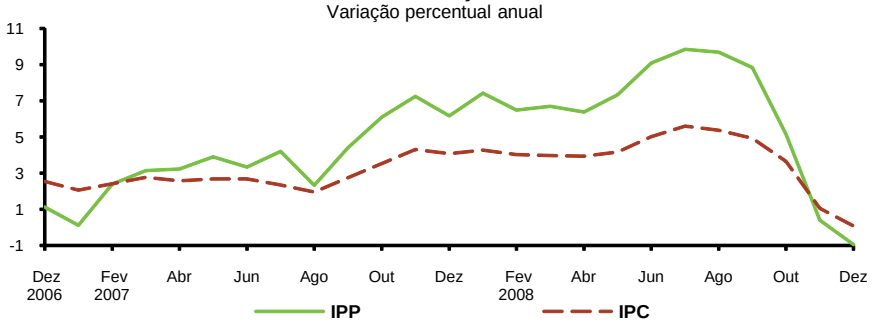


Fonte: EUA – Fed, Área do Euro – BCE, Reino Unido – BoE, Japão – BoJ e China – BPC
1/ EUA – *Fed funds*, Área do Euro – Taxa mínima de referência, Reino Unido – *Securities repurchase*, Japão – *Overnight call rate* e China – Capital de giro de 1 ano.

No mesmo sentido, traduzindo o estreitamento do financiamento externo, a depreciação de suas moedas e o crescente arrefecimento do comércio exterior, os bancos centrais das economias emergentes – inicialmente no leste da Europa e na Ásia e, mais recentemente, nas economias sul-americanas, região em que pressões inflacionárias persistiram por mais tempo – passaram a flexibilizar a condução das respectivas políticas monetárias.

Nos EUA, a variação acumulada em doze meses do IPC, após se manter no patamar de 4% nos primeiros meses do ano, atingiu 5,6% em julho, passando a recuar, em linha com o processo recessivo experimentado pelo país, até se situar em 0,1% em dezembro.

Gráfico 6.4
EUA: Inflação[1/]
Variação percentual anual



Fonte: *Bureau of Labor Statistics*
1/ Preços ao produtor e ao consumidor.

Nesse cenário de redução da inflação e de transmissão do agravamento da crise nos mercados financeiros para o setor real da economia, o Fed, além de atuar por meio de cortes na taxa de juros básicos – a taxa dos *Fed funds* foi reduzida de 3%, em janeiro, para uma banda de flutuação entre 0% e 0,25% a.a., em dezembro –, estendeu o caráter agressivo da política monetária por meio das ações denominadas afrouxamento creditício (*credit easing*).

Nesse sentido, em março, o Fed criou dois novos programas de assistência à liquidez, o *Term Securities Lending Facility* (TSLF), por meio do qual passou a emprestar títulos públicos aos *primary dealers* em troca de papéis hipotecários qualificados como AAA, mas tornados ilíquidos pela crise; e o *Primary Dealer Credit Facility* (PDCF), instrumento por meio do qual iniciou programa de empréstimos monetários aos *primary dealers*, espécie de redesconto para instituições não necessariamente detentoras de carteira comercial, o que impede seu acesso aos leilões *Term Auction Facility* (TAF).

Adicionalmente, o Fed ampliou, em maio, o volume, o prazo e a lista de garantias aceitos (inclusive títulos lastreados em hipotecas) nas operações de recompra a termo. Visando ampliar a oferta de dólares, aumentou o prazo e elevou para US$150 bilhões cada leilão TAF e, para reduzir a pressão sobre o dólar, em coordenação com catorze outros bancos centrais, ampliou a oferta de dólares *offshore*. Desde outubro, os bancos centrais da Europa (BCE), Inglaterra (BoE), Suíça (BNS) e Japão (BoJ) dispõem de oferta ilimitada de dólares. Além desses bancos centrais, os da Suécia, Noruega, Dinamarca, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Brasil, México, Coreia do Sul e Cingapura também passaram a dispor de linha de *swap*, ainda que com valor fixo.

No cenário de crescente estreitamento do crédito, em setembro, o Fed anunciou a recompra de obrigações de curto prazo emitidas pelas agências *Freddie Mac* e *Fannie*

Mae junto aos *primary dealers*; instituiu programa de refinanciamento de hipotecas; criou facilidades para a compra de ativos de alta qualidade lastreados em *commercial papers* (ABCP) junto a fundos mútuos de mercados monetários; anunciou a criação de linha de crédito para a compra de *commercial papers* (CPFF); e passou a dar garantias para financiar o investidor do mercado monetário via compra de certificados de depósitos e *commercial papers* emitidos por instituições com elevada classificação de risco (MMIFF).

Vale mencionar, ainda, que o Congresso dos EUA aprovou, em outubro, o *Troubled Asset Relief Program* (TARP), um programa de US$700 bilhões que permitiu que o Tesouro passasse a comprar "ativos podres" para recapitalizar o sistema bancário. Em um primeiro momento, instituições como *Goldman Sachs Group*, *Morgan Stanley*, *J.P.Morgan Chase* e *Bank of America* fizeram parte do programa.

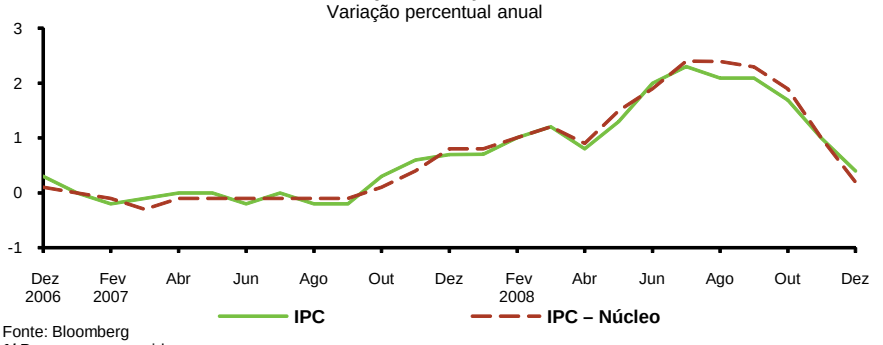
Visando reativar o consumo, o Fed criou, em novembro, a *Term Asset-Backed Securities Loan Facility* (TALF), inicialmente no valor de US$200 bilhões. Por esse programa, a autoridade monetária passa a fazer empréstimos *non-recourse* (em caso de *default*, o credor limita-se ao recebimento da garantia) para bancos detentores de AAA-ABS (*Mortgage-Backed Securities*) garantidos por créditos estudantis, créditos para compra de automóvel, créditos para detentores de pequenos negócios e para empréstimos concedidos por cartão de crédito.

No Japão, apesar da valorização do iene, os preços ao consumidor mantiveram-se em tendência de alta até julho, quando a variação acumulada do IPC em doze meses atingiu 2,3%, a maior desde meados da década de 1990, o que refletiu a pressão de preços dos alimentos e do petróleo. O recuo nas cotações das *commodities* registrado a partir do início do segundo semestre de 2008 traduziu-se na reversão da inflação no Japão, que acumulou variação anual de 0,4% em dezembro. Em função desse recuo e das perspectivas negativas relacionadas à evolução da atividade econômica, em ambiente de recuos relevantes nas exportações e na absorção interna, o BoJ reverteu a recém-iniciada política de normalização monetária, reduzindo a *overnight call rate* para 0,30% a.a. em outubro e para 0,1% a.a. em dezembro, retomando a prática de afrouxamento quantitativo, registrada de 2001 a 2006.

O reconhecimento de que a crise financeira passava também a contaminar a economia local ensejou resposta paulatinamente mais enérgica tanto do BoJ quanto da área fiscal do governo. Ainda em março, objetivando reduzir o *spread* entre a *overnight call rate* efetiva e a meta estabelecida pelo BoJ, a autoridade monetária realizou injeções de recursos da ordem de ¥400 bilhões no sistema financeiro. Essa ação voltaria a ser empregada em maiores proporções ao longo do ano, como, por exemplo, nas atuações ocorridas em setembro, quando o total de recursos injetados superou ¥6 trilhões. Nesse mesmo mês, em coordenação com o Fed, foi estabelecida linha de *swap* de moedas no valor de US$60 bilhões, valor duplicado ainda em setembro e

tornado ilimitado em outubro. E, visando desbloquear o mercado de financiamento corporativo e ampliar a estabilidade do mercado financeiro, em dezembro, o BoJ reduziu de A para BBB- a exigência mínima para a aceitação de bônus corporativos como garantias, anunciou o aumento da compra mensal direta de bônus do governo (JGB) de ¥1,2 trilhão para ¥1,4 trilhão, incluindo títulos de trinta anos, e, sob a ótica de afrouxamento quantitativo, anunciou a compra direta de *commercial papers*. Destaque-se também que, em 30 de outubro, o governo lançou novo pacote de estímulo à economia, da ordem de ¥27 trilhões, que inclui redução de impostos, auxílio a pequenas empresas e recapitalização do sistema bancário.

Gráfico 6.5
Japão: inflação[1/]
Variação percentual anual



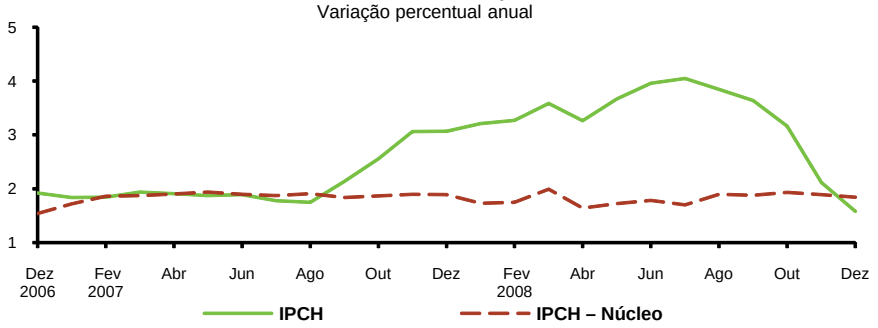
Fonte: Bloomberg
1/ Preços ao consumidor.

Na Área do Euro, o Índice Anual de Preços ao Consumidor Harmonizado (IPCH), pressionado pelos preços de alimentos e energia, manteve-se acima de 3% até outubro, após atingir o patamar de 4% em junho e julho, o mais elevado da série histórica. O BCE, objetivando ancorar as expectativas inflacionárias de médio e longo prazos, manteve a taxa de juros básicos inalterada ao longo do primeiro semestre e elevou-a de 4% para 4,25% a.a. em julho. Considerando, no entanto, que a atividade econômica vinha apresentado sinas de arrefecimento na primeira metade do ano, o BCE, além de ampliar, nesse período, o valor da linha de *swap* de moedas com o Fed, aumentou as operações de *repo* para injetar mais recursos no sistema financeiro local.

Ao longo do segundo semestre, quando a perda de dinamismo da atividade econômica se intensificou e as condições nos mercados de crédito se tornaram mais restritivas, o BCE, além de tornar ilimitada a mencionada linha de *swap* com o Fed, ampliou o rol de garantias aceitas nas operações de refinanciamento e passou a efetuar leilões de recursos de 28 e 84 dias no mercado a termo. Adicionalmente, estendeu a facilidade de acesso às operações de ajuste fino de liquidez a bancos pequenos e, a partir do início do processo de desinflação verificado em agosto, alterou a trajetória da política de juros que, depois de três reduções, foram fixados em 2,5% a.a. em dezembro, período em que a variação do IPCH acumulada em doze meses recuava para 1,6%. Ressalte-se, ainda, que, no ambiente de aumento das tensões no sistema bancário a partir de setembro,

os países-membros da UE ampliaram o nível de garantia para depósitos de pessoas físicas e estabeleceram regras básicas para harmonizar os pacotes de estímulo fiscal que começavam a ser anunciados.

Gráfico 6.6
Área do Euro: inflação[1/]
Variação percentual anual



Fonte: Bloomberg
1/ Preços ao consumidor.

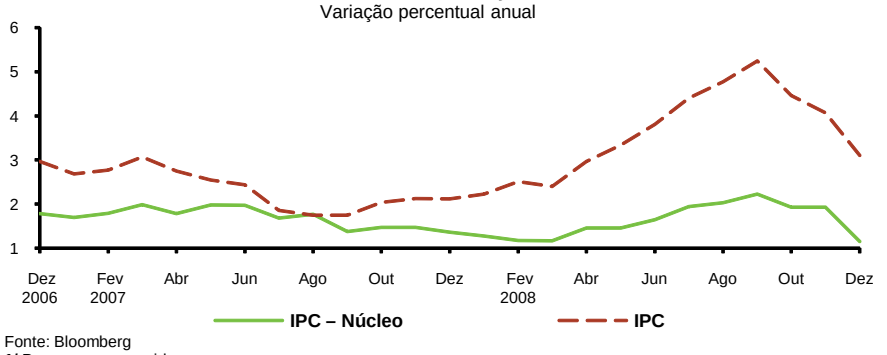
No Reino Unido, a variação acumulada em doze meses do IPC manteve-se em trajetória crescente até setembro, quando atingiu 5,2%, recuando para 3,1% ao final do ano. O BoE, que, considerando o arrefecimento registrado pela atividade econômica do país, havia reduzido a *repo rate* em 50 p.b., ainda no primeiro semestre, intensificou a política de afrouxamento monetário, promovendo corte adicional nessa taxa de 300 p.b. para 2% a.a., menor nível desde a criação da instituição. Ressalte-se que a flexibilização introduzida pelo BoE na condução da política monetária considerou a perspectiva de que a intensidade da retração da atividade favorecesse a convergência da inflação para a meta de 2% no horizonte de dois anos.

Objetivando neutralizar o contínuo estreitamento do crédito e a instabilidade crescente no mercado imobiliário, o BoE aumentou, ainda no primeiro semestre, a oferta de crédito de três meses, intensificando as operações de *repo*, e criou a *Special Liquidity Scheme* (SLS), linha de crédito de £50 bilhões, para que o sistema bancário pudesse fazer a troca de ativos hipotecários AAA, então ilíquidos, por títulos do tesouro britânico emitidos com essa finalidade. Visando reduzir a taxa efetiva de *overnight* e ampliar a liquidez nos mercados, o BoE, ao longo do ano, injetou expressivo volume de recursos no sistema financeiro e aumentou o rol de garantias aceitas nas operações de *repo*, enquanto em outubro, com vistas a ampliar a oferta de dólares, o Fed e o BoE tornaram ilimitada a linha de *swap* dólar/libra.

Adicionalmente, objetivando aumentar a credibilidade do sistema bancário, a Autoridade de Serviços Financeiros (FSA) elevou, também em outubro, o valor da garantia dos depósitos bancários de £35.000 para £50.000, e o Tesouro lançou programa de recapitalização do sistema que incorporou £50 bilhões para compra de ações preferenciais das instituições que aderissem ao mesmo. O programa ainda prevê a utilização de £250

bilhões para garantir bônus emitidos pelo setor bancário para refinanciar dívidas, além de £200 bilhões para ampliar o SLS. Ao final do ano, o governo anunciou novo pacote de estímulo fiscal da ordem de £30 bilhões, cerca de 1% do PIB, que, por meio de redução de impostos, visava impulsionar o consumo das famílias.

Gráfico 6.7
Reino Unido: inflação[1/]
Variação percentual anual

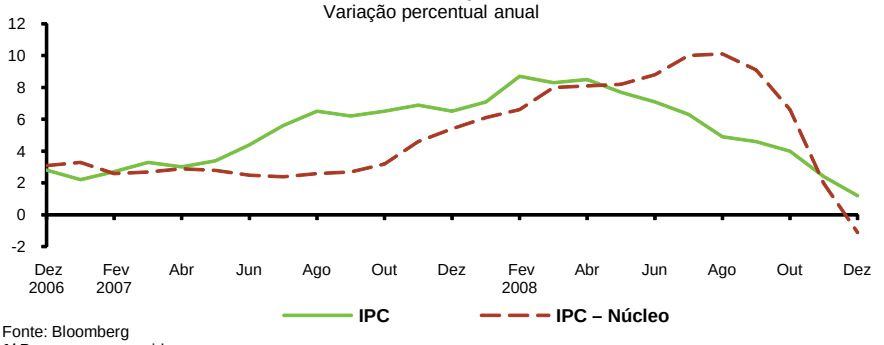


Fonte: Bloomberg
1/ Preços ao consumidor.

Na China, a variação do IPC acumulada em doze meses manteve trajetória de alta até abril quando, em resposta às pressões de preços de alimentos e energia, alcançou 8,5%, valor recorde para os últimos doze anos. Em linha com a retração nas cotações das *commodities*, essa variação recuou nos oito meses seguintes, atingindo 1,2% em dezembro, menor valor desde agosto de 2006.

O Banco do Povo da China (BPC) apresentou momentos distintos de atuação em 2008. Durante o primeiro semestre, ainda sob o cenário de superaquecimento da atividade econômica e buscando conter o excesso de liquidez interna, o BPC, embora mantivesse a taxa básica de juros em 7,47% a.a., elevou progressivamente a taxa de recolhimento compulsório para 17,5% e ampliou a emissão de títulos para promover esterilização monetária. Paralelamente, o governo permitiu a aceleração no processo de apreciação do *renminbi*. A partir de meados do ano, em resposta à inversão da trajetória inflacionária e das condições econômicas da economia mundial, que impactaram progressivamente a atividade local, em especial pelo canal do comércio exterior, o foco de preocupação do BPC concentrou-se na necessidade de conter o ritmo de desaceleração da economia local. Nesse sentido, o BPC cortou 216 p.b. na taxa básica de juros, fixando-a em 5,31% a.a. em dezembro, e promoveu reduções de 3 p.p. na taxa do compulsório, fixando-a em 14,5% em dezembro de 2008. Adicionalmente, o governo introduziu estímulos fiscais da ordem de US$586 bilhões, destinados, em especial, a melhorar a infraestrutura aeroviária, ferroviária e as condições gerais no campo.

Gráfico 6.8
China: inflação[1/]
Variação percentual anual



Fonte: Bloomberg
1/ Preços ao consumidor.

Mercado financeiro internacional

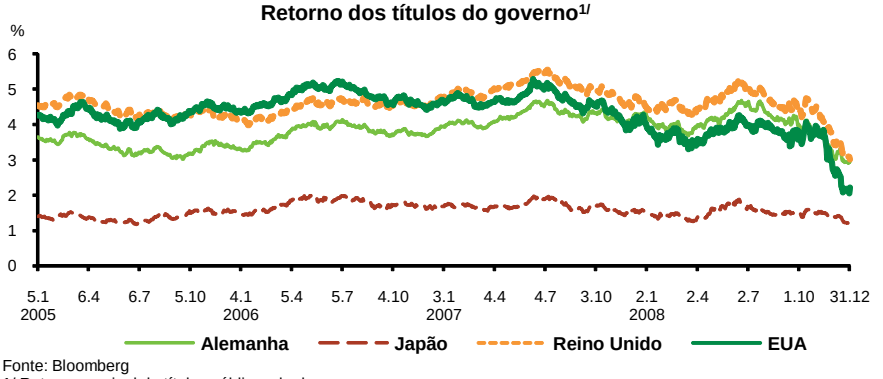
O agravamento e a disseminação da crise financeira internacional registrados em 2008 traduziram-se em crescente deterioração no funcionamento dos mercados de crédito e de capitais globais. O cenário de retração de crédito e de empoçamento de liquidez observado no primeiro semestre de 2008 transformou-se, a partir de setembro, em riscos de insolvência em importantes instituições financeiras, em especial norte-americanas e europeias. Ao longo do ano, bancos, companhias de valores mobiliários e companhias de seguros sediados nos continentes americanos, europeu e asiático, bem como as empresas patrocinadas pelo governo dos Estados Unidos – *Fannie Mae e Freddie Mac* – anunciaram perdas e baixas contábeis de US$974 bilhões, enquanto foram levantados US$824 bilhões em capital novo[3].

O conjunto de medidas adotadas pelos principais bancos centrais e as intervenções governamentais reforçando a estrutura de capital de inúmeras instituições para enfrentar as restrições de liquidez e creditícias não proporcionaram a reversão do cenário de aversão ao risco. Os investidores passaram a reduzir posições nos mercados de maior risco, aumentando a demanda por papéis governamentais de longo prazo, o que, em ambiente de adoção de políticas monetárias menos restritivas, favoreceu a manutenção da trajetória de queda dos rendimentos anuais dos títulos governamentais de longo prazo de importantes economias, iniciada em meados de 2007. O rendimento anual do papel de dez anos do governo dos Estados Unidos recuou de 4,02% ao final de 2007 para 2,21% em dezembro de 2008, movimento que se repetiu para papéis semelhantes da Alemanha, de 4,30% para 2,95%; Reino Unido, de 4,50% para 3,02%; e Japão, de 1,51% para 1,17%, sempre nas mesmas bases de comparação.

O Índice de Volatilidade da *Chicago Board Options Exchange* (VIX), que mede a volatilidade implícita de curto prazo do *Standard and Poor's* (S&P 500) e é visto como

3/ Conforme levantamento efetuado pela Bloomberg em 18 de março de 2009.

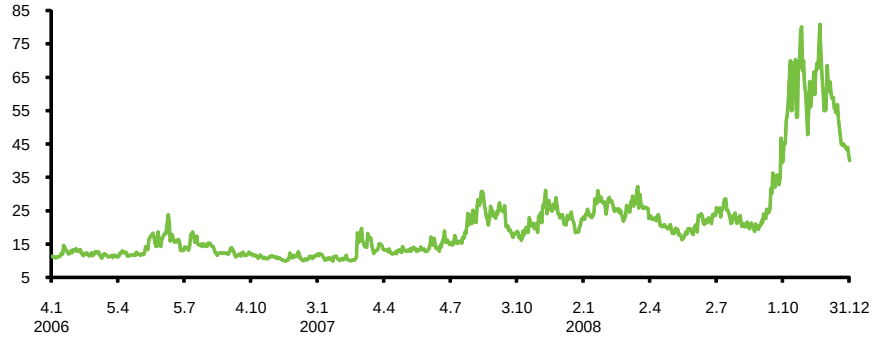
Gráfico 6.9
Retorno dos títulos do governo[1/]



Fonte: Bloomberg
1/ Retorno nominal de títulos públicos de dez anos.

importante instrumento de medida de aversão ao risco, aumentou de 22,5 para 40 pontos, entre os finais de 2007 e de 2008, registrando volatilidade intensa ao longo do último trimestre de 2008. Em 20 de novembro, o VIX atingiu 80,9 pontos, maior patamar da série iniciada em 1990, enquanto o valor máximo registrado anteriormente, em outubro de 1998, na sequência da crise proporcionada pelo *default* da Rússia e pelo colapso do fundo *Long-Term Capital Management* (LTCM) situara-se em 45,7 pontos. A média do VIX atingiu 32,6 pontos em 2008, ante 17,5 pontos no ano anterior, contrastando com a média de 14,2 pontos assinalada entre julho de 2003 e junho de 2007, período caracterizado por elevada liquidez e baixa aversão ao risco.

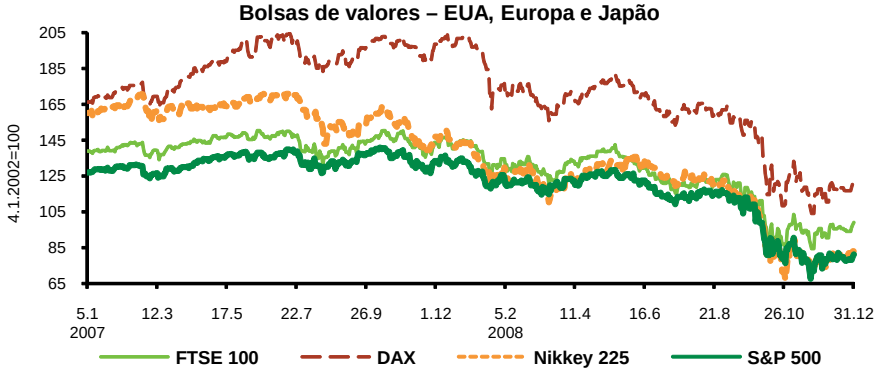
Gráfico 6.10
VIX



Fonte: Bloomberg

Os indicadores dos mercados acionários refletiram a intensificação da aversão ao risco e os resultados desfavoráveis recentes registrados nos setores real e financeiro das principais economias maduras e emergentes. Os índices Nikkei do Japão, *Deutscher Aktienindex* (DAX) da Alemanha, S&P 500 dos EUA e *Financial Times Securities Exchange Index* (FTSE 100) do Reino Unido registraram perdas anuais respectivas de 42%, 40%, 38%, 31%, resultados impactados, fundamentalmente, pelos desempenhos negativos observados no último trimestre do ano, quando os indicadores recuaram, na ordem, 21%, 18%, 23% e 10%.

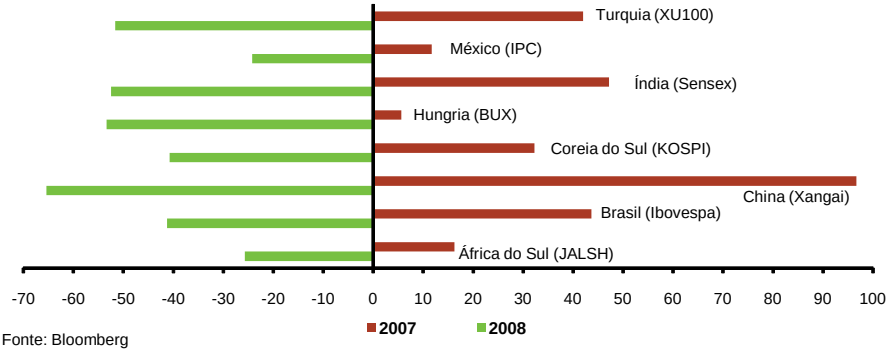
Gráfico 6.11
Bolsas de valores – EUA, Europa e Japão



Fonte: Bloomberg

As bolsas de valores das economias emergentes também sofreram perdas acentuadas ao longo de 2008, reflexo tanto do arrefecimento da atividade econômica e da retração nas cotações das *commodities*, quanto do processo de liquidação de posição de investidores estrangeiros em mercados emergentes para cobrir prejuízos em operações financeiras. Os movimentos nos mercados emergentes também foram afetados negativamente pelas perdas adicionais imputadas a investidores estrangeiros com a depreciação das moedas locais frente ao dólar norte-americano. Ressaltem-se, no ano, as perdas registradas pelas bolsas da China, 65%; Hungria, 53%; Índia e Turquia, ambas 52%; Brasil e Coreia do Sul, ambas 41%; e México, 24%.

Gráfico 6.12
Bolsas de Valores – Mercados emergentes
Variação percentual em 2007 e 2008, em moedal local

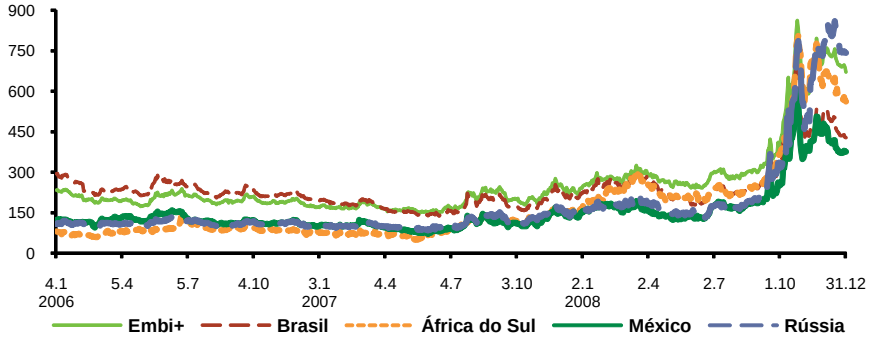


Fonte: Bloomberg

Ao longo de 2008, e em especial a partir do acirramento da crise nos mercados financeiros internacionais, o Embi+ manteve a trajetória ascendente iniciada em meados de 2007. Evidenciando a melhora nos fundamentos macroeconômicos de parte representativa das economias emergentes, o Embi+, embora registrasse aumento expressivo a partir do acirramento da atual crise, assinalou elevação sensivelmente inferior às observadas em resposta às crises ocorridas entre 1997 e 1999, situando-se em 671 p.b. ao final de 2008, ante 240 p.b. no encerramento de 2007. Ressalte-se que, desde 24 de outubro, o *spread* associado ao Brasil se situou em patamar inferior ao risco médio atribuído

aos países emergentes com grau de investimento. Ao final de 2008, os indicadores correspondentes a México, Brasil, África do Sul e Rússia atingiram, na ordem, 376, 428, 562, e 743 p.b., ante 164, 221, 149 e 147 p.b. no encerramento do ano anterior.

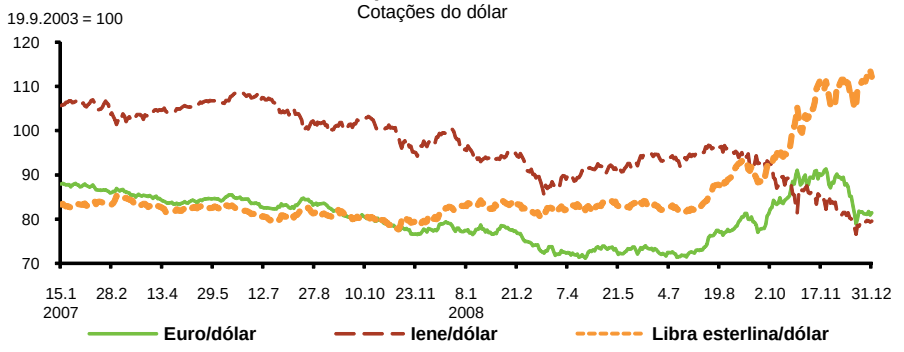
Gráfico 6.13
***Emerging Markets Bond Index Plus* (Embi+)**



Fonte: Bloomberg

Em 2008, a paridade do dólar *vis-à-vis* as moedas das principais economias desenvolvidas esteve influenciada pelos desdobramentos do acirramento da crise financeira nos mercados internacionais. Nesse sentido, o aumento da aversão ao risco observada ao longo do ano traduziu-se no movimento de fuga para a qualidade, expresso na maior demanda por papéis do governo dos EUA e na consequente apreciação da moeda desse país em relação ao euro e à libra esterlina. Em sentido inverso, o aumento da aversão ao risco provocou o desmonte de operações de carrego (*carry trade*), financiadas, em grande medida, com moeda japonesa, aumentando a demanda pelo iene e favorecendo sua apreciação em relação ao dólar dos EUA. No ano, o dólar apreciou em relação à libra esterlina, 36%, e ao euro, 4,4%, contrastando com a depreciação de 18,9% registrada em relação ao iene.

Gráfico 6.14
Moeda de países desenvolvidos
Cotações do dólar

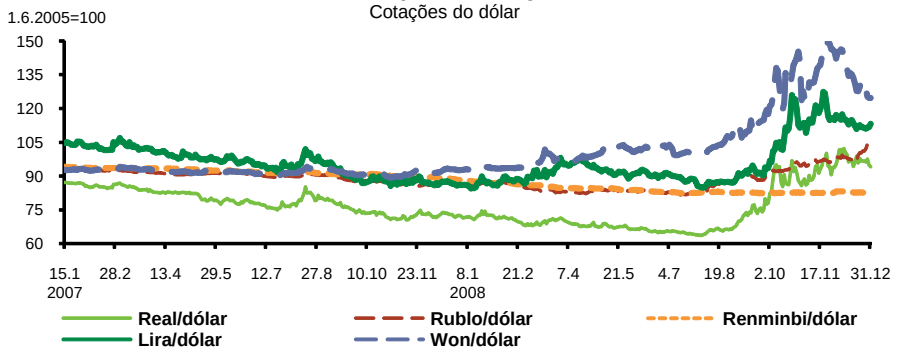


Fonte: Bloomberg

A evolução da moeda dos EUA em relação às dos países emergentes, em especial a partir de meados de junho, esteve influenciada pela significativa redução dos preços

e das exportações de *commodities*, em cenário de contração das economias maduras e do comércio mundial. Adicionalmente, países com déficit em transações correntes enfrentaram maiores dificuldades de financiamento no ambiente de escassez de crédito internacional. Em 2008, o dólar apreciou em relação ao won da Coreia do Sul, 34,7%; à lira turca, 31,6%; e ao rublo russo, 19,5%, em oposição à depreciação de 6,5% observada ante o renmimbi, da China, que até julho seguia em trajetória de apreciação gradual em relação ao dólar.

Gráfico 6.15
Moeda de países emergentes
Cotações do dólar



Fonte: Bloomberg

VII

Organismos Financeiros Internacionais

Fundo Monetário Internacional

Criado em 1945 e contando, ao final de 2008, com 185 países-membros, o Fundo Monetário Internacional (FMI) tem como funções precípuas promover a cooperação monetária internacional; a estabilidade cambial; e o crescimento econômico e altos níveis de emprego, além de prover assistência financeira temporária aos países em fase de ajustamento do balanço de pagamentos e facilitar a expansão equilibrada do comércio internacional.

Adicionalmente, o organismo monitora e analisa anualmente as economias dos países-membros, além de realizar, regularmente, variados estudos, dentre os quais os denominados Perspectivas da Economia Mundial (WEO) e Relatório sobre a Estabilidade Financeira Global (GFSR), editados semestralmente.

O FMI efetua as consultas estabelecidas pelo Artigo IV de seu Acordo Constitutivo, destinadas à supervisão macroeconômica de cada país-membro, normalmente com periodicidade anual, e realiza as Revisões de Programa, normalmente trimestrais, quando um país se encontra sob Programa de Assistência Financeira patrocinado pelo Fundo. Além dos relatórios mencionados, o FMI, em conjunto com o Banco Mundial, produz os Relatórios de Observância a Códigos e Padrões (ROSCs), que se constituem em avaliações do grau de adoção pelos países dos códigos e padrões reconhecidos internacionalmente, abrangendo doze áreas: qualidade dos dados; transparência da política monetária e financeira; transparência fiscal; supervisão bancária; regulação de mercados de capitais; supervisão de seguros; sistemas de pagamento; combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo; governança corporativa; contabilidade; auditoria; e, por último, insolvência e direitos dos credores.

Também realizado em conjunto com o Banco Mundial, o Programa de Avaliação do Setor Financeiro (FSAP), que decorre de solicitação do país-membro, além de propiciar a elaboração de ROSCs, verifica, mediante a aplicação de testes de estresse, o grau de estabilidade financeira das respectivas economias diante de choques econômicos, expresso em dois relatórios sintéticos encaminhados às Diretorias do FMI e do Banco Mundial.

Em relação à divulgação de dados econômicos, 64 países, entre os quais o Brasil, haviam subscrito o Padrão Especial de Disseminação de Dados (SDDS), até o final de 2008. O objetivo do SDDS consiste em melhorar a disponibilização, em termos de abrangência e de tempestividade, de estatísticas econômicas e financeiras, contribuindo para a eficiência e a solidez das políticas macroeconômicas e para o aperfeiçoamento dos mercados financeiros.

A agenda do FMI em 2008 privilegiou a discussão da crise financeira internacional, a revisão dos instrumentos de empréstimos e a reforma de quotas. No novo ambiente macroeconômico, o FMI passou a revisar sua atuação e a reforçar seus instrumentos, visando contribuir para a formulação das políticas econômicas adotadas pelos países atingidos pela crise e provendo recursos financeiros para viabilizar sua eficiência. O FMI também tem participado ativamente de discussões envolvendo a construção de uma nova arquitetura financeira internacional, com destaque para as reuniões do G-20.

Em relação aos instrumentos de empréstimos, o FMI intensificou o processo de reforma de suas linhas de crédito com o objetivo de aperfeiçoar o atendimento das necessidades dos países-membros. Nesse contexto, no cenário de intensificação das restrições nos mercados de crédito, foi criada a *Short-Term Liquidity Facility* (SLF), destinada a países-membros bem integrados ao mercado de capital mundial e com histórico de sólidas políticas econômicas.

Em abril de 2008, ocorreu a reforma de quotas no Organismo, incorporando três linhas básicas. Foram aprovadas nova fórmula de quotas[4]; a triplicação dos votos básicos – com garantia de manutenção de sua participação no poder de voto total – e a criação de dois diretores alternos adicionais para as cadeiras africanas; e o aumento de 9,6% nas quotas, o que elevará o poder de voto do Brasil de 1,38% para 1,72%. A reforma ainda não foi ratificada, processo que demanda a aprovação legislativa em diversos países-membros.

A necessidade de capacitar o FMI como provedor de recursos aos países-membros no novo ambiente experimentado pela economia mundial refletiu-se nas discussões relacionadas ao aumento de quotas associado à redistribuição na representatividade dos países-membros, incluindo a necessidade de antecipar a XIV Revisão Geral de Quotas. A solução de curto prazo para o aumento da capacidade de empréstimos do FMI compreende acordos bilaterais com países-membros com posições sólidas de balanços de pagamentos.

Paralelamente à reforma de quotas, foi aprovado, em 2008, o novo modelo de renda do FMI, que, em linha com o objetivo de reduzir a dependência das receitas do Organismo

4/ A fórmula agora passa a ser uma única e não linear, com compressão de 0,95, e constituída de quatro variáveis: 50% PIB (sendo 40% medido a taxa de PPP), 30% abertura, 15% variabilidade e 5% reservas.

dos empréstimos, se baseou na expansão da capacidade de investimento das contas de Investimento[5] e de Desembolsos Especiais[6]; no retorno do reembolso à conta *General Resources Account* (Conta de Recursos Gerais, GRA em inglês) das despesas administrativas do *Poverty Reduction and Growth Facility – Exogenous Shocks Facility Trust* (Linha de Crédito para Redução de Pobreza e Crescimento – Linha de Crédito para Choques Exógenos, PRGF-ESF, em inglês); e na permissão para venda de 403 toneladas de ouro adquiridas depois da Segunda Emenda de 1973 – o lucro dessa venda seria alocado na Conta de Investimento.

O capital total do FMI permaneceu em DES217 bilhões ao final de 2008[7], enquanto o crédito total pendente de recebimento aumentou de DES9,8 bilhões para DES21,5 bilhões. A quota do Brasil no Fundo atingiu DES3.036 milhões, representando 1,4% do capital total do organismo[8].

Grupo dos 20 – G-20

O G-20 é um fórum informal que promove o debate entre países industrializados e emergentes sobre assuntos-chave relacionados à estabilidade econômica global. O G-20 apoia o crescimento e o desenvolvimento mundial por meio do fortalecimento da arquitetura financeira internacional e de oportunidades de diálogo sobre políticas nacionais, cooperação internacional e instituições econômico-financeiras internacionais.

Criado em resposta às crises financeiras registradas no final dos anos 90, o G-20 é composto pelos Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais de 19 países[9] e pela presidência rotativa do Conselho da União Europeia e pelo Banco Central Europeu. Ainda, para garantir o trabalho simultâneo com instituições internacionais, o Diretor-Gerente do FMI e o Presidente do Banco Mundial participam *ex-officio* das reuniões.

A presidência do Grupo é anual e rotativa dentre os membros, sendo o país presidente incumbido de estabelecer um secretariado provisório durante sua gestão.

De forma a evitar descontinuidade dos trabalhos, o G-20 é gerenciado por uma diretoria tripartite, denominada Tróica. Esta é constituída pelo último país presidente, o atual e o próximo. Em 2008, a Tróica foi composta por África do Sul, Brasil e Reino Unido,

---

5/ Conta criada em junho de 2006 por meio da transferência de recursos das reservas precaucionárias do FMI para permitir a aplicação de recursos do Fundo em ativos de um país-membro ou de um organismo internacional que tenha baixo risco e apresente retornos esperados acima da taxa DES para o mesmo período.

6/ Conta que recebe e investe o lucro da venda de ouro do FMI no mercado e que pode fazer transferências para outras contas quando houver autorização da Diretoria Executiva (*Executive Board*).

7/ Caso a reforma de quotas de abril de 2008 seja ratificada, o capital total do FMI passará a ser DES238 bilhões.

8/ Caso haja a ratificação da reforma de quotas de abril de 2008, as quotas do Brasil passarão a ser DES4.250 bilhões, com participação de 1,78% no capital total.

9/ África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Rússia, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos.

presidentes em 2007, 2008 e previsto em 2009, respectivamente. Em 2009, a Coreia do Sul, que assumirá a presidência do G-20 em 2010, passou a integrar a Tróica, em substituição à África do Sul.

Responsáveis pela presidência brasileira, o Banco Central do Brasil e o Ministério da Fazenda elaboraram e executaram as atividades do G-20 durante o ano, com ênfase na definição do programa de trabalho do fórum, na organização de seminários técnicos e reuniões, e no desenvolvimento e no gerenciamento da versão anual do sítio do grupo na internet.

Dois novos temas foram inseridos na agenda de discussões em 2008: "Energia Limpa" e "Concorrência no Setor Financeiro". O programa de trabalhos foi ainda complementado com a continuidade dos temas "Reforma das Instituições Financeiras Internacionais" e "Espaço Fiscal", iniciados em 2007 sob a condução da África do Sul. Realizaram-se, ainda, em 2008, duas reuniões de alternos e uma reunião de Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais de países-membros do G-20.

O G-20 desenvolveu um grupo de estudo denominado *Global Credit Market Disruptions* (Rupturas no Mercado Global de Crédito), que analisou as causas da turbulência financeira, iniciada nas economias avançadas, e os mecanismos de sua transmissão aos países em desenvolvimento. O relatório, publicado ao final do ano, concentrou-se nos desdobramentos do sistema financeiro entre agosto de 2007 e outubro de 2008.

Ainda em resposta à crise financeira internacional, ressalte-se a reunião extraordinária denominada Cúpula de Washington, com a participação dos Chefes de Estado dos membros do grupo, quando foi estabelecido um plano de ação que deve ser utilizado como guia das discussões do G-20 em 2009, dividido em metas de curto e médio prazos. De modo a possibilitar o combate simultâneo à crise em áreas diferentes, o plano foi integrado por quatro grupos de trabalho: regulação e transparência; cooperação internacional em matéria de regulação e de supervisão; reforma do FMI; e reforma das instituições multilaterais de desenvolvimento.

Em resposta à nova configuração econômica mundial, o G-20 começou a assumir o posto de fórum principal no qual se determinam as diretrizes econômicas e financeiras globais, lugar antes ocupado pelo G-7. Esse aspecto ressalta o papel significativo que os países em desenvolvimento passaram a desempenhar no debate internacional.

Banco de Compensações Internacionais

O Banco de Compensações Internacionais (BIS), organismo internacional fundado em 1930, tem como função principal fomentar internacionalmente a cooperação financeira e monetária, atuando como fórum nos processos de coordenação entre os bancos centrais

e a comunidade financeira; centro de pesquisa financeira e monetária; e agente fiduciário em operações internacionais de bancos centrais.

O Banco Central do Brasil é acionista do BIS desde 25 de março de 1997, com três mil ações subscritas no valor de DES15 milhões, equivalendo a 0,55% do capital total do organismo.

O BIS coordena comitês e organizações que objetivam promover a estabilidade financeira, ressaltando-se o Comitê da Basileia de Supervisão Bancária; o Comitê de Sistemas de Pagamentos e Recebimentos; o Comitê do Sistema Financeiro Global; e o Comitê de Mercado. Estabelecidos ao longo dos últimos quarenta anos pelos bancos centrais dos países do G-10[10], esses comitês possuem elevado grau de autonomia na estruturação de suas agendas e atividades.

O BIS também secretaria o Fórum de Estabilidade Financeira (FSF), criado em 1999 para debater questões referentes ao fortalecimento da arquitetura financeira internacional e promover a cooperação entre autoridades nacionais e organismos internacionais e órgãos reguladores.

Dentre as atividades regulares do organismo, destacam-se as do Comitê do Sistema Financeiro Global e as discussões no âmbito do Comitê de Sistemas de Pagamentos e Recebimentos – que trabalha em parceria com a *International Organization of Securities Commissions* (IOSCO), no sentido de promover a segurança dos sistemas de pagamentos, fortalecendo a infraestrutura de mercado e reduzindo o risco sistêmico.

O Comitê da Basileia de Supervisão Bancária continuou com os esforços direcionados ao fortalecimento da supervisão prudencial das instituições bancárias; à adoção de práticas mais transparentes em registros financeiros; e ao encorajamento para que o sistema bancário avance na avaliação de riscos.

Finalmente, no papel de banco dos bancos centrais, o BIS oferece uma larga variedade de serviços bancários, especialmente desenhados para auxiliar no gerenciamento de reservas. Aproximadamente 140 instituições, dentre elas diversos bancos centrais, fazem uso desse serviço. Em média, ao longo dos últimos anos, cerca de 6% das reservas internacionais globais foram aplicadas por bancos centrais junto ao BIS.

Além da Assembleia-Geral Anual, que ocorre geralmente em junho, são realizadas, com periodicidade bimestral, reuniões técnicas de alto nível, restritas a presidentes de bancos centrais e, no máximo, a mais um assessor especial. Essas reuniões, consideradas as mais importantes da instituição, possibilitam a discussão aberta, franca e informal relativa à

10/ Grupo de países industrializados composto por Alemanha, Bélgica, Canadá, Estados Unidos, França, Holanda, Inglaterra, Itália, Japão, Suécia e Suíça.

evolução e às perspectivas da economia mundial e dos mercados financeiros, promovendo trocas de opiniões e experiências em diversas questões relacionadas às atividades de autoridade monetária e proporcionando, portanto, o aprimoramento do entendimento dos participantes em relação aos desafios experimentados pela economia mundial.

Em junho de 2008, ocorreu a primeira reunião do *Consultative Council for the Americas* (CCA), integrado pelos presidentes dos bancos centrais da Argentina, Brasil, Canadá, Chile, México e EUA, além de representantes do BIS. A criação do CCA baseou-se na experiência similar do *Asian Consultative Council* (ACC), criado em 2001 e integrado pelos bancos centrais de países da Ásia e do Pacífico, membros do BIS. O Brasil foi o anfitrião da última reunião bimestral de 2008, bem como da segunda reunião do CCA, que ocorreram em novembro, em São Paulo, logo após a reunião do G-20.

Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos

O Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos (Cemla), organismo estabelecido em 1952, é uma associação civil com domicílio legal na Cidade do México, que tem como objetivos específicos a promoção de melhor entendimento sobre assuntos monetários e bancários na América Latina e no Caribe, assim como sobre os aspectos pertinentes às políticas fiscal e cambial dos países-membros; a assistência na capacitação do corpo funcional dos bancos centrais e outros órgãos financeiros na América Latina e no Caribe; a pesquisa e sistematização dos resultados nos campos acima mencionados; e a divulgação de informações aos membros sobre fatos de interesse internacional e regional no âmbito das políticas monetária e financeira.

O Cemla é composto atualmente por cinquenta instituições, das quais trinta são bancos centrais associados, com poder de voto e voz. As demais instituições estão divididas entre membros colaboradores e assistentes, que possuem unicamente poder de voz.

A gerência do Cemla ocorre por meio da Assembleia de Governadores e da Junta de Governo, assessoradas pelo Comitê de Alternos e pelo Comitê de Auditoria.

Em 2008, o Banco Central do Brasil assumiu a presidência do Comitê de Auditoria e participou das definições de mudanças normativas e administrativas que favoreceram o aperfeiçoamento da governança no Cemla, estruturando um conjunto de normativos técnicos e administrativos que regulam desde a gestão da instituição até a aplicação financeira dos recursos de seu fundo de pensão. Iniciaram-se as discussões para a definição de um modelo de controle interno a ser aplicado ao Cemla, bem como a formatação de uma base de dados de recursos humanos.

VIII

Principais Medidas de Política Econômica

Leis

11.647, de 24.3.2008 – Estimou a receita da União para o exercício financeiro de 2008 no montante de R$1.424.391 milhões, e fixou a despesa em igual valor. O montante compreende:

a) o Orçamento Fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
b) o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a elas vinculados, da Administração Pública Federal direta e indireta, bem como os fundos e fundações, instituídos e mantidos pelo Poder Público; e
c) o Orçamento de Investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

11.651, de 7.4.2008 – Deu nova redação aos artigos 1º e 2º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, que autorizou a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro, e ao parágrafo 1º do artigo 15 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, que autorizou a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás).

11.653, de 7.4.2008 – Dispôs sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011.

11.665, de 29.4.2008 – Alterou o artigo 41-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com vistas a antecipar parte do pagamento dos benefícios previdenciários e assistenciais, a cargo do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), para os cinco últimos dias do mesmo mês a que correspondam, já a partir da competência dezembro de 2007 (conversão da Medida Provisória nº 404, de 11 de dezembro de 2007).

11.688, de 4.6.2008 (conversão da Medida Provisória nº 414, de 4 de janeiro de 2008) – Autorizou a União a conceder crédito ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor de R$12.500 milhões, em condições financeiras e contratuais a serem definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda.

11.709, de 19.6.2008 (conversão da Medida Provisória nº 421, de 29 de fevereiro de 2008) – Fixou em R$415,00 (quatrocentos e quinze reais) o valor do salário mínimo, com vigência a partir de 1º de março de 2008.

11.726, de 23.6.2008 – Dispôs sobre a prorrogação do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto), instituído pela Lei nº 11.033, de 21 dezembro de 2004, e alterou as Leis nº 11.033, de 2004, e nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Conversão em lei da Medida Provisória nº 412, de 31 de dezembro de 2007.

11.727, de 23.6.2008 (conversão da Medida Provisória nº 413, de 3 de janeiro de 2008) – Elevou de 9% para 15% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas (CSLL) a cargo das instituições financeiras e das pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização. Ademais, estabeleceu a incidência de forma concentrada da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do Programa de Integração Social (PIS/Pasep) na produção e comercialização de álcool, e dispôs sobre medidas tributárias destinadas a estimular os investimentos e a modernização do setor de turismo.

11.732, de 30.6.2008 – Alterou a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispôs sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e a Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, que criou áreas de livre comércio nos municípios de Boa Vista e Bonfim, no Estado de Roraima, e revogou dispositivos da Lei nº 11.508, de 2007. Conversão em lei da Medida Provisória nº 418, de 14 de janeiro de 2008.

11.768, de 14.8.2008 – Dispôs sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2009 e adotou outras providências.

11.773, de 17.9.2008 – Dispôs sobre a apuração do imposto de renda na fonte incidente sobre rendimentos de prestação de serviços de transporte rodoviário internacional de carga, auferidos por transportador autônomo pessoa física residente na República do Paraguai, considerado como sociedade unipessoal nesse país.

11.774, de 17.9.2008 (conversão da Medida Provisória nº 428, de 12 de maio de 2008) – Alterou a legislação tributária federal com vistas a fomentar os investimentos privados, as inversões em pesquisa científica e tecnológica, a produtividade da indústria nacional e a participação das exportações brasileiras no mercado internacional.

11.775, de 17.9.2008 (conversão da Medida Provisória nº 432, de 27 de maio de 2008) – Instituiu medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário, e adotou outras providências.

11.786, de 25.9.2008 – Autorizou a União a participar em Fundo de Garantia para a Construção Naval (FGCN) para a formação de seu patrimônio e alterou as Leis nº 9.365, de 16 dezembro de 1996, nº 5.662, de 21 de junho de 1971, nº 9.019, de 30 de março de 1995, nº 11.529, de 23 de outubro de 2007, nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, e nº 9.818, de 23 de agosto de 1999. Conversão em lei da Medida Provisória nº 429, de 12 de maio de 2008.

11.787, de 25.9.2008 – Reduziu a zero as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes na importação e na comercialização do mercado interno de farinha de trigo, trigo e pão comum e isentou do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) as cargas de trigo e de farinha de trigo, até 31.12.2008, alterando as Leis nº 10.925, de 23 de julho de 2004, nº 10.893, de 13 de julho de 2004, nº 10.560, de 13 de novembro de 2002, nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003. Conversão em lei da Medida Provisória nº 433, de 27 de maio de 2008.

11.793, de 6.10.2008 – Dispôs sobre a prestação de auxilio financeiro pela União, no valor de R$3,25 bilhões, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, no exercício de 2008, com o objetivo de fomentar as exportações do país.

11.803, de 5.11.2008 (conversão da Medida Provisória nº 435, de 26 de junho de 2008) – Alterou a Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a utilização do superávit financeiro em 31 de dezembro de 2007.

11.805, de 6.11.2008 (conversão da Medida Provisória nº 439, de 29 de agosto de 2008) – Constituiu fonte de recursos adicional no valor de R$15 bilhões para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

11.827, de 20.11.2008 – Alterou as Leis nº 10.833, de 2003, e nº 11.727, de 23 de junho de 2008, relativamente à incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da Contribuição para o Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), incidentes tanto no mercado interno quanto na importação de produtos dos Capítulos 21 e 22 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, a Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, e revogou os dispositivos que menciona. Conversão em lei da Medida Provisória nº 436, de 26 de junho de 2008.

11.887, de 24.12.2008 – Criou o Fundo Soberano do Brasil (FSB), fundo especial de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério da Fazenda, com as finalidades

de promover investimentos em ativos no Brasil e no exterior, formar poupança pública, mitigar os efeitos dos ciclos econômicos e fomentar projetos de interesse estratégico do país localizados no exterior.

11.897, de 30.12.2008 – Estimou a receita e fixou a despesa da União para o exercício financeiro de 2009. A receita total foi estimada em R$1.581,4 bilhões, assim distribuídos: Orçamento Fiscal, R$669,7 bilhões; Orçamento da Seguridade Social, R$386,2 bilhões; e refinanciamento da dívida pública federal, R$525,5 bilhões.

Medidas Provisórias

413, de 3.1.2008 – Dispôs sobre medidas tributárias destinadas a estimular os investimentos e a modernização do setor de turismo, a reforçar o sistema de proteção tarifária brasileiro, a estabelecer a incidência de forma concentrada da Contribuição para o Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) na produção e comercialização de álcool, alterou o artigo 3º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, e deu outras providências. Foi estabelecida a incidência do Imposto de Renda na Fonte, a Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins, nas remessas para o exterior para pagamentos relativos ao afretamento, arrendamento ou aluguel de embarcações marítimas ou fluviais destinadas ao transporte de pessoas para fins turísticos.

414, de 4.1.2008 – Autorizou a União a conceder crédito ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no valor de R$12.500.000.000,00 (doze bilhões e quinhentos milhões de reais) em condições financeiras e contratuais a serem definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda. O superávit financeiro existente no Tesouro Nacional no encerramento dos exercícios financeiros poderá ser destinado à cobertura desse crédito.

418, de 14.2.2008 – Alterou a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e a Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, que cria áreas de livre comércio no Estado de Roraima, e deu outras providências.

421, de 29.2.2008 – Fixou em R$415,00 (quatrocentos e quinze reais) o valor do salário mínimo a partir de 1º de março de 2008.

428, de 12.5.2008 – Esta medida provisória, que integra a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), alterou a legislação tributária federal com vistas a fomentar, em caráter de relevância e urgência, os investimentos privados, as inversões em pesquisas científica e tecnológica, a produtividade da indústria nacional e a participação das exportações

brasileiras no mercado internacional para expandir a capacidade produtiva, atender a crescente demanda por bens de consumo e ampliar a competitividade do setor produtivo nacional. Dentre as medidas adotadas, cabe assinalar as seguintes:

a) redução do prazo de aproveitamento dos créditos, relativos a bens de capital, da Contribuição para o Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins);
b) suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins no caso de venda ou de importação de óleo combustível destinado à navegação de cabotagem e de apoio portuário e marítimo;
c) redução a zero das alíquotas do PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a importação e sobre a venda, no mercado interno, de peças e componentes destinados ao emprego na construção, conservação, modernização e conversão de embarcações registradas no Registro Especial Brasileiro;
d) flexibilização nas exigências para adesão ao Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação (Repes);
e) flexibilização nas exigências para adesão ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (Recap);
f) depreciação imediata para o setor de bens de capital utilizados no desenvolvimento de inovação tecnológica;
g) extensão do Regime Tributário para o Incentivo da Modernização e da Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto) à malha logística ferroviária;
h) ampliação do prazo de recolhimento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) – que passa de decendial para mensal – pelo setor automotivo;
i) redução para zero da alíquota do Imposto de Renda incidente sobre despesas com prestação, no exterior, de serviços de logística de exportações;
j) prorrogação da depreciação acelerada, de 2008 para 2010 (direito de uso do crédito relativo à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) à razão de 25% sobre a depreciação contábil de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos destinados ao ativo imobilizado e empregados em processo industrial do adquirente);
k) permissão para que as empresas de *software* reduzam em dobro, da base de cálculo do Imposto de Renda – Pessoa Jurídica (IRPJ) e da CSLL, as despesas com capacitação de pessoal próprio;
l) redução da contribuição patronal incidente sobre a folha de pagamentos (de 20% para até 10%) e da contribuição para o "Sistema – S" (de 3% para zero), por parte das empresas que prestam serviços de Tecnologia da Informação (TI) e de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

429, de 12.5.2008 – Autorizou a União a participar em Fundo de Garantia para a Construção Naval (FGCN) para a formação de seu patrimônio e alterou as Leis nº 9.019, de 30 de março de 1995, nº 11.529, de 23 de outubro de 2007, nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, e nº 9.818, de 23 de agosto de 1999. Essa norma integra a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP).

432, de 27.5.2008 – Instituiu medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário, e deu outras providências.

433, de 27.5.2008 – Reduziu a zero as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Cofins incidentes na importação e na comercialização do mercado interno de farinha de trigo, trigo e pão comum e isentou do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) as cargas de trigo e de farinha de trigo, até 31.12.2008.

435, de 26.6.2008 – Dispôs sobre a carteira de títulos mantida pelo Banco Central do Brasil para fins de condução da política monetária, sobre o resultado financeiro das operações com reservas e derivativos cambiais, sobre as sistemáticas de pagamento e de compensação de valores envolvendo a moeda brasileira em transações externas e sobre a utilização do superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional em 31.12.2007.

436, de 26.6.2008, retificada em 3.7.2008 – Alterou as Leis nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e nº 11.727, de 23 de junho de 2008, relativamente à incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), que incidem tanto no mercado interno quanto na importação, sobre produtos dos Capítulos 21 (Preparações alimentícias diversas) e 22 (Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres) da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi), aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 2006, e revogou dispositivos das Leis nº 10.833, de 2003, e nº 11.727, de 2008.

439, de 29.8.2008 – Constituiu fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Autorizou a União a conceder crédito ao BNDES, no montante de até R$15.000.000.000,00 (quinze bilhões de reais) em condições financeiras e contratuais a serem definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda.

440, de 29.8.2008 – Dispôs sobre a reestruturação da composição remuneratória das carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e Auditoria-Fiscal do Trabalho; das carreiras da área jurídica e de gestão governamental; das carreiras do Banco Central do Brasil, da Superintendência de Seguros Privados (Susep), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), entre outros órgãos.

441, de 29.8.2008 – Dispôs sobre a reestruturação da composição remuneratória das carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria; e sobre o plano de carreiras e cargos da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), do Departamento Nacional de

Infraestrutura de Transportes (Dnit), da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) e de outros órgãos da administração pública federal.

442, de 6.10.2008 – Dispôs sobre operações de redesconto pelo Banco Central do Brasil, autorizou a emissão da Letra de Arrendamento Mercantil (LAM), e adotou outras providências.

443, de 21.10.2008 – Autorizou o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil, e adotou outras providências.

445, de 6.11.2008 – Autorizou a União a dispensar a Caixa Econômica Federal do recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio, referentes aos exercícios de 2008 a 2010, que lhe seriam devidos, em montante a ser definido pelo Ministro da Fazenda.

446, de 7.11.2008 – Dispôs sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulou os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social, e adotou outras providências.

447, de 14.11.2008 – Estendeu, em dez dias, o prazo de recolhimento do Imposto sobre Produtos Industrializados, do Imposto de Renda Retido na Fonte e da Contribuição Previdenciária; e, em cinco dias, o prazo de recolhimento do Programa de Integração Social e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins).

449, de 3.12.2008 – Autorizou o parcelamento de dívidas vencidas até 31.12.2005, com valor até R$10 mil; ofereceu estímulo ao encerramento de litígios judiciais e administrativos, decorrentes do aproveitamento indevido de créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados; concedeu remissão de débitos para com a Fazenda Nacional que em 31.12.2007 estavam vencidos há cinco anos ou mais, e cujo valor total consolidado, nessa mesma data, seja igual ou inferior a R$10 mil.

450, de 9.12.2008 – Autorizou a União a captar US$2 bilhões, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), para repassar ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); autorizou a União, de forma definitiva, a usar o excesso de arrecadação e o superávit financeiro para amortização da dívida pública federal; autorizou a União a participar de Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica, cuja finalidade seja prestar garantias a sociedades com fins específicos.

451, de 15.12.2008 – Acrescentou duas novas faixas de valores e respectivas alíquotas (7,5% e 22,5%) à tabela progressiva do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, que passará a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2009; estendeu às áreas de livre comércio o mesmo tratamento tributário relativo à Contribuição para o Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), conferido à Zona Franca de Manaus, e adotou outras providências.

452, de 24.12.2008 – Deu nova redação à Lei nº 1.887, de 24 de dezembro de 2008, que criou o Fundo Soberano do Brasil (FSB), e deu outras providências. Foi incluída a obtenção de recursos para o FSB por meio da emissão de títulos da dívida pública mobiliária federal.

Decretos

6.339, de 3.1.2008 – Alterou as alíquotas do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Imobiliários (IOF). Estabeleceu alíquota adicional de 0,38% nas operações de exportação, de amparo à produção ou estímulo à exportação, bem como nos adiantamentos de contrato de câmbio de exportação. O IOF sobre o valor ingressado no país decorrente de ou destinado a empréstimos em moeda com prazos mínimos de até noventa dias aumentou de 5% para 5,38%; nas operações de câmbio vinculadas à importação de serviços e à exportação de bens e serviços, a alíquota foi fixada em 0,38%.

6.345, de 4.1.2008 – Alterou o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamentou o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Imobiliários (IOF). Para operações destinadas ao cumprimento de obrigações de administradoras de cartão de crédito ou de bancos comerciais ou múltiplos, na qualidade de emissores de cartão de crédito, decorrentes de aquisição de bens e serviços do exterior efetuada por seus usuários, definiu-se aumento da alíquota do IOF de 2% para 2,38%; para as operações de câmbio de natureza interbancária entre instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional autorizadas a operar no mercado de câmbio e entre estas e instituições financeiras no exterior, definiu-se alíquota zero e, para as demais operações de câmbio, alíquota de 0,38%.

6.367, de 30.1.2008 – Fixou os encargos financeiros dos financiamentos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata o art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001.

6.374, de 18.2.2008 – Dispôs sobre a execução do Quinquagésimo Nono Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18, entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, relativo a Transações Comerciais em Moedas Locais.

6.380, de 20.2.2008 – Dispôs sobre a exclusão do Banco do Estado de Santa Catarina S. A. (Besc) e da Besc S.A. Crédito Imobiliário (Bescri) do Programa Nacional de Desestatização.

sem número, de 25.2.2008 – Instituiu o Programa Territórios da Cidadania, a ser implementado de forma integrada pelos diversos órgãos do Governo Federal responsáveis pela execução de ações voltadas à melhoria das condições de vida, de acesso a bens e serviços públicos e a oportunidades de inclusão social e econômica às populações que vivem no interior do país.

6.386, de 29.2.2008 – Regulamentou o art. 45 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e dispôs sobre o processamento das consignações em folha de pagamento no âmbito do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape).

6.391, de 12.3.2008 – Alterou o Decreto nº 6.306, de 2007, que regulamentou o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF), e revogou, a partir de 17.3.2008, o inciso XXIII do art. 8º e o inciso VI do § 1º do art. 15 do Decreto nº 6.306, de 2007. Instituiu a alíquota de 1,5% do IOF nas liquidações de operações de câmbio para ingresso de recursos no país, realizadas por investidor estrangeiro, nas aplicações em renda fixa, com vigência a partir de 17.3.2008. Para investimentos em renda variável, foi mantida a alíquota zero do IOF. Além disso, reduziu de 0,38% para zero a alíquota adicional do IOF nas operações de câmbio relativas ao ingresso, no país, de receitas de exportação de bens e serviços.

6.394, de 12.3.2008 – Dispôs sobre a execução orçamentária e financeira dos órgãos, dos fundos e das entidades do Poder Executivo até a publicação da Lei Orçamentária de 2008, alterou o Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007, que instituiu o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o seu Comitê Gestor, e adotou outras providências.

6.416, de 28.3.2008 – Alterou o Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, que regulamentou a forma de habilitação e co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), instituído pelos arts. 1º a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

6.418, de 31.3.2008 – Promulgou o Acordo para a Facilitação de Atividades Empresariais no Mercosul, aprovado pela Decisão do Conselho Mercado Comum do Mercosul (CMC) nº 32, de 2004, emanada da XXVII Reunião de Cúpula do Mercosul, realizada em Belo Horizonte, em 16.12.2004.

6.419, de 1º.4.2008 – Acresceu dispositivo ao inciso I do artigo 328 do Decreto nº 4.543, de 26 dezembro de 2002, que regulamentou a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior. No caso de admissão temporária, o pagamento dos impostos de importação e

sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao seu tempo de permanência no território aduaneiro, não se aplica sobre os bens destinados às atividades de transporte, movimentação, transferência, armazenamento ou regaseificação de gás natural liquefeito, constantes da relação a ser estabelecida pela Receita Federal do Brasil.

6.426, de 7.4.2008 – Reduziu a zero as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS/Pasep), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), da Contribuição para o PIS/Pasep – Importação e da Cofins – Importação dos produtos que menciona.

6.429, de 14.4.2008 – Deu nova redação aos incisos I e II do artigo 1º do Decreto nº 5.435, de 26 de abril de 2005, que definiu os limites de que tratam o inciso II e o § 5º do artigo 3º da Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001.

6.433, de 15.4.2008 – Instituiu o Comitê Gestor do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (CGITR) e dispôs sobre a forma de opção de que trata o inciso III do § 4º do artigo 153 da Constituição, pelos municípios e pelo Distrito Federal, para fins de fiscalização e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), e deu outras providências.

6.439, de 22.4.2008 – Dispôs sobre a programação orçamentária e financeira e estabeleceu o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2008. As metas acumuladas de superávit primário do Governo Central (Tesouro Nacional e Previdência Social) para o primeiro, segundo e terceiro quadrimestres do ano foram fixadas, respectivamente, em R$33,6 bilhões, R$54,4 bilhões e R$62,4 bilhões. Os limites de movimentação e empenho de recursos a cargo dos órgãos e unidades do poder executivo foram fixados em R$110 bilhões, o que representa um contingenciamento de R$19,2 bilhões, comparativamente ao montante aprovado na lei orçamentária.

6.446, de 2.5.2008 – Reduziu o valor da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) incidente sobre a venda de gasolina, de R$0,28 para R$0,18/litro, e sobre a venda do diesel, de R$0,07 para R$0,03/litro.

6.451, de 12.5.2008 – Estabeleceu que as microempresas e as empresas de pequeno porte que opetarem pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) poderão constituir, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, consórcio simples, por tempo indeterminado, tendo como objeto a compra e venda de bens e serviços para os mercados nacional e internacional.

6.452, de 12.5.2008 – Alterou o Decreto nº 3.937, de 25 de setembro de 2001, que regulamentou a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, que dispôs sobre o Seguro de Crédito à Exportação.

6.453, de 12.5.2008 – Alterou o Decreto nº 6.306, de 2007, que regulamentou o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF). Reduziu a zero a alíquota do imposto nas operações de crédito efetuadas com recursos da Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ou mesmo de seus agentes financeiros, bem como por intermédio da empresa pública Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Além disso, nas operações de câmbio para ingressos de recursos no país, inclusive por meio de operações simultâneas, realizadas por investidor estrangeiro, foi fixada a alíquota do IOF em 1,5%, tendo sido excetuadas as aplicações em renda variável.

6461, de 21.5.2008 – Deu nova redação aos artigos 1º e 3º do Decreto nº 5.630, de 22 de dezembro de 2005, que dispôs sobre a redução a zero das alíquotas da contribuição para o Programa de Integração Social/Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes na importação e na comercialização no mercado interno de adubos, fertilizantes, defensivos agropecuários e outros produtos, de que trata o art. 1º da Lei nº 10.925, de 2004, em função das alterações da Lei nº 11.488, de 2007.

6.468, de 30.5.2008 – Alterou anexos do Decreto nº 6.439, de 22 de abril de 2008, que dispôs sobre a programação orçamentária e financeira, e estabeleceu o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2008.

6.480, de 11.6.2008 – Promulgou o Protocolo de Montevidéu sobre o Comércio de Serviços do Mercosul, concluído em Montevidéu, em 15.12.1997, acompanhado de seus quatro Anexos Setoriais, adotados pela Decisão nº 9, de 1998, do Conselho Mercado Comum do Mercosul, em 23.7.1998, e a Lista de Compromissos Específicos Iniciais do Brasil, aprovada pela Decisão nº 9, de 1998, do Conselho Mercado Comum, em 23.7.1998.

6.486, de 17.6.2008 – Dispôs sobre a execução da Ata de Retificação, de 20.3.2007, do Acordo de Complementação Econômica nº 62, entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, Estados Partes do Mercosul e Cuba.

6.491, de 26.6.2008 – Reajustou em cerca de 8%, para vigorar a partir do mês de julho, os benefícios pagos às famílias cadastradas no Programa Bolsa Família.

6.500, de 2.7.2008 – Dispôs sobre a execução do Trigésimo Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 14, entre Argentina e Brasil, relativo ao Acordo sobre a Política Automotiva Comum.

6.518, de 30.7.2008 – Dispôs sobre a execução do Sexagésimo Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 2, assinado entre Brasil e Uruguai, em 17.7.2008, relativo ao Acordo Automotivo Bilateral Brasil – Uruguai.

6.519, de 30.7.2008 – Alterou os limites de despesas do Poder Executivo, previstos no Decreto nº 6.439, de 2008 (programação orçamentária e financeira), e autorizou os Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, e da Fazenda a constituir reserva no valor de R$14,2 bilhões a ser destinada ao Fundo Soberano do Brasil, após sua criação, conforme projeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional.

6.525, de 31.7.2008 – Dispôs sobre a antecipação, para o mês de agosto, do abono anual devido ao segurado e ao dependente da Previdência Social, no ano de 2008.

6.526, de 1º.8.2008 – Alterou o Estatuto Social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), aprovado pelo Decreto nº 4.418, de 11 de outubro de 2002. O BNDES foi autorizado a constituir subsidiárias no exterior nos termos da autorização constante do parágrafo único do art. 5º da Lei nº 5.662, de 21 de junho de 1971.

6.565, de 15.9.2008 – Dispôs sobre as medidas tributárias aplicáveis às doações em espécie recebidas por instituições financeiras públicas controladas pela União e destinadas a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas brasileiras.

6.566, de 15.9.2008 – Reduziu de 0,38% para zero a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incidente sobre as operações de câmbio decorrentes de doações em espécie recebidas por instituições financeiras públicas controladas pela União e destinadas a ações de conservação das florestas brasileiras.

6.573, de 19.9.2008 – Fixou coeficiente para redução das alíquotas específicas do Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre a receita bruta auferida na venda de álcool e estabeleceu os valores dos créditos dessas contribuições que podem ser descontados na aquisição de álcool anidro para adição à gasolina.

6.579, de 25.9.2008 – Dispôs sobre a execução do Sexagésimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18, entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, Estados Partes do Mercosul, de 12.5.2008. Prorrogou o prazo de incorporação dos Regimes Especiais de Importação, conforme definido no artigo 2º da Decisão nº 14, de 2007, do Conselho do Mercado Comum.

6.581, de 26.9.2008 – Deu nova redação a dispositivos do Decreto nº 5.789, de 25 de maio de 2006, que relaciona os bens de capital amparados pelo Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (Recap), e revogou o Decreto nº 5.908, de 27 de setembro de 2006.

6.582, de 26.9.2008 – Estabeleceu as relações de máquinas, equipamentos e bens de que tratam os §§ 7º e 8º do artigo 14 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, aos quais é aplicável o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto), e revogou o Decreto nº 5.281, de 23 de novembro de 2004.

6.589, de 1º.10.2008 – Alterou a programação orçamentária e financeira e estabeleceu um novo cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2008. As mudanças foram decorrentes da reavaliação das receitas correntes, que apontaram crescimento de R$8 bilhões comparativamente à estimativa realizada no mês julho.

6.597, de 6.10.2008 – Dispôs sobre a concessão de bônus e rebates sobre os financiamentos de custeio e investimento, contratados ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em municípios do Mato Grosso do Sul, cujos contratantes foram afetados pelas medidas de contenção da febre aftosa.

6.613, de 22.10.2008 – Alterou o Decreto nº 6.306, de 2007, que regulamentou o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF). Reduziu a zero a alíquota do IOF nas liquidações de operações de câmbio relativas a transferências do e para o exterior, inclusive por meio de operações simultâneas, realizadas por investidor estrangeiro, para aplicação nos mercados financeiros e de capitais, na forma regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

6.628, de 4.11.2008 – Aprovou o Estatuto do Fundo Garantidor de Financiamentos, de que trata a Lei nº 11.524, de 24 de setembro de 2007.

6.634, de 5.11.2008 – Dispôs sobre o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE), de que trata o artigo 3º da Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, e deu outras providências.

6.643, de 18.11.2008 – Alterou o Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967, que dispõe sobre o Seguro de Crédito à Exportação.

6.644, de 18.11.2008 – Dispôs sobre a redução a zero das alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), incidentes sobre a receita bruta da venda de veículos e embarcações destinados ao transporte escolar para a educação básica nas redes estadual, municipal e distrital, quando adquiridos pela União, estados, municípios e Distrito Federal.

6.662, de 25.11.2008 – Regulamentou o art. 5º da Lei nº 11.727, de 23 de junho de 2008, que permite a restituição ou a compensação de valores retidos na fonte a título

da Contribuição para o Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

6.687, de 11.12.2008 – Reduziu as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidentes sobre a venda de veículos e caminhões, para vigorar de 15 de dezembro de 2008 até 31 de março de 2009.

6.691, de 11.12.2008 – Reduziu as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incidentes sobre operações de crédito com pessoas físicas.

6.701, de 18.12.2008 – Regulamentou os artigos 11 e 12 da Lei nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, que dispôs sobre a depreciação acelerada.

6.704, de 19.12.2008 – Regulamentou o artigo 10 da Lei nº 9.493, de 1997, que instituiu a suspensão do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição, realizada por estaleiros navais brasileiros, de materiais e equipamentos, incluindo partes, peças e componentes, destinados ao emprego na construção, conservação, modernização, conversão ou reparo de embarcações pré-registradas ou registradas no Registro Especial Brasileiro (REB).

6.707, de 23.12.2008 – Regulamentou os artigos 58-A a 58-T da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, incluídos pelo artigo 32 da Lei nº 11.727, de 23 de junho de 2008, que tratam da incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da Contribuição para o Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), no mercado interno e na importação, sobre produtos dos Capítulos 21 e 22 da Tabela de Incidência do IPI (TIPI), e deu outras providências.

6.713, de 29.12.2008 – Autorizou a integralização de cotas do Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização, no montante de R$14,2 bilhões.

Decreto Legislativo do Senado Federal

262, de 19.9.2008 – Aprovou o texto do Protocolo de Emenda ao Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Trips) da Organização Mundial do Comércio, adotado pelo Conselho-Geral daquela Organização, em 6.12.2005.

Resoluções do Conselho Monetário Nacional

3.528, de 14.1.2008 – Estabeleceu prazo adicional, até 30 de abril de 2008, para contratação das operações de crédito ao amparo da linha de crédito especial denominada Financiamento de Recebíveis do Agronegócio (FRA).

3.529, de 18.1.2008 – Alterou o art. 9º-I da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, que dispõe sobre a ampliação do limite para a contratação de operações de crédito no âmbito do Programa de Atendimento Habitacional (Pró-Moradia) e da Linha de Financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social aos Projetos Multissetoriais Integrados (PMI).

3.530, de 31.1.2008 – Alterou a fórmula de cálculo da Taxa Referencial (TR).

3.531, de 31.1.2008 – Alterou a Resolução nº 3.188, de 29 de março de 2004, que autoriza aos bancos cooperativos o recebimento de depósitos de poupança rural. Essa alteração possibilita a contratação de qualquer empresa, inclusive cooperativa de crédito, com vistas à prestação de serviços de captação de poupança rural em nome dos bancos cooperativos, ao amparo da regulamentação sobre constituição e funcionamento de cooperativas de crédito e sobre contratação de correspondentes no país.

3.532, de 31.1.2008 – Alterou dispositivos da Resolução nº 3.444, de 28 de fevereiro de 2007, que define o Patrimônio de Referência (PR), que é o conceito de capital próprio utilizado para a verificação do cumprimento dos limites operacionais a que estão submetidas as instituições financeiras. A principal alteração refere-se à possibilidade de inclusão no PR dos instrumentos híbridos de capital e dívida com cláusula de opção de recompra pelo emissor, combinada ou não com modificação de seus encargos financeiros caso não exercida a opção, desde que atendidos determinados requisitos. Entre esses requisitos, foi determinado um intervalo mínimo de dez anos entre a data de autorização para que o instrumento integre o PR e a primeira data de exercício da opção de recompra. É necessária a previsão contratual para que o exercício da opção de recompra seja condicionado, na data do exercício, à autorização do Banco Central do Brasil.

3.533, de 31.1.2008 – Estabeleceu procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros, consoante definições estabelecidas na Resolução nº 3.534, de 31 de janeiro de 2008. O tratamento contábil passa a seguir os critérios de transferência de risco e, de forma acessória, de transferência de controle. Destarte, devem-se classificar e registrar contabilmente as vendas ou transferências de ativos financeiros conforme as seguintes categorias: operações com transferência substancial dos riscos e benefícios; operações com retenção substancial dos riscos e benefícios; e operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios. A avaliação quanto à transferência ou venda de riscos e benefícios

de propriedade de ativos financeiros é de responsabilidade da instituição e deve ser efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação.

3.534, de 31.1.2008 – Definiu os seguintes termos para fins de registro contábil: instrumento financeiro, ativo financeiro, passivo financeiro, instrumento de capital próprio, valor justo e transferência de controle de ativo financeiro.

3.535, de 31.1.2008 – Dispôs sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

3.536, de 1º.2.2008 – Contingenciamento de crédito ao setor público: alterou o art. 9º-J da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, acrescentado pela Resolução nº 3.453, de 26 de abril de 2007; ampliou limite para a contratação de operações de crédito no âmbito do Programa Caminho da Escola.

3.537, de 1º.2.2008 – Autorizou a concessão de prazo adicional, até 31 de março de 2008, para que os mutuários efetuem o pagamento, mantidos os benefícios pactuados para adimplência, das prestações com vencimento no período de 1º de janeiro a 30 de março de 2008, relativas às operações que compõem o endividamento rural especificadas nessa resolução, e deu outras providências.

3.538, de 1º.2.2008 – Autorizou a concessão de prazo adicional para pagamento das dívidas relativas a financiamentos de despesas de custeio, colheita e estocagem de café das safras 2005/2006 e 2006/2007, ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

3.539, de 28.2.2008 – Redefiniu regras sobre o empréstimo de valores mobiliários por câmaras e prestadores de serviços de compensação e de liquidação. Constituem-se condições indispensáveis à realização dessas operações a existência de autorização prévia, por escrito, dos titulares de valores mobiliários objeto de empréstimo e a intermediação por sociedade corretora ou distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em garantia do empréstimo, o tomador deverá oferecer, em caução, ativos aceitos pela câmara ou prestador de serviços de compensação e liquidação. Essa resolução instituiu ainda competência para que a Comissão de Valores Mobiliários adote as medidas regulamentares necessárias à operacionalização desse serviço de empréstimo.

3.540, de 29.2.2008 – Dispôs sobre a declaração de bens e valores possuídos no exterior por pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no país.

3.541, de 28.2.2008 – Acrescentou o Estado de Rondônia como área de abrangência do Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF) para leite.

3.542, de 28.2.2008 – Alterou os arts. 9º-B e 9º-I da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001. Ampliou os limites para a contratação de operações de crédito para execução de ações de saneamento ambiental e para operações no âmbito do Programa de Atendimento Habitacional (Pró-Moradia) e dos Projetos Multissetoriais Integrados (PMI).

3.543, de 28.2.2008 – Dispôs sobre as aplicações dos recursos garantidores das provisões técnicas de sociedade seguradora e ressegurador local em moeda estrangeira, sobre as aplicações das reservas técnicas de seguradora de crédito à exportação e sobre as aplicações dos recursos exigidos no país para a garantia das obrigações de ressegurador admitido.

3.544, de 28.2.2008 – Dispôs sobre a revogação dos dispositivos aplicáveis ao enquadramento e à indenização de empreendimentos conduzidos com uso da técnica de "plantio direto" no âmbito do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro).

3.545, de 29.2.2008 – Alterou o MCR 2-1 para estabelecer exigência de documentação comprobatória de regularidade ambiental e outras condicionantes, para fins de financiamento agropecuário no Bioma Amazônia.

3.546, de 29.2.2008 – Remanejou recursos do Programa de Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais (Moderagro) para o Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop).

3.547, de 12.3.2008 – Dispôs sobre contratações simultâneas de câmbio, nas situações que especifica, quando das transferências internas entre aplicações de investidor não residente. Ficaram sujeitas à contratação de operações simultâneas de câmbio as transferências de aplicações, efetuadas, por investidor não residente, com recursos ingressados a partir de 17.3.2008, em renda variável realizada em bolsa de valores ou em bolsa de mercadorias e de futuros, na forma regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), bem como na aquisição de ações em oferta pública registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ou na subscrição de ações, para aplicações nos demais ativos disponíveis nos mercados financeiro e de capitais.

3.548, de 12.3.2008 – Alterou a Resolução nº 3.389, de 4 de agosto de 2006, que dispôs sobre o recebimento do valor das exportações brasileiras. Estabeleceu que os exportadores brasileiros de mercadorias e serviços podem manter no exterior a integralidade dos recursos relativos ao recebimento de suas exportações.

3.549, de 27.3.2008 – Dispôs sobre a captação de depósitos de poupança. As instituições autorizadas a receber depósitos de poupança rural podem captar depósitos de poupança no âmbito do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), mediante autorização do Banco Central do Brasil, para constituírem carteira de crédito imobiliário e comunicação à autoridade monetária do início da captação de depósitos

de poupança no âmbito do SBPE. Por seu turno, as instituições integrantes do SBPE estão autorizadas a captar depósitos de poupança rural, desde que disponham de autorização do Banco Central para operar em crédito rural e comuniquem o início da captação desses depósitos à autoridade monetária. As instituições supramencionadas devem observar o direcionamento obrigatório estabelecido para os recursos captados em depósitos de poupança no âmbito do SBPE e em depósitos de poupança rural, na forma da regulamentação vigente.

3.550, de 27.3.2008 – Fixou em 6,25% a.a. a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) a vigorar no período de 1º de abril a 30 de junho de 2008, inclusive.

3.551, de 28.3.2008 – Alterou o inciso VII do § 1º do artigo 9º da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001.

3.552, de 27.3.2008 – Alterou as disposições estabelecidas no MCR 4-3 para financiamento da atividade pesqueira.

3.553, de 27.3.2008 – Remanejou recursos do Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota) para o Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop).

3.554, de 27.3.2008 – Dispôs sobre a definição do agente operacional na venda de estoques governamentais do café.

3.555, de 27.3.2008 – Alterou o artigo 1º da Resolução nº 3.537, de 31 de janeiro de 2008, para estender o período de abrangência ali referenciado.

3.556, de 27.3.2008 – Em função da consolidação promovida, consolidou as regras dos recursos destinados ao crédito rural constantes do Capítulo 6º do Manual de Crédito Rural (MCR) e ajustou normas aplicáveis ao crédito rural e do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro).

3.557, de 27.3.2008 – Dispôs sobre a aplicação de recursos das provisões técnicas dos fundos de resseguradores locais.

3.558, de 27.3.2008 – Alterou a redação do § 1º do artigo 3º da Resolução nº 3.456, de 1º de junho de 2007.

3.559, de 27.3.2008 – Alterou as disposições estabelecidas no Manual de Crédito Rural, Capítulo 10 (MCR-10) para financiamentos ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

3.560, de 15.4.2008 – Incluiu o art. 9º-K na Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, estabelecendo linha de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para contratação de operações de crédito no âmbito do Programa de Intervenções Viárias (Provias).

3.561, de 15.4.2008 – Alterou as disposições estabelecidas no Manual de Crédito Rural, Capítulos 3 e 4.

3.562, de 24.4.2008 – Dispôs sobre o fator de ponderação incidente sobre o saldo das operações de crédito para custeio agropecuário com recursos captados por meio de depósitos de poupança rural, de que trata a Seção 6-4 do Manual de Crédito Rural (MCR 6-4), para efeito de cumprimento da exigibilidade.

3.563, de 24.4.2008 – Autorizou a concessão de prazo adicional para pagamento de prestações de operações de investimento e de parcelas de operações de custeio.

3.564, de 29.5.2008 – Dispôs sobre ajustes nas normas do Capítulo 6 do Manual do Crédito Rural (MCR) e deu outras providências.

3.565, de 29.5.2008 – Estabeleceu procedimentos relativos ao registro contábil de reavaliação de imóveis de uso próprio por parte de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

3.566, de 29.5.2008 – Dispôs sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento de mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos.

3.567, de 29.5.2008 – Dispôs sobre a constituição e o funcionamento de sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte.

3.568, de 29.5.2008 – Aperfeiçoou, simplificou e consolidou as regras e procedimentos cambiais. Possibilitou que as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional autorizadas a operar no mercado de câmbio possam contratar, mediante convênio:

i) pessoas jurídicas em geral para negociar a realização de transferências unilaterais, na forma definida pelo Banco Central;
ii) pessoas jurídicas listadas no Ministério do Turismo, para a realização de operações com moeda estrangeira em espécie, cheques ou cheques de viagem, ou seja, câmbio manual;
iii) instituições financeiras e demais instituições, não autorizadas a operar com câmbio, para a realização de transferências unilaterais e compra e venda de moeda estrangeira em espécie, cheques ou cheques de viagem, câmbio manual. As negociações anteriormente citadas foram limitadas a US$3 mil por operação.

Além disso, os bancos autorizados a operar no mercado de câmbio, excetuando-se os bancos de desenvolvimento, foram autorizados a realizar operações de câmbio com bancos do exterior, recebendo e entregando, em contrapartida, reais em espécie. Dispensou a apresentação de documentação nas operações de compra e venda de moeda estrangeira até o equivalente a US$3 mil, embora tenha sido mantida a necessidade de identificação do cliente. O Banco Central foi autorizado a estabelecer formas simplificadas de registro para operações até o equivalente a US$3 mil e elevou, em linha com as recentes alterações promovidas pela Instrução Normativa nº 846, de 12 de maio de 2008, da Receita Federal do Brasil, de US$20 mil para US$50 mil o limite das operações de câmbio simplificado de importação e exportação celebradas por instituições financeiras não bancárias. Com vigência a partir de 1º.7.2008, quando ficarão revogadas a Resolução nº 3.265, de 4 de março de 2005, e suas alterações posteriores, bem como a Resolução nº 3.452, de 26 de abril de 2007.

3.569, de 29.5.2008 – Dispôs sobre limites de crédito para despesas de custeio e de colheita de café nos financiamentos ao amparo do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

3.570, de 29.5.2008 – Alterou dispositivos constantes do anexo da Resolução nº 3.559, de 27 de março de 2008, para promover ajustes nas normas operacionais do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

3.571, de 29.5.2008 – Estabeleceu prazo de contratação até 30 de setembro de 2008 e fixou fatores de ponderação sobre o saldo das operações contratadas no âmbito do Financiamento de Recebíveis do Agronegócio (FRA).

3.572, de 29.5.2008 – Estabeleceu prazos e disposições complementares para a efetivação do contido nos artigos 1º, 2º, 5º, 6º e 7º da Medida Provisória nº 432, de 27 de maio de 2008.

3.573, de 29.5.2008 – Estabeleceu os prazos e disposições complementares para a efetivação do contido nos artigos 29 e 30 da Medida Provisória nº 432, de 27 de maio de 2008.

3.574, de 29.5.2008 – Estabeleceu os prazos e disposições complementares para a efetivação do contido nos artigos 3º e 4º da Medida Provisória nº 432, de 27 de maio de 2008.

3.575, de 29.5.2008 – Estabeleceu os prazos e disposições complementares para a efetivação do contido nos artigos 10 e 11 da Medida Provisória nº 432, de 27 de maio de 2008.

3.576, de 29.5.2008 – Estabeleceu os prazos e disposições complementares para a efetivação do contido nos artigos 12 e 13 da Medida Provisória nº 432, de 27 de maio de 2008.

3.577, de 29.5.2008 – Estabeleceu os prazos e disposições complementares para a efetivação do contido nos artigos 14 e 22 da Medida Provisória nº 432, de 27 de maio de 2008.

3.578, de 29.5.2008 – Estabeleceu os prazos e disposições complementares para a efetivação do contido nos artigos 15, 16, 17 e 18 e 18 da Medida Provisória nº 432, de 27 de maio de 2008.

3.579, de 29.5.2008 – Dispôs sobre individualização de operações de crédito rural amparadas pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), liquidação e renegociação de operações ao amparo do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera) e alterou a Resolução nº 3.407, de 27 de setembro de 2006.

3.580, de 29.5.2008 – Dispôs sobre prazos e condições adicionais para efetivação do contido nos artigos 24, 25 e 26 da Medida Provisória nº 432, de 27 de maio de 2008.

3.581, de 16.6.2008 – Dispôs sobre o estabelecimento da alíquota de adicional do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) para enquadramento no programa de operações de custeio agrícola de canola, observadas as condições de Zoneamento Agrícola de Risco Climático.

3.582, de 30.6.2008 – Fixou em 6,25% a.a. a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) a vigorar no período de 1º de julho a 30 de setembro de 2008, inclusive.

3.583, de 1º.7.2008 – Dispôs sobre ajustes nas normas do crédito rural.

3.584, de 1º.7.2008 – Fixou a meta para a inflação e seu intervalo de tolerância para o ano de 2010.

3.585, de 2.7.2008 – Dispôs sobre limites de crédito para despesas de custeio e de colheita de café nos financiamentos ao amparo do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

3.586, de 2.7.2008 – Definiu fatores de ponderação para fins de cumprimento da exigibilidade do Manual de Crédito Rural (MCR) 6-2 relativamente às operações contratadas nas condições do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural).

3.587, de 2.7.2008 – Alterou as condições do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) – Safra 2008/2009.

3.588, de 2.7.2008 – Instituiu, no âmbito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável (Produsa), e promoveu ajustes nas normas dos programas de investimentos do Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem (Moderinfra), do Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais (Moderagro), do Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), do Programa de Plantio Comercial de Florestas (Propflora) e do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop).

3.589, de 2.7.2008 – Alterou dispositivos constantes do anexo da Resolução nº 3.559, de 27 de março de 2008, para promover ajustes nas normas operacionais do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

3.590, de 2.7.2008 – Dispôs sobre ajustes nas normas do crédito rural.

3.591, de 3.7.2008 – Dispôs sobre o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) para a safra 2008/2009.

3.592, de 3.7.2008 – Instituiu, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), linha especial de crédito de investimento para produção de alimentos (Pronaf Mais Alimentos).

3.593, de 31.7.2008 – Alterou o dispositivo relacionado aos bancos de desenvolvimento.

3.594, de 31.7.2008 – Promoveu ajustes nas normas de Créditos de Custeio e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

3.595, de 31.7.2008 – Promoveu ajustes nas normas dos programas de investimento ao amparo de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

3.596, de 31.7.2008 – Estabeleceu condições para linha de crédito especial, com subvenção econômica, pela União, para financiamentos e empréstimos a empresas dos setores de pedras ornamentais; beneficiamento de madeira; financiamento de couro, calçados e artefatos de couro; de têxteis, entre outros produtos.

3.597, de 29.8.2008 – Alterou dispositivos das Resoluções nº 3.575, nº 3.576, nº 3.577 e nº 3.578, todas de 29 de maio de 2008.

3.598, de 29.8.2008 – Alterou as condições do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) – Safra 2008/2009.

3.599, de 29.8.2008 – Promoveu ajustes nas condições básicas do crédito rural.

3.600, de 29.8.2008 – Alterou normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

3.601, de 29.8.2008 – Dispôs sobre limites de crédito para despesas de custeio e da colheita de café nos financiamentos ao amparo do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

3.602, de 29.8.2008 – Dispôs sobre fatores de ponderação ao alcance de renegociações com base no MCR 2-6-9, prazos das operações de custeio da agricultura empresarial e revogou dispositivo da Resolução nº 3.537, de 31 de janeiro de 2008.

3.603, de 29.8.2008 – Alterou normas dos recursos obrigatórios e dos programas de investimento no âmbito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

3.604, de 29.8.2008 – Dispôs sobre procedimentos aplicáveis na elaboração e publicação da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

3.605, de 29.8.2008 – Estabeleceu procedimentos relativos ao registro contábil das reservas de capital e reservas de lucros, bem como de lucros ou prejuízos acumulados, por parte de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

3.606, de 11.9.2008 – Alterou o regulamento anexo à Resolução nº 3.198, de 27 de maio de 2004, que dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e para as câmaras de prestadores de serviços de compensação e de liquidação.

3.607, de 11.9.2008 – Dispôs sobre as exigibilidades de aplicação em crédito rural ao amparo dos recursos obrigatórios (MCR 6-2) e da poupança rural (MCR 6-4) – recolhimento e transferência dos recursos provenientes das deficiências apuradas no período 2007/2008.

3.608, de 11.9.2008 – Dispôs sobre o Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML), no âmbito do convênio bilateral firmado entre o Banco Central do Brasil e o Banco Central da República Argentina. O SML é um sistema informatizado por meio do qual podem ser feitas transferências de fundos relativas ao recebimento de receitas de exportações brasileiras para a Argentina e ao pagamento de importações brasileiras da

Argentina, em reais e em pesos argentinos, respectivamente, bem como registradas as correspondentes ordens de pagamento e realizadas as compensações devidas.

3.609, de 29.9.2008 – Definiu a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o último trimestre de 2008.

3.610, de 29.9.2008 – Dispôs sobre fatores de ponderação para fins de cumprimento de exigibilidade e subexigibilidade do MCR 6-2, relativamente às operações contratadas nas condições do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), e fixou novo percentual para subexigibilidade de aplicações no Pronaf a partir da safra 2009/2010.

3.611, de 29.9.2008 – Autorizou a concessão de prazo adicional para pagamento das prestações de operações de investimento.

3.612, de 30.9.2008 – Alterou dispositivos das Resoluções nº 3.572, nº 3.573, nº 3.574, nº 3.575, nº 3.577, nº 3.578, nº 3.579 e nº 3.580, todas de 29 de maio de 2008.

3.613, de 30.9.2008 – Alterou o artigo 3º da Resolução nº 3.524, de 20 de dezembro de 2007, para estender o período de manutenção da situação de normalidade das operações ao amparo do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana.

3.614, de 30.9.2008 – Alterou as condições do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) – Safra 2008/2009.

3.615, de 2.10.2008 – Dispôs sobre a apuração do limite de exposição por cliente, de que trata a Resolução nº 2.844, de 29 de junho de 2001, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

3.616, de 1º.10.2008 – Alterou o inciso VII do § 1º do artigo 9º da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001.

3.617, de 1º.10.2008 – Dispôs sobre os critérios para registro contábil de ativos imobilizados e diferidos por parte de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

3.618, de 1º.10.2008 – Promoveu ajustes nas condições básicas do crédito rural.

3.619, de 1º.10.2008 – Dispôs sobre critérios aplicáveis na avaliação de investimentos em coligadas e controladas.

3.620, de 1º.10.2008 – Estabeleceu critérios relativos ao registro contábil de operações de incorporação, fusão e cisão de empresas realizadas entre partes independentes e

vinculadas à efetiva transferência de controle em que sejam parte instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central.

3.621, de 1º.10.2008 – Regulamentou a emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) para fins do disposto no inciso III do § 8º do artigo 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.

3.622, de 9.10.2008 – Estabeleceu critérios e condições de avaliação e de aceitação de ativos recebidos pelo Banco Central do Brasil em operações de redesconto em moeda nacional e em garantia de operações de empréstimo em moeda estrangeira. As operações de redesconto em moeda nacional de que trata essa resolução serão realizadas sob a forma de compra de ativos com compromisso de revenda do Banco Central do Brasil, conjugado a compromisso de recompra da instituição financeira.

3.623, de 14.10.2008 – Elevou de 25% para 30% a parcela dos recursos à vista das instituições financeiras a ser destinada obrigatoriamente à aplicação em crédito rural, para o período de cumprimento de 1º de novembro de 2008 a 30 de junho de 2009.

3.624, de 16.10.2008 – Alterou a Resolução nº 3.622, de 9 de outubro de 2008, que dispõe sobre as operações de redesconto e de empréstimo em moeda estrangeira. Nas operações de empréstimo em moeda estrangeira, poderá o Banco Central do Brasil determinar que os recursos sejam direcionados, no todo ou em parte, para operações de comércio exterior. O Banco Central do Brasil poderá receber, nas operações de redesconto, debêntures emitidas por empresas não financeiras, identificadas no Sistema Central de Risco (SCR) e registradas na CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP), observados os critérios estabelecidos por essa resolução.

3.625, de 31.10.2008 – Elevou, para o período de 1º.11.2008 a 30.6.2009, a exigibilidade de aplicação em crédito rural de que trata o MCR 6-4, ampliou a possibilidade de financiamento de Cédula de Produto Rural (CPR) com recursos dessa fonte e reduziu o encaixe obrigatório.

3.626, de 31.10.2008 – Alterou o § 3º do art. 7º da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001.

3.627, de 31.10.2008 – Facultou a aplicação antecipada de procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros de que trata a Resolução nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008.

3.628, de 31.10.2008 – Incluiu o art. 9º-L na Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001.

3.629, de 31.10.2008 – Dispôs sobre o direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança pelas entidades integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).

3.630, de 31.10.2008 – Alterou a Resolução nº 3.596, de 31 de julho de 2008, que trata da subvenção econômica a setores especificados. O total dos financiamentos e empréstimos a serem subvencionados pela União, em 2008, sem prejuízo do disposto na Resolução nº 3.504, de 26 de outubro de 2007, obedecerá ao limite de R$4.000.000.000,00 com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), devendo ser contratados até 31.12.2009.

3.631, de 30.10.2008 – Dispôs sobre a realização de contrato de *swap* de moedas entre o Banco Central do Brasil e o *Federal Reserve Bank of New York*, admitindo-se a realização de operações até 30 de abril de 2009, cujo valor não ultrapasse o montante agregado de US$30 bilhões.

3.632, de 31.10.2008 – Dispôs sobre o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) para a safra 2008/2009.

3.633, de 4.11.2008 – Alterou a Resolução nº 3.622, de 9 de outubro de 2008.

3.634, de 13.11.2008 – Dispôs sobre o cumprimento de exigibilidade de encaixe obrigatório adicional sobre recursos de depósitos de poupança rural no âmbito do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).

3.635, de 13.11.2008 – Dispôs sobre a cobertura de risco de crédito às operações de empréstimo de capital de giro destinadas às empresas de construção civil, prevista na Medida Provisória nº 445, de 6 de novembro de 2008.

3.636, de 13.11.2008 – Alterou dispositivos das Resoluções nº 3.572, nº 3.573, nº 3.574, nº 3.575, nº 3.577, nº 3.578, nº 3.579 e nº 3.580, todas de 29 de maio de 2008.

3.637, de 18.11.2008 – Criou linha especial de crédito para pagamento de até 40% das prestações com vencimentos em 2008 dos programas de investimento agropecuário no âmbito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

3.638, de 26.11.2008 – Dispôs sobre Empréstimo do Governo Federal (EGF), sobre mecanismos de proteção de preços, e aumenta o limite dos Créditos de Comercialização (MCR 3-4-3 “a”, quando se tratar de Linha Especial de Crédito (LEC) para leite.

3.639, de 26.11.2008 – Criou linha especial de crédito para pagamento de até 40% das prestações com vencimento em 2008 de programas de investimento agropecuário no âmbito do BNDES.

3.640, de 26.11.2008 – Instituiu linha de crédito ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) destinada ao financiamento de recuperação de lavouras de café afetadas por chuva de granizo.

3.641, de 26.11.2008 – Revogou a Resolução nº 3.547, de 12 de março de 2008, que dispõe sobre contratações simultâneas de câmbio nas situações que especifica.

3.642, de 26.11.2008 – Definiu ativos intangíveis e excluiu do cálculo do limite de aplicação de recursos no Ativo Permanente os valores decorrentes da aquisição de direitos sobre folhas de pagamento que especifica.

3.643, de 26.11.2008 – Instituiu linha especial de crédito para o financiamento da aquisição de Cédula de Produto Rural (CPR) com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

3.644, de 26.11.2008 – Alterou limite de crédito e itens financiáveis do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop).

3.645, de 26.11.2008 – Dispôs sobre as linhas de crédito destinadas a estocagem de café do Financiamento para Aquisição do Café (FAC), ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

3.646, de 26.11.2008 – Alterou a Resolução nº 3.575, de 29 de maio de 2008, que trata da renegociação de dívidas rurais.

3.647, de 26.11.2008 – Excluiu da aplicação da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, as empresas que especifica e dá outras providências.

3.648, de 26.11.2008 – Alterou condições do Pronaf: Crédito de Investimento Coletivo e Linha de Crédito de Custeio de Beneficiamento, Industrialização de Agroindústrias Familiares e de Comercialização da Agricultura Familiar.

3.649, de 26.11.2008 – Inseriu o penhor florestal entre as garantias convencionais de operações de crédito rural e promoveu ajustes nas normas referentes às condições básicas do crédito rural (MCR 2-3).

3.650, de 26.11.2008 – Criou linha de crédito para refinanciamento de dívidas de cooperados, contratadas por meio de cooperativas de crédito, no âmbito do Pronaf, de que trata o art. 5º da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008.

3.651, de 27.11.2008 – Estabeleceu novas condições para concessão de empréstimos e financiamentos passíveis de subvenção econômica pela União no âmbito do Revitaliza e revogou a Resolução nº 3.630, de 30 de outubro de 2008.

3.652, de 17.12.2008 – Prorrogou o prazo para o cumprimento dos planos de enquadramento das entidades fechadas de previdência complementar aprovados nos

termos do art. 3º da Resolução nº 3.456, de 1º de junho de 2007, e alterações posteriores, e adotou outras providências.

3.653, de 17.12.2008 – Incluiu o art. 9°-M à Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, estabelecendo linha de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a modernização da Administração Geral e Patrimonial dos Estados e do Distrito Federal.

3.654, de 17.12.2008 – Alterou o art. 1º da Resolução nº 3.110, de 31 de julho de 2003.

3.655, de 18.12.2008 – Alterou a Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o registro contábil de créditos tributários das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

3.656, de 17.12.2008 – Alterou o estatuto do Fundo Garantidor de Créditos.

3.657, de 17.12.2008 – Alterou a Resolução nº 3.389, de 4 de agosto de 2006, que dispõe sobre o recebimento do valor das exportações brasileiras, e a Resolução nº 3.568, de 29 de maio de 2008, que dispõe sobre o mercado de câmbio.

3.658, de 17.12.2008 – Alterou e consolidou a regulamentação relativa ao fornecimento, ao Banco Central do Brasil, de informações sobre operações de crédito.

3.659, de 17.12.2008 – Alterou as condições do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro).

3.660, de 17.12.2008 – Definiu critérios para aplicação de penalidades pelo não fornecimento ao Banco Central do Brasil, nas condições e nos prazos regulamentares, de informações sobre operações de crédito rural sem adesão ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), por meio de cadastramento no Registro Comum de Operações Rurais (Recor).

3.661, de 17.12.2008 – Alterou a Resolução nº 3.568, de 29 de maio de 2008, que dispõe sobre o mercado de câmbio, e o Regulamento anexo à Resolução nº 3.040, de 28 de novembro de 2002, que dispõe sobre os requisitos e procedimentos para a constituição e a autorização para funcionamento, transferência de controle societário e a reorganização societária, bem como para o cancelamento da autorização para funcionamento das instituições que especifica.

3.662, de 17.12.2008 – Alterou normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

3.663, de 17.12.2008 – Estabeleceu medidas emergenciais para agricultores atingidos pelo excesso de chuvas em Santa Catarina.

3.664, de 17.12.2008 – Autorizou prorrogação de parcelas de nova operação de custeio para produtores rurais atingidos pelo excesso de chuvas em Santa Catarina.

3.665, de 17.12.2008 – Dispôs sobre a linha de crédito destinada a estocagem de café, ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

3.666, de 17.12.2008 – Alterou dispositivos das Resoluções nº 3.575, de 29 de maio de 2008, e nº 3.639, de 26 de novembro de 2008.

3.667, de 17.12.2008 – Acrescentou parágrafo único ao artigo 13 da Resolução nº 2.238, de 31 de janeiro de 1996, que dispõe sobre condições e procedimentos a serem observados na formalização das operações de alongamento de dívidas originárias de crédito rural, de que trata a Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995.

3.668, de 17.12.2008 – Alterou o inciso X do § 1º do artigo 9º da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, e revogou a Resolução nº 3.511, de 30 de novembro de 2007.

3.669, de 17.12.2008 – Alterou condições do Programa de Intervenções Viárias (Provias) para aqueles municípios que declararam estado de calamidade pública e situação de emergência de acordo com os Decretos Estaduais de Santa Catarina nº 1.897, de 22 de novembro de 2008, nº 1.910, de 20 de novembro de 2008, e suas alterações posteriores.

3.670, de 17.12.2008 – Alterou o art. 1º da Resolução nº 3.596, de 31 de julho de 2008, e revogou a Resolução nº 3.651, de 27 de novembro de 2008.

3.671, de 17.12.2008 – Definiu a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o primeiro trimestre de 2009.

3.672, de 17.12.2008 – Estabeleceu critérios e condições especiais para a realização de operações de empréstimo em moeda estrangeira de que trata a Medida Provisória nº 442, de 6 de outubro de 2008, e deu outras providências.

3.673, de 26.12.2008 – Dispôs sobre a adoção dos procedimentos de classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros de que trata a Resolução nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008.

3.674, de 30.12.2008 – Dispôs sobre o tratamento de provisão adicional para operações de crédito, arrendamento mercantil e outras operações com características de concessão de crédito.

Resoluções da Câmara de Comércio Exterior

1, de 23.1.2008 – Alterou para 0% (zero por cento), até 31.12.2008, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidente sobre os bens de informática e telecomunicações que menciona, na condição de ex-tarifários especiais. Esses itens referem-se aos investimentos voltados para a implantação da TV Digital.

2, de 24.1.2008 – Alterou para 2%, até 31.12.2008, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital, na condição de ex-tarifários, bem como sobre os componentes do Sistema Integrado que especifica, modificando as Resoluções nº 1/2005, nº 57/2007 e nº 73/2007, e cancelando o ex-tarifário que menciona.

8, de 6.2.2008 – Alterou a Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum, de que trata o Anexo II da Resolução nº 43, de 26 de junho de 2006.

11, de 20.3.2008 – Alterou para 0%, até 31.12.2008, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital e Bens de Informática e Telecomunicações que relaciona, na condição de ex-tarifários especiais.

12, de 20.3.2008 – Alterou para 2%, até 31.12.2008, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Informática e Telecomunicações que relaciona, na condição de ex-tarifários, e modificou a Resolução nº 8, de 29 de março de 2006.

13, de 20.3.2008 – Alterou para 2%, até 31.12.2008, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital, na condição de ex-tarifários, bem como sobre os componentes dos Sistemas Integrados que relaciona, e modificou as Resoluções nº 3/2004, nº 2/2006, nº 32/2006, nº 10/2007, nº 28/2007, nº 57/2007, nº 73/2007 e nº 2/2008.

14, de 20.3.2008 – Incluiu o produto ácido tereftálico e seus sais à alíquota zero do Imposto de Importação na Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum, de que trata o Anexo II da Resolução nº 43, de 2006; e alterou para 2%, para uma quota global de 150.000 toneladas, por um período de doze meses, a alíquota *ad valorem* do Imposto de Importação do produto óleo de amêndoa de palma.

18, de 15.4.2008 – Amparado pela Resolução do Grupo Mercado Comum (GMC) nº 69, de 2000, alterou para 2%, para uma cota global de 375 toneladas, por um período de doze meses, a alíquota *ad valorem* do Imposto de Importação do produto chapas de aço níquel, classificado na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 7225.40.90.

19, de 15.4.2008 – Amparado pela Resolução do Grupo Mercado Comum (GMC) nº 69, de 2000, alterou para 2%, para uma cota global de 80.000 toneladas, por um período de 12 meses, a alíquota *ad valorem* do Imposto de Importação de sardinhas.

20, de 16.4.2008 – Amparado pela Resolução do Grupo Mercado Comum (GMC) nº 69/2000, alterou para 2%, para cota global de 1.500 e de 2.500 toneladas, por um período de doze meses, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação de chapas de aço cromo-molibdênio e de aço laminado, classificadas, respectivamente, na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 7225.40.90 Ex 002 e 7225.99.90 Ex 001.

23, de 6.5.2008 – Alterou a Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum (TEC) de que trata o Anexo II da Resolução nº 43, de 2006.

24, de 6.5.2008 – Alterou a Resolução nº 38, de 2007, que estabeleceu que as importações de pneumáticos remoldados, classificados nos códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 4012.11.00, 4012.12.00 e 4012.19.00, originários e procedentes dos estados partes do Mercosul ao amparo do Acordo de Complementação Econômica nº 18, autorizadas pelo art. 41 da Portaria da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) nº 35, de 2006, limitar-se-ão, anualmente, às cotas especificadas.

25, de 6.5.2008 – Alterou para 2%, até 31.12.2008, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital, na condição de ex-tarifários, bem como sobre os componentes dos Sistemas Integrados que relaciona e modifica as Resoluções nº 9, de 2006, nº 15, de 2007, nº 57, de 2007, nº 73, de 2007, e nº 13, de 2008.

26, de 6.5.2008 – Alterou para 2%, até 31.12.2008, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Informática e Telecomunicações, na condição de ex-tarifários, bem como sobre os componentes do Sistema Integrado que especifica.

27, de 6.5.2008 – Estabeleceu as diretrizes para a utilização do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) e revogou a Resolução nº 35, de 24 de abril de 2007.

28, de 13.5.2008 – Ampliou a cota de importação de trigo, Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 1001.90.90, para 2.000.000 toneladas com redução tarifária, de que trata o art. 1º da Resolução da Câmara de Comércio Exterior (Camex) nº 8, de 29 de janeiro de 2008.

29, de 13.5.2008 – Fixou diretrizes para a utilização do Seguro de Crédito à Exportação (SCE), nas operações de micro, pequenas e médias empresas (MPME), com garantia da União, ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE).

31, de 27.5.2008 – Alterou para 2%, até 31.12.2008, a alíquota *ad valorem* do Imposto de Importação incidente sobre o Bem de Informática e Telecomunicação que especifica, na condição de ex-tarifário.

32, de 27.5.2008, retificada em 30.5.2008 – Alterou para 2%, até 31.12.2008, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital, na condição de ex-tarifários, bem como sobre os componentes dos Sistemas Integrados que relaciona, e modificou as Resoluções nº 9, de 2006, nº 10, de 2007, nº 22, de 2007, nº 57, de 2007, nº 13, de 2008, e nº 25, de 2008.

33, de 9.6.2008 – Alterou o § 2º do art. 1º da Resolução nº 28, de 21 de janeiro de 2008, que ampliou para 2.000.000 toneladas a redução tarifária de trigo, Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 1001.90.90, de que trata o artigo 1º da Resolução nº 8, de 2008.

38, de 3.7.2008 – Alterou a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e as alíquotas do Imposto de Importação que compõem a Tarifa Externa Comum (TEC), de que trata o Anexo I da Resolução nº 43, de 2006.

44, de 3.7.2008 – Alterou para 2%, até 31.12.2008, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Informática e Telecomunicação, na condição de ex-tarifários.

45, de 3.7.2008 – Alterou para 2%, até 31.12.2008, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital, na condição de ex-tarifários, bem como sobre os componentes dos Sistemas Integrados que relaciona, e modificou os ex-tarifários nº 005 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 8465.93.10 constante da Resolução nº 40, de 2001; 029 da NCM 8458.11.99 constante da Resolução nº 15, de 2007; 013 da NCM 8456.30.19 constante da Resolução nº 57, de 2007; 048 da NCM 8479.89.99 constante da Resolução nº 73, de 2007; 015 da NCM 8424.89.90 constante da Resolução nº 73, de 2007; 053 da NCM 8424.89.90 constante da Resolução nº 13, de 2008; 017 da NCM 8477.10.99 constante da Resolução nº 25, de 2008; 013 da NCM 8408.10.90 constante da Resolução nº 32, de 2008; 021 da NCM 8438.80.90 constante da Resolução nº 32, de 2008; e o Sistema Integrado nº SI-333 constante da Resolução nº 13, de 2008.

46, de 3.7.2008 – Alterou a Resolução nº 38, de 2007, que declara que as importações de pneumáticos remoldados, classificados nos códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 4012.11.00, 4012.12.00 e 4012.19.00, originários e procedentes dos estados partes do Mercosul ao amparo do Acordo de Complementação Econômica nº 18, autorizadas pelo artigo 41 da Portaria da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) nº 35, de 24 de novembro de 2006, limitar-se-ão às cotas anuais especificadas.

47, de 24.7.2008 – Alterou para 2%, até 31.12.2008, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital, na condição de ex-tarifários, bem como sobre os componentes dos Sistemas Integrados que relaciona, e modificou as Resoluções nº 2, de 2006, nº 15, de 2007, nº 73, de 2007, nº 2, de 2008, nº 13, de 2008, e nº 45, de 2008.

48, de 24.7.2008 – Dispôs sobre a prorrogação dos ex-tarifários simples de Bens de Capital que foram aprovados a partir da Resolução da Câmera de Comércio Exterior (Camex) nº 22, de 27 de junho de 2007, que contam com vigência até 31.12.2008, e deu outras providências.

49, de 24.7.2008 – Dispôs sobre a possibilidade de prorrogação dos ex-tarifários simples, especiais e Sistemas Integrados de Bens de Informática e Telecomunicações (BIT) concedidos a partir da Resolução da Câmara de Comércio Exterior (Camex) nº 21, de 27 de junho de 2007, inclusive, bem como aqueles concedidos antes da referida Resolução (que ficam sujeitos à apresentação de novo pedido), e a Lista de Exceções de BIT de que trata o Anexo III da Resolução Camex nº 43, de 22 de dezembro de 2006, e deu outras providências.

52, de 28.8.2008 – Alterou para 2%, até 31.12.2008, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital, na condição de ex-tarifários, bem como sobre os componentes dos Sistemas Integrados que relaciona, e modifica as Resoluções nº 15, de 2007, nº 36, de 2007, nº 73, de 2007, nº 13, de 2008, nº 25, de 2008, nº 32, de 2008, nº 45, de 2008, e nº 47, de 2008.

54 e 57, de 28.8.2008 e de 16.9.2008 – Alteraram para 2%, até 31.12.2008, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Informática e Telecomunicações que especificam, na condição de ex-tarifários.

55, de 11.9.2008 – Alterou a Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum de que trata a Resolução nº 43, de 2006.

56, de 11.9.2008 – Alterou para 2%, por um período de doze meses e para as quotas indicadas, a alíquota *ad valorem* do Imposto de Importação das mercadorias identificadas como ex-tarifários que relaciona e revogou a Resolução nº 20, de 2008.

58, de 16.9.2008 – Alterou para 2%, até 31.12.2008, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital, na condição de ex-tarifários, bem como sobre os componentes dos Sistemas Integrados que relaciona e modificou as Resoluções nº 1, de 2007, nº 22, de 2007, nº 36, de 2007, nº 57, de 2007, nº 73, de 2007, nº 13, de 2008, nº 25, de 2008, nº 45, de 2008, nº 47, de 2008, e nº 52, de 2008.

64, de 22.10.2008 – Alterou para 2%, até 31.12.2008, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital, na condição de ex-tarifários, bem como sobre os componentes dos Sistemas Integrados que relaciona, e modifica as Resoluções nº 10, de 2007, nº 15, de 2007, nº 28, de 2007, nº 57, de 2007, nº 73, de 2007, nº 25, de 2008, nº 45, de 2008, nº 47, de 2008, nº 52, de 2008, e nº 58, de 2008.

69, de 4.11.2008 – Alterou o inciso I do artigo 1º da Resolução nº 27, de 16 de junho de 2008, que definiu diretrizes para a utilização do Programa para Financiamento das Exportações (Proex). Foi aumentado de R$150 milhões para R$300 milhões o limite de faturamento bruto anual para as empresas brasileiras habilitarem suas operações de exportação no Proex- Financiamento.

70, de 4.11.2008 – Fixou diretrizes para a utilização do Seguro de Crédito à Exportação, nas operações de micro, pequenas e médias empresas, com garantia da União, ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), e revogou a Resolução nº 29, de 31 de março de 2008.

73, de 20.11.2008 – Alterou para 2%, conforme prazo de vigência e quotas discriminados, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação dos seguintes produtos: fios de aço, porta batel e blocos catódicos.

74, de 10.12.2008 – Alterou para 2%, até 31.12.2008, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Informática e Telecomunicações relacionados na condição de ex-tarifários.

75, de 10.12.2008 – Alterou para 0%, até 31.12.2008, na condição de ex-tarifário especial, a alíquota *ad valorem* do Imposto de Importação incidente sobre geradores de vapor do tipo casco-tubo, para uso em usinas termonucleares, Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 8402.19.00.

76, de 10.12.2008 – Alterou a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e as alíquotas do Imposto de Importação que compõem a Tarifa Externa Comum (TEC) de que trata o Anexo I da Resolução nº 43, de 2006.

77, de 10.12.2008 – Alterou para 2%, até 31.12.2008, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital, na condição de ex-tarifários, bem como sobre os componentes dos Sistemas Integrados especificados, e modificou as Resoluções nº 6, de 2006, nº 40, de 2006, nº 10, de 2007, nº 15, de 2007, nº 22, de 2007, nº 28, de 2007, nº 36, de 2007, nº 41, de 2007, nº 56, de 2007, nº 25, de 2008, nº 32, de 2008, nº 45, de 2008, nº 47, de 2008, nº 52, de 2008, e nº 58, de 2008.

81, de 18.12.2008 – Prorrogou, com as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação reduzidas conforme especificado, os ex-tarifários simples e Sistemas Integrados de Bens de Informática e Telecomunicações (BIT) concedidos e os que tiveram seus prazos de vigência prorrogados nas resoluções que menciona.

82, de 18.12.2008 – Prorrogou, com alíquotas reduzidas conforme especifica, os ex-tarifários simples e Sistemas Integrados de Bens de Capital (BK) concedidos e os que tiveram seus prazos de vigência prorrogados nas resoluções que menciona.

Circulares do Banco Central do Brasil

3.374, de 17.1.2008 – Divulgou a amostra de que trata o art. 1º da Resolução nº 3.354, de 31 de março de 2006, para fins de cálculo da Taxa Básica Financeira (TBF) e da Taxa Referencial (TR).

3.375, de 31.1.2008 – Instituiu recolhimento compulsório e encaixe obrigatório sobre recursos de depósitos interfinanceiros captados das sociedades de arrendamento mercantil pelos bancos comerciais, bancos múltiplos, bancos de desenvolvimento, bancos de investimento, bancos de câmbio, caixas econômicas e sociedades de crédito, financiamento e investimento. O limite máximo desse recolhimento compulsório é de 25% da base de cálculo, que corresponde à média aritmética dos saldos dos depósitos interfinanceiros apurados nos dias úteis do período de cálculo, deduzida de R$3.000.000,00 (três milhões de reais). Essa exigibilidade deve ser cumprida mediante a vinculação de títulos públicos federais no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic).

3.376, de 12.2.2008 – Alterou o Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI). Regulamentou a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.525, de 20 de dezembro de 2007, que dispôs sobre abertura e movimentação de contas em moedas estrangeiras tituladas por sociedade seguradora, ressegurador local, ressegurador admitido ou corretora de resseguro.

3.377, de 21.2.2008 – Dispôs sobre a remessa de informações relativas aos serviços tarifados e respectivos valores, por parte das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

3.378, de 27.2.2008 – Revogada.

3.379, de 13.3.2008 – Alterou Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI). Regulamentou as Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.547 e nº 3.548, ambas de 12 de março de 2008.

3.380, de 20.3.2008 – Dispôs sobre a aplicação de prerrogativas e obrigações aos bancos de câmbio, de investimento e múltiplos sem carteira comercial. Relativamente à obrigatoriedade de recolhimentos compulsórios, os bancos de câmbio, instituídos mediante a Resolução nº 3.426, de 21 de dezembro de 2006, ficaram sujeitos às mesmas condições impostas aos bancos comerciais e bancos múltiplos com carteira comercial. Facultou-se aos bancos de câmbio a titularidade da conta Reservas Bancárias. Na condição de titular da conta Reservas Bancárias, os bancos de câmbio, os bancos de investimento e os bancos múltiplos sem carteira comercial poderão emitir cheque administrativo e ordem de transferência interbancária de fundos, em nome próprio, atuando como instituição financeira remetente, bem como participar diretamente de qualquer sistema de liquidação operado ou autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

3.381, de 25.4.2008 – Estabeleceu procedimentos para a remessa de informações relativas às exposições a risco de mercado e à apuração das respectivas parcelas de Patrimônio de Referência Exigido (PRE), de que tratam as Resoluções nº 3.464, de 26 de junho de 2007, e nº 3.490, de 29 de agosto de 2007.

3.382, de 25.4.2008 – Dispensou o envio, por parte das cooperativas de crédito, de comprovante de publicação de certidão de arquivamento expedida por Junta Comercial e determinou sua manutenção à disposição do Banco Central do Brasil.

3.383, de 30.4.2008 – Estabeleceu os procedimentos para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente ao risco operacional (POPR), de que trata a Resolução nº 3.940, de 2007.

3.384, de 7.5.2008 – Estabeleceu o período de entrega da declaração de bens, direitos e valores possuídos no exterior por pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no país.

3.385, de 30.5.2008 – Alterou o Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI) no tocante aos procedimentos relativos ao registro de operações de câmbio interbancárias eletrônicas.

3.386, de 3.6.2008 – Estabeleceu procedimentos relativos ao registro contábil de reavaliação de imóveis de uso próprio por parte de administradoras de consórcio.

3.387, de 3.6.2008 – Dispôs sobre procedimentos aplicáveis às administradoras de consórcio no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos.

3.388, de 4.6.2008 – Dispôs sobre os valores dos parâmetros a serem utilizados pelas instituições financeiras no cálculo das parcelas PJUR[1], PJUR[2], PJUR[3] e PJUR[4] do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), de que tratam as Circulares nº 3.361, nº 3.362, nº 3.363 e nº 3.364, todas de 2007.

3.389, de 25.6.2008 – Estabeleceu os procedimentos para o cálculo diário da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente ao risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos e passivos sujeitos à variação cambial (PCAM), de que trata a Resolução nº 3.490, de 2007.

3.390, de 27.6.2008 – Alterou o Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais internacionais (RMCCI).

3.391, de 30.6.2008 – Acrescentou inciso ao art. 2º da Circular nº 3.101, de 28 de março de 2002.

3.392, de 30.6.2008 – Alterou o art. 13 do regulamento anexo à Circular nº 3.037, de 31 de agosto de 2001.

3.393, de 3.7.2008 – Dispôs sobre o controle do risco de liquidez de que trata a Resolução nº 2.804, de 21 de dezembro de 2000, e estabeleceu procedimentos para remessa de informações.

3.394, de 9.7.2008 – Dispôs sobre a remessa ao Banco Central do Brasil de informações relativas a operações de consórcio.

3.395, de 16.7.2008 – Divulgou a amostra de que trata o art. 1º da Resolução nº 3.354, de 31 de março de 2006, para fins de cálculo da Taxa Básica Financeira (TBF) e da Taxa Referencial (TR).

3.396, de 16.7.2008 – Dispôs sobre o Documento 24 do Manual de Crédito Rural (MCR) e definiu prazos para fins de recolhimento e de pagamento relativos à deficiência de aplicação dos recursos obrigatórios (MCR) 6-4.

3.397, de 23.7.2008 – Dispôs sobre certificação de profissionais para realizar comprovação de perdas no âmbito do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) – Manual de Crédito Rural (MCR) 16-4.

3.398, de 23.7.2008 – Estabeleceu procedimentos para remessa de informações relativas a apuração dos limites e padrões mínimos regulamentares que especifica.

3.399, de 23.7.2008 – Dispôs sobre a remessa de informações diárias referentes ao total de exposição em ouro, em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial e às parcelas relativas ao risco de mercado do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), de que tratam as Resoluções nº 3.488, de 29 de agosto de 2007, e nº 3.490, de 29 de agosto de 2007.

3.400, de 1.8.2008 – Estabeleceu procedimentos para as cooperativas centrais de crédito, relativamente ao cumprimento das atribuições especiais previstas no Capítulo IV da Resolução nº 3.442, de 28 de fevereiro de 2007, e deu outras providências.

3.401, de 15.8.2008 – Alterou o Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI).

3.402, de 28.8.2008 – Dispôs sobre a remessa de demonstrações financeiras ao Banco Central do Brasil.

3.403, de 28.8.2008 – Alterou o anexo à Circular nº 3.327, de 26 de setembro de 2006, que relaciona os títulos e subtítulos contábeis utilizados como base de cálculo das contribuições ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

3.404, de 18.9.2008 – Alterou o regulamento anexo à Circular nº 3.192, de 5 de junho de 2003, que dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para administradoras de consórcio e respectivos grupos.

3.405, de 24.9.2008 – Elevou de R$100 milhões para R$300 milhões o valor a ser deduzido pelas instituições financeiras do cálculo da exigibilidade adicional sobre recursos à vista, depósitos a prazo e depósitos de poupança. Alterou o cronograma de implementação do recolhimento compulsório em títulos federais sobre depósitos interfinanceiros de sociedades de arrendamento mercantil. Os ajustes com base nas alíquotas de 20% e 25% passam a vigorar a partir de 16 de janeiro de 2009 e 13 de março de 2009, respectivamente.

3.406, de 26.9.2008 – Dispôs sobre o Sistema de Pagamentos em Moeda Local entre o Banco Central do Brasil e o Banco Central da República Argentina.

3.407, de 3.10.2008 – Dispôs sobre o cumprimento do recolhimento compulsório e do encaixe obrigatório sobre recursos a prazo de que trata a Circular nº 3.091, de 1º de março de 2002.

3.408, de 8.10.2008 – Alterou as Circulares nº 3.091, de 1º de março de 2002, e nº 3.144, de 14 de agosto de 2002, que tratam do recolhimento compulsório e do encaixe obrigatório sobre recursos a prazo e da exigibilidade adicional sobre depósitos.

3.409, de 13.10.2008 – Dispôs sobre as operações de redesconto em moeda nacional de que trata a Resolução nº 3.622, de 9 de outubro de 2008.

3.410, de 13.10.2008 – Alterou as Circulares nº 3.091 e nº 3.144, ambas de 2002, que tratam do recolhimento compulsório e do encaixe obrigatório sobre recursos a prazo e da exigibilidade adicional sobre depósitos.

3.411, de 13.10.2008 – Alterou a Circular nº 3.091, de 2002, e a Circular nº 3.407, de 2 de outubro de 2008, que tratam do recolhimento compulsório e do encaixe obrigatório sobre recursos a prazo.

3.412, de 13.10.2008 – Dispôs sobre a dedução do valor de aquisição em moeda estrangeira no cumprimento da exigibilidade de recolhimento compulsório sobre depósitos interfinanceiros.

3.413, de 14.10.2008 – Reduziu de 45% para 42% a alíquota do recolhimento compulsório e do encaixe obrigatório incidente sobre os recursos à vista. Essa circular surtiu efeitos a partir do período de cumprimento iniciado em 29.10.2008.

3.414, de 16.10.2008 – Alterou o artigo 3º da Circular nº 3.411, de 13 de outubro de 2008, que trata do recolhimento compulsório e do encaixe obrigatório sobre recursos a prazo.

3.415, de 17.10.2008 – Dispôs sobre as operações de empréstimo em moeda estrangeira de que trata a Resolução nº 3.622, de 9 de outubro de 2008.

3.416, de 27.10.2008 – Dispôs sobre o cumprimento da exigibilidade de recolhimento compulsório e encaixe obrigatório sobre recursos à vista de que trata a Circular nº 3.274, de 10 de fevereiro de 2005.

3.417, de 30.10.2008 – Dispôs sobre o cumprimento da exigibilidade de recolhimento obrigatório e encaixe obrigatório sobre recursos a prazo de que trata a Circular nº 3.091, de 1º de março de 2002.

3.418, de 4.11.2008 – Dispôs sobre as operações de empréstimo em moeda estrangeira de que trata a Resolução nº 3.622, de 9 de outubro de 2008.

3.419, de 14.11.2008 – Dispôs sobre o cumprimento da exigibilidade adicional sobre depósitos de que trata a Circular nº 3.144, de 14 de agosto de 2002.

3.420, de 13.11.2008 – Regulamento do Mercado de Câmbio Capitais Internacionais (RMCCI) – criou código de grupo de natureza de operação de câmbio.

3.421, de 25.11.2008 – Dispôs sobre o cumprimento do recolhimento compulsório e do encaixe obrigatório sobre recursos a prazo de que trata a Circular nº 3.091, de 1º de março de 2002.

3.422, de 25.11.2008 – Dispôs sobre a prestação de informações relativas à emissão e recarga de valores em cartões pré-pagos de emissão de instituição financeira.

3.423, de 12.12.2008 – Alterou o Documento 24 do Manual de Crédito Rural (MCR), instituiu o "Documento 24 Específico do MCR" e definiu percentuais de exigibilidade dos recursos obrigatórios (MCR 6-2) e da poupança rural (MCR 6-4) de acordo com as Resoluções nº 3.607, nº 3.623 e nº 3.625, de 2008.

3.424, de 12.12.2008 – Regulamentou a troca eletrônica de informações por meio da Rede do Sistema Financeiro Nacional (RSFN).

3.425, de 17.12.2008 – Alterou o Fator de Ponderação de Risco aplicável aos créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias.

3.426, de 19.12.2008 – Dispôs sobre o cumprimento da exigibilidade adicional sobre depósitos de que trata a Circular nº 3.144, de 14 de agosto de 2008.

3.427, de 19.12.2008 – Dispôs sobre o recolhimento compulsório e encaixe obrigatório sobre recursos a prazo de que trata a Circular nº 3.091, de 1º de março de 2002.

3.428, de 24.12.2008 – Alterou o regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI).

Circulares da Secretaria de Comércio Exterior

3, de 17.1.2008 – Informou sobre a disponibilização, no *site* do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), de versões atualizadas das concessões tarifárias do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC).

13, de 7.3.2008 – Tornou público que a Representação Comercial dos Estados Unidos (*United States Trade Representative* – USTR) divulgou, por meio do *Federal Register*, vol. 73, nº 40, em 28.2.2008, comunicado com o título: "*Generalized System of Preferences (GSP): Import Statistics Relating to Competitive Need Limitations; Invitation for Public Comment on CNL Waivers Subject to Potential Revocation Based on New Statutory Thresholds, Possible De Minimis Waivers, and Product Redesignations*", por meio do qual divulgou os dados estatísticos de importação norte-americana referente a 2007, relacionados aos *Competitive Need Limitations* (CNL) do SGP norte-americano, bem como convidou os interessados a enviarem comentários públicos a respeito da possibilidade de: (i) revogação de *waiver* de CNL concedido há cinco anos ou mais; (ii) concessão de *minimis waivers*; e (iii) reinclusão de produtos no âmbito do programa.

16, de 11.3.2008 – Tornou pública a forma de redistribuição, entre as empresas que menciona, da quota, resultante da aplicação do Sexagésimo Sétimo Protocolo Adicional, de 6.500 unidades de automóveis e veículos comerciais leves de até 1.500 kg de capacidade de carga, compreendidos nos códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) que figuram no Apêndice I do Trigésimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18 e que cumpram as disposições contidas no Sexagésimo Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação nº 2, contemplada com o benefício de 100% de preferência tarifária, nas exportações do Brasil para o Uruguai.

21, de 10.4.2008 – Tornou pública a forma de redistribuição, entre as empresas que menciona, da quota de 6.500 unidades de automóveis e veículos comerciais leves de até 1.500 kg de capacidade de carga, compreendidos nos códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), resultante da aplicação do Sexagésimo Sétimo Protocolo Adicional, que figuram no Apêndice I do Trigésimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18 e que cumpram as disposições contidas

no Sexagésimo Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 2, contemplada com o benefício de 100% de preferência tarifária, nas exportações do Brasil para o Uruguai.

31, de 23.5.2008 – Tornou público o início do processo da Revisão Anual de 2008 do Sistema Geral de Preferências (SGP) norte-americano por intermédio de edital publicado no *Federal Register* em 15.5.2008 (p. 28.174 a 28.175, vol. 73, nº 95/*Notices*) sob o título "*Generalized System of Preferences (GSP): Notice Regarding the Initiation of the 2008 Annual GSP Product and Country Eligibility Practices Review and Deadlines for Filing Petitions*".

43, de 2.7.2008 – Tornou público que a Revisão Anual 2007 do SGP norte-americano foi finalizada por meio da Proclamação Presidencial de 30.6.2008 (*Proclamation by the President of the United States of America, To Modify Duty-Free Treatment Under the Generalized System of Preferences, Take Certain Actions Under the African Growth and Opportunity Act, and for Other Purposes*), acessível no sítio oficial da Representação de Comércio dos Estados Unidos (*United States Trade Representative* – USTR), no endereço eletrônico: http://www.ustr.gov/Trade_Development/Preference_Programs/GSP/GSP_2007_Annual_Review/GSP_ Results_of_the_2007_Annual_Review/Section_Index.html.

57, de 12.8.2008 – Tornou pública a forma de distribuição, entre as empresas que menciona, da quota, resultante da aplicação do Sexagésimo Oitavo Protocolo Adicional, de 6.500 unidades de automóveis e veículos comerciais leves (até 1.500 kg de capacidade de carga) e veículos utilitários (com capacidade de carga útil acima de 1.500 kg e peso bruto total de até 3.500 kg), compreendidos nos códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) que figuram no Apêndice I do "Acordo sobre a Política Automotiva Comum entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai" e que cumpram as disposições do Acordo, contemplada com o benefício de 100% de preferência tarifária nas exportações do Brasil para o Uruguai.

59, de 21.8.2008 – Tornou público que se encontram disponíveis no sítio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, no endereço eletrônico: http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=523&refr=407, informações consolidadas e selecionadas, direcionadas ao Brasil, sobre o esquema do Sistema Geral de Preferências (SGP) da Federação Russa e revoga a Circular nº 37, de 2001.

64, de 17.9.2008 – Tornou público que, por meio do edital publicado no *Federal Register* (Diário Oficial dos Estados Unidos), volume 73, nº 178, em 12.9.2008, sob o título *Generalized System of Preferences (GSP): Notice Regarding the 2008 Annual Review for Acceptance of Product and Country Practices Petitions*, as autoridades norte-americanas anunciaram o cronograma de atividades relacionadas ao processo de

Revisão Anual 2008 do Sistema Geral de Preferências (SGP) norte-americano, definido conforme o quadro que menciona, segundo o edital em questão.

70, de 28.10.2008 – Tornou público que o Sistema Geral de Preferências (SGP) dos Estados Unidos, do qual o Brasil é beneficiário, foi renovado até 31.12.2009, mediante a sanção presidencial ao projeto do Congresso norte-americano *H.R.7222.RDS-110th Congress (2008): To extend the Andean Trade Preference Act, and for other purposes.*

92, de 22.12.2008 – Tornou público que se encontram disponíveis, no sítio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), informações consolidadas e selecionadas, direcionadas ao Brasil, sobre o Regime Geral do esquema do Sistema Geral de Preferências (SGP) da Comunidade Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 732, de 2008, dispostas da forma que especifica, mantendo a validade da Circular nº 13, de 1999, e revogando a Circular nº 2, de 2006, a partir de 1º de janeiro de 2009.

Comunicados do Banco Central do Brasil

16.475, de 19.1.2008; **16.558, de 26.2.2008**; **16.678, de 25.3.2008; 17.471, de 6.10.2008; 17.478, de 7.10.2008; 17485, de 7.10.2008; 17.491, de 8.10.2008; 17.502, de 9.10.2008; 17.506, de 10.10.2008; 17.510, de 13.10.2008; 17.519, de 14.10.2008; 17.529, de 15.10.2008; 17.537, de 16.10.2008; 17.543, de 17.10.2008; 17.548, de 20.10.2008; 17.566, de 21.10.2008; 17.568, de 22.10.2008; 17.569, de 23.10.2008; 17.570, de 23.10.2008; 17.588, de 23.10.2008; 17.590, de 24.10.2008; 17.596, de 24.10.2008; 17.599, de 27.10.2008; 17.604, de 28.10.2008; 17.607, de 29.10.2008; 17.613, de 29.10.2008; 17.622, de 30.10.2008; 17.625, de 31.10.2008; 17.628, de 31.10.2008** – Divulgaram as condições de oferta pública para a realização de operações de *swap*.

17.482, de 7.10.2008; 17.513, de 14.10.2008; 17.521, de 15.10.2008; 17.527, de 15.10.2008; 17.595, de 24.10.2008; 17.617, de 30.10.2008 – Divulgaram a realização de leilão de venda conjugado com leilão de compra de moeda estrangeira no mercado interbancário de moeda.

17.483, de 7.10.2008; 17.520, de 15.10.2008; 17.524, de 15.10.2008; 17.531, de 16.10.2008; 17.598, de 27.10.2008; 17.619, de 30.10.2008 – Divulgaram o resultado de leilão de venda conjugado com leilão de compra de moeda estrangeira no mercado interbancário de moeda.

17.540, de 17.10.2008 – Divulgou a realização de leilão de taxas para concessão de empréstimo em moeda estrangeira pelo Banco Central do Brasil a instituições financeiras bancárias autorizadas a operar no mercado de câmbio.

17.547, de 20.10.2008 – Divulgou o resultado de leilão de empréstimo em moeda estrangeira pelo Banco Central do Brasil a instituições financeiras bancárias autorizadas a operar no mercado de câmbio.

17.632, de 3.11.2008; 17.636, de 4.11.2008; 17.643, de 5.11.2008; 17.648, de 6.11.2008; 17.652, de 7.11.2008; 17.658, de 10.11.2008; 17.661, de 11.11.2008; 17.664, de 12.11.2008; 17.667, de 12.11.2008; 17.679, de 13.11.2008; 17.682, de 14.11.2008; 17.692, de 17.11.2008; 17.693, de 17.11.2008; 17.701, de 18.11.2008; 17.702, de 18.11.2008; 17.709, de 19.11.2008; 17.720, de 21.11.2008; 17.724, de 24.11.2008; 17.728, de 25.11.2008; 17.742, de 28.11.2008 – Divulgaram as condições de oferta pública para a realização de operações de *swap*.

17.719, de 21.11.2008; 17.727, de 25.11.2008 – Divulgaram as condições de oferta pública para a realização de operações de *swap*, tendo por objetivo o prosseguimento da rolagem do vencimento em 1º.12.2008.

17.637, de 4.11.2008; 17.668, de 12.11.2008; 17.687, de 17.11.2008 – Divulgaram a realização de leilão de taxas para concessão de empréstimo em moeda estrangeira pelo Banco Central do Brasil a instituições financeiras bancárias autorizadas a operar no mercado de câmbio.

17.642, de 5.11.2008; 17.673, de 13.11.2008; 17.696, de 18.11.2008 – Divulgaram resultado de leilão de taxas para concessão de empréstimo em moeda estrangeira pelo Banco Central do Brasil a instituições financeiras bancárias autorizadas a operar no mercado de câmbio.

17.704, de 19.11.2008 – Divulgou a realização de leilão de venda conjugado com leilão de compra de moeda estrangeira no mercado interbancário de moeda.

17.707, de 19.11.2008 – Divulgou o resultado de leilão de venda conjugado com leilão de compra de moeda estrangeira no mercado interbancário de moeda.

17.764, de 4.12.2008; 17.768, de 5.12.2008; 17.769, de 5.12.2008 – Divulgaram as condições de oferta pública para a realização de operações de *swap*.

17.778, de 8.12.2008; 17.783, de 9.12.2008; 17.787, de 10.12.2008; 17.816, de 16.12.2008; 17.821, de 17.12.2008; 17.829, de 18.12.2008; 17.835, de 30.12.2008 – Divulgaram as condições de oferta pública para a realização de operações de *swap*, tendo por objetivo o prosseguimento da rolagem do vencimento do dia 2.1.2009.

17.752, de 2.12.2008 – Divulgou a realização de leilão de taxas para concessão de empréstimo em moeda estrangeira pelo Banco Central do Brasil a instituições financeiras bancárias autorizadas a operar no mercado de câmbio.

17.756, de 3.12.2008 – Divulgou resultado de leilão de taxas para concessão de empréstimo em moeda estrangeira pelo Banco Central do Brasil a instituições financeiras bancárias autorizadas a operar no mercado de câmbio.

17.810, de 16.12.2008; 17.853, de 29.12.2008 – Divulgaram a realização de leilão de venda conjugado com leilão de compra de moeda estrangeira no mercado interbancário de moeda.

17.819, de 17.12.2008; 17.858, de 30.12.2008 – Divulgaram o resultado de leilão de venda conjugado com leilão de compra de moeda estrangeira no mercado interbancário de moeda.

Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil

810, de 21.1.2008 – Esclareceu que a elevação da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), de 9% para 15%, a cargo das instituições financeiras, será aplicável sobre os fatos geradores ocorridos a partir de maio de 2008.

Portaria do Ministério da Fazenda

184, de 25.8.2008 – Dispôs sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto a procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Portaria Conjunta do Ministério da Fazenda e do Banco Central do Brasil

125, de 27.6.2008 – Dispôs sobre o resultado financeiro diário das operações com reservas cambiais depositadas no Banco Central do Brasil.

Portarias do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

112, de 12.5.2008 – Alterou os prazos de financiamento com recursos do Programa de Financiamento às Exportações (Proex). Os produtos classificados de acordo com a

Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 41, 42, 44 e 50 a 64, na fase pós-embarque, terão doze meses como prazo máximo de pagamento.

160, de 22.7.2008 – Regulamentou as normas e procedimentos para execução do Trigésimo Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 14, entre Argentina e Brasil, de 23.6.2008, internalizado pelo Decreto nº 6.500, de 2 de julho de 2008, e revogou a Portaria nº 7/2007.

168, de 29.7.2008 – Alterou os prazos de financiamento com recursos do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) para os produtos do Capítulo 68 da Nomenclatura Comum do Mercosul/Sistema Harmonizado (NCM/SH), com doze meses de prazo máximo de pagamento, e incluiu o item 8525.50.29 da NCM/SH na lista dos produtos elegíveis, com prazo máximo de pagamento de 24 meses.

Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional

77, de 26.2.2008 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I), no valor de R$10.839.187,40 (dez milhões, oitocentos e trinta e nove mil, cento e oitenta e sete reais e quarenta centavos), referenciadas a 15.2.2008, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

273, de 23.5.2008 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I), no valor de R$13.428.938,27 (treze milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, novecentos e trinta e oito reais e vinte e sete centavos), referenciadas a 15.5.2008, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

390, de 29.7.2008 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I), no valor de R$30.194.877,73 (trinta milhões, cento e noventa e quatro mil, oitocentos e setenta e sete reais e setenta e três centavos), referenciadas a 15.7.2008, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

477, de 8.8.2008 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I), no valor de R$5.700.069,72 (vinte e cinco milhões, setecentos mil, sessenta e nove reais e setenta e dois centavos), referenciadas a 15.8.2008, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

533, de 24.9.2008 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I), no valor de R$24.879.620,43 (vinte e quatro milhões, oitocentos e setenta e nove mil, seiscentos e vinte reais e quarenta e três centavos), referenciadas a 15.9.2008, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

592, de 24.10.2008 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I), no valor de R$41.802.425,19 (quarenta e um milhões, oitocentos e dois mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e dezenove centavos), referenciadas a 15.10.2008, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros ao amparo do Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

650, de 24.11.2008 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I), no valor de R$24.378.957,76 (vinte e quatro milhões, trezentos e setenta e oito mil, novecentos e cinqüenta e sete reais e setenta e seis centavos), referenciadas a 15.11.2008, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

Portaria Interministerial

77, de 11.3.2008 – Reajustou em 5%, a partir de 1º de março de 2008, os benefícios mantidos pela Previdência Social. Com isso, o teto dos benefícios pagos pela Previdência elevou-se de R$2.894,28 para R$3.038,99.

Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional

158, de 26.3.2008 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I), no valor de R$82.026.234,33 (oitenta e dois milhões, vinte e seis mil, duzentos e trinta e quatro reais e trinta e três centavos), referenciadas a 15.3.2008, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

Cartas-Circulares do Banco Central do Brasil

3.309, de 15.4.2008 – Evidenciou metodologia utilizada na apuração do valor da volatilidade-padrão e do multiplicador para o dia "t", a serem divulgados diariamente pelo Banco Central do Brasil, para fins de apuração da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente às exposições sujeitas à variação de taxas de juros pré-fixadas denominadas em real (PJUR[1]), conforme disposto na Circular nº 3.361, de 12 de setembro de 2007.

3.310, de 15.4.2008 – Evidenciou metodologia utilizada na apuração das parcelas do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referentes às exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de moedas estrangeiras (PJUR[2]), de taxas dos cupons de índices de preços (PJUR[3]) e de taxas dos cupons de taxa de juros (PJUR[4]), conforme disposto nas Circulares nº 3.362, nº 3.363 e nº 3.364, todas de 12 de setembro de 2007.

3.315, de 30.4.2008 – Esclareceu sobre os procedimentos para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente ao risco operacional (POPR), de que trata a Circular nº 3.383, 30 de abril de 2008, explicitando exemplos de cálculo do Indicador de Exposição ao Risco Operacional (IE) e do Indicador Alternativo de Exposição ao Risco Operacional (IAE).

3.316, de 30.4.2008 – Detalhou a composição do Indicador de Exposição ao Risco Operacional (IE), de que trata a Circular nº 3.383, de 2008.

Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional

214, de 25.4.2008 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I), no valor de R$31.851.812,87 (trinta e um milhões, oitocentos e cinqüenta e um mil, oitocentos e doze reais e oitenta e sete centavos), referenciadas a 15.4.2008, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

Instruções Normativas da Secretaria da Receita Federal do Brasil

841, de 29.4.2008 – Dispôs sobre a utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) Carga.

844, de 9.5.2008 – Dispôs sobre a aplicação do regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) e revogou as Instruções Normativas nº 4, de 10 de janeiro de 2001, nº 336, de 27 de junho de 2003, e nº 561, de 19 de agosto de 2005.

845, de 12.5.2008 – Disciplinou as aquisições de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, no mercado interno, por beneficiário do regime aduaneiro especial de *drawback* com suspensão do pagamento dos tributos incidentes. Essa medida integra a Política de Desenvolvimento Produtivo.

846, de 12.5.2008 – Alterou os artigos 4º e 30 da Instrução Normativa nº 611, de 18 de janeiro de 2006, que dispôs sobre a utilização de declaração simplificada na importação e na exportação. Essa medida integra a Política de Desenvolvimento Produtivo.

852, de 13.6.2008 – Estabeleceu procedimentos para habilitação ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis).

853, de 13.6.2008 – Estabeleceu procedimentos para habilitação ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para TV Digital (PATVD).

Portaria Conjunta da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Secretaria de Comércio Exterior

1.460, de 18.9.2008 – Disciplinou as aquisições de mercadorias, no mercado interno, por beneficiário do regime aduaneiro especial de *drawback* (*drawback* verde e amarelo), com suspensão do pagamento dos tributos incidentes.

Portaria da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

25, de 27.11.2008 – Consolidou as normas e procedimentos relativos às operações de comércio exterior e revogou as Portarias da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) nº 36, de 2007, nº 39, de 2007, nº 1, de 2008, nº 4, de 2008, nº 5, de 2008, nº 6, de 2008, nº 7, de 2008, nº 8, de 2008, nº 10, de 2008, nº 13, de 2008, nº 14, de 2008, nº 16, de 2008, nº 17, de 2008, nº 18, de 2008, nº 19, de 2008, nº 20, de 2008, nº 21, de 2008, nº 22, de 2008, nº 23, de 2008, e nº 24, de 2008.

Apêndice

Membros do Conselho Monetário Nacional

Administração do Banco Central do Brasil

Unidades centrais (departamentos) do Banco Central do Brasil

Unidades regionais do Banco Central do Brasil

Siglas

Membros do Conselho Monetário Nacional (31 de dezembro de 2007)

Guido Mantega
Ministro da Fazenda – Presidente

Paulo Bernardo
Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão

Henrique de Campos Meirelles
Presidente do Banco Central do Brasil

Administração do Banco Central do Brasil (31 de dezembro de 2007)

Diretoria Colegiada

Henrique de Campos Meirelles
Presidente

Afonso Sant'Anna Bevilaqua
Diretor

Alexandre Antonio Tombini
Diretor

Alvir Alberto Hoffmann
Diretor

Anthero de Moraes Meirelles
Diretor

Antonio Gustavo Matos do Vale
Diretor

Mário Gomes Torós
Diretor

Mário Magalhães Carvalho Mesquita
Diretor

Paulo Vieira da Cunha
Diretor

Secretaria-Executiva da Diretoria

Secretário-Executivo:	Sérgio Almeida de Souza Lima
Secretário da Diretoria e do Conselho Monetário Nacional:	Sérgio Albuquerque de Abreu e Lima
Secretário de Relações Institucionais:	José Linaldo Gomes de Aguiar

Consultores da Diretoria

Carolina de Assis Barros	Clarence Joseph Hillerman Junior
Dalmir Sérgio Louzada	Flávio Pinheiro de Melo
Katherine Hennings	Marco Antonio Belém da Silva
Sidinei Corrêa Marques	

Unidades centrais do Banco Central do Brasil (31 de dezembro de 2007)

Assessoria Parlamentar (Aspar)
Chefe: *Luiz do Couto Neto*
SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 19º andar
70074-900 Brasília – DF

Corregedoria-Geral do Banco Central do Brasil (Coger)
Corregedor-Geral: *Jaime Alves de Freitas*
SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 12º andar
70074-900 Brasília – DF

Departamento de Contabilidade e Execução Financeira (Deafi)
Chefe: *Jefferson Moreira*
SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 16º andar
70074-900 Brasília – DF

Auditoria Interna do Banco Central do Brasil (Audit)
Chefe: *José Aísio Catunda Aragão*
SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 15º andar
70074-900 Brasília – DF

Departamento de Prevenção a Ilícitos Financeiros e de Atendimento de Demandas de Informações do Sistema Financeiro (Decic)
Chefe: *Ricardo Liáo*
SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 7º andar
70074-900 Brasília – DF

Departamento de Controle e Análise de Processos Administrativos Punitivos (Decap)
Chefe: *Claudio Jaloretto*
SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 14º andar
70074-900 Brasília – DF

Departamento de Controle de Gestão e de Planejamento da Supervisão (Decop)
Chefe: *Arnaldo de Castro Costa*
SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 14º andar
70074-900 Brasília – DF

Departamento da Dívida Externa e de Relações Internacionais (Derin)
Chefe: *Ronaldo Malagoni de Almeida Cavalcante*
SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 4º andar
70074-900 Brasília – DF

Departamento Econômico (Depec)
Chefe: *Altamir Lopes*
SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 10º andar
70074-900 Brasília – DF

Departamento de Estudos e Pesquisas (Depep)
Chefe: *Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo*
SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 9º andar
70074-900 Brasília – DF

Departamento de Gestão de Pessoas (Depes)
Chefe: *Miriam de Oliveira*
SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 17º andar
70074-900 Brasília – DF

Departamento de Liquidações Extrajudiciais (Deliq)
Chefe: *José Irenaldo Leite de Ataíde*
SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 2º subsolo
70074-900 Brasília – DF

Departamento do Meio Circulante (Mecir)
Chefe: *João Sidney de Figueiredo Filho*
Av. Rio Branco, 30 – Centro
20090-001 Rio de Janeiro – RJ

Departamento de Normas do Sistema Financeiro (Denor)
Chefe: *Amaro Luiz de Oliveira Gomes*
SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 15º andar
70074-900 Brasília – DF

Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos (Deban)
Chefe: *José Antônio Marciano*
SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 18º andar
70074-900 Brasília – DF

Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab)
Chefe: *João Henrique de Paula Freitas Simão*
Av. Presidente Vargas, 730 – 6º andar
20071-900 Rio de Janeiro – RJ

Departamento de Operações das Reservas Internacionais (Depin)
Chefe: *Márcio Barreira de Ayrosa Moreira*
SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 5º andar
70074-900 Brasília – DF

Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf)
Chefe: *Luiz Edson Feltrim*
SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 19º andar
70074-900 Brasília – DF

Departamento de Planejamento, Orçamento e Organização (Depla)
Chefe: *José Clóvis Batista Dattoli*
SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 9º andar
70074-900 Brasília – DF

Departamento de Recursos Materiais e Patrimônio (Demap)
Chefe: *Dimas Luís Rodrigues da Costa*
SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 1º subsolo
70074-900 Brasília – DF

Departamento de Segurança (Deseg)
Chefe: *Sidney Furtado Bezerra*
SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 1º subsolo
70074-900 Brasília – DF

Departamento de Supervisão de Bancos e de Conglomerados Bancários (Desup)
Chefe: *Osvaldo Watanabe*
Av. Paulista, 1.804 – 14º andar – Bela Vista
01310-922 São Paulo – SP

Departamento de Supervisão de Cooperativas e de Instituições Não Bancárias (Desuc)
Chefe: *Gilson Marcos Balliana*
SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 16º andar
70074-900 Brasília – DF

Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro e de Gestão da Informação (Desig)
Chefe: *Cornélio Farias Pimentel*
SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 6º andar
70074-900 Brasília – DF

Departamento de Tecnologia da Informação (Deinf)
Chefe: *Fernando de Abreu Faria*
SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 2º andar
70074-900 Brasília – DF

Ouvidoria do Banco Central do Brasil (Ouvid)
Ouvidor: *Hélio José Ferreira*
SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 13º andar
70074-900 Brasília – DF

Procuradoria-Geral do Banco Central (PGBC)
Procurador-Geral: *Francisco José de Siqueira*
SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 11º andar
70074-900 Brasília – DF

Gerências-Executivas

Gerência-Executiva de Desestatização (Gedes)
Gerente-Executivo: *Geraldo Pereira Junior*
SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 12º andar
70074-900 Brasília – DF

Gerência-Executiva de Estudos Especiais (Geesp)
Gerente-Executivo: *Eduardo Fernandes*
SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 20º andar
70074-900 Brasília – DF

Gerência-Executiva de Normatização de Câmbio e Capitais Estrangeiros (Gence)
Gerente-Executivo: *Geraldo Magela Siqueira*
SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 3º andar
70074-900 Brasília – DF

Gerência-Executiva de Regulação e Controle das Operações Rurais e do Proagro (Gerop)
Gerente-Executivo: *Deoclécio Pereira de Souza*
SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 19º andar
70074-900 Brasília – DF

Gerência-Executiva de Projetos (Gepro)
Gerente-Executivo: *Nivaldo Peçanha de Oliveira*
SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 17º andar
70074-900 Brasília – DF

Gerência-Executiva de Relacionamento com Investidores (Gerin)
Gerente-Executivo: *Renato Jansson Rosek*
SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 1º subsolo
70074-900 Brasília – DF

Gerência-Executiva de Relacionamento da Fiscalização (Gefis)
Gerente-Executiva: *Andreia Lais de Melo Silva Vargas*
SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 6º andar
70074-900 Brasília – DF

Gerência-Executiva de Risco da Área de Política Monetária (Gepom)
Gerente-Executiva: *Isabela Ribeiro Damaso Maia*
SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 5º andar
70074-900 Brasília – DF

Unidades regionais do Banco Central do Brasil (31 de dezembro de 2007)

1ª Região – Gerência-Administrativa em Belém (ADBEL)
Gerente-Administrativa: *Maria de Fátima Moraes de Lima*
Jurisdição: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima
Boulevard Castilhos França, 708 – Centro
Caixa Postal 651
66010-020 Belém – PA

2ª Região – Gerência-Administrativa em Fortaleza (ADFOR)
Gerente-Administrativo: *Luiz Edivam Carvalho*
Jurisdição: Ceará, Maranhão e Piauí
Av. Heráclito Graça, 273 – Centro
Caixa Postal 891
60140-061 Fortaleza – CE

3ª Região – Gerência-Administrativa em Recife (ADREC)
Gerente-Administrativo: *Cleber Pinto dos Santos*
Jurisdição: Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte
Rua da Aurora, 1.259 – Santo Amaro
Caixa Postal 1445
50040-090 Recife – PE

4ª Região – Gerência-Administrativa em Salvador (ADSAL)
Gerente-Administrativo: *Antonio Carlos Mendes Oliveira*
Jurisdição: Bahia e Sergipe
Av. Anita Garibaldi, 1.211 – Ondina
Caixa Postal 44
40210-901 Salvador – BA

5ª Região – Gerência-Administrativa em Belo Horizonte (ADBHO)
Gerente-Administrativo: *Everaldo José da Silva Júnior*
Jurisdição: Minas Gerais, Goiás e Tocantins
Av. Álvares Cabral, 1.605 – Santo Agostinho
Caixa Postal 887
30170-001 Belo Horizonte – MG

6ª Região – Gerência-Administrativa no Rio de Janeiro (ADRJA)
Gerente-Administrativo: *Paulo dos Santos*
Jurisdição: Espírito Santo e Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 730 – Centro
Caixa Postal 495
20071-900 Rio de Janeiro – RJ

7ª Região – Gerência-Administrativa em São Paulo (ADSPA)
Gerente-Administrativo: *Fernando Roberto Medeiros*
Jurisdição: São Paulo
Av. Paulista, 1.804 – Bela Vista
Caixa Postal 894
01310-922 São Paulo – SP

8ª Região – Gerência-Administrativa em Curitiba (ADCUR)
Gerente-Administrativo: *Salim Cafruni Sobrinho*
Jurisdição: Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul
Av. Cândido de Abreu, 344 – Centro Cívico
Caixa Postal 1.408
80530-914 Curitiba – PR

9ª Região – Gerência-Administrativa em Porto Alegre (ADPAL)

Gerente-Administrativo: *José Afonso Nedel*
Jurisdição: Rio Grande do Sul e Santa Catarina
Rua 7 de Setembro, 586 – Centro
Caixa Postal 919
90010-190 Porto Alegre – RS

Siglas

ABCP	*Asset-backed commercial papers*
ACC	Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio
ACC	*Asian Consultative Council*
ACE	Adiantamentos sobre Cambiais Entregues
ACSP	Associação Comercial de São Paulo
AFRMM	Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante
Aladi	Associação Latino-Americana de Integração
Anatel	Agência Nacional de Telecomunicações
Anda	Associação Nacional para Difusão de Adubos
Anfavea	Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
ANP	Agência Nacional de Petróleo
ANS	Agência Nacional de Saúde Suplementar
Apex-Brasil	Agência de Promoção de Exportações e Investimentos
BCB	Banco Central do Brasil
BCE	Banco Central Europeu
Besc	Banco do Estado de Santa Catarina S.A.
Bescri	Besc S.A. Crédito Imobiliário
BIB	*Exit Bond*
Bird	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BIS	Banco de Compensações Internacionais
BIT	Bens de Informática e Telecomunicações
BK	Bens de Capital
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNDESpar	BNDES Participações S. A.
BNS	Banco Nacional da Suíça
BoE	Banco da Inglaterra
BoJ	Banco do Japão
Bovespa	Bolsa de Valores de São Paulo
BPC	Banco do Povo da China
Caged	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
Camex	Câmara de Comércio Exterior
CCA	*Consultative Council for the Americas*
CDB	Certificado de Depósito Bancário
Cemla	Centro de Estudos Monetários Latino-americanos
CETIP	CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos
CFI	Corporação Financeira Internacional
CGDI	Coordenação Geral de Defesa da Indústria
CGITR	Comitê Gestor do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
Cide	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
CMC	Conselho do Mercado Comum do Mercosul
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNL	*Competitive Need Limitations*
Cofins	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
Copom	Comitê de Política Monetária
CPFF	*Commercial Paper Funding Facility*
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPR	Cédula de Produto Rural
CRA	Certificado de Recebíveis do Agronegócio
CRB	*Commodity Research Bureau*
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
CZPE	Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação
DAX	*Deutscher Aktienindex*
Decom	Departamento de Defesa Comercial
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DI	Depósito Interfinanceiro
DLSP	Dívida Líquida do Setor Público
Dnit	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EGF	Empréstimos do Governo Federal
Eletrobrás	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
Embi+	*Emerging Markets Bond Index Plus*
Embraer	Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.
Embratur	Empresa Brasileira de Turismo
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
EUA	Estados Unidos da América
FAC	Financiamento para Aquisição de Café
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
Fecomercio-SP	Federação do Comércio do Estado de São Paulo
Fed	*Federal Reserve*
Fenabrave	Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores
FGC	Fundo Garantidor de Créditos
FGCN	Fundo de Garantia para a Construção Naval
FGE	Fundo de Garantia à Exportação
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FGV	Fundação Getulio Vargas
Finame	Agência Especial de Financiamento Industrial
Finep	Financiadora de Estudos e Projetos
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
Fipe	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMP-FGTS	Fundos Mútuos de Privatização – FGTS
FMP-FGTS-CL	Fundos Mútuos de Privatização – FGTS – Carteira Livre
FND	Fundo Nacional de Desenvolvimento
FRA	Financiamento de Recebíveis do Agronegócio
FSA	Autoridade de Serviços Financeiros
FSAP	Programa de Avaliação do Setor Financeiro
FSB	Fundo Soberano do Brasil
FSF	Fórum de Estabilidade Financeira
FTSE 100	*Financial Times Securities Exchange Index*

Funai	Fundação Nacional do Índio
Fundef	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
Funcafé	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
Gantec	Grupo de Alto Nível para examinar a Consistência e Dispersão da Tarifa Externa Comum
GFSR	Relatório sobre a Estabilidade Financeira Global
GLP	Gás Liquefeito de Petróleo
GMC	Grupo Mercado Comum
GRA	Conta de Recursos Gerais
GSP	*Generalized System of Preferences*
GTFAC	Grupo Técnico de Facilitação de Comércio
IAE	Indicador Alternativo de Exposição ao Risco Operacional
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibovespa	Índice da Bolsa de Valores de São Paulo
ICC	Índice de Confiança do Consumidor
Icea	Índice de Condições Econômicas Atuais
ICI	Índice de Confiança da Indústria
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IE	Índice de Expectativas
IE	Indicador de Exposição ao Risco Operacional
IEC	Índice de Expectativas do Consumidor
IED	Investimentos Estrangeiros Diretos
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
INCC	Índice Nacional do Custo da Construção
Inec	Índice Nacional de Expectativa do Consumidor
Inmetro	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
IOSCO	*International Organization of Securities Commissions*
IPA-DI	Índice de Preços por Atacado – Disponibilidade Interna
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPC-Br	Índice de Preços ao Consumidor – Brasil
IPCH	Índice Anual de Preços ao Consumidor Harmonizado
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IR	Imposto de Renda
IRPF	Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas
IRPJ	Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas
ISA	Índice da Situação Atual
ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
JGB	*Japanese Government Bonds*
LAM	Letra de Arrendamento Mercantil
LEC	Linha Especial de Crédito

LFT	Letras Financeiras do Tesouro Nacional
LGN	Líquido de gás natural
LOA	Lei Orçamentária Anual
Loas	Lei Orgânica da Assistência Social
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
LTCM	*Long-Term Capital Management*
LTN	Letras do Tesouro Nacional
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCR	Manual de Crédito Rural
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MME	Ministério de Minas e Energia
MMIFF	Programa de Financiamento para Investidor do Mercado Monetário
Moderagro	Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais
Moderfrota	Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras
MP	Medida Provisória
MPME	Micro, pequenas e médias empresas
MPU	Ministério Público da União
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
Nafta	Acordo de Livre Comércio da América do Norte
NCM	Nomenclatura Comum do Mercosul
NTN	Nota do Tesouro Nacional
NTN-B	Nota do Tesouro Nacional – Série B
NTN-I	Nota do Tesouro Nacional – Série I
Nuci	Nível de Utilização da Capacidade Instalada
OIE	Organização Internacional da Saúde Animal
OMC	Organização Mundial do Comércio
Opep	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PACTI	Plano de Ação 2007-2010: Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional
Padis	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores
Pasep	Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público
PATVD	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para TV Digital
PCAM	Parcela referente ao risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial
PDCF	*Primary Dealer Credit Facility*
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDP	Política de Desenvolvimento Produtivo
PET	Politereftalato de etileno
PGPAF	Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar
PIB	Produto Interno Bruto
PII	Posição Internacional de Investimento

PIM	Pesquisa Industrial Mensal
Pimes	Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário
PIS	Programa de Integração Social
PITCE	Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior
PMC	Pesquisa Mensal do Comércio
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PMI	Projetos Multissetoriais Integrados
POA	Pessoal Ocupado Assalariado
POPR	Patrimônio de Referência Exigido referente ao Risco Operacional
PPI	Projeto Piloto de Investimento
PR	Patrimônio de Referência
PRE	Patrimônio de Referência Exigido
PRGF	Programa de Financiamento para Redução da Pobreza e Crescimento
Proagro	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
Procera	Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária
Prodecoop	Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária
Produsa	Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável
Proex	Programa de Financiamento às Exportações
Proger Rural	Programa de Geração de Emprego e Renda Rural
Pró-Moradia	Programa de Atendimento Habitacional
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Pronaf Mais Alimentos	Linha especial de crédito de investimento para produção de alimentos
Propflora	Programa de Plantio Comercial de Florestas
Provias	Programa de Intervenções Viárias
REB	Registro Especial Brasileiro
Recap	Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras
Recor	Registro Comum de Operações Rurais
Reidi	Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura
Repes	Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação
Reporto	Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária
RFB	Secretaria da Receita Federal do Brasil
RMCCI	Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
ROSC	Relatórios de Observância a Códigos e Padrões
RSFN	Rede do Sistema Financeiro Nacional
S&P 500	*Standard and Poor's 500*
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SCE	Seguro de Crédito à Exportação
SCIT	Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação
SCPC	Serviço Central de Proteção ao Crédito
SCR	Sistema de Informações de Crédito
SDDS	Padrão Especial de Disseminação de Dados
Secex	Secretaria de Comércio Exterior

Selic	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SFH	Sistema Financeiro da Habitação
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SGP	Sistema Geral de Preferências
Siape	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
Simples Nacional	Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
Sisbov	Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina
Siscomex	Sistema Integrado de Comércio Exterior
SLF	*Short-Term Liquidity Facility*
SLS	*Special Liquidity Scheme*
SML	Sistema de Pagamentos em Moeda Local
Suframa	Superintendência da Zona Franca de Manaus
Susep	Superintendência de Seguros Privados
TAF	*Term Auction Facility*
TALF	*Term Asset-Backed Securities Loan Facility*
TARP	*Troubled Asset Relief Program*
TBF	Taxa Básica Financeira
TEC	Tarifa Externa Comum
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TIPI	Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo
TR	Taxa Referencial
Trips	Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio
TSLF	*Term Securities Lending Facility*
UE	União Europeia
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento
Unica	União da Indústria de Cana-de-Açúcar
VIX	Índice de Volatilidade da *Chicago Board Options Exchange*
WEO	Perspectivas da Economia Mundial
ZPE	Zonas de Processamento de Exportação